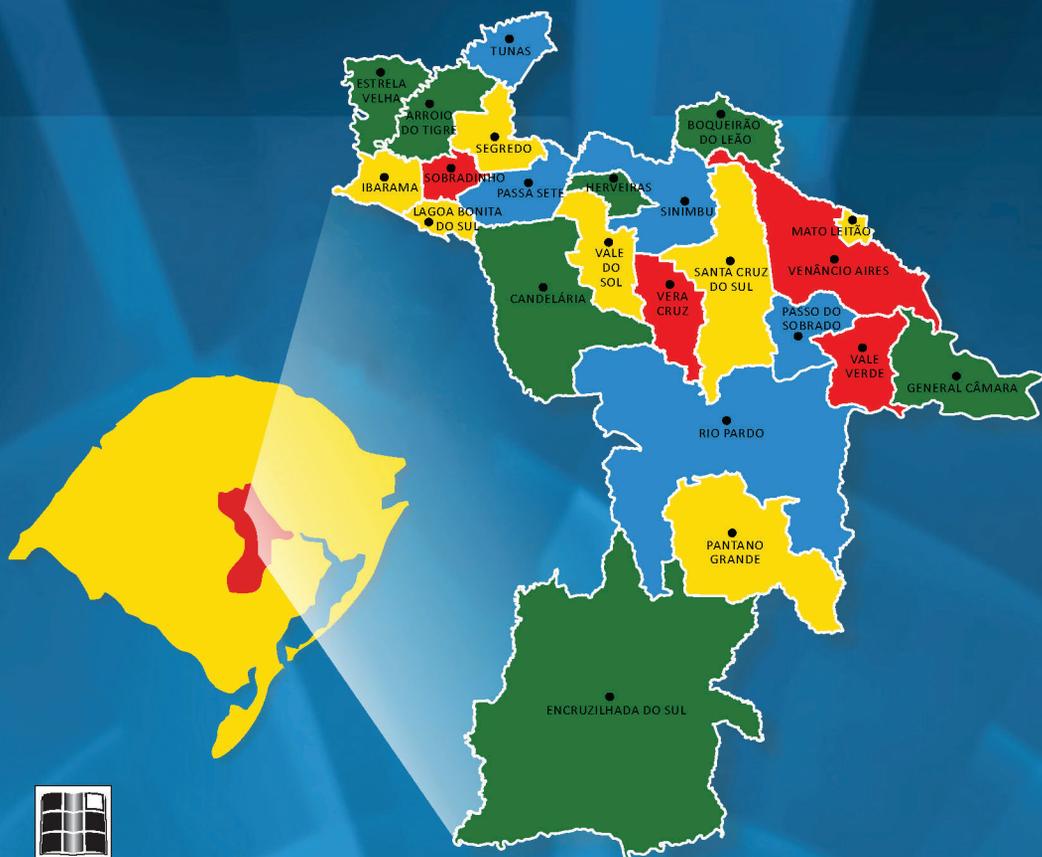


PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO 2015-2030



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (2015 – 2030)**





Reitora

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Vice-Reitor

Eltor Breunig

Pró-Reitor de Graduação

Elenor José Schneider

Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação

Andréia Rosane de Moura Valim

Pró-Reitor de Administração

Dorivaldo Brites de Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional

Marcelino Hoppe

Pró-Reitor de Extensão
e Relações Comunitárias

Angelo Hoff

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Andréia Rosane de Moura Valim

Felipe Gustsack

Hugo Thamir Rodrigues

Marcus Vinicius Castro Witezak

Olgário Paulo Vogt

Rafael Eisinger Guimarães

Vanderlei Becker Ribeiro



Av. Independência, 2293
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS
Fone: (51) 3717 7461
E-mail: editora@unisc.br
<http://www.unisc.br>

Heitor Álvaro Petry
Rogério Leandro Lima da Silveira
(Coordenadores)

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (2015 – 2030)**



Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2017

© *dos autores*
1ª edição 2017

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: *Clarice Agnes, Caroline Fagundes Pieczarka*
Capa: *Paulo Fernando da Silveira Franco*

P712 Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030) [recurso eletrônico] / coordenadores: Heitor Álvaro Petry, Rogério Leandro Lima da Silveira. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2017.

Dados eletrônicos

Texto eletrônico

Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc>

ISBN: 978-85-7578-463-1

1. Desenvolvimento regional – Pardo, Rio, Vale (RS).
2. Planejamento estratégico - Pardo, Rio, Vale (RS). I. Petry, Heitor Álvaro. II. Silveira, Rogério Leandro Lima da.

CDD: 338.9

Catálogo: Bibliotecária Edi Focking CRB10/1197

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS”



COREDE/VRP

Gestão 2015/2017

Presidente: Mariza Terezinha da Motta Christoff (até 05/2016)

Vice-Presidente: Heitor Álvaro Petry (a partir de 05/2016)

Secretário: Armando Mayerhofer

2º Secretário: João Alberto Bernardi

Tesoureiro: Vilmar de Oliveira

2º Tesoureiro: Air Teixeira Menezes

Gestão 2017/2019

Presidente: Heitor Álvaro Petry

Vice-Presidente: Angelo Hoff

Secretário: Armando Mayerhofer

2ª Secretária: Mariza Terezinha da Motta Christoff

Tesoureiro: Vilmar de Oliveira

2º Tesoureiro: Marciano Ravello

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Paulo Roberto Butzge

Sandra Marisa Roesch Backes

Giovane Wickert

Suplentes:

Diego Fernando Puntel

Sérgio Luiz Reis

Valéria Borges Vaz



Coordenação Geral:

Heitor Álvaro Petry – Presidente do COREDE/VRP
Diana Filipina Anton – Secretária Operacional do COREDE/VRP

Equipe Técnica:

Coordenação:

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira – PPGDR – UNISC

Integrantes:

Pesquisadores:

Dr^a. Heleniza Ávila Campos – PROPUR – UFRGS
Dr. Markus Erwin Brose – PPGDR – UNISC
Dr^a. Rosane Bernardete Brochier Kist – PPGDR – UNISC
Dr^a. Rosi Cristina Espindola da Silveira – PPGDR – UNISC
Dr. Silvio Cezar Arend – PPGDR – UNISC
Msc. Valéria Borges Vaz – NGP – UNISC
Msc. Luiz Carlos Schneider – NGP – UNISC

Alunos:

Mariana Barbosa de Souza – Doutoranda no PPGDR – UNISC
Mizael Dornelles – Doutorando no PPGDR – UNISC
Vônia Engel – Doutoranda no PPGDR – UNISC

Estagiários:

Juliana Vanesi Lopes da Silva – Graduanda em Geografia – UNISC
Ana Laura Fuhr – Graduanda em Economia – UNISC
Gabriel Hauschild – Graduando em Engenharia Civil – UNISC
Renata Pachaly Beise – Graduanda em Biologia – UNISC
Paulo Fernando da Silveira Franco – Graduando Comunicação Social
– UNISC



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Climogramas para as microrregiões do Vale do Rio Pardo...	43
Figura 2 – Número de eleitores analfabetos (2008–2016).....	64
Figura 3 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Pirâmide Etária, 2000 e 2010.....	69
Figura 4 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Taxa de rendimento escolar – 2014.....	75
Figura 5 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Cobertura estimada ESF e PACS – 2014.....	78
Figura 6 – COREDE Vale do Rio Pardo: total de internos por estado civil e grau de instrução – 2016.....	99
Figura 7 – Participação do PIB dos municípios sobre o PIB total do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2013.....	106
Figura 8 – PIB <i>per capita</i> do COREDE/VRP em relação ao PIB <i>per capita</i> do RS nos anos de 2000, 2010 e 2013.....	109
Figura 9 – Participação das atividades econômicas na formação do VAB municipal no ano de 2013.....	110
Figura 10 – Participação da produção de tabaco sobre o total da lavoura temporária nos anos de 2000, 2010 e 2014.....	112
Figura 11 – Evolução da produção de leite nos municípios do COREDE/VRP em mil litros.....	114
Figura 12 – Evolução da produção de arroz nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014.....	115
Figura 13 – Evolução da produção de milho nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014.....	116
Figura 14 – Evolução da produção de mandioca nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014.....	117
Figura 15 – Evolução da produção de soja nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014.....	118
Figura 16 – Evolução do IDESE dos municípios do COREDE/VRP para os anos de 2010 a 2013.....	120
Figura 17 – Percentual de pessoas ocupadas nos municípios do COREDE/VRP no Censo 2010.....	120



Figura 18 – Percentual de empregos por setor no COREDE/VRP no ano de 2014.....	121
Figura 19 – Índice de Retorno de ICMS dos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2016.....	124
Figura 20 – Índice de Retorno de ICMS nos municípios do COREDE/VRP e percentual do PIB do COREDE/VRP sobre o PIB/RS, nos anos de 2000, 2010 e 2013.....	125
Figura 21 – Índice de Retorno de ICMS nos municípios do COREDE/VRP.....	126
Figura 22 – Participação da arrecadação de tributos próprios na receita total do município – 2005, 2012, 2013, 2014.....	126
Figura 23 – Repasse de recursos federais aos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2015.....	127
Figura 24 – Balança comercial do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2015 (US\$).....	128
Figura 25 – Exportações de tabaco sobre exportações totais – 2000, 2010 e 2015, municípios selecionados.....	129
Figura 26 – Aumento da frota de veículos no Vale do Rio Pardo no período de 2007 – 2015.....	139
Figura 27 – Frota de veículos total da Região e percentuais de contribuição por município.....	139
Figura 28 – Consumo de energia elétrica (kwh) dos municípios do Vale do Rio Pardo.....	144
Figura 29 – Síntese dos percentuais de acordo com o sistema de abastecimento de água.....	157
Figura 30 – Situação dos Esgotos Sanitários no Vale do Rio Pardo comparado ao Rio Grande do Sul, Região Sul e Brasil – 2010.....	165
Figura 31 – Tipo de esgotamento sanitário: comparação entre os anos de 2000 e 2010.....	167
Figura 32 – Percentual de municípios do Vale do Rio Pardo com cooperativas de catadores, PNRS e PNSB – 2014.....	172
Figura 33 – Principais desastres naturais com maior recorrência nos anos de 2001, 2002 e 2009 na Região do Vale do Rio Pardo.....	199



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da região do COREDE Vale do Rio Pardo.....	32
Mapa 2 – A região do Vale do Rio Pardo e suas microrregiões.....	35
Mapa 3 – Altimetria da Região do Vale do Rio Pardo.....	39
Mapa 4 – Declividades na Região do Vale do Rio Pardo.....	40
Mapa 5 – Classificação dos solos na região do Vale do Rio Pardo....	44
Mapa 6 – Usos do Solo.....	45
Mapa 7 – Localização das autarquias estaduais na região.....	57
Mapa 8 – Coordenadorias Regionais de Educação que atuam na região.....	59
Mapa 9 – Coordenadorias Regionais de Saúde do Rio Grande do Sul.....	60
Mapa 10 – Autarquias e Órgãos Públicos Federais na região.....	63
Mapa 11 – COREDE Vale do Rio Pardo: população total (2015) e população urbana e rural (2010).....	66
Mapa 12 – COREDE Vale do Rio Pardo: densidade demográfica por setor censitário – 2010.....	67
Mapa 13 – COREDE Vale do Rio Pardo: taxa de analfabetismo (2000–2010) e estabelecimentos com cursos técnicos – 2016.....	72
Mapa 14 – COREDE Vale do Rio Pardo: número de habitantes por leito hospitalar e Infraestrutura Saúde – 2015.....	81
Mapa 15 – COREDE Vale do Rio Pardo: relação Índice de Gini e IDHM – 2010.....	85
Mapa 16 – Produto Interno Bruto dos municípios do COREDE/VRP no ano de 2013.....	107
Mapa 17 – Participação do tabaco na lavoura temporária nos municípios do COREDE/VRP, em 2013.....	113
Mapa 18 – Redes Modais da Região do Vale do Rio Pardo.....	132
Mapa 19 – Classificação dos trechos das vias e estado geral.....	135
Mapa 20 – Barragens e eclusas dos Rios Jacuí e Taquari.....	141



Mapa 21 – Cobertura dos Sistemas de abastecimento de água no Vale do Rio Pardo – 2015.....	153
Mapa 22 – Faixa percentual de população atendida por cobertura dos sistemas de abastecimento de água no Vale do Rio Pardo – 2015.....	155
Mapa 23 – Sistema de abastecimento de água por domicílios, segundo o Censo Demográfico IBGE 2010.....	158
Mapa 24 – Mapa da situação do abastecimento urbano de água no COREDE/Vale do Rio Pardo 2010.....	161
Mapa 25 – Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Vale do Rio Pardo 2010.....	162
Mapa 26 – Percentual de esgoto tratado na Região do Vale do Rio Pardo – 2010.....	168
Mapa 27 – Destino dos resíduos sólidos por domicílio ou propriedade – 2010.....	170
Mapa 28 – Mapa das Bacias Hidrográficas e COREDE do Vale do Rio Pardo.....	177
Mapa 29 – Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados na Região do Vale do Rio Pardo.....	189
Mapa 30 – Limite do Bioma Pampa.....	191



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Delegacias presentes nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo – 2014.....	102
Quadro 2 – Tipo de solução de abastecimento de água.....	156
Quadro 3 – Sistema de Abastecimento de água por domicílios.....	159
Quadro 4 – Consumo diário <i>per capita</i> médio de água e consumo mensal por economia (2013–2014).....	160
Quadro 5 – Panorama dos Esgotos Sanitários em alguns municípios do Vale do Rio Pardo – 2013.....	163
Quadro 6 – Destino do lixo por domicílio/propriedade – 2010.....	171
Quadro 7 – Relação dos municípios do Vale do Rio Pardo, área e percentuais que pertencem as bacias hidrográficas.....	179
Quadro 8 – Demandas futuras por bacia hidrográfica (2026).....	184
Quadro 9 – Reservas de Recursos Minerais na Região do Vale do Rio Pardo.....	196
Quadro 10 – Patrimônio Histórico do Vale do Rio Pardo com tombamento.....	196
Quadro 11 – Matriz FOFA da Microrregião Norte – 2016.....	201
Quadro 12 – Matriz FOFA da Microrregião Norte – 2016.....	201
Quadro 13 – Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul – 2016.....	202
Quadro 14 – Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul – 2016.....	203
Quadro 15 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo – 2016.....	205
Quadro 16 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo – 2016.....	206
Quadro 17 – Fatores comuns indicados nas FOFA nos dois processos de planejamento – 2010/2016.....	208
Quadro 18 – Fatores novos/emergentes na FOFA Regional em 2016.....	208
Quadro 19 – Matriz Regional de Potencialidades e Desafios, Riscos e Limitações – 2016.....	209



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área, população e data de criação dos municípios do COREDE/VRP.....	33
Tabela 2 – Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos – 2010.....	51
Tabela 3 – Número de Associações Comerciais, Industriais e CDLs distribuídas por município.....	53
Tabela 4 – Percentual dos extremamente pobres e razão de dependência – 2000 e 2010.....	87
Tabela 5 – Famílias inscritas no CADÚNICO e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2015, 2016....	92
Tabela 6 – Déficit Habitacional em 2010.....	95
Tabela 7 – COREDE Vale do Rio Pardo: faixa etária dos internos – 2016.....	98
Tabela 8 – Estrutura Fundiária dos Municípios do COREDE/VRP – 2006.....	111
Tabela 9 – Agências bancárias nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2005 e 2014.....	123
Tabela 10 – Distâncias entre cidades do Vale do Rio Pardo com Santa Maria e PortoAlegre.....	133
Tabela 11 – Distâncias entre cidades do Vale do Rio Pardo com Santa Cruz do Sul.....	134
Tabela 12 – Classificação por trechos de rodovias pesquisadas pela CNT de Rodovias – 2015.....	135
Tabela 13 – Principais vias de acesso rodoviário e situação existente (3ª SR – DAER de Santa Cruz do Sul/RS – Março de 2016.....	137
Tabela 14 – Características físicas gerais dos Rios Jacuí e Taquari.....	141
Tabela 15 – Consumo de energia pelas microrregiões do Vale do Rio Pardo – 2015.....	144
Tabela 16 – Total de consumidores nas microrregiões do Vale do Rio Pardo – 2015.....	145



Tabela 17 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Norte – 2010 – 2015.....	145
Tabela 18 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Central – 2010 – 2015.....	146
Tabela 19 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Sul – 2010 – 2015.....	147
Tabela 20 – Domicílios com microcomputadores, acesso à internet e existência de telefone celular (2010).....	147
Tabela 21 – Existência de operadoras de celular por município.....	149
Tabela 22 – Serviços de Rádio e Jornais na Região do Vale do Rio Pardo.....	150
Tabela 23 – Instrumentos de planejamento municipais da Região do Vale do Rio Pardo RS.....	174
Tabela 24 – Instrumentos de planejamento e gestão municipal no Vale do Rio Pardo.....	175
Tabela 25 – Situação de Planejamento na Bacias Hidrográficas da Região do Vale Rio Pardo.....	178
Tabela 26 – Criticidade das Águas Superficiais e Subterrâneas.....	181
Tabela 27 – Demandas e consumos dos principais usos em cada bacia hidrográfica.....	183
Tabela 28 – Municípios e áreas (ha) com áreas de Mata Atlântica tombadas.....	188
Tabela 29 – Minerais, usos/aplicação e impacto ambiental.....	194
Tabela 30 – Principais desastres naturais, número e ano de ocorrência dos eventos na Região do Vale do Rio Pardo.....	198



SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	
	Heitor Álvaro Petry.....	19
1	INTRODUÇÃO.....	20
2	O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	22
2.1	Objetivo do Plano.....	22
2.2	Abrangência do Plano.....	22
2.3	A equipe técnica.....	22
2.4	A metodologia utilizada.....	23
2.4.1	Atualização e ampliação do Diagnóstico Regional.....	25
2.4.2	Análise situacional e elaboração da Matriz FOFA Regional.....	25
2.4.3	Atualização das Estratégias Regionais, elaboração da Carteira de Projetos e definição do Sistema de Gestão.....	27
3	DIAGNÓSTICO TÉCNICO REGIONAL.....	31
3.1	Configuração Territorial.....	31
3.2	A diversidade, as particularidades e a regionalização do território regional.....	34
3.2.1	A Microrregião Norte.....	34
3.2.2	A Microrregião Centro.....	36
3.2.3	A Microrregião Sul.....	36
3.3	Aspectos físico-naturais.....	37
3.3.1	Caracterização do clima, solo e relevo regional.....	37
3.3.1.1	Altimetria.....	37
3.3.1.2	Declividade.....	38
3.3.1.3	Clima.....	42
3.3.1.4	Classificação e usos do solo.....	43
3.4	Dimensão Institucional.....	46
3.4.1	A estrutura institucional de apoio ao planejamento regional.....	46
3.4.1.1	Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – AMVARP.....	47



3.4.1.2 Associação dos municípios do Centro Serra – MCSERRA.....	47
3.4.1.3 Comitês de Bacia Hidrográfica.....	48
3.4.1.4 COMUDES no Vale do Rio Pardo.....	49
3.4.2 Dificuldades, desafios e possibilidades da articulação das instituições em prol de um planejamento regional.....	49
3.4.3 Instituições e organizações sociais regionais.....	50
3.4.4 Instituições Filantrópicas.....	51
3.4.5 Associações Comerciais e Industriais e Clube de Diretores Lojistas.....	52
3.4.6 Consórcios Intermunicipais Setoriais.....	54
3.4.7 Os órgãos públicos e autarquias estaduais e federais instaladas na região.....	56
3.4.8 Autarquias Estaduais.....	56
3.4.8.1 Coordenadorias Regionais da Educação – CRE.....	58
3.4.8.2 Coordenadorias Regionais de Saúde – CRS.....	59
3.4.8.3 EMATER-RS/ASCAR.....	61
3.4.9 Órgãos Públicos e Autarquias Federais.....	61
3.4.10 Número de Eleitores.....	64
3.5 Dimensão Sociocultural.....	65
3.5.1 Demografia.....	65
3.5.2 Ensino.....	71
3.5.3 Saúde.....	76
3.5.4 Desenvolvimento Humano.....	82
3.5.5 Assistência Social.....	86
3.5.6 Percentual dos extremamente pobres e razão de dependência.....	87
3.5.7 Número de beneficiários do Programa Bolsa Família.....	89
3.5.8 Habitação.....	93
3.5.9 Segurança.....	97
3.5.10 Sistema Penitenciário.....	97
3.5.11 Efetivo da Polícia Civil, da Brigada Militar e dos Bombeiros.....	99
3.5.12 Números de crimes.....	100
3.5.13 Estrutura de segurança.....	102
3.5.14 Cultura.....	103
3.5.15 Feiras, festas e exposições.....	104
3.5.16 Equipamentos socioculturais.....	104
3.6 Dimensão Econômica.....	105



3.6.1	Caracterização Econômica do COREDE/VRP.....	105
3.6.2	Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto.....	106
3.6.3	Estrutura fundiária.....	110
3.6.4	Produção de Tabaco no COREDE/VRP.....	111
3.6.5	Produção de Erva-Mate e de Leite no COREDE/VRP..	113
3.6.6	A produção de arroz, milho, mandioca e soja no COREDE/VRP.....	114
3.6.7	IDESE e Emprego no COREDE/VRP.....	118
3.6.8	Agências Bancárias.....	122
3.6.9	Finanças Públicas.....	123
3.6.10	Balança Comercial.....	128
3.7	Dimensão Infraestrutural.....	130
3.7.1	Redes modais no Estado e na Região do Vale do Rio Pardo.....	130
3.7.1.1	Sistema rodoviário.....	132
3.7.1.1.1	Avaliação das rodovias regionais.....	134
3.7.1.1.2	Avaliação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (3ª SR – DAER de Santa Cruz do Sul e 10ª SR – DAER de Cachoeira do Sul).....	136
3.7.1.1.3	Frota de veículos.....	138
3.7.2	Sistema ferroviário.....	140
3.7.3	Sistema hidroviário.....	140
3.7.4	Sistema aeroviário.....	142
3.7.5	Sistema de fornecimento de energia.....	143
3.7.6	Sistema de informação e comunicação.....	147
3.7.7	Saneamento Básico.....	151
3.7.8	Sistema de Abastecimento de Água.....	152
3.7.9	Sistema de Esgotamento Sanitário.....	163
3.7.10	Gestão de Resíduos Sólidos.....	169
3.7.11	Políticas públicas municipais para Resíduos Sólidos....	171
3.7.12	Instrumentos de planejamento municipais.....	173
3.8	Dimensão Ambiental.....	175
3.8.1	Recursos Hídricos.....	176
3.8.2	Situação das Águas Superficiais e Subterrâneas.....	180
3.8.2.1	Demanda, Consumo e Usos Futuros dos Recursos Hídricos.....	182
3.8.2.2	Principais conflitos pelo uso da água e problemas ambientais.....	184



3.8.3	Biomass.....	186
3.8.3.1	Bioma Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados....	187
3.8.3.2	Bioma Pampa.....	190
3.8.4	Recursos Minerais.....	192
3.8.5	Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Histórico.....	196
3.8.6	Desastres Naturais.....	197
4	A ELABORAÇÃO DA MATRIZ FOFA E AS DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	200
4.1	A elaboração da Matriz FOFA da Microrregião Norte....	200
4.2	A elaboração da Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul.....	202
4.3	A Matriz FOFA Regional.....	205
5	DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO.....	213
6	REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS, CARTEIRA DE PROJETOS E SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	216
6.1	Referenciais estratégicos.....	216
6.2	Visão de futuro.....	216
6.3	Vocações regionais.....	216
6.4	Valores ou Princípios Norteadores.....	217
6.5	Estratégias Regionais do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo.....	217
6.5.1	Estratégia Regional 1.....	217
6.5.2	Estratégia Regional 2.....	219
6.5.3	Estratégia Regional 3.....	221
6.5.4	Estratégia Regional 4.....	223
6.5.5	Estratégia Regional 5.....	225
7	CARTEIRA DE PROJETOS DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO.....	228
7.1	Estratégia Regional 1.....	228
7.2	Estratégia Regional 2.....	243
7.3	Estratégia Regional 3.....	270
7.4	Estratégia Regional 4.....	295



7.5 Estratégia Regional 5.....	329
8 SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (SGP – VRP).....	349
8.1 Comitê de Acompanhamento.....	349
8.2 Comitê Executivo.....	351
8.3 Comitês Setoriais.....	352
8.4 Gerente de projetos.....	354
8.5 Acompanhamento do Processo de Planejamento Regional...354	
REFERÊNCIAS.....	355
ANEXOS.....	364
Tabelas adicionais do Diagnóstico Regional – Dimensão Sociocultural.....	364
Tabelas adicionais do Diagnóstico Regional – Dimensão Econômica.....	390



APRESENTAÇÃO

Apresentamos à comunidade regional e aos interessados uma nova edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PED), sequência revisada e atualizada das edições anteriores. É o resultado de uma ampla participação e de um profundo debate, envolvendo instâncias de organizações públicas e privadas, lideranças e populares, numa contribuição coletiva, dentro de um olhar voltado a direcionar as ações de desenvolvimento sustentável para a Região do Vale do Rio Pardo a partir de uma profunda análise da situação atual, diagnosticada tecnicamente.

Evidentemente, é desafiador estabelecer direcionamentos através de projetos e ações nessa lógica para os futuros 15 anos, ainda mais em momentos tão turbulentos por que passa nosso país no âmbito político, repercutindo fortemente na economia e nas relações sociais. Nem por isso, o conjunto das pessoas envolvidas no processo do PED perdeu o ânimo, suas convicções e posições claras, embora plurais, na busca do desenvolvimento e do fortalecimento regional e que aqui se encontram traduzidos e registrados.

É preciso, portanto, destacar nosso reconhecimento e agradecimento a todos quantos, indivíduos, instituições, parceiros e apoiadores, contribuíram, em especial à equipe técnica contratada junto à UNISC que, a partir de uma metodologia bem estruturada, muito nos auxiliaram na condução do processo, e ao Governo do Estado enquanto financiador.

Desafio maior que a elaboração deste material é sem dúvida buscar a viabilização e implementação dos projetos e das ações. Precisamos manter nossa organização com sincronia e sinergia, articulando e agindo permanentemente nessa direção. O PED é nossa “bússola” norteadora. Sua implementação certamente representará a elevação dos padrões sustentáveis de desenvolvimento, repercutindo na melhora da qualidade de vida e na satisfação dos nossos concidadãos. Conclamamos a todos para que permaneçam engajados nesse propósito e que o novo PED possa ser ferramenta de uso efetivo, eficaz e constante.

Heitor Álvaro Petry,
Presidente do Corede/VRP.



1 INTRODUÇÃO

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE/VRP), criado em dezembro de 1991, é parte integrante dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul cujo papel é promover ações e políticas que visem o desenvolvimento da região. Nos seus 25 anos de existência o COREDE/VRP tem proposto estratégias e implementado ações que minimizassem as desigualdades inter e intrarregionais, dentre essas ações, cabe destacar o planejamento regional.

Em 2016, o COREDE/VRP, dando continuidade a esse processo de planejamento, realizou a revisão e atualização do seu Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional. Para tanto, contou com o apoio institucional do Fórum dos COREDEs, do Governo Estadual, através da Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, e da UNISC, através do seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR.

O processo de revisão e atualização do Plano Estratégico Regional foi coordenado pela diretoria executiva do COREDE/VRP e contou com a assessoria de uma equipe integrada por pesquisadores (docentes e alunos) do PPGDR e se realizou de modo democrático e participativo, envolvendo a mobilização e participação de representantes de diversas instituições e organizações sociais, e de instituições e órgãos públicos estaduais e federais que atuam na região do Vale do Rio Pardo.

O presente Plano Estratégico Regional está constituído de quatro partes. Na primeira parte, apresenta-se o processo de planejamento estratégico, destacando o objetivo e a abrangência do Plano, a metodologia utilizada e descreve como as atividades foram realizadas em cada etapa. Na segunda parte, apresenta-se os resultados da atualização e ampliação do Diagnóstico Regional, constituídos pelas: dimensões histórica e caracterização territorial, institucional, sociocultural, econômica, infraestrutural e ambiental. Na terceira parte, apresenta-se a construção da Matriz FOFA Regional, destacando as potencialidades, desafios, riscos e limitações existentes ao desenvolvimento regional, bem como as Dietrizes para o Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo. Na quarta parte, apresenta-se a definição da visão, vocação, valores e estratégias regionais, constituindo-se esses nos referencias



estratégicos do Plano Regional. Também nessa parte apresenta-se a carteira de projetos prioritários e o modelo de gestão do plano regional.

Deseja-se a todos uma boa leitura e um bom uso desse documento no processo participativo de planejamento estratégico regional do Vale do Rio Pardo.



2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 Objetivo do Plano

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Vale do Rio Pardo, de acordo com os termos especificados no Convênio celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-SPGG, do Estado do Rio Grande do Sul, n. 1636/2015.

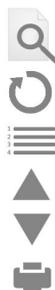
2.2 Abrangência do Plano

A abrangência temporal do plano será de quinze anos, portanto os projetos e ações propostos, guardadas as suas especificidades e definições de prioridades, devem ser realizados no período entre 2015-2030. A abrangência espacial envolve o conjunto do território da região do COREDE/VRP, constituído pelos 23 municípios que o integram.

2.3 A equipe técnica

A equipe técnica da UNISC responsável pela elaboração do diagnóstico regional bem como pela assessoria nas demais etapas do processo de planejamento foi constituída por pesquisadores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, por técnicos do Núcleo de Gestão Pública e por estagiários, selecionados junto aos cursos de graduação da UNISC. A Coordenação da equipe técnica foi realizada pelo professor Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC) que contou com a destacada participação da professora Heleniza Ávila Campos (UFRGS), responsável pela coordenação técnica do anterior plano regional de desenvolvimento da região.

A equipe técnica apresentou uma composição multidisciplinar, reunindo dois geógrafos, três economistas, dois arquitetos urbanistas, um engenheiro civil, um engenheiro agrônomo, uma bacharela em Serviço Social e uma advogada. Esses profissionais são pesquisadores com formação acadêmica em diferentes áreas do conhecimento.



Também integraram a equipe alunos dos seguintes cursos de graduação: Comunicação Social, Biologia, Geografia, Economia e Engenharia Civil.

2.4 A metodologia utilizada

A metodologia adotada para o processo de atualização do plano estratégico do COREDE/VRP foi a desenvolvida por Allebrandt, Büttendender e Siedenberg (2010)¹. Essa metodologia foi a mesma que serviu como orientadora do processo anterior de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, em 2009/2010, bem como é a que foi definida pelo atual Convênio de Cooperação entre Fórum dos COREDEs e Governo estadual, como modelo metodológico padrão a ser seguido pelo conjunto dos COREDEs.

De acordo com esse referencial metodológico, foram sete as etapas de atualização do planejamento estratégico regional no Vale do Rio Pardo.

A primeira etapa constitui-se no diagnóstico técnico, no qual busca-se organizar os dados existentes sobre a região, baseados em fontes secundárias, nos documentos previamente identificados no convênio e outros que a região entender pertinente. Na segunda etapa, a análise situacional constitui-se em momentos de debate e discussão em seminários ampliados nos quais participam técnicos, agentes políticos e a sociedade civil organizada, em que o diagnóstico técnico é apresentado, interpretado e validado à luz da realidade regional. Na terceira etapa, procedeu-se, também, de modo participativo envolvendo a sociedade civil e agentes políticos regionais, a análise de Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (FOFA), com o objetivo de construir coletivamente, com base no diagnóstico técnico e na análise situacional, uma interpretação mais apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais.

Na quarta etapa realizou-se a definição de visão, vocação e valores regionais, e as estratégias regionais constituindo-se os referencias estratégicos. Seguiu-se na quinta etapa, em que objetivos,

1 ALLEBRANDT, S. L.; BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R. Detalhamento de um modelo de Planejamento Estratégico Territorial In: *Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 49-79.



projetos e ações foram definidos, ou seja, resultaram na elaboração da chamada carteira de projetos e ações. Os projetos foram identificados, minimamente, com os respectivos objetivos, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, cronograma e estimativa de recursos para sua execução. Integrada a esta quinta etapa está a última e sexta etapa, que envolveu a discussão e definição do modelo de gestão do plano regional, de modo a garantir a sua execução e efetividade. Integraram, também, essa etapa final as ações de publicação e divulgação do plano regional.

Metodologicamente, buscou-se proporcionar e valorizar a dimensão participativa no processo de atualização do plano estratégico regional, através da sensibilização e mobilização dos atores regionais e da realização de seminários e assembleias públicas, fomentando o exercício da cidadania, buscando a cooperação e a concertação necessária para garantir efetividade ao processo de planejamento.

Nesse sentido, o COREDE/VRP entendeu como de fundamental importância que o processo de atualização do plano estratégico proporcionasse condições para que os cidadãos, atores e lideranças sociais residentes e atuantes nos municípios da região tivessem presente a importância de valorizar a escala regional nas discussões relativas ao diagnóstico territorial, análise situacional, construção da Matriz FOFA, bem como na definição dos projetos prioritários de desenvolvimento e do sistema de gestão do plano.

Assim, o COREDE/VRP entendeu, como proposto por Felippi, Allebrandt e Silveira (2015), que no processo participativo de atualização do plano é preciso evitar a fragmentação da discussão, análise e definição de propostas/projetos a partir da escala local (municipal), mas sim reforçar a participação social, o debate político dos atores e lideranças nos espaços públicos de discussão e definição das propostas e projetos regionais. Esse foi o sentido da opção metodológica do COREDE/VRP em promover a realização de seminários públicos microrregionais e regionais para pensar o presente e projetar o futuro que se quer para a região.

Com base nessas orientações metodológicas foi desenvolvido um conjunto de ações e atividades relacionadas a cada etapa do processo de planejamento regional.



2.4.1 Atualização e ampliação do Diagnóstico Regional

Inicialmente, a equipe técnica foi organizada em grupos temáticos, de modo a seguir as orientações metodológicas, a fim de realizar o diagnóstico técnico regional a partir de seis dimensões (ou eixos temáticos): dimensões histórica e institucional; dimensão sociocultural; dimensão econômica; dimensão infraestrutural e dimensão ambiental.

O trabalho de atualização e ampliação do diagnóstico regional envolveu inicialmente uma revisão do diagnóstico técnico realizado no plano anterior, de modo a analisar o que poderia ser aproveitado e atualizado; a definição de novas variáveis a serem levantadas; a identificação das possíveis fontes de dados secundários disponíveis, como o IBGE, a FEE-RS, o IPEA, entre outras fontes oficiais, os estudos técnicos da SPGG (Perfil Socioeconômico das Regiões, Agenda 2030, etc.), bem como o acervo de dados já existente no Banco de Dados do Vale do Rio Pardo, e disponível no Observatório do Desenvolvimento Regional, coordenado pelo PPGDR-UNISC.

2.4.2 Análise situacional e elaboração da Matriz FOFA Regional

A realização desta segunda etapa do processo de planejamento regional buscou atender alguns dos objetivos específicos do plano de trabalho para a atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo, que propõem:

- Definir estratégias de desenvolvimento do COREDE Vale do Rio Pardo que auxiliarão no planejamento territorial da região;
- Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional.

A fim de buscar alcançá-los considera-se: o grande número de municípios que integram o território regional (23 municípios) e a diversidade de suas realidades, a necessidade de uma discussão sobre os desafios e potencialidades do desenvolvimento territorial, que valorizasse a escala regional do processo de planejamento. O COREDE/



VRP definiu, como estratégia metodológica e operacional, a realização de dois seminários microrregionais: um em Sobradinho, para reunir os representantes dos segmentos sociais e instituições da Microrregião Norte, e outro em Santa Cruz do Sul, para reunir os representantes dos segmentos sociais e instituições das Microrregiões Centro e Sul. O propósito foi de realizar a apresentação e promover debate com a comunidade regional sobre o diagnóstico técnico, elaborado previamente pela equipe técnica, bem como para, de modo participativo, realizar a análise situacional e a elaboração da Matriz FOFA.

O público alvo que foi convidado para participar desse processo participativo de planejamento foi constituído pelos integrantes dos COMUDES, lideranças sindicais regionais, representações da sociedade civil organizada na região, representantes das Prefeituras Municipais, órgãos e empresas do governo estadual e federal existentes na região, integrantes da Assembleia Geral, Conselho de Representantes e Diretoria Executiva do COREDE/VRP, Associação de Municípios do Vale do Rio Pardo, Associação de Municípios do Centro-Serra, Instituições de Ensino Superior com sede na região, entre outras entidades representativas da comunidade regional. Além desses, qualquer cidadão do Vale do Rio Pardo que tivesse interesse poderia participar e contribuir com a discussão.

Durante os meses de abril e maio, a diretoria do COREDE/VRP realizou um conjunto de visitas aos COMUDES e lideranças dos municípios da região buscando sensibilizá-los e mobilizá-los para participarem dos seminários microrregionais. Também foi disponibilizado, através da *fan page* do COREDE/VRP nas redes sociais, convite e informações sobre os seminários microrregionais, bem como foi criada a possibilidade da sociedade poder registrar suas contribuições para o plano estratégico regional. Igualmente foram realizadas ações de divulgação dos seminários junto aos órgãos de imprensa regional.

O primeiro seminário microrregional foi realizado no dia 31 de maio de 2016, em Sobradinho, e contou com a presença de 73 pessoas representando diferentes segmentos sociais e instituições da Microrregião Norte. O seminário ocorreu na Câmara Municipal de Sobradinho, das 8h30 às 17h. Já o segundo seminário microrregional ocorreu no dia 14 de junho de 2016, em Santa Cruz do Sul, e contou com a presença de 74 pessoas representando diferentes segmentos sociais e



instituições das Microrregiões Centro e Sul. O seminário ocorreu no Anfiteatro do Bloco 18 do *campus* de Santa Cruz do Sul, da UNISC, das 8h30 às 17h.

Avalia-se como positivo a participação da comunidade regional nos seminários microrregionais. Verificou-se entre o público presente dos seminários microrregionais a expressiva presença de técnicos de órgãos e autarquias setoriais dos governos municipais e estadual e de representantes dos COMUDES, além de boa participação de representantes de entidades sindicais de trabalhadores, de segmentos empresariais e das universidades. Chamou também a atenção a baixíssima presença dos prefeitos e vereadores municipais, e dos deputados estaduais e federais com domicílio eleitoral na região. De modo geral, em ambos os eventos conseguiu-se vencer o conjunto das etapas e atividades propostas, com boa participação e envolvimento do público presente.

2.4.3 Atualização das Estratégias Regionais, elaboração da Carteira de Projetos e definição do Sistema de Gestão

Dentre as etapas que constituem esse trabalho constam-se, também, a atualização das estratégias regionais, a elaboração da carteira de projetos prioritários para o Vale do Rio Pardo, definição de um sistema de gestão e de acompanhamento do plano regional, bem como a construção em conjunto com o COREDE Vale do Taquari de projetos prioritários para a Região Funcional 2.

Uma etapa de grande importância na elaboração do plano regional é a definição dos chamados referências estratégicos, elementos fundamentais que orientarão o Planejamento Estratégico. Pensados em torno do que se deseja alcançar em termos de região, esses elementos constituem-se na atualização da visão de futuro, vocações, valores e estratégias regionais.

Para a realização dessas atividades organizou-se dois seminários microrregionais, um em Sobradinho, para reunir os representantes dos segmentos sociais e instituições da Microrregião Norte, e outro em Santa Cruz do Sul, para reunir os representantes dos segmentos sociais e instituições das Microrregiões Centro e Sul possibilitando melhor abranger as discussões de toda a região.



Assim como nas atividades anteriores, o processo ocorreu de forma participativa, envolvendo representantes de toda a comunidade regional, tendo como objetivo atualizar os referenciais estratégicos e definir os projetos regionais a serem priorizados no novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.

O primeiro seminário microrregional foi realizado no dia 23 de agosto de 2016, em Santa Cruz do Sul, e contou com a presença de 52 pessoas representando diferentes segmentos sociais e instituições das Microrregiões Centro e Sul. O seminário ocorreu no *campus* da Universidade de Santa Cruz do Sul, localizado na cidade de Santa Cruz do Sul, das 8h30 às 12h. Já o segundo seminário microrregional ocorreu no dia 06 de setembro de 2016, em Sobradinho, e contou com a presença de 20 pessoas representando diferentes segmentos sociais e instituições da Microrregião Norte. O seminário ocorreu na Câmara de Vereadores de Sobradinho, das 8h30 às 12h.

Em ambos os eventos conseguiu-se executar plenamente as etapas e atividades propostas. Inicialmente, a equipe técnica apresentou os referenciais estratégicos contidos no plano anterior e as novas estratégias regionais, a fim de suscitar o debate. Posteriormente a isso, exibiu-se uma síntese da Matriz FOFA Regional, na qual, a partir das informações ali contidas, orientou-se a divisão dos presentes em quatro grupos, de acordo com a dimensão temática que mais se familiarizavam pela sua atuação: institucional, sociocultural, ambiental e econômica. A proposta apresentada foi para que houvesse uma discussão entre os grupos sobre quais estratégias regionais deveriam ser definidas e os projetos regionais a serem priorizados no Plano Regional de Desenvolvimento. Com as estratégias regionais e os possíveis projetos definidos nos grupos de trabalho, a próxima etapa consistiu na apresentação pelos relatores dos grupos e sua discussão e definição em plenária.

O trabalho realizado permitiu aos participantes rever a formulação do plano anterior sobre a visão de futuro, vocações e valores do planejamento e, desta forma, atualizá-los para o momento presente e considerando as perspectivas futuras. Possibilitou, também, aos participantes, com base na Matriz FOFA anteriormente elaborada, debater e definir as principais estratégias regionais, bem como, a partir delas, definir as propostas de projetos regionais a serem priorizados no Plano.



Concluída a parte de definição das estratégias regionais e dos projetos regionais a integrar a carteira de projetos, a equipe técnica ficou então encarregada de proceder a redação inicial dos formulários, com o preenchimento de informações institucionais e dados registrados pelos grupos de trabalho durante os seminários. Esse trabalho foi desenvolvido pela equipe técnica durante os meses de setembro e outubro. Nessa atividade, houve muita dificuldade em se obter dados e informações técnicas junto aos órgãos públicos estaduais e municipais, para o detalhamento dos projetos.

Durante a segunda quinzena de novembro de 2016, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo divulgou o convite para a comunidade regional participar do último Seminário do Planejamento Estratégico Regional do Vale do Rio Pardo, destinado a consolidar a carteira de projetos, realizar a hierarquização desses projetos, bem como debater e definir o Sistema de Gestão e Acompanhamento do Plano. Além disso, o seminário também teve o objetivo de definir a priorização de dez projetos regionais para a construção de uma carteira de projetos da Região Funcional 2, em conjunto com o COREDE Vale do Taquari. O evento ocorreu no dia 6 de dezembro, às 9h, na sala 101 do *campus* da Universidade de Santa Cruz do Sul. Compareceram 36 pessoas representando diversos segmentos da comunidade regional que participaram ativamente da discussão dos projetos.

Conforme estabelecido no cronograma do evento, os participantes dividiram-se em cinco grupos por afinidade com as dimensões temáticas dos projetos regionais, com o objetivo de debaterem e definirem a hierarquização dos projetos, pela sua importância e urgência para a região, e observando a distribuição dos projetos regionais nas cinco dimensões temáticas: infraestrutural, econômica, sociocultural, ambiental e institucional.

Concluída essa etapa, a partir da ordem de hierarquização estabelecida pelos participantes, nos grupos, o resultado foi então apresentado pelos relatores no plenário para o conjunto dos participantes que, após debates, aprovou por unanimidade a hierarquização dos projetos regionais, em cada uma das dimensões. A ordem de hierarquização dos projetos regionais está informada no capítulo 8 do presente plano, quando apresentamos o detalhamento da Carteira dos Projetos.



Em seguida, passou-se a discussão pelo plenário sobre a priorização dos 10 principais projetos que deveriam compor uma lista regional a ser objeto de análise em conjunto com o COREDE do Vale do Taquari, a fim de construir uma carteira de projetos da região Funcional 2. A diretoria do COREDE propôs que, para tal priorização, o plenário considera a hierarquização feita anteriormente pelos grupos. Por unanimidade os presentes aprovaram a seleção dos dez projetos prioritários da região do Vale do Rio Pardo que serão objeto de articulação com os dez projetos a serem priorizados pelo COREDE do Vale do Taquari, para posteriormente constituírem uma carteira de projetos prioritários da Região Funcional 2.

Os dez projetos da Carteira de Projetos priorizados pela comunidade do Vale do Rio Pardo foram os seguintes:

- Fortalecer e Fomentar a produção, industrialização e comercialização da agricultura familiar;
- Desenvolver a cultura da cooperação e empreendedorismo;
- Fortalecer as Políticas Públicas para pessoas com deficiência;
- Qualificar a educação no campo;
- Implantar a Usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos;
- P.S.A (Pagamento de Serviços Ambientais) Regional, para preservação de nascentes e mananciais;
- Duplicar a Rodovia RSC 287;
- Ligação Asfáltica e Pavimentação de rodovias na região;
- Programa de uso e manejo conservacionista do solo (Programa Gestão Sustentável do Solo); e
- Desenvolvimento e qualificação do turismo.

O último momento do seminário regional foi dedicado ao debate, à definição e à aprovação do sistema de gestão para a implementação e monitoramento do plano (ver capítulo 9). A participação e contribuição das lideranças e representantes da comunidade regional neste evento foram de grande importância para a finalização dessa etapa e do processo de atualização do plano regional, que deverá orientar o desenvolvimento da região para os próximos anos.



3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO REGIONAL

3.1 Configuração Territorial²

O território da região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE/VRP) situa-se na região centro-oriental do Rio Grande do Sul. O território regional é constituído por 23 municípios. Sua extensão territorial abrange uma área de 13.171,7 km² e atualmente possui uma população de aproximadamente 408.583 habitantes, resultando em uma densidade demográfica média de 31,02 habitantes/km² (FEE, 2016).

O espaço regional é delimitado pelas seguintes coordenadas geográficas: no extremo norte, pela latitude 29°02'37"S, no extremo sul, pela latitude 30°57'22"S; no extremo leste, pela longitude de 51°43'58"W, e no extremo oeste, pela longitude de 53°16'47"W.

Os vinte e três municípios que atualmente constituem o COREDE do Vale do Rio Pardo são os seguintes: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Na figura 1, a seguir, é possível observar a configuração territorial da região, a localização dos vinte e três municípios e de suas respectivas sedes municipais.

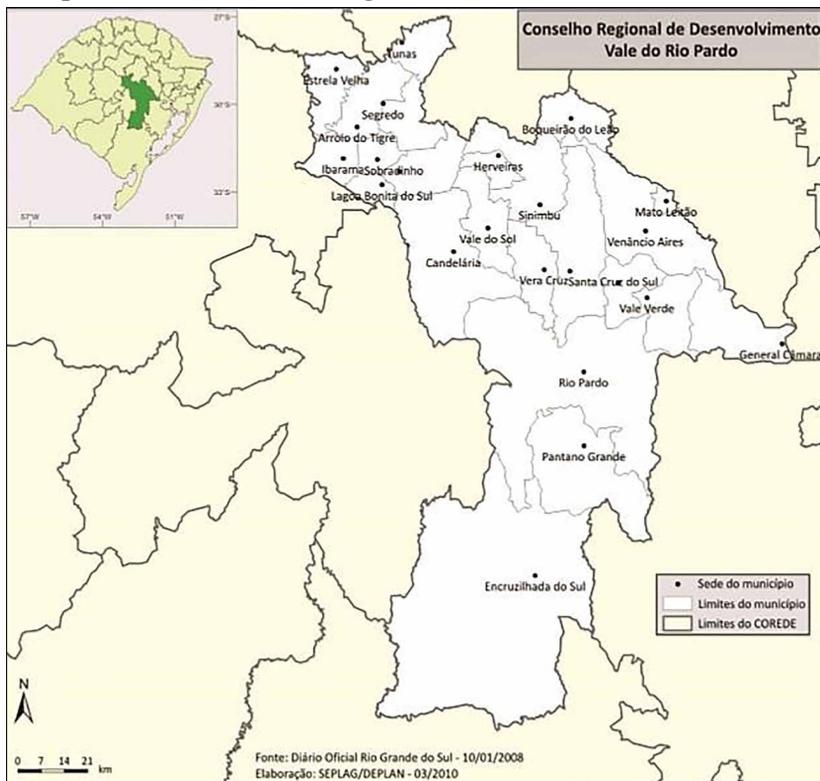
A configuração territorial da região, similarmente a do estado do Rio Grande do Sul, revela a existência de dois subespaços com distintas formações territoriais, separados pela linha da encosta da serra, que segue, aproximadamente, de leste para oeste, passando pelo limite sul dos municípios de Candelária, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires. Ao norte dessa linha, tem-se um desses espaços, que é constituído por municípios com média e pequena dimensão, localizados em áreas de relevo mais acidentado, e com o predomínio da pequena propriedade familiar. Já o outro espaço, localiza-se ao sul dessa linha imaginária, é integrado por municípios de grande dimensão territorial localizados em áreas de relevo mais ondulado e com o predomínio das

2 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Heleniza Ávila Campos, Rogério Leandro Lima da Silveira e a bolsista Juliana Vanesi Lopes da Silva.



grandes propriedades de criação de gado e/ou produção de lavouras agroindustriais.

Mapa 1 – Localização da região do COREDE Vale do Rio Pardo



Fonte: Perfil Sócio Econômico do COREDE/VRP (2015, p. 3).

A Tabela 1, na próxima página, apresenta dados relativos à área territorial, população total e data de emancipação dos municípios que integram a região do Vale do Rio Pardo, evidenciando tratar-se de uma região muito diversa em relação à dimensão territorial, à população total, bem como à constituição histórica dos municípios que integram a região.

O território regional é constituído por municípios de desiguais dimensões espaciais. Compõe esse conjunto regional tanto municípios territorialmente maiores, como os casos de Rio Pardo e Encruzilhada do Sul – criados ainda no século XIX, no contexto da ocupação e

colonização das terras da parcela meridional da região, por lusos, açorianos e militares luso-brasileiros –, quanto pequenos municípios, criados mais recentemente, durante o final da década de 1980 e durante a década de 1990, em consequência do intenso processo de emancipações municipais que, assim como no estado do Rio Grande do Sul, também ocorreu na região.

Tabela 1 – Área, população e data de criação dos municípios do COREDE/VRP

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (2014)	DATA DE CRIAÇÃO
Arroio do Tigre	319	12.648	06/11/1963
Boqueirão do Leão	266	7.673	08/12/1987
Candelária	944	30.171	07/07/1925
Encruzilhada do Sul	3.439	24.534	19/07/1849
Estrela Velha	282	3.628	28/12/1995
General Câmara	494	8.447	04/05/1881
Herveiras	118	2.954	28/12/1995
Ibarama	193	4.371	15/12/1987
Lagoa Bonita do Sul	109	2.662	16/04/1996
Mato Leitão	46	3.865	20/03/1992
Pantano Grande	848	9.895	15/12/1987
Passa Sete	305	5.154	28/12/1995
Passo do Sobrado	265	6.011	20/03/1992
Rio Pardo	2.051	37.591	07/10/1809
Santa Cruz do Sul	733	118.374	28/09/1878
Segredo	247	7.158	05/05/1988
Sinimbu	510	10.068	20/03/1992
Sobradinho	130	14.283	03/12/1927
Tunas	218	4.395	08/12/1987
Vale do Sol	328	11.077	10/11/1991
Vale Verde	329	3.253	28/12/1995
Venâncio Aires	773	65.946	11/05/1891
Vera Cruz	310	23.983	30/01/1959
Vale do Rio Pardo	13.171	408.583	19/12/1991

Fonte: OBSERVA-DR, com base nos dados do IBGE (2010) e da FEE (2016).



3.2 A diversidade, as particularidades e a regionalização do território regional

Ao longo do processo de planejamento regional, iniciado em meados dos anos 1990, foi se consolidando na região a visão de que o seu território não é homogêneo em sua totalidade. O território regional apresenta grandes diferenças e particularidades tanto em seu ambiente natural quanto em sua formação histórica e cultural, como também desigualdades em seus processos de crescimento econômico e de desenvolvimento social.

Nesse sentido, reconhecendo tais diferenças e particularidades, e buscando melhor apreender, interpretar e analisar as características, os elementos, os processos naturais, socioculturais, econômicos e político-institucionais presentes no território regional, bem como organizar os dados secundários e informações necessárias ao planejamento regional, adotou-se a mesma regionalização utilizada nos planos regionais anteriores. Esta regionalização particular é distinta daquela já consagrada pelo IBGE, em sua microrregionalização geográfica.

A regionalização para fins de planejamento do território do Vale do Rio Pardo está constituída por três microrregiões distintas: Sul, Centro e Norte, como ilustradas, a seguir, no Mapa 2, possibilitando observar a localização de cada microrregião no território regional.

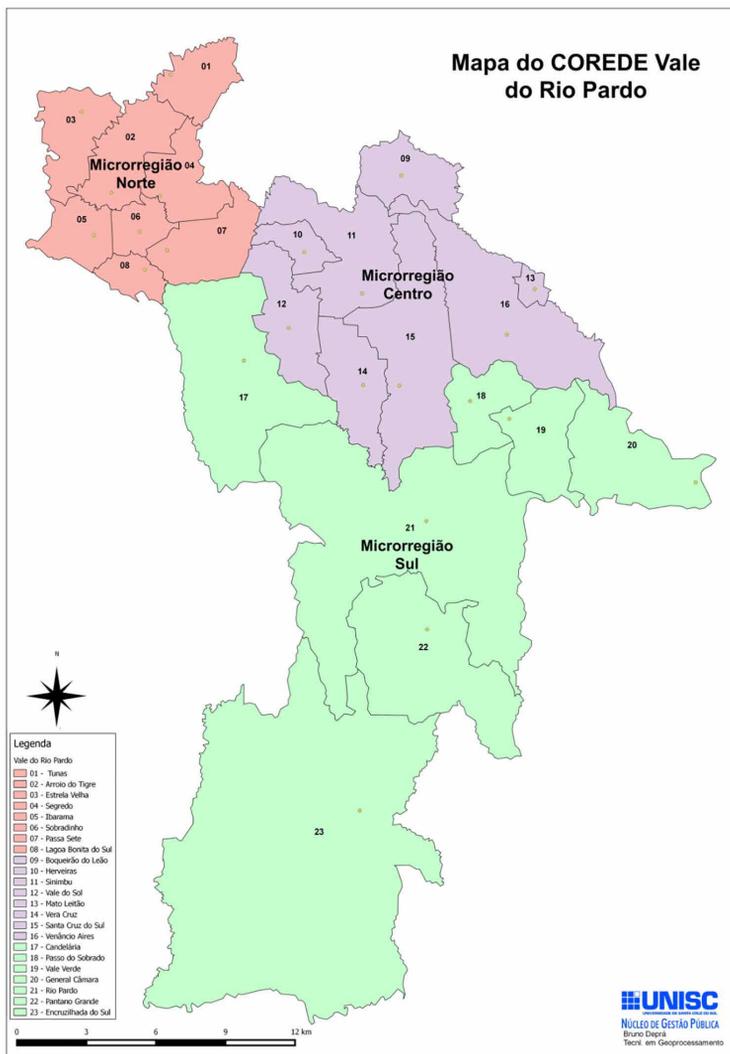
3.2.1 A Microrregião Norte

Os municípios que integram a Microrregião Norte estão localizados na região serrana. Seu relevo bastante acidentado e com altitudes médias em torno de 500 metros favorece culturas agrícolas distintas de frutíferas, além da produção do fumo em folha, em decorrência da sua integração econômica com as atividades da região do Vale do Rio Pardo. Sobradinho apresenta importante centralidade microrregional. Inserida na região dos planaltos das Araucárias e das Missões essa microrregião apresenta uma agricultura diversificada, praticada em pequenas propriedades rurais, que se utilizam da mão de obra familiar para a produção de tabaco em folha (fumo), soja, feijão, milho e pecuária, além de produtos para fins de subsistência familiar, ou comercializados na própria região. Também possuem como característica marcante terem sido colonizados por imigrantes



européus, principalmente de origem alemã e italiana, cujos hábitos culturais e alimentares expressam forte identidade entre seus habitantes. Os municípios são de pequeno porte, se comparados com as outras duas microrregiões, e apresentam um baixo índice de urbanização, com grande parte de sua população ainda residindo no meio rural.

Mapa 2 – A região do Vale do Rio Pardo e suas microrregiões



Fonte: NGP/UNISC – Org.: Bruno Deprá.

3.2.2 A Microrregião Centro

A Microrregião Centro insere-se no Planalto das Araucárias e na Depressão Central, com uma variação de altitude entre 600 a 100 metros, na transição dos compartimentos geomorfológicos. Caracteriza-se fundamentalmente pela forte presença da agroindústria multinacional exportadora do fumo em folha, o que influencia diretamente na organização dos espaços urbanos e rurais, além disso essa microrregião concentra o PIB industrial do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul concentra em sua área urbana três atividades geradoras da dinâmica regional que lhe concedem o papel de cidade polo regional: em primeiro lugar, a presença das principais sedes e usinas de processamento de tabaco destas empresas, tais como Souza Cruz, Philip Morris, Universal Leaf Tabacos Ltda, entre outras; em segundo lugar, a Universidade de Santa Cruz do Sul que se constitui em um forte elemento atrativo de impacto social e econômico na região; em terceiro lugar, o importante conjunto de serviços especializados de saúde e de atividades comerciais e de serviços instalados na cidade, igualmente amplia a sua centralidade regional. Venâncio Aires e Vera Cruz se articulam em rede a estas atividades, constituindo-se em espaços de expansão econômica e administrativa destas atividades e também como cidades-dormitórios. Os demais municípios que compõem a porção central são essencialmente agrícolas, produtores de tabaco e fornecedores de mão de obra temporária no setor fumageiro. No meio rural há a presença marcante da pequena propriedade agrícola familiar altamente especializada na produção de fumo, e iniciativas ainda dispersas de produção de alimentos agroecológicos. O traço herdado da influência dos descendentes dos migrantes alemães ainda é forte, podendo ser identificado de forma evidente nas práticas socioespaciais locais, nas construções e na organização dos espaços, tanto urbano como rural. Trata-se de municípios também de pequeno porte, assim como na Microrregião Norte.

3.2.3 A Microrregião Sul

Na Microrregião Sul, observa-se características mais diversas comparativamente as outras microrregiões, seja pelo seu processo de ocupação espacial ter ocorrido mais cedo (Rio Pardo constituiu-se num dos primeiros municípios, sendo fundado em 1809 e originando diversos outros), seja pela sua vinculação à dinâmica econômica e sociocultural da Metade Sul do estado. Nessa microrregião o município de Rio Pardo



se apresenta como polo regional. Outras características marcantes são a concentração fundiária e a formação geológica e pedológica que dificultam o melhor aproveitamento agrícola, principalmente nos municípios de Pantano Grande e Encruzilhada do Sul. A microrregião encontra-se na Depressão Central e no Escudo Sul-riograndense, com áreas planas na Depressão Central, e relevo ondulado no Escudo Sul-riograndense. Além da influência dos migrantes alemães, observa-se uma maior diversidade cultural vinculada, sobretudo, à cultura luso-brasileira, o que pode ser observado inclusive na formação das cidades – como Rio Pardo, por exemplo – e nas manifestações sociais, tais como suas festividades. Essa microrregião também está integrada à produção do fumo em folha, no entanto há predomínio da cultura do arroz nesta microrregião, sendo os municípios de maior porte em superfície.

A despeito da integração econômica dos municípios em torno da produção do fumo, a diversidade de culturas e práticas socioespaciais revelam uma região exemplarmente rica em manifestações das suas populações no cotidiano, cujas tradições ainda são preservadas de forma pouco alterada pelas atividades turísticas e pelos novos atores sociais que se inserem neste território, com particularidades específicas de cada município ou microrregião.

Essa diversidade intrarregional quanto ao conteúdo histórico, cultural e ambiental, bem quanto às determinações e às particularidades do processo de reprodução ampliada do capital e seus reflexos e efeitos diferenciados no conjunto dos lugares da região, impõe a necessidade de se pensar o planejamento regional como meio de buscar a diminuição das desigualdades intrarregionais, bem como a valorização e o aproveitamento econômico e social de suas diferenças, contingências e individualidades.

3.3 Aspectos físico-naturais³

3.3.1 Caracterização do clima, solo e relevo regional

3.3.1.1 Altimetria

A região do COREDE do Vale do Rio Pardo apresenta uma ampla escala altimétrica, contendo altitudes de 50 metros em áreas de menor

3 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Heleniza Ávila Campos, Rogério Leandro Lima da Silveira e a bolsista Juliana Vanesi Lopes da Silva.



altitude a 750 metros em suas áreas mais elevadas.

Cada uma das microrregiões possui suas particularidades quanto ao relevo. Em relação à Microrregião Norte, as altitudes declinam entre 450m nas áreas circunvizinhas das sedes dos municípios de Passa Sete a Lagoa Bonita do Sul, devido a sua posição geográfica (localizada em uma zona de contato entre o Planalto das Araucárias e Planalto das Missões), a 200m nas imediações dos rios Jacuizinho e Rio Pardo. No entanto, regiões mais ao sul possuem altitudes que oscilam entre 0 a 150m de altitude (Mapa 3).

A Microrregião Central apresenta, em sua porção norte, altitudes que chegam a 750 metros, como no caso dos municípios de Boqueirão do Leão e Herveiras. Quanto mais ao sul, menores são as altitudes dessa microrregião, onde na parte pertencente à Depressão Periférica Sul-riograndense registram-se as menores altitudes de todo Vale do Rio Pardo.

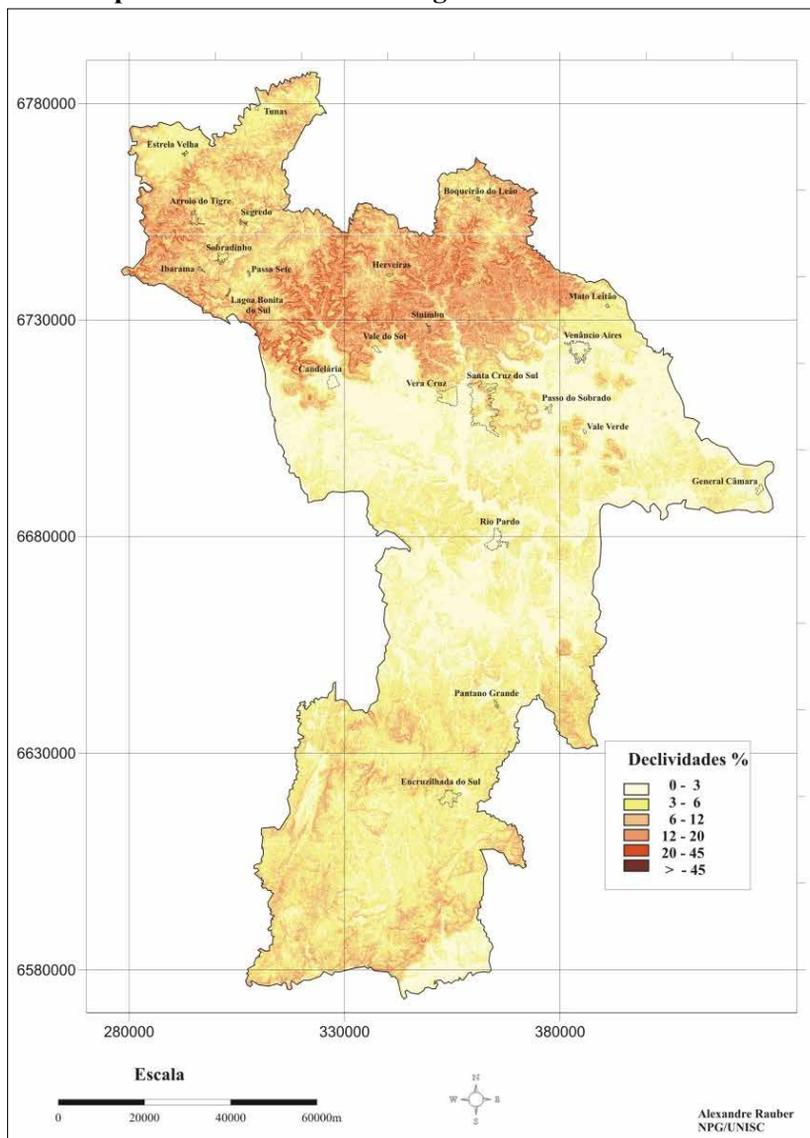
Na Microrregião Sul há uma grande variação altimétrica, sendo as mais baixas aquelas adjuntas ao Rio Jacuí na região da Depressão Periférica do Sul-riograndense. A porção mais alta, que fica em torno de 350 metros de altitude, compreende os morros mais ao centro do município de Encruzilhada do Sul que engloba o Planalto Sul-riograndense.

3.3.1.2 Declividade

A declividade é definida por meio de um cálculo que usa como referência dois pontos distintos de um terreno e tem como objetivo medir a inclinação da área. Através de um mapa de declividade é possível se extrair informações importantes a respeito da presença de áreas e faixas de risco, passíveis a erosão e posterior movimento de massa, permitindo assim um melhor estudo sobre as atividades que podem ou não ser exercidas nos locais.



Mapa 4 – Declividades na Região do Vale do Rio Pardo



Fonte: COREDE/VRP (2010, p. 33).

As declividades de uma área podem ser classificadas em seis classes:

- a) Terreno plano ou quase plano;
- b) Declividade fraca;
- c) Declividade média a forte;
- d) Declividade forte e muito forte;
- e) Terreno abrupto; e
- f) Escarpado.

Na classe de terreno plano ou quase plano (até 3,5%), a declividade existente favorece atividades com máquinas agrícolas, construções e, também, infraestruturas viárias. Devido ao fato de ser formado por áreas com baixa declividade, o escoamento superficial se dá de uma maneira lenta, o que dificulta a perda de solo e escorregamentos. Esse tipo de terreno é pouco presente no Vale do Rio Pardo, podendo ser encontrado apenas em alguns locais próximos do leito do Rio Pardinho, na Microrregião Centro.

No que se refere à declividade fraca (3,5% a 9%) encontra-se em algumas pequenas porções cuja morfologia é caracterizada por declives suaves e escoamento superficial, que varia de lento a médio. Esse tipo de classe é favorável para a prática da agricultura e construções.

Declividade média a forte (9% a 27%) refere-se a áreas com superfícies inclinadas, morfologicamente falando, apresenta encostas de morro e relevos estruturais do tipo *cuesta* (forma de relevo constituída por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam em uma direção gerando um declive suave de um lado e íngreme do outro), o que ocasiona um escoamento superficial médio a rápido. Para o cultivo agrícola intenso, esse tipo de área de declividade necessita de práticas complexas de conservação do solo e não oferece condições ideais para construções e infraestrutura viária.

Com declividade forte ou muito forte (27% a 45%), sua morfologia é de encostas serranas, escarpas de falhas e terraços. Por serem áreas muito inclinadas, o escoamento dos solos se dá de maneira rápida tornando-os passíveis a erosão. São indicados para reflorestamento e pecuária, não favorecendo construções e projetos de infraestrutura.

Terrenos abruptos (45% a 70%) são caracterizados morfologicamente por cristas, favorecendo uma forte erosão linear que acarreta a escorregamentos, quedas de blocos e avalanches. Áreas com



essa classificação é indicada apenas para uso florestal.

A declividade de relevos escarpados (mais de 70%) contém uma morfologia marcada por paredões e escarpas em vales encaixados e solos rasos. Por serem áreas de difícil acesso não são indicados para a agricultura e o uso florestal é restrito.

3.3.1.3 Clima

A região do Vale do Rio Pardo situa-se na região central do Rio Grande do Sul, em meio à Zona Subtropical Sul. Essa zona, especificamente na região sul oriental do continente Sul-Americano, apresenta suas características de circulação atmosférica relacionadas aos centros de ação: Anticiclone do Atlântico Sul, Ciclone Migratório Subantártico, Anticiclone Polar, Baixa do Chaco e o Doldrum (Convergência Intertropical–CIT).

De acordo com dados divulgados pelo *site* Climatempo, em 2011, nos meses mais chuvosos (setembro e outubro) a precipitação média varia entre 145mm e 191mm. As temperaturas médias alternam em torno de 18° a 22° C nos meses mais quentes podendo atingir máximas de 35°C. Nos meses mais frios, as médias ficam entre 14° a 18° com mínimas podendo atingir -1°C no inverno, ocorrendo fortes geadas. Essas características conferem ao Vale do Rio Pardo um clima subtropical, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano todo, com ocorrências esporádicas de estiagens prolongadas entre os meses de dezembro a março e o excesso de chuvas, quando ocorre, entre agosto a outubro.

O relevo e vegetação da região também atuam constantemente sobre o clima atribuindo-lhes tais características. Em alguns pontos (topos de morros) as cotas altimétricas chegam a atingir mais de 600m, devido a isso as temperaturas desses locais são mais amenas com boa exposição solar. Em áreas onde há maior predominância de vegetação as temperaturas são mais amenas e com baixas taxas de albedo. A morfologia em locais encaixados propicia pouca exposição solar em locais como o sul das vertentes dos morros ou talvegues, tornando-lhes áreas úmidas e frias.

Na Microrregião Sul ocorrem períodos maiores de dias com temperaturas baixas, com médias que ficam em torno de 14° nos meses de inverno. As maiores médias de temperatura encontram-se na

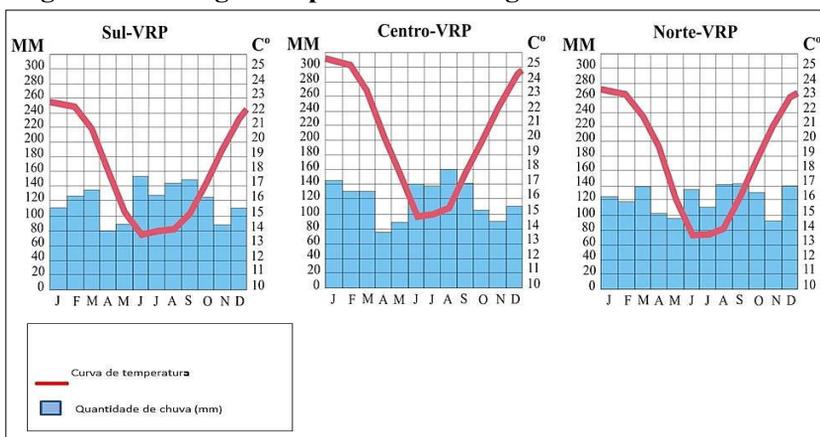


Microrregião Central principalmente nos meses de verão e um inverno mais ameno do que as Microrregiões Norte e Sul, conforme pode ser observado nos climogramas.

A precipitação ocorre de forma regular durante o ano todo, ficando em média de 1400mm, com maior precipitação entre os meses de inverno, e menores entre os meses de abril a novembro.

O sistema de baixa pressão situado sobre o Oceano Atlântico é responsável por determinar o regime de circulação do vento do oceano para o continente e deste de volta para o oceano, que define ventos predominantes de sudeste e leste no Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Climogramas para as microrregiões do Vale do Rio Pardo



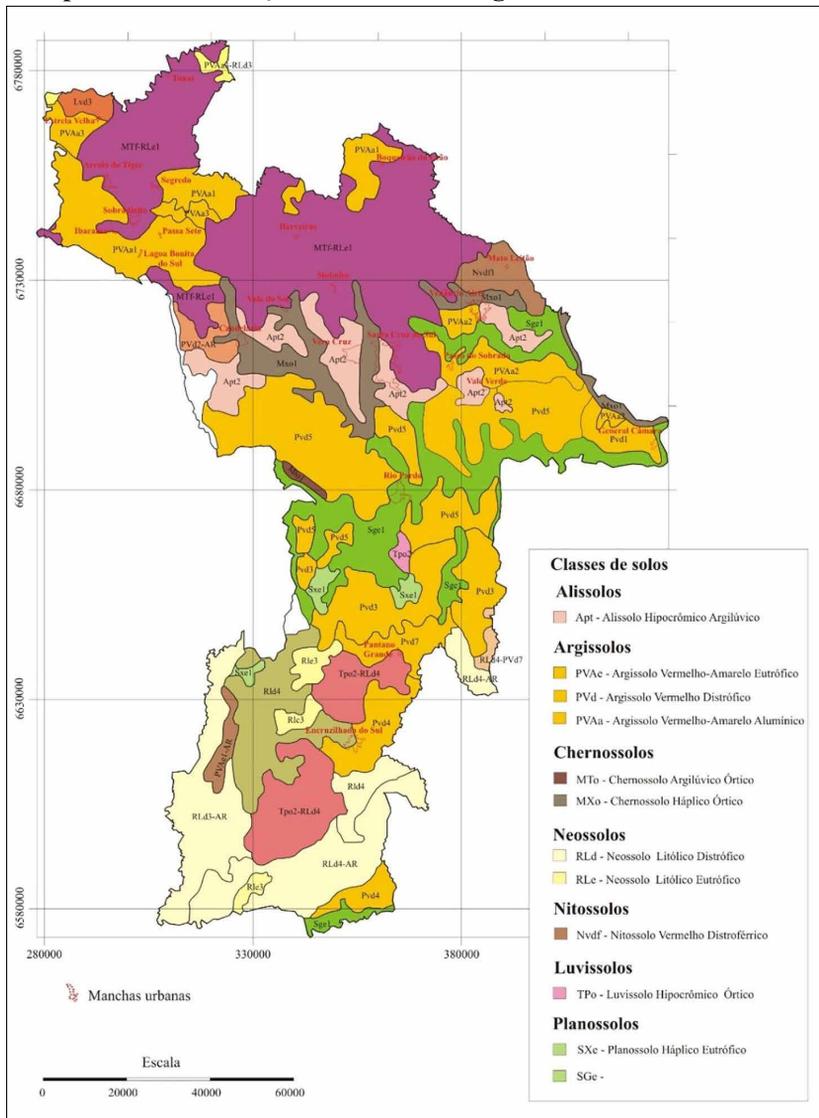
Fonte: COREDE/VRP (2010, p. 38).

De acordo com os climogramas apresentados acima, é possível notar que a Microrregião Sul do Vale do Rio Pardo possui um inverno com maior tempo de permanência e sua temperatura é mais amena.

3.3.1.4 Classificação e usos do solo

Quanto à classificação dos solos, a região do Vale do Rio Pardo apresenta sete tipos de solo. Dentre eles estão os Argilosos, Planossolos, Neossolos e uma mistura entre solos Chernossolos e Neossolos, como pode ser observado no Mapa 5.

Mapa 5 – Classificação dos solos na região do Vale do Rio Pardo

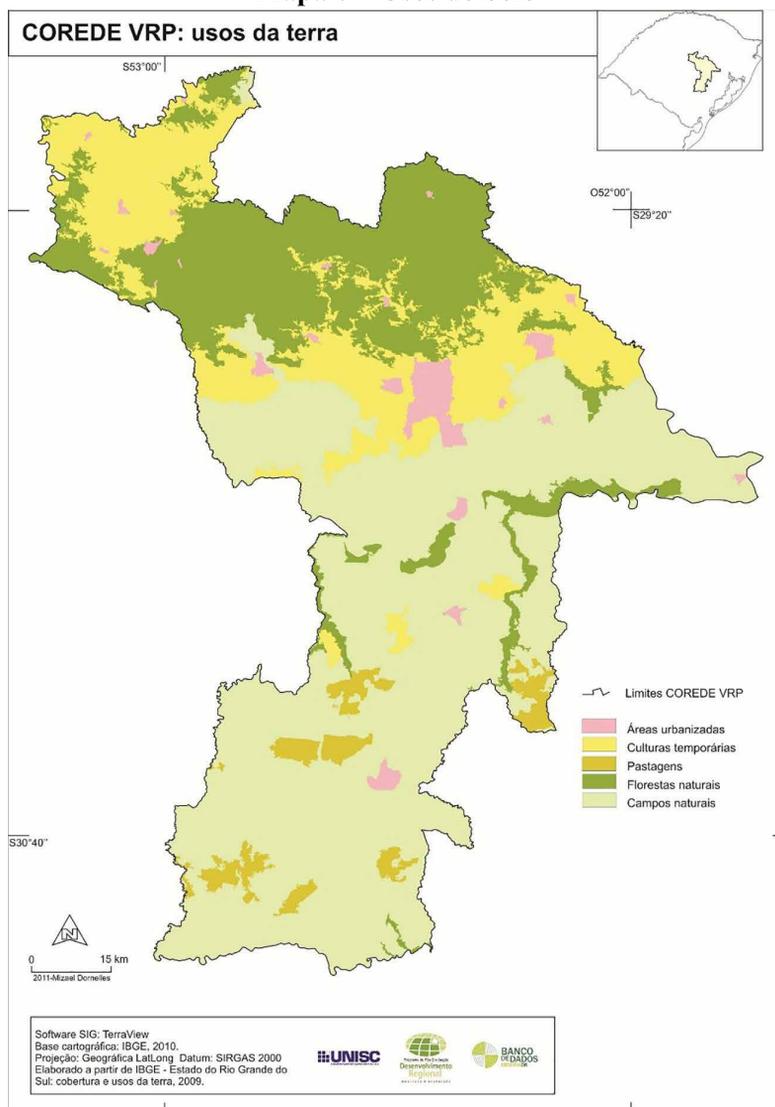


Fonte: COREDE/VRP (2010, p. 39).

O uso e a cobertura vegetal definem ainda duas microrregiões distintas. A Microrregião Norte, onde há predominância de resquícios de áreas de matas com atividades de policultura, e a Microrregião Sul, onde encontram-se áreas de campo com atividades agropastoris e

silviculturas que acabam substituindo áreas que antes eram de campo. Conforme o Mapa 6 a seguir, há uma maior predominância de florestas naturais na porção norte e central do Vale do Rio Pardo abrangendo municípios como Boqueirão do Leão, Sinimbu, Herveiras, Passa Sete, parte de Vale do Sol, Santa Cruz do Sul, etc.

Mapa 6 – Usos do Solo



A região do Vale do Rio Pardo apresenta uma diversidade muito rica presente tanto em suas heranças e manifestações culturais quanto nas características ambientais de seu território. É preciso considerar a importância de aspectos naturais como o solo, relevo, declividade, altimetria e direção dos ventos, que são condicionantes ao desenvolvimento da agricultura, que é uma das principais atividades econômicas da região. Igualmente, os costumes e os elementos culturais preservados de geração em geração contribuem para a permanência de práticas tradicionais, a pecuária e o cultivo de produtos agrícolas, milho, arroz e fumo, que também, se apresentam como alternativas de desenvolvimento econômico regional, através da valorização da agroindústria familiar, da agricultura ecológica e do turismo rural e ecológico.

Conhecer o território também em sua dinâmica, em suas diferentes dimensões, igualmente permite melhor identificar as potencialidades e as fraquezas da região a fim de buscar uma melhor solução que implica no desenvolvimento da região.

3.4 Dimensão Institucional⁴

A Dimensão Institucional aborda diferentes aspectos da institucionalidade existente no território regional. Nesse tópico destacamos os seguintes aspectos: a estrutura de apoio ao planejamento territorial existente na região; as instituições e organizações sociais regionais que atuam em diferentes setores e que contribuem para o processo de desenvolvimento; as instituições e autarquias estaduais e federais que estão instaladas e atuam na região; os eleitores e os partidos políticos organizados na região.

3.4.1 A estrutura institucional de apoio ao planejamento regional

Um primeiro aspecto da dimensão institucional se refere à estrutura de apoio ao planejamento, constituída por um conjunto de instituições que atuam no território regional.

Nesse sentido, além do COREDE Vale do Rio Pardo, responsável

4 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Heleniza Ávila Campos, Rogério Leandro Lima da Silveira e a bolsista Juliana Vanesi Lopes da Silva.



pelas anteriores ações de planejamento regional e pelo atual plano de desenvolvimento, há também outras instituições na região que promovem ações de planejamento em diferentes escalas e a partir de distintos propósitos e por meio de diferentes estratégias.

Esses são os casos da AMVARP (Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo), da AMCSERRA (Associação dos Municípios do Centro-Serra), dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que atuam na escala regional, com diferentes abrangências territoriais referentes às suas áreas territoriais de abrangência e atuação. Há ainda, as Prefeituras Municipais e os COMUDEs (Conselhos Municipais de Desenvolvimento) existentes nos vinte e três municípios da região, que atuam na escala local do município.

3.4.1.1 Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo–AMVARP

A Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, fundada em 13 de maio de 1961, é uma das entidades pioneiras no Brasil tornando-se inclusive a primeira associação de municípios do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com a participação de 15 municípios: Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A associação busca solucionar problemas em comum dos municípios, buscando a valorização do municipalismo, além de unir, integrar e representar judicial e extrajudicialmente os associados, direta ou indiretamente, por meio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), acompanhar a ação do Executivo e do Legislativo das esferas estadual e federal, em defesa dos interesses da região, estimular medidas de incentivos fiscais de outra ordem para o desenvolvimento econômico-financeiro da região, promover a troca de experiências entre os municípios, etc.

3.4.1.2 Associação dos municípios do Centro-Serra–AMCSERRA

A Associação dos municípios do Centro-Serra (AMCSERRA) surgiu em 08 de fevereiro de 2001. Essa entidade tem como objetivo discutir problemas para que se estabeleça um municipalismo forte e participativo. Sediada na prefeitura municipal de Sobradinho,



desenvolve ações de assistência, acompanhando de perto cada problema de seus associados tanto na área jurídica quanto em qualquer setor que necessitar para que se estabeleça um bom andamento das questões essenciais ao poder público, e desenvolve também encaminhamentos de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, para compra de terras.

Fazem parte dessa associação 13 municípios presentes no Vale do Rio Pardo, os quais são: Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Novo Cabrais, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas.

3.4.1.3 Comitês de Bacia Hidrográfica

No território da região do Vale do Rio Pardo temos a atuação de cinco Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) com diferentes extensões de áreas territoriais sob sua gestão. São eles: O CBH do Alto Jacuí, o CBH do Baixo Jacuí, o CBH do Rio Pardo, o CBH do Rio Taquari-Antas e o CBH do Rio Camaquã. Os CBH são organismos colegiados que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e atuam no Brasil desde 1988.

Cabe aos Comitês de Bacias a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando no âmbito da respectiva Bacia Hidrográfica, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a crescente melhoria da qualidade dos corpos de água. Os Comitês são órgãos colegiados, formados por 40% de representantes de usuários da água, 40% de representantes da população da bacia e 20% de órgãos do poder público, tendo por objetivo realizar o gerenciamento das águas da bacia de forma descentralizada, integrada e participativa.

O Comitê de Bacia tem como objetivos e atribuições discutir temas relacionados ao uso da água nas bacias. Dentre suas funções estabelecidas estão: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa, estabelecer mecanismos, sugerir os valores da cobrança pelo uso da água, entre outros. As questões referentes ao uso/conservação dos recursos hídricos são decididas de forma coletiva, englobando os diferentes interesses acerca do uso da água da bacia para que possam ser debatidos por um meio democrático e público para que não haja conflitos.



3.4.1.4 COMUDES no Vale do Rio Pardo

Na região do Vale do Rio Pardo, todos os 23 municípios possuem o Conselho Municipal de Desenvolvimento. Criado no RS, o objetivo foi o de constituir redes prodigiosas de desenvolvimento local/regional (texto em construção). Todos os COMUDES possuem representação na Assembleia Geral e no Conselho de Representantes do COREDE/VRP, o que possibilita o diálogo e favorece a articulação das demandas e projetos prioritários estabelecidos nas escalas local e regional.

No Vale do Rio Pardo, notadamente a partir de 2010, tem se buscado avançar para uma maior articulação das ações dos COMUDES relativas ao processo de definição das demandas locais para a Consulta Popular, com o processo de planejamento regional, coordenado pelo COREDE.

3.4.2 Dificuldades, desafios e possibilidades da articulação das instituições em prol de um planejamento regional

As ações de planejamento por essas instituições, contudo, em sua grande maioria, têm ocorrido de modo isolado, com baixo grau de articulação e de integração no território regional.

As razões para essa baixa articulação e integração se vinculam a alguns fatores. Um primeiro, se refere à lógica de organização do Estado brasileiro através de sua estrutura administrativa federativa (União, Estados e Municípios), onde prepondera a autonomia administrativa de cada um dos níveis administrativos e onde não há a existência da região, como ente administrativo, na escala subnacional, ou no caso em tela, na escala subestadual. A existência dos COREDES no RS, como fórum articulador das organizações da sociedade civil e órgãos do Estado na região, e como instituição de apoio ao planejamento regional e de fiscalização das ações do governo estadual, oferece uma condição estratégica nesse sentido, muito embora a ausência de destinação orçamentária específica e os limitados recursos financeiros e administrativos que dispõe dificultam essa ação de coordenação e de implementação das ações de planejamento para o desenvolvimento regional.

Um segundo fator, se refere à preponderância da visão e da lógica de organização setorial do Estado, em seus diferentes níveis



administrativos, que orienta e implementa as distintas políticas públicas com rebatimento territorial. As políticas criadas no âmbito da União, do Estado e dos Municípios costumam ser projetadas e implementadas de modo setorizado, sem a necessária integração no território, o que traz profundas limitações e dificuldades para o planejamento e desenvolvimento do território regional. As políticas e projetos dos Municípios e as ações dos COMUDEs acabam sendo basicamente orientadas por essa lógica setorial, e notadamente a partir da disponibilidade de recursos orçamentários definidos pelos outros níveis de governo.

Assim, ainda prepondera na região a definição e implementação de programas e projetos na escala local que, embora legítimos, na maioria das vezes não leva em conta ou não se articula de modo adequado com as prioridades e projetos definidos na escala regional, através de seus processos de planejamento.

Diante desse contexto, observa-se que a comunidade regional precisa construir estratégias e ações de planejamento territorial com vistas ao desenvolvimento regional através de projetos que valorizem a diversidade e o acúmulo das instituições, o capital social existente no território regional.

Nesse sentido, é preciso igualmente ampliar as experiências e iniciativas regionais de cooperação e articulação para o desenvolvimento sustentável, bem como integrar melhor as ações de planejamento das instituições públicas, entre os municípios e seus COMUDEs, as associações de municípios, os Comitês de Bacias Hidrográficas e o COREDE Vale do Rio Pardo em prol de uma estratégia comum de desenvolvimento regional mais equilibrado, diversificado, solidário e inclusivo no território, entre campo e cidade e entre os municípios da região.

3.4.3 Instituições e organizações sociais regionais

Um segundo aspecto da dimensão institucional se refere a outras instituições que foram constituídas na região, como instituições e organizações sociais e comunitárias filantrópicas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, cooperativas setoriais, associações comerciais e industriais, consórcios intermunicipais setoriais e Arranjos Produtivos Locais. Tais instituições, cujas ações,



bem como relações de cooperação e de parceria, se dão na escala regional, são de fundamental importância no processo de planejamento e desenvolvimento regional, pela sua atuação na formação e qualificação de recursos humanos, bem como na promoção de ações em parceria que contribuem para a elaboração e implementação de projetos setoriais e para a implementação das políticas públicas.

3.4.4 Instituições Filantrópicas

Instituições Filantrópicas são órgãos, associações ou fundações sem fins lucrativos que visam produzir o bem e não o lucro, como por exemplo: dar assistência a famílias, à infância, à maternidade e à velhice, promovendo, também, a habitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e incluindo-as ao mercado de trabalho.

Todos os municípios que compõe o COREDE/VRP possuem algum tipo de organização filantrópica e/ou fundação privada. Tais instituições atuam em diferentes setores, como a assistência social, educação, saúde, desenvolvendo importantes projetos e ações no território, seja complementando a ação do Estado, seja em parceria com ele, e em alguns casos, suprimindo sua ausência. A tabela adiante traz o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos existentes no ano de 2010, em cada município.

Tabela 2 – Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos–2010

(continua)

Unidade Territorial	Nº unidades locais
Arroio do Tigre	44
Boqueirão do Leão	111
Candelária	88
Encruzilhada do Sul	35
Estrela Velha	14
General Câmara	40
Herveiras	8
Ibarama	28
Lagoa Bonita do Sul	10



Tabela 2 – Número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos–2010 (conclusão)

Unidade Territorial	Nº unidades locais
Mato Leitão	15
Pantano Grande	15
Passa Sete	17
Passo do Sobrado	41
Rio Pardo	92
Santa Cruz do Sul	432
Segredo	16
Sinimbu	65
Sobradinho	72
Tunas	18
Vale do Sol	29
Vale Verde	9
Venâncio Aires	410
Vera Cruz	40
COREDE/ VRP	1649

Fonte: IBGE , 2010. Organizado por Juliana V. Lopes da Silva.

3.4.5 Associações Comerciais e Industriais e Clube de Diretores Lojistas

Há na região um conjunto de instituições representativas dos segmentos empresarial, comercial e industrial, que são as Associações Comerciais e Industriais (ACIs) e os Clube de Diretores Lojistas (CDLs).

O CDL é um movimento lojista que nasceu como instituição em 1954. É uma entidade que reúne comerciantes voluntariamente e com regularidade, e cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento e aprimoramento da atividade empresarial lojista, melhorando o nível do comércio e comerciantes e, desta forma, buscar benefícios para o consumidor.

Na região do Vale do Rio Pardo, o CDL está presente nos seguintes municípios: Boqueirão do Leão, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa



Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, conforme Tabela 3.

As Associações Comerciais e Industriais (ACIs) são instituições que reúnem empresários do comércio e da indústria com o objetivo de representá-los politicamente junto aos governos municipais e estadual, de promover parcerias entre empresários e instituições municipais para melhorar um dado serviço, a condição de trabalho e cuidar dos interesses do setor. No Vale do Rio Pardo existem 12 Associações Comerciais e Industriais, as quais são: Associação Comercial Industrial Agropecuária e Serviços Arroio do Tigre; Associação Comercial e Industrial de Boqueirão do Leão; Associação do Comércio e Indústria de Candelária; Associação Comercial Industrial de Encruzilhada do Sul; Associação Comercial e Industrial de General Câmara; Associação Comercial e Industrial de Pantano Grande; Associação Comercial Industrial e Serviços de Rio Pardo; Associação Industrial e Comercial de Santa Cruz do Sul; Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Segredo; Associação Comercial e Industrial e Serviços de Sobradinho; Associação Comercial e Industrial de Venâncio Aires e a Associação Comercial Industrial Serviços e Agropecuária de Vera Cruz.

Os municípios do COREDE/VRP que ainda não possuem ACIs e CDLs são: Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Passo do Sobrado, Sinimbu e Vale Verde.

Na Tabela 3 a seguir, pode-se visualizar a distribuição dessas associações Comerciais e Industriais e CDLs por município em que se encontram.

Tabela 3 – Número de Associações Comerciais, Industriais e CDLs distribuídas por município

(continua)

Unidade Territorial	ACIs	CDLs
Arroio do Tigre	1	-
Boqueirão do Leão	1	1
Candelária	1	-
Encruzilhada do Sul	1	1
Estrela Velha	-	-
General Câmara	1	-
Herveiras	-	-
Ibarama	-	-
Lagoa Bonita do Sul	-	-



Tabela 3 – Número de Associações Comerciais, Industriais e CDLs distribuídas por município (conclusão)

Unidade Territorial	ACIs	CDLs
Mato Leitão	-	-
Pantano Grande	1	-
Passa Sete	-	-
Passo do Sobrado	-	-
Rio Pardo	1	1
Santa Cruz do Sul	1	1
Segredo	1	-
Sinimbu	-	-
Sobradinho	1	1
Tunas	-	-
Vale do Sol	-	-
Vale Verde	-	-
Venâncio Aires	1	1
Vera Cruz	1	-
COREDE/VRP	12	6

Fonte: FCDL – RS, 2016. Organizado por Juliana V. Lopes da Silva.

3.4.6 Consórcios Intermunicipais Setoriais

Há na região dois consórcios públicos intermunicipais atuantes que congregam municípios da região para fins e propósitos específicos. O Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE) atua na Região Central, e o Consórcio intermunicipal do Vale do Jacuí atua na Região Norte, no Centro-Serra.

O Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo teve sua fundação em 20 de outubro de 2005, é um consórcio do tipo multifuncional através da constituição de Consórcio Público de Direito Público da espécie Associação Pública, fazendo parte da administração indireta de todos os entes Consorciados. Tem objetivo representar o conjunto dos Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante outras entidades públicas ou privadas, especialmente perante as demais esferas constitucionais de governo. O CISVALE atua principalmente na área da saúde e é constituído pelos municípios de Candelária, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol,



Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Dentre esses municípios apenas Gramado Xavier não faz parte da regionalização do COREDE/VRP.

Já o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí teve sua fundação em 2004, sendo seus fundadores os gestores municipais que integram a 8ª Coordenadoria Regional da Saúde, com o princípio de atender as demandas comuns dos Municípios consorciados na área da saúde. Em 2007, com base na Lei Federal n. 11.107/05 e o Decreto n. 6.017/07, o Estatuto do CI/Jacuí é alterado, tornando-se Consórcio Multifuncional, possuindo Câmaras Setoriais com o propósito de desenvolver as múltiplas políticas públicas de interesse dos consorciados. Com sede em Sobradinho, o CI Vale do Jacuí atua na área da saúde.

Dentre seus objetivos estão a gestão associada de serviços públicos; prestação de serviços; compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos; produção de informações ou de estudos técnicos; instituição e funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres; promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas.

Fazem parte de seus objetivos principais, também, o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados; gestão e proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum; fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário; ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional; exercício de competências pertencentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegação; ações e serviços de saúde, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Os municípios consorciados são: Arroio do Tigre, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Novo Cabrais, Passa Sete, Segredo, Sobradinho, Tunas. Destes apenas Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cerro Branco e Novo Cabrais não pertencem ao território do Vale do Rio Pardo.

Esses dois consórcios intermunicipais contribuem para o aumento da resolutividade das ações e serviços nos municípios consorciados do Vale do Rio Pardo.



3.4.7 Os órgãos públicos e autarquias estaduais e federais instaladas na região

Um terceiro aspecto a ser destacado se refere aos órgãos públicos e autarquias estaduais e federais que estão instalados no território regional, ou que mesmo estando localizados fora da região, coordenam políticas, programas e projetos que se desenvolvem parcial ou integralmente no território regional. Esses são os casos, por exemplo, em âmbito estadual, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), da Secretaria Estadual da Saúde, da Educação, da Agricultura, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Também se destaca a Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, associação civil de direito privado que presta serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares. Já em âmbito federal, temos os exemplos da Justiça Federal, Polícia Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social. Igualmente buscou-se, quando foi possível, identificar a localização e a área de abrangência dessas instituições em sua interface com a região do Vale do Rio Pardo.

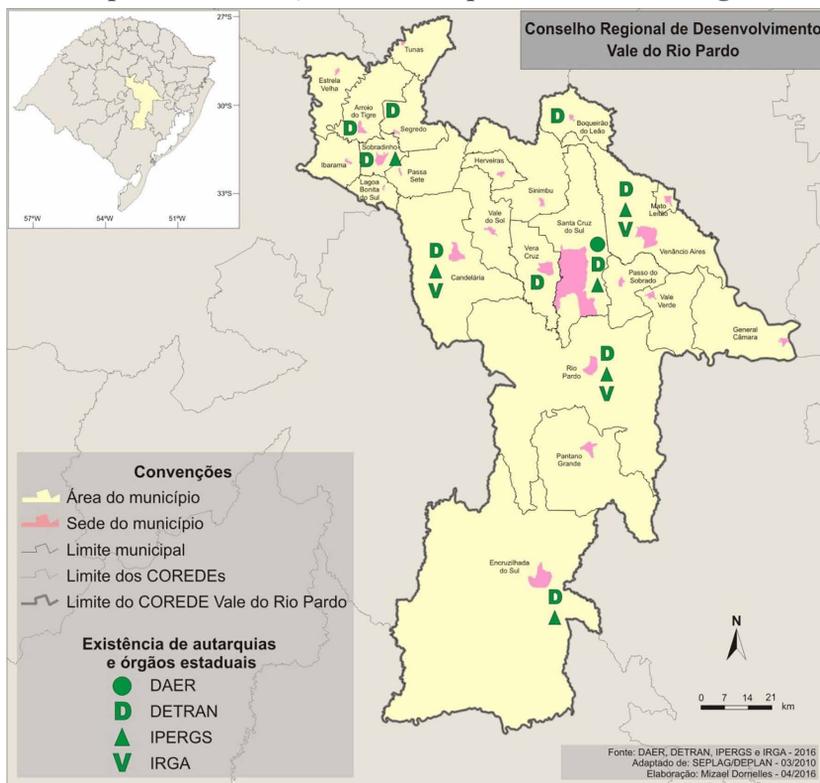
3.4.8 Autarquias Estaduais

No Vale do Rio Pardo as autarquias estaduais em maior número presentes são: o IPERGS (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul) com sede nos municípios de Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires; o IRGA (Instituto Rio-Grandense do Arroz), que possui unidades administrativas em Candelária, Passo do Sobrado e Venâncio Aires. Também estão presentes na região o DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) e o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), sendo que o DAER possui uma superintendência regional em Santa Cruz do Sul, responsável pelo atendimento aos seguintes municípios da região: Encruzilhada do Sul, Herveiras, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Sinimbu, Soledade, Vale Verde, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. Quanto aos municípios de Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Rio Pardo, Segredo,



Sobradinho e Tunas, estes estão subordinados à Superintendência do DAER de Cachoeira do Sul, e de Lajeado, no caso de General Câmara e Mato Leitão. O Mapa 7 ilustra essa distribuição espacial de autarquias pelos municípios constituintes do Vale do Rio Pardo permitindo uma visão mais representativa das informações abordadas.

Mapa 7 – Localização das autarquias estaduais na região



Fonte: DAER, DETRAN, IPERGS e IRGA, 2016.

Quanto ao DETRAN apenas os municípios de Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde não apresentam nenhum posto de atendimento, devendo os usuários buscar esses serviços em outros postos de atendimento localizados nas demais regiões do Estado.

É possível identificar que os referidos órgãos não estão presente em todos os 23 municípios do Vale do Rio Pardo, e que os municípios de Candelária, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires são os que concentram a maior quantidade de unidades administrativas dessas autarquias estaduais.

3.4.8.1 Coordenadorias Regionais da Educação – CRE

A estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul está constituída por 30 coordenadorias regionais submetidas diretamente ao governo do Estado, em que cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas às suas regiões de abrangência, tendo como deveres coordenar, orientar e supervisionar escolas oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da secretaria.

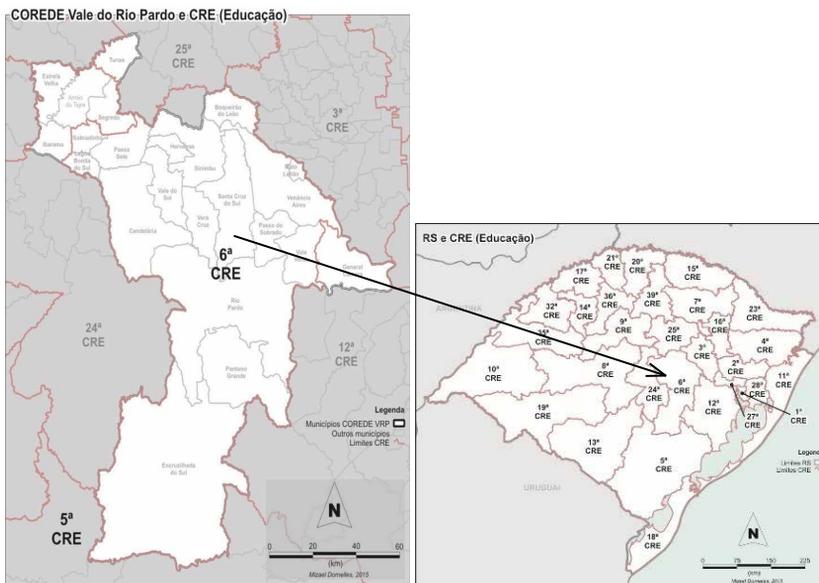
A coordenadoria de Educação possui o papel de representar a secretaria na área de sua jurisdição, tendo como atribuições designar para as escolas uma equipe de profissionais competentes e qualificados para o exercício da função e, também, gerenciar seus recursos financeiros e de infraestrutura.

No território da região do Vale do Rio Pardo temos a atuação de quatro Coordenadorias Regionais da Educação. A 6ª Coordenadoria Regional de Educação, que possui sede em Santa Cruz do Sul, abrange a maior parte do território regional. Sua área de atuação envolve os municípios de Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

O município de Tunas é atendido pela a 25ª CRE cuja sede está localizada em Soledade. Já os municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha e Ibarama estão subordinados à Coordenadoria da 24ª CRE sediada em Cachoeira do Sul, e a 12ª CRE, sediada em Guaíba, atende a General Câmara, como se pode identificar no Mapa 8, a seguir.



Mapa 8 – Coordenadorias Regionais de Educação que atuam na região



Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2016.

3.4.8.2 Coordenadorias Regionais de Saúde – CRS

Integrando o Sistema de Gestão de Saúde do Governo Estadual existem as chamadas Coordenadorias Regionais de Saúde, cujo objetivo principal é coordenar a política de saúde contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) para assim reduzir a morbimortalidade de causas evitáveis maternas e infantil, a mortalidade prematura por complicações de doenças respiratórias, cardiocirculatórias e diabetes, a morbimortalidade por causas externas, e assim propiciar maior longevidade saudável e melhorar a satisfação dos usuários em relação ao SUS.

Inseridas dentro da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul encontram-se as Coordenadorias Regionais de Saúde, que atuam como auxiliadoras da Secretaria Estadual, e que atualmente são constituídas por 19 CRS.

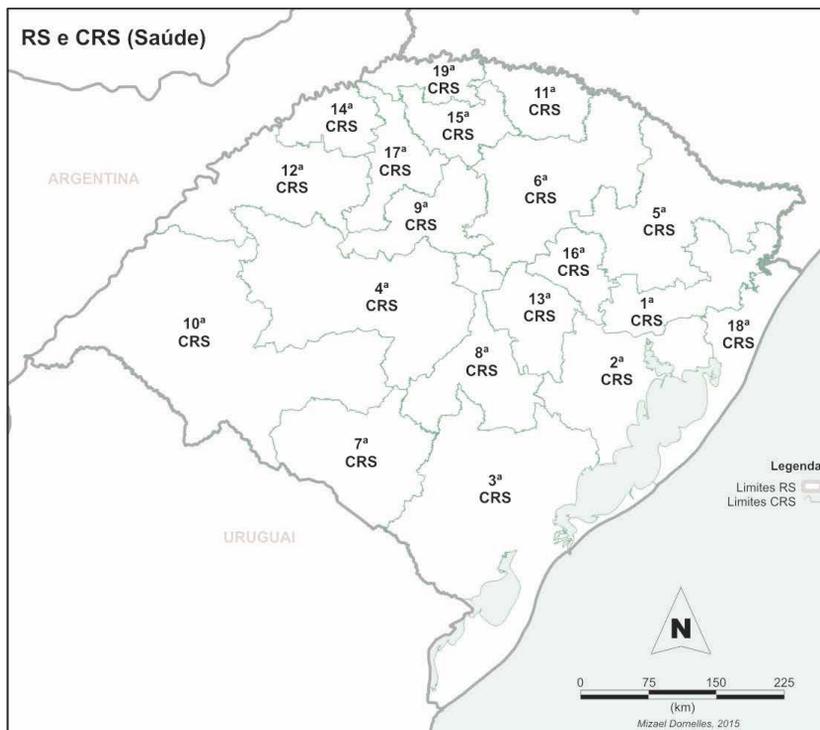
O território do Vale do Rio Pardo está coberto por cinco dessas



coordenadorias, as quais são a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, que oferece seus serviços para os municípios de Candelária, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Já a 8ª CRS, sediada em Cachoeira do Sul, atende os municípios de Arroio do Tigre, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo e Sobradinho. A 2ª CRS, de Porto Alegre, atende o município de General Câmara e a 16ª CRS, de Lajeado, é a responsável por Boqueirão do Leão, como pode ser identificado no mapa abaixo.

Mapa 9 – Coordenadorias Regionais de Saúde do Rio Grande do Sul



3.4.8.3 EMATER–RS/ASCAR

A EMATER–RS/ASCAR é uma associação civil de direito privado que presta serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares em todo o Rio Grande do Sul. Na região do Vale do Rio Pardo a EMATER–RS/ASCAR tem tido uma importante atuação através da prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e social, classificação e certificação de produtos agropecuários em parceria com as Secretarias Municipais da Agricultura e com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, tendo como foco o atendimento às famílias de agricultores familiares.

Os municípios da região do Vale do Rio Pardo são atendidos pelo Escritório Regional da EMATER/ASCAR localizado em Soledade. Dos 23 municípios da região a EMATER possui técnicos atuando diretamente em 16 municípios. São eles: Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A agricultura familiar recebe assistência técnica e extensão rural de forma gratuita e continuada prestada pela instituição EMATER/RS–ASCAR, através de um convênio que existe entre a entidade e os 23 municípios do COREDE/VRP e um convênio maior firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretária de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR).

A atuação da EMATER–RS/ASCAR tem sido fundamental para a construção de alternativas de diversificação da produção agrícola regional, através da sua atuação junto ao APL da Agroindústria Familiar, bem como na promoção de assistência técnica aos agricultores familiares com vistas a ampliar a produtividade e qualidade da produção agrícola nos municípios.

3.4.9 Órgãos Públicos e Autarquias Federais

Quanto aos registros de autarquias federais instaladas na região do Vale do Rio Pardo foram contemplados na pesquisa a Receita Federal, a Polícia Federal, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).



A secretaria da Receita Federal do Brasil é um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda exercendo funções indispensáveis para que o estado consiga atingir seus objetivos. Das atribuições da Receita Federal destaca-se a de ser responsável por administrar os tributos de competência da União e, também, por auxiliar o Poder Executivo e Federal. No Vale do Rio Pardo há apenas um escritório da receita federal que se localiza no município de Santa Cruz do Sul e jurisdiciona 60 municípios dos Vales do Rio Pardo, Taquari e Caí. São atendidos os contribuintes dos municípios de Vera Cruz, Candelária, Venâncio Aires, Rio Pardo, Pantano Grande, Encruzilhada do Sul, Vale do Sol, Vale Verde, Passo do Sobrado, Herveiras, Boqueirão do Leão e Sinimbu.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) é uma instituição policial brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça, desempenhando função exclusiva de polícia judiciária da União. Na região do Vale do Rio Pardo, a Polícia Federal está instalada apenas em Santa Cruz do Sul, com uma área de atuação envolvendo 57 municípios do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tem como objetivo principal promover a reforma agrária de forma justa e sistematizada, manter e administrar terras públicas e identificar, registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas. Não há na região nenhum escritório ou representação do INCRA. Cabe ao seu escritório regional no Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre, o atendimento das demandas e a fiscalização dos processos desenvolvidos nos municípios da região do Vale do Rio Pardo. Na região, desde 1994, já foram instalados pelo INCRA seis assentamentos de famílias de agricultores sem-terra no município de Encruzilhada do Sul, contemplando 239 famílias em 6.462 hectares.

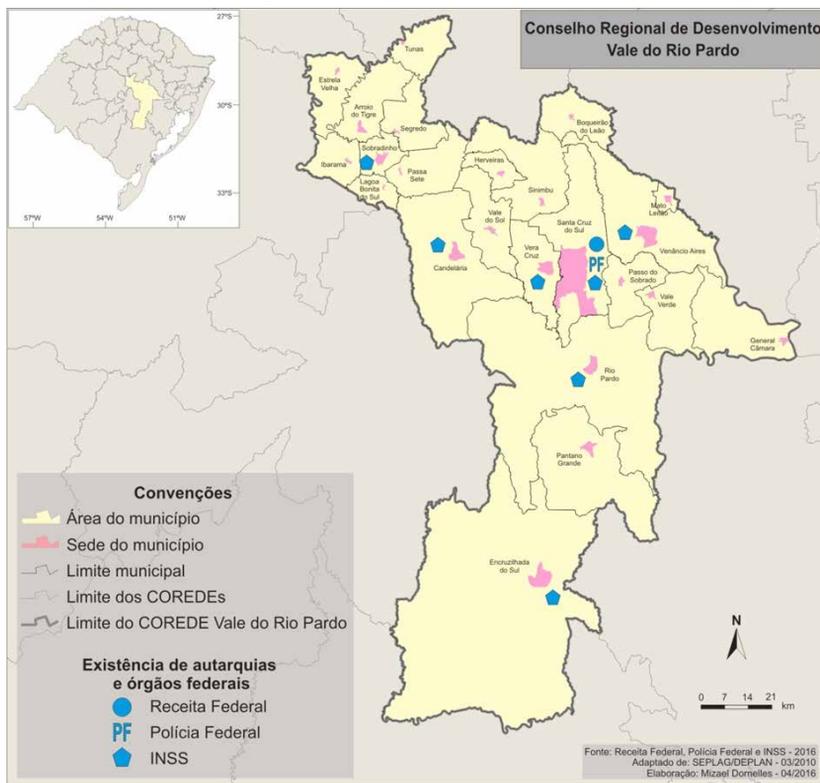
O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é um órgão do Ministério da Previdência Social responsável pelos pagamentos de aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros contribuintes da Previdência Social. O Instituto Nacional do Seguro Social tem escritórios nos municípios da região de Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires. No Mapa 10 é possível, respectivamente, visualizar melhor a localização e essa distribuição dos escritórios do INSS, da Receita Federal e da Polícia



Federal pelos municípios do Vale do Rio Pardo.

Observa-se que não há a presença das autarquias federais em dezesseis municípios do território do COREDE/VRP. No entanto, a população residente nesses municípios procura atendimento em outros locais da região onde elas estão sediadas. No caso da Polícia Federal e da Receita Federal, ambos estão localizados unicamente em Santa Cruz do Sul, cidade polo da região.

Mapa 10 – Autarquias e Órgãos Públicos Federais na região



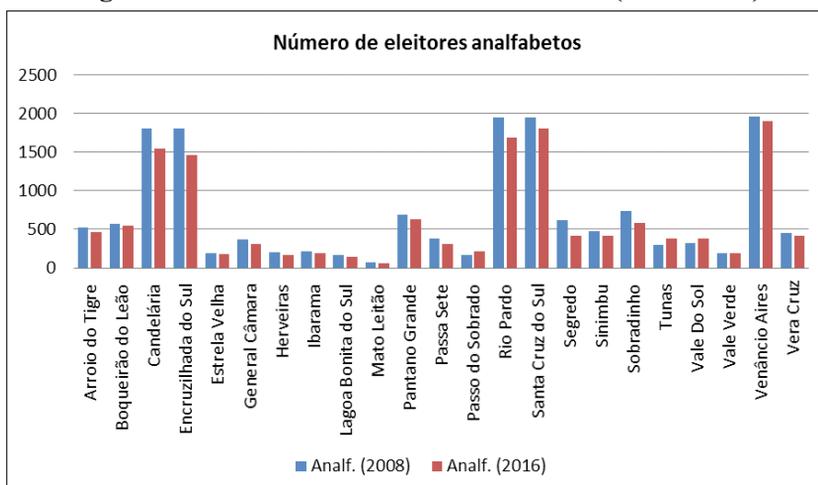
Fonte: Receita Federal, Polícia Federal e INSS, 2016.

3.4.10 Número de Eleitores

Um quarto e último aspecto da capacidade institucional existente na região diz respeito ao número de eleitores e à evolução da participação política dos cidadãos da região em processos de democracia deliberativa.

Conforme dados de 2016 do TRE-RS, o Vale do Rio Pardo totaliza 341.216 eleitores aptos para votar. Em comparação com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional de 2010 esse número era de 352.471 eleitores, portanto houve uma queda de 96,80% no número de eleitorado. Dos municípios com número de eleitorado mais expressivo encontram-se Sobradinho, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Venâncio Aires. Tal característica pode ser explicada devido ao fato de esses municípios serem também os mais populosos da região.

Figura 2 – Número de eleitores analfabetos (2008–2016)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, 2016.

Conforme os dados apresentados na Figura 2, acima, houve um crescimento no número de eleitores analfabetos nos municípios de Tunas, Vale do Sol e Passo do Sobrado. Esse aumento pode ser explicado pelo crescimento do número da população e ao recadastramento biométrico que levou a uma recontagem no número de eleitores de cada município.



3.5 Dimensão Sociocultural⁵

3.5.1 Demografia⁶

A população da região do COREDE/VRP, segundo o IBGE (2015), foi estimada em 440.227 habitantes, em uma área territorial de 13.260,47 Km² (IBGE, 2014) que resulta em uma densidade demográfica de 33,2 hab/km². Os municípios de Candelária, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires correspondiam a 60,50% da população da região, segundo as estimativas de 2015. O Mapa 11 ilustra a população total dos municípios, conforme estimativa de 2015 e sua distribuição segundo área urbana e rural no Censo (2010). Observa-se, através do Mapa 11, uma relação de maior população total com maior população urbana nos municípios da região.

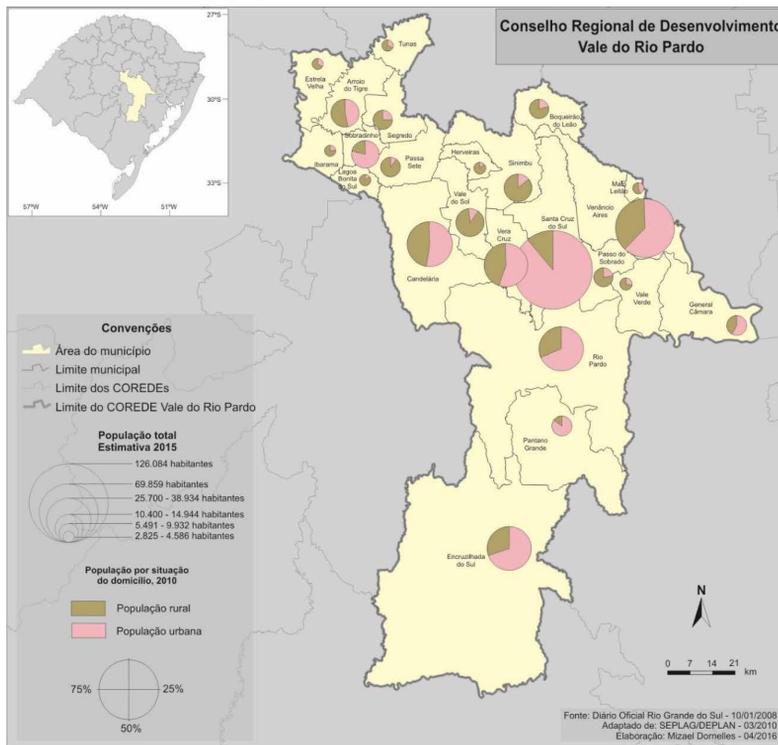
A densidade demográfica na região, de acordo com o Censo (2010), foi de 31,5 hab/km², 5,4% menor que em 2015. Em 2010, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Candelária, Vera Cruz e Sobradinho representam 87,02% da população urbana da região. O maior crescimento da população urbana, entre 2000 e 2010, foi registrado nos municípios de Estrela Velha (74,96%) e Vale do Sol (73,47%), enquanto a média de crescimento urbano da região ficou em 11,01%. Observa-se que os maiores vazios demográficos localizam-se notadamente nas áreas rurais da porção sul da região do Vale do Rio Pardo, em virtude da sua estrutura fundiária, atividade agropastoril e silvicultura: Encruzilhada do Sul e Pantano Grande, 7,2 hab/km² e 11,6 hab/km², respectivamente (CENSO, 2010 e IBGE, 2014), ver Tabela S.2 disponível no Anexo.



5 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Mariana Barbosa de Souza, Mizaél Dornelles, Rosane Bernardete Brochier Kist e a bolsista Renata Pachaly Beise.

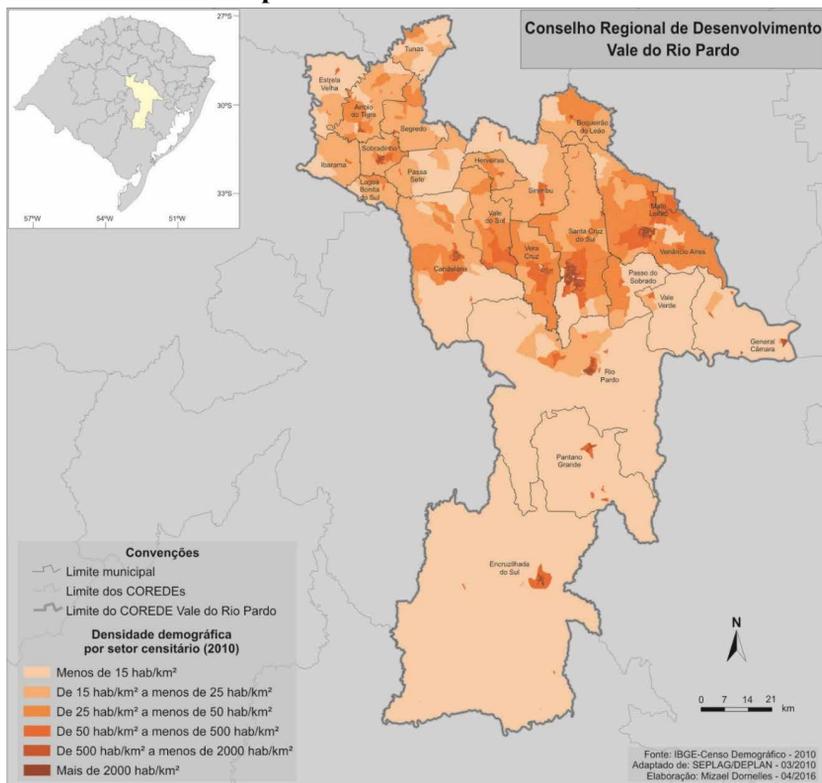
6 As análises foram feitas a partir das tabelas disponibilizadas em Anexo.

Mapa 11 – COREDE Vale do Rio Pardo: população total (2015) e população urbana e rural (2010)



Por um lado, a maior parte da população regional está concentrada na área urbana (67,30%). O Mapa 12 mostra maior concentração populacional nas porções centro e norte, bem como o predomínio em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Por outro lado, dez dos vinte e três municípios da região apresentaram população superior a 70% vivendo em áreas rurais. Em números absolutos, ganha relevância o maior registro, de 24.546 pessoas (25,29%), que vivem em Venâncio Aires e habitam a área rural (CENSO, 2010).

Mapa 12 – COREDE Vale do Rio Pardo: densidade demográfica por setor censitário–2010



Conforme estudo da SPGG-RS (2015), quinze municípios da região apresentaram taxas positivas de crescimento populacional com valores entre 0,20% ao ano em Tunas, e 1,87% ao ano em Mato Leitão. O crescimento ocorreu, predominantemente, nas áreas urbanas. Alguns municípios também apresentaram taxas positivas em áreas rurais, a saber: Tunas, Segredo, Passa Sete e Mato Leitão.

A taxa de crescimento populacional da região entre 2000 e 2010 foi de 5,35%. Neste período, 10 municípios continham taxas inferiores a 1,01% ou negativas, destaque para Sobradinho⁷ (-12,52%) e Pantano Grande (-9,87%), (IBGE, 2010). Entre 2007 e 2015, a taxa

7 Lagoa Bonita do Sul se emancipou de Sobradinho no final da década de 1990, o que justifica esta significativa diminuição no município.

de crescimento populacional foi 7,04% na região e 6,29% no RS, e as taxas inferiores a 1% foram registradas somente em General Câmara, com -1,24%, e Sinimbu, 0,82% (CENSO, 2000, 2010).

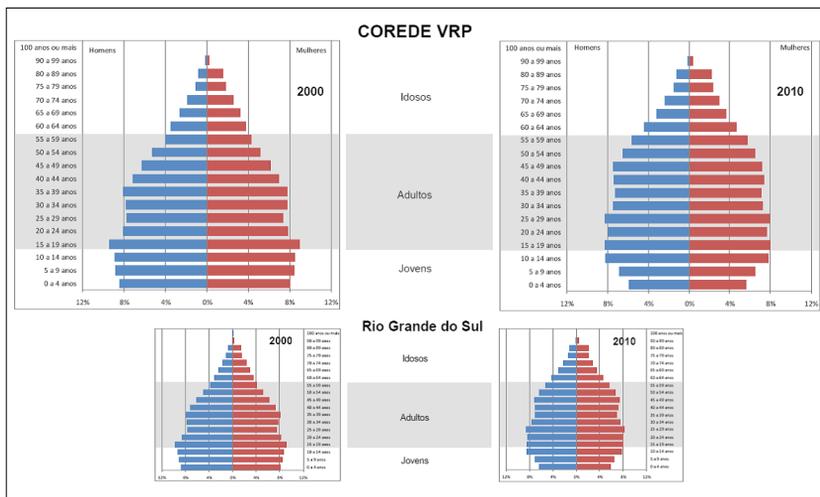
A Taxa de fecundidade mede o número médio de filhos por mulher no período reprodutivo, considerado de 15 a 49 anos de idade. Esta variável apresentou redução em todos os municípios da região, entre 2000 e 2010. No entanto, a região apresentou uma média de 2,44 para 1,87, superior a do RS, que correspondeu a 2,16 para 1,76. As maiores reduções, no período, ocorreram nos municípios de Tunas -42,31% e Vera Cruz -45,07%. Em 2010, as maiores médias corresponderam aos municípios de Lagoa Bonita do Sul, 2,37, e Ibarama, 2,26, as menores em Vale Verde, 1,47, e Venâncio Aires, 1,51, (PNUD, 2013) (ver Tabela S.1, em Anexo).

As mulheres representavam, em 2010, 50,67% da população da região e em 2000, 50,37%. Os municípios com maior número de mulheres em relação aos homens foram Candelária, Rio Pardo, Sobradinho e Vera Cruz, com mais de 50,01%. Aqueles que apresentaram o maior número de homens em relação às mulheres foram Lagoa Bonita e Herveiras (mais de 52,01%), conforme ilustra a Tabela S.3, disponível em Anexo. Em linhas gerais, a população está equilibrada no que se refere ao quesito número de mulheres com relação ao número de homens (CENSO, 2000, 2010).

No que diz respeito à estrutura etária da população da região, os grupos de idade correspondem às variáveis de população jovem com menos de 15 anos, população adulta com idade de 15 a 59 anos de idade e população idosa com 60 anos ou mais. Verifica-se um aumento das populações adultas (9,00%) e idosas (31,82%) em toda a região, bem como a diminuição da população de jovens (-15,81%) entre os anos de 2000 e 2010. No RS a taxa de crescimento foi 8,33%, 36,99% e -16,08%, respectivamente, no mesmo período analisado. O município de Mato Leitão apresentou maior aumento de população adulta (21,71%) e também da população idosa (49,26%). As taxas de crescimento da população jovem foram negativas para a maioria dos municípios da região, exclusive Mato Leitão, destaque para Sobradinho com taxa de -31,85% (CENSO, 2000, 2010). A Figura 3 mostra a semelhança da pirâmide etária da região com o Estado do RS, em 2010, e a redução do número de jovens em relação a 2000 para ambas as unidades territoriais.



Figura 3 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Pirâmide Etária – 2000 e 2010



Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010. Organizado por Mizaél Dornelles.

O RS vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. A diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida são fatores que contribuem para esse fenômeno. O Estado possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida do Brasil (SPGG, 2015).

Outro aspecto relevante refere-se ao número de estrangeiros vivendo na região. Segundo o Censo (2010), os índices são menores que um habitante em cada cem, ou seja, o número de brasileiros nato foi significativamente maior, enquanto que no estado foi de um brasileiro naturalizado para cada cem e de dois estrangeiros para cada cem. No município de Santa Cruz do Sul foi registrado o maior número de estrangeiros (249) e cidadãos naturalizados (30), seguido de Venâncio Aires (38 e 22, respectivamente).

Quanto aos emigrantes internacionais, segundo destino, 524 residentes haviam saído da região no período de 2010. A predominância de origem dos emigrantes do COREDE/VRP foi Santa Cruz do Sul, sendo que o principal destino dos mesmos foi a Europa (215 pessoas), seguida da América do Norte (149 pessoas) (CENSO, 2010), informações sobre



os demais municípios do Vale do Rio Pardo encontram-se disponíveis na Tabela S.4, em anexo.

Os dados de migração indicam ainda a entrada e saída de habitantes no período 2005–2010 na região. O COREDE Vale do Rio Pardo apresentou um saldo migratório negativo absoluto de 3.800 habitantes, representando 0,91% de sua população total (SPGG–RS, 2015).

Os deslocamentos por ocupação e educação de pessoas de 10 anos ou mais de idade em 2010, segundo o IBGE, mostram que nos municípios de Vera Cruz (28,99%), Rio Pardo (21,51%) e Mato Leitão (20,45%) ocorre maior deslocamento por ocupação na região (ver Tabela S.5, em Anexo). No que se refere aos deslocamentos decorrentes da educação, constata-se que os municípios de Mato Leitão, Passo do Sobrado, Boqueirão do Leão e Vera Cruz se destacam com significativos índices, acima dos 30% sobre o total de estudantes. Os movimentos pendulares relacionados à educação evidenciam indicadores superiores às taxas da região (17,76%) e em nível de estado (14,85%). O deslocamento pendular por educação apresentou registros consideravelmente maiores quando comparado ao Rio Grande do Sul, sendo que o movimento diário realizado pelos trabalhadores dos municípios da região e estudantes correspondia diretamente a 15.129 e 9.249 pessoas, respectivamente (CENSO, 2010).

Em linhas gerais, em 2010, a população da região era predominantemente urbana (63,13%), entretanto com uma média bastante inferior a do RS (85,10%). A maior concentração populacional localizou-se nas porções centro e norte. A taxa de fecundidade diminuiu entre 2000 e 2010 na região, passando de 2,44 para 1,87, embora ainda seja maior que a do RS, que corresponde a 1,76. A taxa de crescimento populacional, entre 2007 e 2015, foi superior a do Estado (7,04% e 6,29%, respectivamente). A estrutura da população apresenta uma divisão semelhante entre a região e o estado do RS no que diz respeito ao gênero em 2010. O mesmo ocorre para as estratificações em jovens, adultos e pessoas idosas, em que o número de jovens diminuiu e o de adultos aumentou de 2000 para 2010. Os municípios com maior população apresentaram, também, maior número de migrantes em 2010. Neste mesmo ano, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires correspondiam aos principais destinos dos deslocamentos diários para trabalho e educação na região.



3.5.2 Ensino⁸

Optou-se pela denominação Ensino por se abordar variáveis relacionadas ao sistema de ensino presente na região. Isto é, o ensino formal encontrado em escolas, faculdades e instituições que o promovem. Desta forma, o termo educação seria demasiado abrangente considerando-se o número de variáveis que serão apresentadas a seguir.

O número de estudantes matriculados no ensino regular, fundamental e médio na região do COREDE Vale do Rio Pardo evidenciou uma redução em números absolutos (94.330 e 88.104), realidade também identificada em nível de Rio Grande do Sul (2.602.269 e 2.361.335), conforme dados do INEP (2014), no período 2007 e 2014. Entretanto, os indicadores tornam evidentes significativos avanços na região, em muitos casos superiores às médias do Estado.

A taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos de idade na região apresentou decréscimo de 11,84% para 8,31%, no período de 2000 a 2010. Cabe lembrar que esta variável indica a parcela da população (com 15 anos ou mais) que não sabe ler nem escrever um bilhete simples (PNUD, 2013).

O Mapa 13 evidencia uma significativa redução na taxa de analfabetismo presente nos municípios da região, com destaque para Ibarama e Tunas, entre o período de 2000 e 2010, além de expressar os estabelecimentos com cursos técnicos existentes na região em 2016.

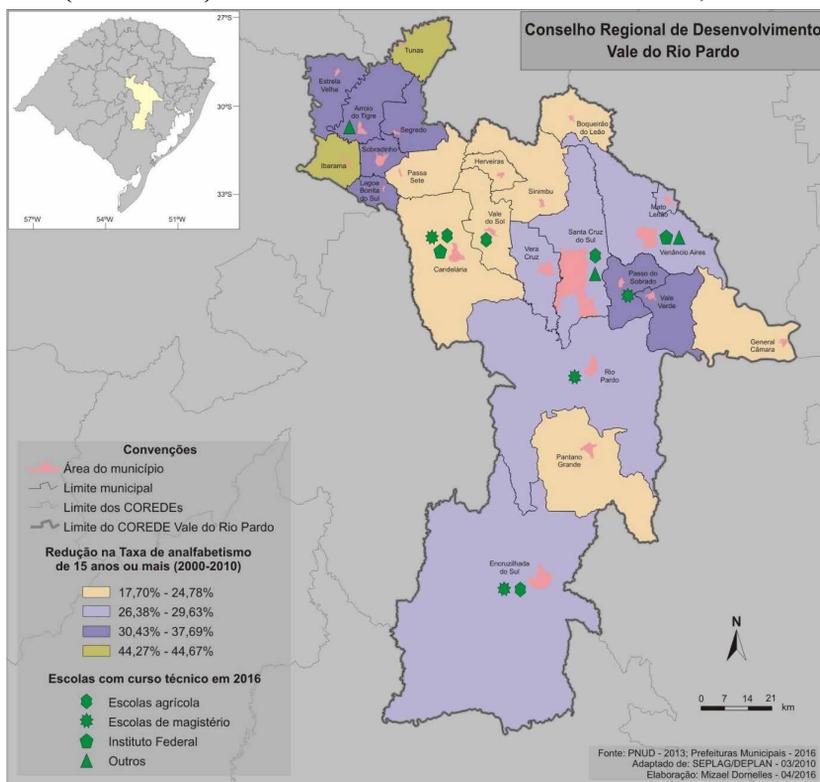
A partir do contato com as prefeituras dos municípios da região se obteve o número de escolas técnicas e a especialidade, conforme representado no Mapa 13, por se compreender que esta informação seria relevante no contexto que se está retratando o ensino. Consideraram-se como escolas técnicas os estabelecimentos de ensino que oferecem cursos de longa duração, em que, ao término, o aluno recebe um Diploma de Habilitação Técnica cursada juntamente com o Ensino Médio ou após a conclusão do mesmo. Neste sentido, os cursos podem ser integrados (quando combinam disciplinas com as do Ensino Médio) ou subsequentes (disponíveis para concluintes do Ensino Médio). Também se considerou o Curso de Magistério, uma vez que este habilita para a docência na educação infantil.

⁸ As análises foram feitas a partir das tabelas disponibilizadas em Anexo.



Identificou-se um total de oito municípios que sediavam quatorze escolas com curso técnico na região, em 2016, segundo informações fornecidas pelas prefeituras dos municípios. As escolas voltadas para agricultura estão localizadas em Candelária, Encruzilhada do Sul, Vale do Sol e Santa Cruz do Sul. Na região ainda estão localizados dois Institutos Federais (em Candelária e em Venâncio Aires); as escolas com Magistério em Candelária, Encruzilhada do Sul, Passo do Sobrado e Rio Pardo; SENAI e SENAC em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires; e uma escola técnica de Enfermagem (Arroio do Tigre).

Mapa 13 – COREDE Vale do Rio Pardo: taxa de analfabetismo (2000–2010) e estabelecimentos com cursos técnicos, 2016



No que diz respeito às instituições de educação superior e cursos cadastrados no MEC (2016), existem doze na região, distribuídos por quatro municípios. Em Santa Cruz do Sul estão seis instituições e cursos, UNINTER, FDA, UNISC, UERGS, UNOPAR, UNIP; em Sobradinho a UNISC, a UFSM e a FURG; e Venâncio Aires a UNISC e a UNINTER; em Arroio do Tigre há um polo da UNINTER.

Ainda sobre a formação superior, há um destaque para a população de 25 anos ou mais de idade com curso superior completo. No ano de 2000, essa população na região representava 2,67%, já em 2010 equivalia a 4,42%, o que significa um crescimento de 65,5%, semelhante ao do Estado (66,5%), que passou de 6,77% para 11,27%. Todos os municípios apresentaram aumento no período. A maior concentração da população com Ensino Superior Completo, em 2010, foi registrada em Santa Cruz do Sul, 14,24% (PNUD, 2013).

Cabe destacar ainda uma variável importante em relação à educação básica, que se refere à taxa de atendimento escolar, equivalente à porcentagem de pessoas em idade escolar que frequentavam a escola em qualquer nível ou série. Esta taxa apresentou avanço na região, passando de 93,45, em 2000, para 97,94, em 2010, quando considerada a idade de 6 a 14 anos, que remete ao ensino fundamental. Os municípios de Estrela Velha e Mato Leitão apresentaram 100% de atendimento escolar para a idade selecionada em 2010. A taxa de atendimento escolar que reflete o Ensino Médio, de 15 a 17 anos, também apresentou aumento no período na região (de 68,37 para 78,25), todavia continua menor que a média do Estado, que foi de 76,86 e 82,76, no respectivo período. Na região, 19 municípios apresentaram taxa de atendimento escolar, entre 15 e 17 anos, menores que a média do Estado (PNUD, 2013), na Tabela S.7, em Anexo, é possível visualizar os dados completos sobre as taxas de atendimento escolar, de analfabetismo, bem como sobre a população de 25 anos ou mais de idade com curso superior completo.

A proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar é exibida pela “taxa de distorção idade-série”. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo nesta modalidade de ensino até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos até os 14 anos de idade. Dessa maneira, quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação a continuidade dos estudos ocorre com



defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo. Logo este aluno será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2011).

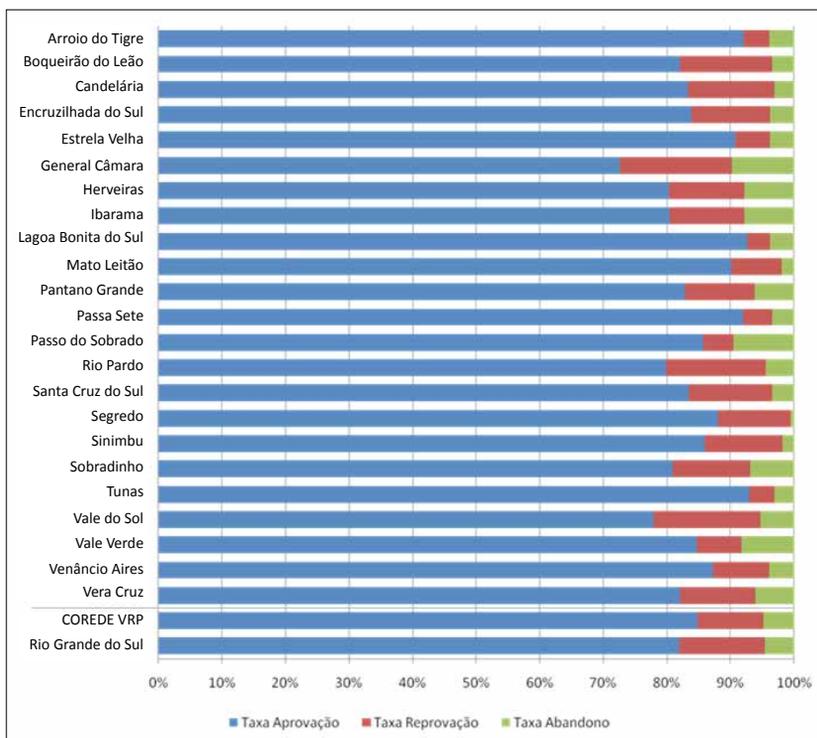
Entre os anos de 2007 e 2014, a região obteve maior redução na taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (de 33,5% para 26,2%), com destaque para os municípios de Lagoa Bonita do Sul e Estrela Velha, que apresentaram redução de 39,4% e 25,2%, respectivamente. Por outro lado, o município de Passo do Sobrado assinalou um aumento de 11,9%. As médias da região demonstraram redução tanto no Ensino Fundamental (25,0% para 24,1%), como no Ensino Médio (33,5% para 26,2%), números muito próximos à média estadual (INEP, 2014), mais detalhes sobre esses dados podem ser encontrados na Tabela S.6, em Anexo.

Outro indicador importante refere-se às taxas de rendimento escolar expressas em percentuais que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo, cálculo efetuado com base nas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono. As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas no Censo Escolar. Assim, a soma das taxas de aprovação, reprovação e abandono devem representar 100% das matrículas consideradas para o cálculo. A taxa de aprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontrava. A taxa de reprovação expressa a porcentagem dos alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontravam. E a taxa de abandono corresponde à porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo (INEP, 2015).

A Figura 4 evidencia a taxa de rendimento escolar médio da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) para os municípios da região, COREDE e RS, no ano de 2014. Verifica-se que há uma taxa de aprovação superior a 70% em todos os municípios, bem como uma taxa de abandono inferior a 10%.



Figura 4 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Taxa de rendimento escolar – 2014



Fonte: INEP, 2014. Organizado por Mizael Dornelles.

As taxas de aprovação (88,5% e 87,7%), reprovação (10,3% e 11,1%) e abandono (1,2% e 1,2%) são muito próximas entre a região e o estado do RS quando se considera o Ensino Fundamental, em 2014. As mesmas taxas para o Ensino Médio evidenciam um melhor resultado na região em relação ao Estado, com maior abandono na região (81,2% e 76,1%; 10,3% e 16,0%; 8,5% e 7,9%, respectivamente). Dos municípios da região, quatro no Ensino Fundamental e sete no Ensino Médio, apresentaram redução na taxa de aprovação entre os anos de 2007 e 2014. A taxa de reprovação indicou aumento nos municípios de General Câmara, Herveiras, Pantano Grande e Vera Cruz, tanto para o Ensino Médio quanto o Fundamental. Outros oito municípios, assim como a região, apresentaram aumento em reprovações do Ensino Médio. O abandono escolar é maior no Ensino Médio, tendo apresentado uma



redução na região (12,0% para 8,5%), no período de 2007 a 2014, semelhante ao que ocorreu no estado (13,0% para 7,9%). Na região, 6 municípios apresentaram um aumento na taxa de abandono do Ensino Médio no mesmo período (INEP, 2014) (ver também a Tabela S.8 sobre as taxas de rendimento escolar de aprovação, reprovação e abandono, disponível em Anexo).

3.5.3 Saúde⁹

Esta categoria privilegia variáveis abrangentes que se referem à ausência de saúde nos municípios da região e também aos atendimentos, estabelecimentos e recursos disponíveis. Procurou-se, de maneira geral, tornar evidente o alcance e a qualidade do sistema de saúde existente nos municípios e na região.

Inicialmente, cabe destacar uma importante variável, que é a estimativa de cobertura da população dos municípios da região do COREDE por Equipes de Saúde da Família (ESFs) e pelo Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). As ações das equipes e dos agentes ocorrem através da Estratégia de Saúde da Família que busca a reversão do modelo assistencial vigente, em que predomina o atendimento emergencial ao doente, na maioria das vezes realizado em grandes hospitais. Isto é, a saúde da família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante à implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. As equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em uma área geográfica delimitada, e atuam na promoção da saúde, na prevenção, na recuperação, na reabilitação de doenças e dos agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde (BRASIL, 2012). As estimativas de cobertura da população por Equipes de Saúde da Família (ESF) e Programa Agente Comunitário de Saúde podem ser encontradas na Tabela S.9, em Anexo.

As equipes de Saúde da Família são responsáveis pelo atendimento de, no máximo, 4.000 pessoas de uma determinada área. O número de agentes de saúde deve ser suficiente para atender a população cadastrada, sendo que deve haver doze agentes por Equipe de Saúde da Família e cada um deles, por sua vez, deve ser responsável pelo

9 As análises foram feitas a partir das tabelas disponibilizadas no Anexo.



acompanhamento de, no máximo, 750 pessoas cadastradas (BRASIL, 2012).

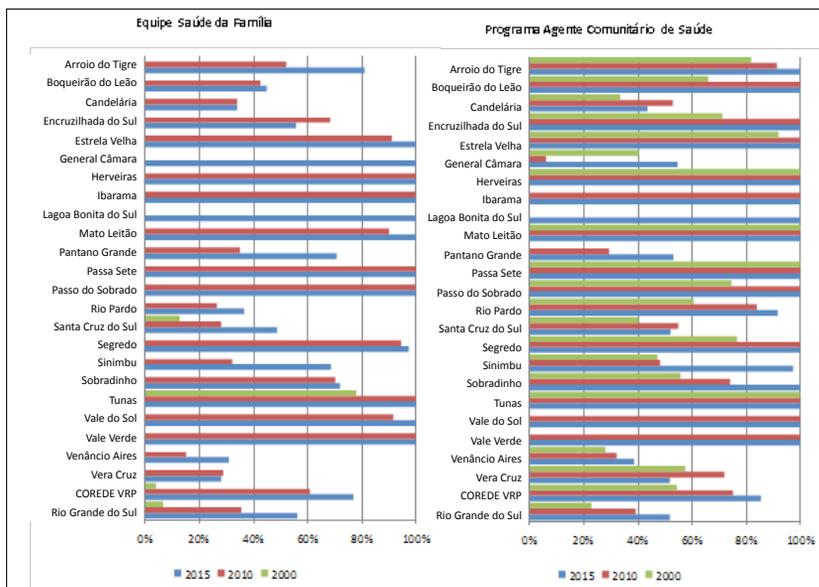
Identifica-se que no ano de 2000 apenas os municípios de Santa Cruz do Sul e Tunas haviam implantado ESFs, sendo que o COREDE havia estimado uma cobertura de 4,13% menor que a média do estado do RS (6,77%). Por outro lado, municípios como Herveiras, Mato Leitão, Passa Sete e Tunas já apresentavam 100% de cobertura pelo PACS elevando a estimativa da região para 55,78%, mais que o dobro do Estado (22,87). As estimativas da região ultrapassam os registros do Estado e apresentam um significativo aumento no período entre 2000 e 2010. O crescimento no atendimento das ESFs foi de 14,8 vezes na região e 5,26 vezes no RS. O PACS apresentou um crescimento de 20,13% no período para a região e 16,43% no Estado. Em 2015, a estimativa de cobertura das ESFs era de 100% em 11 municípios da região. Quanto as PACS, 15 municípios eram 100% atendidos. Neste mesmo ano, a variável das ESFs foi 20,55% superior que a do RS, e, a PACS também superior 34,37% (DAB, 2016). A Figura 05 revela esta melhora tanto na cobertura estimada das ESF como do PACS, em 2014.

A análise sobre a concentração de médicos, a relação entre profissionais em atividade e o número de habitantes revela que houve um aumento significativo destes quesitos na região. Em dezembro de 2007 havia um total de 411 médicos nos municípios da região para uma população total de 411.263 pessoas. Em outras palavras, um médico para cada 1000,64 pessoas, e em dezembro de 2015 esta relação passou para 1 médico por cada grupo de 698,77 habitantes (CNES, 2007; CNES, 2015) (ver Tabela S.10, disponível no Anexo).

Convém destacar que 7 categorias (Médico Anestesiologista, Médico Cirurgião Geral, Médico Clínico, Médico Ginecologista Obstetra, Médico da Estratégia de Saúde da Família, Médico Pediatra, Médico Cardiologista) correspondem a 72,75% da especialidade dos médicos da região e 81,90% do RS, em dezembro de 2007, sendo que, em dezembro de 2015, este número equivalia a 66,64% e 63,58%, respectivamente. Os Médicos Clínicos representaram um aumento na região de 28,71% para 50,16% no período, e de 30,14% e 33,00% no Estado (CNES, 2007; CNES, 2015).



Figura 5 – COREDE Vale do Rio Pardo e Rio Grande do Sul: Cobertura estimada ESF e PACS–2014



Fonte: DAB, 2016. Organizado por Mizael Dornelles.

A concentração de médicos tende a ser maior em centros econômicos, em centros populacionais, próximos aos estabelecimentos de ensino e onde há maior quantidade de serviços de saúde (CREMESP, 2012). Na região, em dezembro de 2015, Santa Cruz do Sul apresentava um percentual de 57,62% dos médicos da região e 76,86% dos especialistas referidos. Da mesma forma, havia municípios que possuíam somente com um Médico da Estratégia de Saúde da Família, casos de Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Segredo e Tunas (CNES, 2015).

Segundo CREMERSP (2012), a relação entre o número de médicos e o número de habitantes é uma variável relevante quando considerada com outros indicadores para avaliar os sistemas de saúde. Quando isolado, não é suficiente para avaliar a adequação da oferta de médicos, uma vez que a jornada do trabalho médico, as especialidades médicas disponíveis, assim como as necessidades da população podem variar de acordo com a região ou com o município. Por isso, não existe uma concentração ideal de médicos e nem um índice recomendável



que possa ser generalizado, pois há que se considerar também elementos regionais, como os aspectos socioeconômicos, culturais e epidemiológicos, entre outros, o que varia de região para região e de país para país.

A esperança de vida ao nascer mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade e ano de referência pode viver. Trata-se de uma variável de longevidade que sintetiza as condições de saúde e salubridade de um local. Possibilita, assim, a avaliação das condições sociais por considerar as taxas de mortalidade (PNUD, 2013).

No período entre 2000 e 2010 ocorreu um aumento na variável esperança de vida ao nascer, tanto na região (de 71,16 para 74,46), quanto no Estado (73,22 para 75,38). Os municípios com maior crescimento no período foram Arroio do Tigre (8,04%), Sobradinho (7,67%) e Encruzilhada do Sul (7,61%). Este último também apresentou a maior esperança de vida ao nascer da região, correspondente a 77,50 anos em 2010 (PNUD, 2013).

A taxa de mortalidade infantil representa o número de óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos em local e ano definidos. De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil (PNUD, 2013), na região do COREDE/VRP houve uma redução de -33,67%, maior que no Estado, correspondente a -25,91%, entre 2000 e 2010. No entanto, a taxa continua superior na região (13,61) se comparada com o RS (12,38). No ano de 2010, as taxas de mortalidade infantil dos municípios foram superiores a quinze por mil habitantes em sete municípios e entre dez e doze óbitos infantis em outros seis municípios da região.

Destaca-se que em locais (municípios) onde não nascem 1000 habitantes em um ano esta variável pode ser muito alta em relação aos anos anteriores não ilustrando efetivamente a realidade do local. Por essa razão, também se calculou o número de nascidos vivos para cada óbito de menores de um ano de idade. Consideram-se os dados de Nascidos Vivos do Ministério da Saúde (MS), Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), e Óbitos, por residência, faixa etária 1 (até 364 dias), também do MS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O cálculo realizado evidenciou que, em 2000, a região apresentava 53,53 nascimentos para cada óbito infantil e o RS, 66,04. Os municípios



de Arroio do Tigre, General Câmara, Sobradinho, Tunas e Vera Cruz apresentaram mais de 100 nascimentos para cada óbito infantil. No ano de 2013, os nascimentos foram de 85,07 para cada óbito na região e 94,61 no Estado. Houve redução em número de nascimentos -27,64% e nos óbitos -54,47% para a região e -20,01 e -44,17% no Estado, no período de 2000–2013. Em 2010, Santa Cruz do Sul e Encruzilhada do Sul houve mais de 200 nascimentos por óbito, e em Candelária mais de 300, já em 2013 os registros foram menores, 99,12, 54,80 e 42,38, respectivamente. No ano de 2013 ocorreram, em Rio Pardo, 349 nascimentos para um óbito (SISNAC, 2000, 2010, 2013, SIM, 2000, 2010, 2013). Para mais informações sobre as variáveis de esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, número de nascidos vivos e óbitos infantis e relação do número de nascidos por óbito infantil vide Tabela S.11, disponível em Anexo.

O número de estabelecimentos de saúde, o número de leitos e o número de habitantes para os leitos disponíveis exibem a infraestrutura física da saúde na região. Existiam quinze hospitais gerais na região, em 2015, com um total de 1049 leitos para internação e outros 60 leitos complementares, o que resulta em 396,96 habitantes por leitos (de internação e complementares). No Estado o número era de 327,25 habitantes por leito, no mesmo ano (CNES, 2005, 2010, 2015), (ver Tabelas S.12 e S.13, em Anexo).

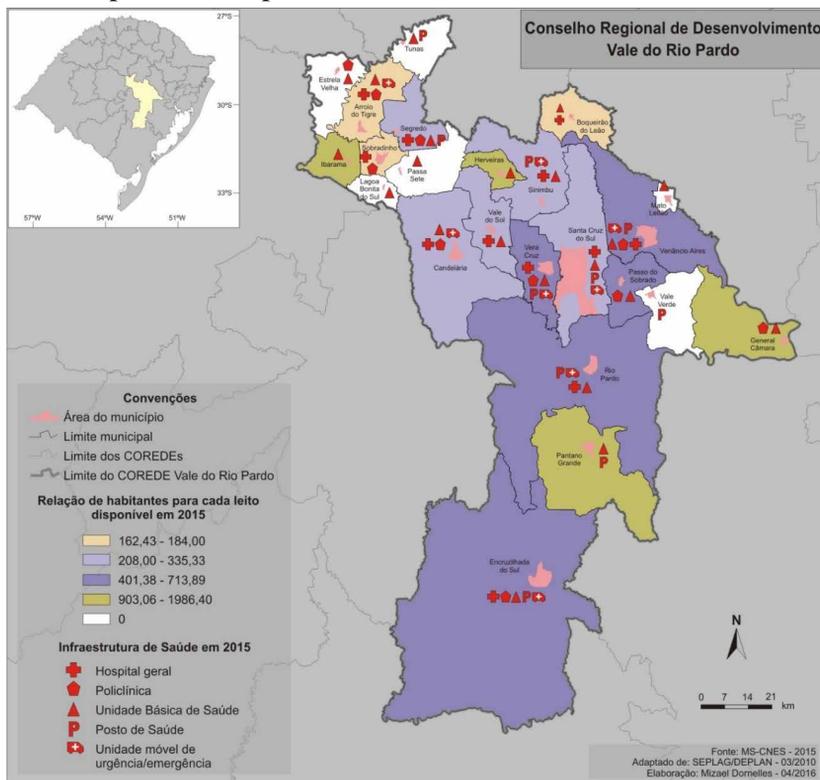
A necessidade é de 2,5 a 3 leitos para cada grupo de mil habitantes, conforme orientações da Portaria 1.101 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002). A média da região apresentou uma variação mínima de 2005 para 2015 (2,57 para 2,52) e a do estado um pequeno aumento (3,00 para 3,06). Entretanto, quando se considera esta relação para os municípios com Hospitais gerais, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Venâncio Aires e Vera Cruz apresentam registros inferiores a 2,5 leitos por grupo de mil habitantes. Todavia, onze municípios da região não tinham hospitais até 2015. Por apresentarem população reduzida, os primeiros atendimentos ocorrem em Centros de Saúde e/ou em Unidades Básicas de Saúde (presente em vinte e dois municípios da região), Policlínicas e Postos de Saúde. Estas unidades também estão presentes nos municípios com hospitais gerais. Já o município de Vale Verde apresentou somente um Posto de Saúde para a população local (CNES, 2005, 2010, 2015).



Quanto às Unidades Móveis em Saúde destinadas ao atendimento de urgência e emergência pré-hospitalar, a região teve um significativo crescimento no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2015, aumentando de uma unidade móvel para treze. Isto resulta em uma unidade para cada 33,9 mil habitantes na região e 49,6 mil no RS. Santa Cruz do Sul registrou quatro unidades móveis e os municípios de Venâncio Aires e de Rio Pardo duas em cada um deles (CNES, 2005, 2010, 2015).

O Mapa 14 apresenta a relação do número de habitantes para cada leito hospitalar disponível e, também, evidencia os estabelecimentos de Saúde existente em 2015 na região.

Mapa 14 – COREDE Vale do Rio Pardo: número de habitantes por leito hospitalar e Infraestrutura Saúde – 2015



No Mapa 14 fica evidente a não existência de leitos disponíveis em cinco municípios da região, e a presença de unidades móveis para atendimento de urgência e emergência com sedes estrategicamente distribuídas nas porções norte, centro e sul.

As informações sobre saúde na região demonstram um significativo avanço na cobertura das ESF e PACS entre 2000 e 2015 na região, com uma melhora muito superior ao Estado. Entretanto, os médicos, notadamente os especialistas, estão concentrados em Santa Cruz do Sul e a região apresenta uma relação de habitantes por médico bastante inferior ao estado do RS. O mesmo ocorre na relação de habitantes por leito disponível. Por um lado, existe uma concentração de leitos em poucos municípios, mas, por outro, há uma cobertura de atendimento básico de saúde e emergência e urgência suficiente, isto é, bem distribuída. Na esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil as melhoras acompanharam os registros estaduais.

3.5.4 Desenvolvimento Humano¹⁰

Ressalta-se que se entende “desenvolvimento humano” a partir das noções de Equidade e de Qualidade de Vida. Considera-se, em linhas gerais, que o tema equidade corresponde à distribuição de renda, e o tema qualidade de vida, ao bem-estar da população. Apresentam-se, a seguir, com base nesta premissa, alguns índices que apresentam significativa relevância.

Ressalta-se a importância do Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O valor varia de 0, quando não há desigualdade e a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, equivalente a um, quando a desigualdade é máxima e apenas um indivíduo detém toda a renda (PNUD, 2013).

A região apresentou uma diminuição na concentração de renda, segundo o índice de Gini, de 0,50, em 2000, para 0,46, em 2010, com uma melhora no intervalo de tempo de 0,04 pontos, realidade também presente no RS (de 0,58 para 0,54). O município com maior redução no período foi Estrela Velha, com 0,16 pontos. Boqueirão do Leão, Passa

10 As análises foram feitas a partir das tabelas disponibilizadas em Anexo – Desenvolvimento humano.



Sete e Vale do Sol mantiveram os mesmos valores neste intervalo de dez anos. Porém, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passo do Sobrado e Tunas totalizaram um aumento na concentração de renda 0,08 pontos (PNUD, 2013).

De acordo com o Índice de Theil-L, que mede a distribuição de renda, identifica-se que houve uma melhora na região e no estado do RS, entre 2000 e 2010. Este índice tem o objetivo de medir a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, excluídos aqueles com renda *per capita* nula. Em poucas palavras, o valor está entre 0 e 1 e quanto maior este valor, pior a distribuição. O índice passou de 0,47 para 0,40 na região e 0,62 para 0,53 no Estado. Estrela Velha e Vale Verde atingiram as maiores reduções, de 0,31 pontos (0,79 para 0,48) e 0,26 pontos (0,59 para 0,33), respectivamente. Outros seis municípios totalizaram 0,23 pontos de aumento. Estrela Velha também detinha, tanto em 2000 como em 2010, o maior registro do índice na região. A menor desigualdade consoante à renda domiciliar dos municípios da região permaneceu em Mato Leitão (0,23 para 0,26), mediante aumento de 0,03 pontos (PNUD, 2013).

Convém esclarecer que o Índice de Gini é menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou pobreza extremas (não tem “sensibilidade de transferência”), refletindo mais precisamente na distribuição dos segmentos de renda média. Por sua vez, o Índice de Theil-L é mais sensível às transferências regressivas entre os pobres, isto é, uma medida de desigualdade sensível ao que ocorre entre os pobres (HOFFMANN, 1992). Para mais informações sobre o Índice de Gini, Índice Ed Theil-L, IDHM e suas dimensões de renda, longevidade e educação no Vale do Rio Pardo, vide Tabela S.14, disponível em Anexo.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano para Municípios) agrega as mesmas três dimensões do IDH Global: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso a conhecimento e de possuir um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas por saúde, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano (IPEA, 2015). A região apresentava um IDHM de 0,562, em 2000, e 0,680, em 2010. Isto equivale a um crescimento de 21,00%, em que o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM dos municípios da região e o limite máximo do índice, que é um,



foi reduzido de 0,438, em 2000, para 0,320, em 2010, (PNUD, 2013).

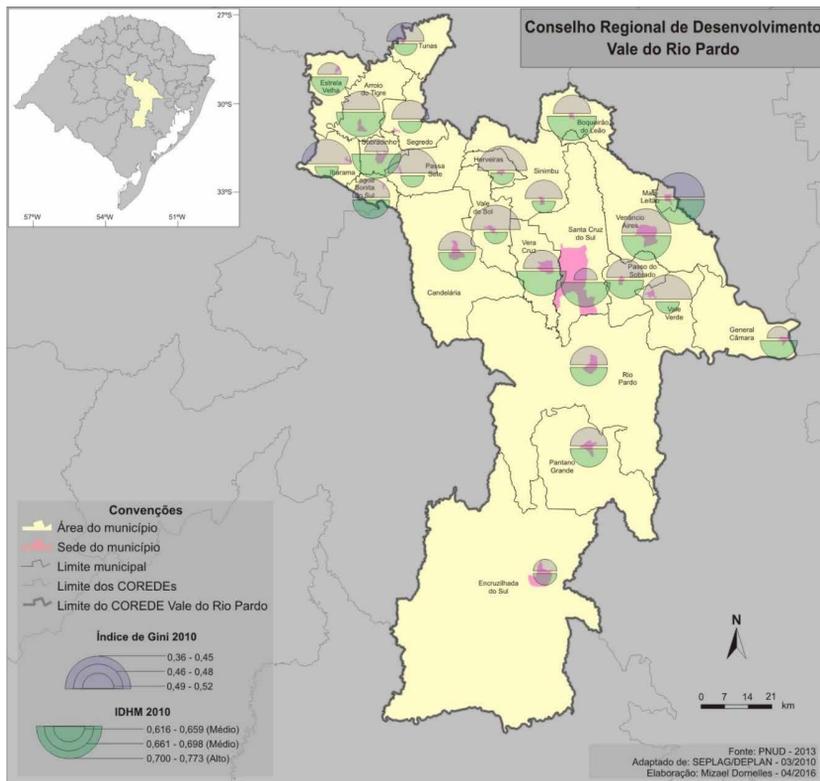
As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. Dessa maneira, o IDHM entre 0 e 0,499 corresponde a “Muito Baixo Desenvolvimento Humano”; o IDHM entre 0,500 - 0,599, “Baixo Desenvolvimento Humano”; IDHM entre 0,600 - 0,699, “Médio Desenvolvimento Humano”; IDHM entre 0,700 - 0,799, “Alto Desenvolvimento Humano”; e IDHM entre 0,800 e 1 “Muito Alto Desenvolvimento Humano” (IPEA, 2015). A região, em 2010, estava situada na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, e o RS (0,746) em Alto Desenvolvimento Humano. Dos vinte e três municípios da região sete estavam na faixa de Alto Desenvolvimento Humano e os restantes em Médio Desenvolvimento Humano. O IDHM Renda apresentou melhora de 0,628 para 0,700, e o IDHM Longevidade, de 0,769 para 0,825, entre 2000 e 2010. O IDH Educação também mostrou significativo crescimento (0,372 para 0,547), mas ainda é o mais preocupante, na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

O Mapa 15 apresenta uma relação entre o Índice de Gini e o IDHM. Os semicírculos agrupam em três categorias os registros do índice de Gini e IDHM para a região. Os indicadores mais satisfatórios são representados pelos maiores semicírculos e os menos satisfatórios pelos menores. Com isso, o índice de Gini apresenta uma classificação crescente e o IDHM uma classificação decrescente. Ou seja, quanto maior o semicírculo, mais satisfatórios são os resultados. Nesse sentido, os municípios de Mato Leitão e Venâncio Aires apresentam a relação mais satisfatória na região, sendo que Encruzilhada do Sul apresenta a menos satisfatória.

Semelhante ao IDH-M o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – visa acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios brasileiros.



Mapa 15 – COREDE Vale do Rio Pardo: relação Índice de Gini e IDHM – 2010



De acordo com FIRJAN (2015), o índice é resultado de um estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, o índice utiliza como fonte os dados secundários oficiais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde. Logo, considera indicadores¹¹ distintos dos aplicados no IDH-M. Em

11 Emprego & Renda correspondem a cinco indicadores (Geração de emprego formal, Absorção da mão de obra local, Geração de renda formal, Salários médios do emprego formal e Desigualdade); Educação, seis indicadores (Matrículas na educação infantil, Abandono no ensino fundamental, Distorção idade-série no ensino fundamental, Docentes com ensino superior no ensino fundamental, Média de horas aula diárias no ensino fundamental e Resultado do IDEB no ensino fundamental); e Saúde quatro indicadores (Número de consultas pré-natal, Óbitos por causas maldefinidas, Óbitos infantis por causas evitáveis e Internação sensível a atenção básica) (FIRJAN, 2015).

2014, a metodologia do IFDM foi alterada com o objetivo de alcançar padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo). Para classificar o nível de cada município foram definidas quatro categorias de desenvolvimento: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) (FIRJAN 2015).

Em 2007, tanto a região como o estado do RS, a região, especialmente doze municípios da mesma, estavam situados na categoria moderada. Os outros onze municípios estavam classificados na categoria de desenvolvimento regular. Em 2013, o COREDE/VRP e o estado do RS permaneceram na mesma categoria, sendo que somente os municípios de Santa Cruz do Sul (0,848) e Mato Leitão (0,831) alcançaram a categoria de alto desenvolvimento (FIRJAN 2015).

Quando separadas as dimensões, constata-se que o IFDM Emprego & Renda é o mais preocupante, com um nível de desenvolvimento moderado, abaixo de 0,5 em 2007, 2010 e 2013. O menor índice registrado nessa dimensão, em 2007, foi em Passa Sete (0,266) e, em 2013, foi em Vale do Sol (0,234), muito distante dos melhores resultados 0,616 (Venâncio Aires) e 0,774 (Santa Cruz do Sul), respectivamente. O IFDM Educação apresenta um moderado desenvolvimento para região (0,672) e RS (0,723), e o IFDM Saúde um alto desenvolvimento (0,823 e 0,831 na devida ordem) para o ano de 2010 (FIRJAN 2015). Os resultados das dimensões do IFDM discordam das dimensões do IDHM, onde o primeiro aponta o Emprego & Renda e o segundo, a Educação como maior motivo de inquietação dos municípios da região (ver Tabela S.15, em Anexo).

3.5.5 Assistência Social

A Assistência Social foi designada como política pública de Estado e como direito social a partir da Constituição Federal de 1988 (artigos 203 e 204), regulamentada pela Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – sob o princípio de universalidade de acesso visando à inserção da população no sistema de bem-estar brasileiro. Assim, neste item serão abordados temas relacionados com a população extremamente pobre e com as pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).



3.5.6 Percentual dos extremamente pobres e razão de dependência

A análise sobre a quantidade de pessoas extremamente pobres por município evidencia que os dois municípios do COREDE Vale do Rio Pardo que apresentaram o maior percentual de pessoas extremamente pobres no ano de 2000 foram Segredo, com 20,68% da população total, seguido de Passa Sete, com 20,13% do total de habitantes. No ano de 2010, o município de Segredo se manteve com o percentual mais elevado correspondendo a 9,45% da população total, seguido de Tunas com um percentual de 8,65% do total de habitantes, conforme pode ser observado através da Tabela 4.

Já os municípios que apresentam o menor percentual de pessoas extremamente pobres, no ano de 2000, são Santa Cruz do Sul, com um total de 2,59% da população, seguido de Venâncio Aires, com um percentual de 3,75% da população total. Já no ano de 2010, o município que apresentou o menor percentual foi Vera Cruz com 0,92%, seguido de Santa Cruz do Sul com um percentual de 0,96% do total de habitantes.

Tabela 4 – Percentual dos extremamente pobres e razão de dependência – 2000 e 2010

(continua)

Unidade Territorial	População Total		% dos extremamente pobres		Razão de dependência	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Tigre	12.216	12.648	7,78	3,28	52,59	42,65
Boqueirão do Leão	7.825	7.673	10,44	2,26	56,75	45,65
Candelária	29.585	30.171	12,16	4,91	51,97	46,14
Encruzilhada do Sul	23.902	24.534	10,52	6,75	55,34	51,18
Estrela Velha	3.513	3.628	16,15	6,42	51,5	41,38
General Câmara	8.737	8.447	7,22	2,65	53,6	50,36
Herveiras	2.957	2.954	19,97	5,29	59,41	48,59
Ibarama	4.454	4.371	9,75	4,72	50,52	45,81
Lagoa Bonita do Sul	-	2.662	7,33	3,94	49,24	49,3
Mato Leitão	3.210	3.865	4,29	1,85	45,31	42,36
Pantano Grande	10.979	9.895	7,4	2,55	51,39	50,24
Passa Sete	4.644	5.154	20,13	7,95	55,79	47,39



Tabela 4 – Percentual dos extremamente pobres e razão de dependência – 2000 e 2010

(conclusão)

Unidade Territorial	População Total		% dos extremamente pobres		Razão de dependência	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Passo do Sobrado	5.566	6.011	7,07	2,66	47,61	41,2
Rio Pardo	37.783	37.591	8,09	4,55	53,62	47,02
Santa Cruz do Sul	107.632	118.374	2,59	0,96	45,96	38,97
Segredo	6.911	7.158	20,68	9,45	54,33	47,22
Sinimbu	10.210	10.068	11,22	8,25	53,86	46,51
Sobradinho	16.328	14.283	8,4	2,61	52,9	43,96
Tunas	4.310	4.395	17,46	8,65	60,63	46,88
Vale do Sol	10.558	11.077	8,1	4,18	51,35	44,29
Vale Verde	3.057	3.253	8,75	5,76	48,61	47,13
Venâncio Aires	61.234	65.946	3,75	1,05	48,24	40,83
Vera Cruz	21.300	23.983	6,6	0,92	49,29	42,9
COREDE VRP	396.911	418.141	10,25	4,42	52,16	45,56
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929	5,01	1,98	49,83	43,18

Fonte: PNUD (2013). Organizado por Renata Pachaly Beise e por Rosane Bernardete Brochier Kist.

No que se refere à razão de dependência, que equivale ao percentual da população com menos de 15 anos e da população de 65 anos ou mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), se observa uma redução no que tange aos percentuais equivalentes à razão de dependência de cada um dos municípios do COREDE/VRP, no período de 2000 a 2010. Entre os municípios analisados constata-se que os dois que apresentaram um índice maior de razão de dependência, no ano 2000, foram Tunas, com um percentual de 60,63% da população total, seguido de Herveiras, que apresentou um percentual de 59,41% do total de habitantes. Já no ano de 2010, os municípios que apresentaram índices mais elevados foram Encruzilhada do Sul, com um percentual de 51,18% da população total, seguido de Pantano Grande com um percentual de 50,24% do total de habitantes. Entre os municípios que apresentaram índices mais



reduzidos de razão de dependência, no ano 2000, foram Mato Leitão, com um percentual de 45,31%, seguido de Santa Cruz do Sul, com 45,96%. Já no ano de 2010, o município que apresentou o menor índice foi Santa Cruz do Sul com um percentual de 38,97% da população total, seguido de Passo do Sobrado, que apresentou um percentual de 41,2% da população total.

A análise sobre a razão de dependência existente nos municípios do COREDE/VRP evidencia que houve uma redução nestes percentuais, se comparados os anos de 2000 e de 2010. No ano 2000, a razão de dependência da região equivalia a um percentual de 52,16% em relação à população total de 396.911 habitantes, superior ao percentual do estado do Rio Grande do Sul, que correspondia 49,83% do total de 10.187.798 habitantes. Já no ano de 2010, houve uma redução nos percentuais, tanto em nível de COREDE como de estado, pois a razão de dependência dos municípios do Vale do Rio Pardo reduziu para 45,56% da população total de 418.141 habitantes, e a do Estado do RS caiu para 43,18% do total de 10.693.929 habitantes.

Os dados relativos à pobreza nos vinte e três municípios do COREDE/VRP evidenciam que houve uma redução no percentual dos extremamente pobres¹², no período de 2000 a 2010. Em 2000, o percentual de pessoas extremamente pobres entre os municípios do COREDE era de 10,25% da população total de 396.911 habitantes, e, no ano de 2010, reduziu para 4,42% da população total de 418.141 habitantes. Ou seja, embora tenha reduzido o percentual, observa-se que houve um aumento de 21.230 habitantes no período analisado.

3.5.7 Número de beneficiários do Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Surgiu da proposta do Governo Federal, lançada em outubro de 2003, que previa a unificação de quatro programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação.

12 Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$70,00 mensais (em reais de agosto de 2010). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.



Atualmente, o Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, lançado em junho de 2011 pela Presidenta Dilma, visando a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social. O Bolsa Família tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 mensais, tem como base a garantia de renda, a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos (MDS, 2014).

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, visando à promoção do alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, de saúde e de assistência social; e as ações e programas complementares, que visam ao desenvolvimento das famílias na perspectiva da superação da situação de vulnerabilidade.

A análise sobre a quantidade de pessoas beneficiárias por município do COREDE/VRP evidencia que, no ano de 2004, a maior concentração se encontrava no município de Santa Cruz do Sul com um total de 10.380 pessoas (9,64%), seguido de Candelária com 6.916 pessoas (23,38%). No ano de 2010, o município de Santa Cruz do Sul liderou a quantidade de pessoas beneficiárias do PBF com um total de 14.024 usuários (11,85%), seguida de Rio Pardo com 12.092 pessoas (32,17%). Da mesma forma, no ano de 2015, estes dois municípios foram os que apresentaram a maior quantidade de pessoas beneficiárias, 13.360 usuários (10,60%) e 10.404 (26,72%), respectivamente, embora se identifique uma queda de 664 pessoas beneficiárias no município de Santa Cruz do Sul e 1.688 em Rio Pardo.

Por outro lado, ao se analisar os municípios que possuem a menor quantidade de pessoas beneficiárias observa-se que, no ano de 2004, Lagoa Bonita do Sul possuía apenas 164 pessoas usuárias do PBF, seguida de Mato Leitão com 308 pessoas. Já nos anos de 2010 e 2015 foram os municípios de Mato Leitão e Herveiras os que apresentaram a menor quantidade de pessoas usuárias do benefício, totalizando 348 pessoas em 2010, 108 pessoas em 2015, 548 pessoas em 2010, e 564 pessoas em 2015, respectivamente, conforme pode ser observado através da Tabela S.17, em Anexo.

A seleção das famílias usuárias do Programa Bolsa Família ocorre com base nas informações registradas pelos municípios no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), um instrumento de coleta e de gestão de dados que possibilita a identificação



da realidade socioeconômica e a caracterização das famílias de baixa renda. O cadastro permite o registro de informações relacionadas com a característica da residência, a identificação dos integrantes do grupo familiar, a escolaridade, a situação de trabalho e renda, entre outras.

Desta forma, desde 2003, o CADÚNICO se tornou o principal instrumento utilizado para a seleção e para a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, especialmente para a concessão de benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. A partir dos dados cadastrados em cada município brasileiro é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) uma seleção de forma automatizada, da qual são identificadas as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

Nesse sentido, ao se analisar os municípios que compõem o COREDE/VRP se observa que há um número maior de famílias cadastradas em relação ao número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Entre os municípios analisados se constata que a maior quantidade de inscritos está no município de Santa Cruz do Sul (10.462 pessoas) seguido de Venâncio Aires (7.816 pessoas), ao passo que os municípios que possuem a maior quantidade de famílias beneficiárias também são Santa Cruz do Sul (3.340 usuários) e Venâncio Aires (2.785 pessoas). Os municípios que possuem a menor quantidade de famílias beneficiárias em relação ao total de inscritas são Mato Leitão (27 famílias beneficiárias e 337 inscritas) e Herveiras (141 famílias beneficiárias e 275 inscritas), conforme consta na Tabela 5.

Já os municípios que possuem o maior percentual de famílias que recebem do PBF em relação à quantidade de inscritos no CADÚNICO são Tunas, com 52,09%, e Herveiras, com 51,27%, e aqueles que possuem o menor percentual são Mato Leitão, com 8,01%, e Estrela Velha, com 26,55%.



Tabela 5 – Famílias inscritas no CADÚNICO e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2015, 2016

Municípios	Famílias inscritas CADÚNICO (2015)	Famílias Beneficiárias PBF (2016)	% Relação famílias beneficiárias PBF com inscritas CADÚNICO
Arroio do Tigre	1.752	659	37,61%
Boqueirão do Leão	923	391	42,36%
Candelária	3.934	1.582	40,21%
Encruzilhada do Sul	4.442	1.810	40,75%
Estrela Velha	595	158	26,55%
General Câmara	1.308	393	30,05%
Herveiras	275	141	51,27%
Ibarama	624	247	39,58%
Lagoa Bonita do Sul	503	188	37,38%
Mato Leitão	337	27	8,01%
Pantano Grande	1.292	622	48,14%
Passa Sete	797	332	41,66%
Passo do Sobrado	595	171	28,74%
Rio Pardo	5.622	2.601	46,26%
Santa Cruz do Sul	10.462	3.340	31,93%
Segredo	1.272	558	43,87%
Sinimbu	1.009	447	44,30%
Sobradinho	2.429	694	28,57%
Tunas	887	462	52,09%
Vale do Sol	1.345	430	31,97%
Vale Verde	408	154	37,75%
Venâncio Aires	7.816	2.785	35,63%
Vera Cruz	2.624	1.132	43,14%
COREDE/VRP	51.251	19.324	37,70%
Rio Grande do Sul	1.111.069	405.412	36,49%

Fonte: SAGI/MDS (2015, 2016). Organizado por Renata Pachaly Beise.

A análise sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família, nos anos de 2004 a 2015, evidencia que houve um aumento do número de usuários no período de 2004 a 2010, ao passo que deste ano até 2015 houve uma redução na quantidade de pessoas beneficiárias¹³, tanto nos

13 Para a realização do cálculo das pessoas beneficiadas utilizou-se a média adotada pelo IBGE da qual se considera um total de quatro pessoas por grupo familiar.



municípios do COREDE como em nível de estado do Rio Grande do Sul. Entre o ano de 2004 e 2010, houve um aumento de 33.336 beneficiários entre os municípios, passando de 50.820 pessoas (12,80%), em 2004, para 84.156 pessoas (20,13%), em 2010. Da mesma forma, em nível de estado observou-se um aumento de 652.404 pessoas entre o período de 2004 e 2010, passando de 1.162.640 beneficiários (11,41%) para 1.815.044 beneficiários (16,97%) em 2010.

Entretanto, verifica-se que houve uma redução na quantidade de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família tanto entre os municípios do COREDE/VRP como em nível estadual no período de 2010 a 2015. A análise sobre o Vale do Rio Pardo evidencia que houve uma redução de 2.488 pessoas beneficiárias no período, passando de 84.156 (20,13%) para 81.668 pessoas (18,55%), ao mesmo passo que em âmbito estadual houve uma redução de 193.396 pessoas, alterando de 1.815.044 (16,97%) para 1.621.648 (14,42%) no mesmo período avaliado.

3.5.8 Habitação

Neste item serão referidos aspectos relacionados com a habitação, tais como o Plano e o Fundo Municipal de Habitação. Destacam-se, ainda, as características dos domicílios da população especialmente no que se refere aos domicílios próprios, aos alugados e aos cedidos, bem como o balanço habitacional e o déficit habitacional dos municípios e da região do COREDE/VRP.

Constata-se que entre os 23 municípios que compõem o COREDE/VRP apenas nove deles (39%) possuem Plano Municipal de Habitação, são eles: Ibarama, Pantano Grande, Rio Pardo, Segredo, Sobradinho, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Já no que se refere ao Fundo Municipal de Habitação se evidencia que doze municípios (52%) revelaram tê-lo elaborado¹⁴ (ver Tabela S.19, em Anexo).

A análise sobre os domicílios nos municípios do COREDE/VRP evidenciam que existem algumas características comuns no que se referem aos quesitos domicílios próprios, próprios já quitados, próprios

14 Com exceção de Vera Cruz, que não informou, os outros dez municípios, além dos já citados, não possuem o Fundo Municipal de Habitação.



ainda pagando e alugado. De um modo geral, se observa que se verifica um aumento na quantidade de domicílios com as características referidas, tanto em nível de COREDE como de estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos domicílios próprios se observa que houve um aumento de 20.237 nos municípios do COREDE. Da mesma foram, houve um aumento de 18.259 domicílios próprios já quitados e de 1.981 domicílios próprios ainda pagando. No que se refere aos domicílios alugados também se evidencia um aumento de 4.215, ao passo que entre os domicílios cedidos se observa uma redução de 1.474, no período de 2000 a 2010. Este fato também se percebe em nível de estado, pois houve uma redução de 9.184 domicílios cedidos no estado do Rio Grande do Sul no mesmo período (ver Tabela S.20, disponível em Anexo).

Observa-se que o município de Santa Cruz do Sul é o que lidera no quesito domicílios próprios, próprios já quitados, próprios ainda pagando, alugados e cedidos, tanto no ano de 2000 como em 2010, seguido do município de Venâncio Aires. Entre os municípios que apresentam menos quantidade de domicílios, no que se refere a estes quesitos, há uma variação, embora alguns deles apresentem alguma predominância, como o caso de Herveiras, Mato Leitão e Lagoa Bonita do Sul.

A análise sobre o Déficit Habitacional, relacionado com a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais, evidencia que nos municípios do COREDE/VRP existe um total de 3.460 domicílios que se encontram em “situação precária”, conforme consta na Tabela 6.

Esta precariedade está relacionada com as características dos domicílios, que podem ser denominadas de “domicílios rústicos”, por não apresentarem paredes de alvenaria ou madeira emparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças; ou “domicílios improvisados”, locais destinados a fins não residenciais, mas que servem de moradia (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014a).

Em que pese o reconhecimento da realidade apontada, embora se reconheça que nos municípios do COREDE/VRP se evidencia a necessidade de construção de novas moradias em função das condições precárias em que se encontram grande parte delas, há que se reconhecer que a região não é considerada a mais problemática



do Estado, pois conforme apontado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2014a), o maior déficit proporcional se encontra no COREDE Fronteira Oeste. Identifica-se, ainda, que em âmbito estadual houve uma queda do déficit habitacional, pois conforme apontado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, o Rio Grande do Sul é o estado que atualmente possui a menor taxa de déficit habitacional, se comparado com os demais estados do país.

Tabela 6 – Déficit Habitacional em 2010

(continua)

Unidade Territorial	Déficit Habitacional em 2010				
	Total	Habitação Precária	Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	Ônus Excessivo com Aluguel	Coabitação
Arroio do Tigre	263	141	0	10	112
Boqueirão do Leão	130	55	0	19	56
Candelária	637	210	39	82	306
Encruzilhada do Sul	578	237	8	85	248
Estrela Velha	46	3	0	8	35
General Câmara	128	16	0	22	90
Herveiras	40	8	0	12	20
Ibarama	85	4	0	4	77
Lagoa Bonita do Sul	45	25	0	7	13
Mato Leitão	40	2	3	4	31
Pantano Grande	194	103	12	20	59
Passa Sete	79	10	0	13	56
Passo do Sobrado	89	50	3	8	28
Rio Pardo	761	386	0	65	310
Santa Cruz do Sul	1752	873	32	201	646
Segredo	117	31	0	21	65
Sinimbu	265	145	0	6	114
Sobradinho	387	77	4	47	259
Tunas	199	171	3	0	25
Vale do Sol	320	178	0	13	129
Vale Verde	53	30	0	4	19



Tabela 6 – Déficit Habitacional em 2010 (conclusão)

Unidade Territorial	Déficit Habitacional em 2010				
	Total	Habitação Precária	Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	Ônus Excessivo com Aluguel	Coabitação
Venâncio Aires	1072	514	28	129	401
Vera Cruz	398	191	0	52	155
COREDE VRP	7678	3460	132	832	3254
Rio Grande do Sul	193576	76492	9248	24269	83567

Fonte: Latus (2011). Organizado pelos autores.

Entre os vinte e três municípios do COREDE se observa que Santa Cruz do Sul é o que apresenta a maior quantidade de domicílios precários, totalizando 873, seguido de Venâncio Aires, com 514 domicílios. Já os municípios de Mato Leitão e Estrela Velha são os que possuem menos domicílios precários, pois o primeiro possui somente dois e o segundo três que se encontram nesta condição.

Quanto ao adensamento excessivo de domicílios alugados, fenômeno que ocorre quando o domicílio possui uma média de moradores por cômodo superior a três e é alugado, constata-se que o município de Candelária é o que apresenta a maior quantidade de domicílios netas condições (39 domicílios) seguido de Santa Cruz do Sul (32 domicílios). Por outro lado, há municípios como Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Rio Pardo, Segredo, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde e Vera Cruz que não apresentam nenhum domicílio com esta característica. Entre os municípios que apresentam menor quantidade de adensamento excessivo de domicílios alugados estão Mato Leitão, Passo do Sobrado e Tunas, cada um deles com três domicílios nestas condições.

Identifica-se entre os municípios do COREDE/VRP um total de 832 domicílios que apresentam ônus excessivo com aluguel, ou seja, são aqueles casos em que a situação de moradia em domicílio urbano é caracterizada pelo aluguel realizado por família cuja renda mensal é menor que três salários mínimos, além de que existe um comprometimento de mais de 30% da renda com o aluguel. Os



municípios que possuem a maior quantidade de domicílios com estas características são Santa Cruz do Sul (201 domicílios) e Venâncio Aires (129 domicílios), sendo que os municípios de Ibarama, Mato Leitão e Vale Verde são os que possuem menos quantidade de domicílios com ônus excessivo de aluguel, apenas quatro casos em cada um deles.

No COREDE/VRP se identifica, também, a existência de 3.254 domicílios que possuem coabitação, ou seja, constituídos por famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio, além das que vivem em cômodos cedidos, alugados ou próprios, e que têm interesse em construir um domicílio unifamiliar. Os municípios que possuem maior quantidade deste tipo de domicílio são Santa Cruz do Sul (646 domicílios) seguido de Venâncio Aires (401 domicílios). Os municípios de Lagoa Bonita do Sul e Vale Verde são os que possuem a menor quantidade de domicílios com este formato, 13 e 19 domicílios, respectivamente.

3.5.9 Segurança

Neste item serão abordados os temas relacionados com o Sistema Penitenciário, o efetivo da Polícia Civil, da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros existente nos 23 municípios do COREDE/VRP. Apresentam-se, ainda, alguns dados relativos à criminalidade existente na região.

3.5.10 Sistema Penitenciário

Os municípios do COREDE/VRP estão adscritos à 8ª Delegacia de Polícia Regional, localizada no município de Santa Cruz do Sul. O COREDE/VRP possui seis estabelecimentos penais localizados nos municípios de Candelária, de Encruzilhada do Sul, de Rio Pardo, de Santa Cruz do Sul, de Sobradinho e de Venâncio Aires. A capacidade total destes estabelecimentos era de 569 vagas em 2000, passando a 1.083 vagas em 2016, significando um aumento de 90,33%. Em 2016, os estabelecimentos da região do COREDE/VRP detêm 1.186 internos, indicando 1,09 interno por vaga ofertada.



Salienta-se que, no mesmo período, todos os municípios tiveram aumento na oferta de vagas, destacando-se o município de Venâncio Aires, o qual apresentou um aumento de vagas de 207,56%, passado de 172 vagas, em 2000, para 529 vagas, em 2016.

Já o crescimento da população carcerária na região do COREDE/VRP, no mesmo período, foi de 131,19%. A Penitenciária Estadual de Venâncio Aires é a que mais se destaca, visto que, em 2000, havia 137 internos, enquanto que, em 2016, esse número aumentou para 434 presos, ou seja, houve um aumento de 216,79%.

Os estabelecimentos localizados nos municípios de Encruzilhada do Sul, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul se destacam por possuírem uma população carcerária maior que a sua capacidade. Nota-se que os presídios localizados nestes municípios se destacam, negativamente, por apresentarem superlotação de 2,86 (Encruzilhada do Sul), de 1,22 (Rio Pardo), de 1,45 (Santa Cruz do Sul) e de 1,11 (Sobradinho) presos por vaga, conforme consta na Tabela S.21 (ver Anexo).

A respeito da faixa etária dos apenados constata-se que a maioria possui de 18 a 29 anos, conforme se observa a partir da Tabela 7. Há um total de 518 apenados, destacando-se a Penitenciária de Venâncio Aires que possui 219. Esta realidade também está presente em nível nacional, pois conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014 (INFOPEN), “a proporção de jovens – pessoas com idades entre 18 e 29 anos – é maior no sistema prisional (56%) do que na população em geral (21,5%). Outros 19% têm entre 30 e 34 anos de idade”.

**Tabela 7 – COREDE Vale do Rio Pardo:
faixa etária dos internos – 2016**

Faixa etária	Número de internos	
18 a 24 anos	265	22.38%
25 a 29 anos	270	22.80%
30 a 34 anos	237	20.02%
35 a 45 anos	261	22.04%
46 a 60 anos	137	11.57%
Mais de 60 anos	14	1.18%
Total	1184	100%

Fonte: SUSEPE, 2016. Organizado por Mariana Souza.



A maior parte da população prisional do COREDE/VRP é solteira (62%), conforme Figura 6. Essa proporção é maior do que a verificada na população brasileira que, de acordo com o CENSO 2010, é de 34,8%, e também é maior em relação à população carcerária nacional (57%), de acordo com os dados do INFOPEN (2014). Conforme já referido, a população prisional é composta, sobretudo, por jovens, o que pode explicar, pelo menos em parte, a alta proporção de solteiros na população prisional. Entre a população prisional masculina e feminina não há muita diferença.

Figura 6 – COREDE Vale do Rio Pardo: total de internos por estado civil e grau de instrução – 2016



Fonte: SUSEPE, 2016. Organizado por Mariana Souza.

3.5.11 Efetivo da Polícia Civil, da Brigada Militar e dos Bombeiros

Ressalta-se que houve dificuldades para a obtenção dos dados referentes ao efetivo policial da Polícia Civil, da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros, motivo pelo qual foi necessário um encaminhamento formal a partir da secretaria do COREDE/VRP, situada na UNISC. Da mesma forma, enfrentou-se dificuldades na obtenção dos dados devido à existência de diferentes regionalizações no que se refere à segurança, pois alguns municípios, como o caso de Encruzilhada do Sul, pertence à divisão regional que corresponde à 29ª Delegacia Regional de Polícia Civil situada em Camaquã; o município de General Câmara pertence à divisão regional que corresponde à 17ª DRP Civil situada em São Jerônimo; e o município de Mato Leitão pertence à divisão regional referente à polícia que corresponde ao COREDE Vale do Taquari.

No que concerne ao COREDE/VRP, identifica-se que no ano de 2010 o mesmo continha um efetivo de 165 policiais civis, número que foi reduzido para 159 agentes no ano de 2015. Identifica-se também



uma redução no número de policiais militares, o qual era de 539, em 2010, e reduziu para 446 policiais militares, em 2015, conforme Tabela S.22 (ver Anexo).

Constata-se que todos os municípios da região apresentam defasagem entre o previsto e o efetivo, entretanto alguns municípios apresentam maior déficit quanto ao efetivo, sobretudo de policiais civis. Constata-se que, em 2015, os municípios de Estrela Velha (cinco agentes), Herveiras (cinco agentes), Ibarama (cinco agentes), Lagoa Bonita do Sul (cinco agentes), Mato Leitão (seis agentes), Passa Sete (seis agentes), Segredo (cinco agentes), Tunas (cinco agentes) e Vale Verde (seis agentes) possuíam apenas o efetivo de policiais militares.

No que diz respeito ao efetivo de bombeiros identifica-se que na região, em 2015, havia somente nos municípios de Candelária (48 agentes), Encruzilhada do Sul (7 agentes), Passo do Sobrado (23 agentes), Rio Pardo (26 agentes), Santa Cruz do Sul (49 agentes), Venâncio Aires (22 agentes) e Vera Cruz (15 agentes). No entanto, Candelária (48 agentes) Sobradinho (não informado) e Passo do Sobrado (26 agentes) contam com corpo de bombeiros voluntários. No total, em 2015, a região contava com 190 agentes atuantes em corpos de bombeiros, tendo à disposição 47 veículos.

3.5.12 Números de crimes

Inicialmente, destaca-se a importância de se considerar o viés interdisciplinar quando se analisa a criminalidade, visto que se trata de um tema complexo de interpretação. A criminalidade está diretamente relacionada com a violência, que envolve diversas formas de comportamentos violentos, tais como a violência estatal, a criminalidade em si, as discriminações raciais, as discriminações em razão de gênero, de orientação sexual, a violação dos direitos das crianças, dos adolescentes e das pessoas idosas, entre outros. Outrossim, a criminalidade, também, envolve diversos níveis, diferentes sujeitos, bem como diversas formas em que ela se manifesta, seja em âmbito interpessoal, familiar, em grupos de minorias, nas metrópoles, ou ainda nas pequenas e médias cidades.

Há que se considerar, ainda, que as estatísticas nem sempre retratam os dados a respeito de criminalidade em cada município, pois nem todos os cidadãos vítimas de algum crime informam o fato às autoridades.



Para analisar os indicadores criminais na região se agrupou os delitos de acordo com a sua natureza. Nesse sentido, os delitos contra patrimônio tratam de alguns crimes mais recorrentes na região, são eles: furtos, furtos de veículos, roubos, latrocínio, roubo de veículos, extorsão e estelionato. Em 2002, foram registradas 1.583 ocorrências de delitos contra o patrimônio e, em 2015, esse número subiu para 7.914 ocorrências. Nos mesmos anos, os municípios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires foram os que apresentaram maior número de ocorrências, entretanto estes também são os municípios que possuem a maior população no COREDE/VRP.

Em termos de evolução, com exceção dos delitos relacionados à corrupção, todos os indicadores criminais tiveram aumento: homicídio doloso, os delitos relacionados a armas e a munições, os delitos contra o patrimônio, a posse e o tráfico de entorpecentes, conforme é possível verificar na Tabela S.23 (ver Anexo).

Deve-se levar em consideração que os municípios onde se observou aumento do registro de ocorrências também são aqueles que possuem uma população maior e uma área urbana maior, como é o caso de Santa Cruz do Sul. Outrossim, este município, assim como Venâncio Aires, o qual também registrou aumento dos delitos, são considerados centros econômicos regionais, o que ocasiona uma maior circulação de pessoas originárias de outros municípios vizinhos, a fim de realizarem atividades diversas, as quais vão desde trabalho e estudo até compras ou turismo.

A respeito do indicador criminal relativo a estupro, este se encontra descrito na Tabela S.24 (ver Anexo). Constata-se que, igualmente, os municípios com maior população também são os municípios que possuem maior ocorrência dos delitos de estupro (nas modalidades “consumado” e “tentado”). Em Santa Cruz do Sul, no ano de 2012, quarenta e três ocorrências foram registradas, enquanto que em Venâncio Aires foram registradas vinte e duas ocorrências (ver Tabela S.24, disponível em Anexo).

Por fim, merece destaque também o fato de que a coleta de dados é de difícil acesso, bem como limitada. Nesse sentido, não se obteve acesso aos dados sobre crimes raciais, crimes praticados contra pessoas idosas, ou ainda crimes praticados contra pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais/travestis).



3.5.13 Estrutura de segurança

No que se refere à estrutura de segurança, o Quadro 1 descreve as delegacias presentes em cada município do COREDE/VRP. Os municípios de General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Segredo, Tunas e Vale Verde não possuem delegacias. Entretanto, constata-se que quatorze municípios da região possuem Delegacia de Polícia Civil, são eles: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Quadro 1 – Delegacias presentes nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo – 2014

(continua)

Estrutura de segurança	Municípios
Delegacia de polícia civil	Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.
Delegacia de homicídios	Arroio do Tigre e Santa Cruz do Sul
Delegacia de proteção ao idoso	Arroio do Tigre
Delegacia de proteção à criança e ao adolescente (DPCA) (1)	Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires
Delegacia da criança e do adolescente (DPCA) (2)	Arroio do Tigre e Santa Cruz do Sul
Delegacia de proteção ao meio ambiente	Arroio do Tigre
Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher	Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires
Instituto Médico Legal	Santa Cruz do Sul
Sede de comarca	Arroio do Tigre, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz
Unidade do corpo de bombeiros	Candelária, Encruzilhada do Sul, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz



Quadro 1 – Delegacias presentes nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo – 2014

(conclusão)

Estrutura de segurança	Municípios
Defesa civil	Todos os municípios possuem coordenadoria municipal

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2014. Organizado por Mariana Barbosa de Souza.

Também se destacam como sedes de Comarcas os municípios de Arroio do Tigre, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz.

No que se refere à Defesa Civil, todos os municípios possuem Coordenadoria Municipal. Arroio do Tigre é o único município da região que conta com Delegacia de Proteção ao Idoso e Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente.

3.5.14 Cultura

Neste item serão abordados os temas relacionados com a cultura, destacando-se dados referentes ao investimento em cultura na região do COREDE/VRP, feiras, festas e exposições, grupos artísticos e equipamentos socioculturais.

Preambularmente, há que se mencionar que de acordo com os dados do IBGE (2006) alguns municípios não investiram qualquer valor em cultura, como é o caso de Segredo e Tunas. No mesmo sentido, o investimento do município de General Câmara foi pouco expressivo, correspondendo ao valor *per capita* de R\$ 0,459, conforme se verifica na Tabela S.25 (ver Anexo).

Por outro lado, os municípios da região que mais investiram em cultura no ano de 2006 foram Mato Leitão (investimento *per capita* de R\$ 19.897,26), seguido de Venâncio Aires (investimento *per capita* de R\$ 17.528,63) e de Estrela Velha (investimento *per capita* de R\$ 12.190,50).



3.5.15 Feiras, festas e exposições

Os eventos culturais e econômicos indicam aspectos representativos das formas de organização da sociedade diante de temas relevantes para a cultura, bem como para a economia local. Os eventos na região variam de natureza, sendo que aqueles que envolvem orçamento público são gastronômicos, econômicos, de lazer, como organização de torneios, desportivos, religiosos, entre outros.

No que diz respeito à análise dos dados coletos, identifica-se que a região do COREDE/VRP detém diversos eventos (festas, feiras, exposições) que somados totalizam mais de 250 ações. No que tange aos eventos culturais, destacam-se as festas culturais/artísticas/populares/gastronômicas que se relacionam com a miscigenação étnico-cultural que está presente na região. São exemplos as festas que cultuam as manifestações culturais germânicas, italianas, portuguesas, afrodescendentes, tradições gaúchas, entre outros.

No tocante às festas gastronômicas percebe-se que a diversidade regional também contribui para o número significativo desta variedade de evento, tendo destaque festas como a da cuca e da linguíça, a festa do peixe, a festa do búfalo, entre outras.

3.5.16 Equipamentos socioculturais

Neste item, também para fins de análise, foram considerados em cada município da região os equipamentos socioculturais correspondentes às bibliotecas públicas, aos museus, aos teatros ou salas de espetáculos, ao centro cultural, aos estádios ou ginásios poliesportivos, aos cinemas, às unidades de ensino superior, às videolocadoras, às lojas de discos, CDs, fitas e DVDs, livrarias e clubes e associações recreativas.

No ano de 2006, os municípios de Boqueirão do Leão, Estrela Velha, General Câmara, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Segredo e Tunas possuíam menos de seis equipamentos culturais. No ano de 2014 havia oito municípios que possuíam menos de seis equipamentos socioculturais: Estrela Velha, General Câmara, Lagoa Bonita do Sul, Segredo, Tunas, Herveiras, Passa Sete e Vale Verde. Dentre os municípios da região os equipamentos socioculturais que mais foram identificados havia bibliotecas (presentes em todos os vinte e três



municípios da região), museus, estádios de futebol, videolocadora, clubes e associações recreativas e Lan House.

3.6 Dimensão Econômica¹⁵

3.6.1 Caracterização Econômica do COREDE/VRP

Nesta seção são apresentadas as variáveis econômicas selecionadas para a caracterização da dimensão econômica do COREDE/VRP, constituído pelas variáveis:

- a) Produto Interno Bruto – PIB: tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Segundo o IBGE (2016) o Produto Interno Bruto – PIB – fornece estimativas da produção total dos Municípios, a preços correntes e *per capita*, e do valor adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços, a preços correntes, através de um processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais obtido para cada Unidade da Federação.
- b) Valor Adicionado Bruto – VAB: é a diferença entre as receitas (vendas) e os insumos adquiridos de terceiros (custos), o que representa o valor adicionado oriundo da atividade produtiva. O volume gerado de renda (produção) em cada atividade econômica traz informações da agropecuária, da indústria e dos serviços.
- c) Estrutura Fundiária: é a forma como a propriedade da terra está organizada, em termos de tamanho, distribuição e posse das propriedades. A estrutura fundiária fornece uma visão panorâmica do município ou da área de interesse, fator importante para definir políticas sociais, ambientais e agrícolas das regiões.
- d) Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE: calculado pela Fundação de Economia e Estatística do RS – FEE, é um instrumento de avaliação que considera tanto a situação econômica do Rio Grande do Sul e dos seus municípios, como também questões relacionadas à qualidade de vida desses municípios. A análise é realizada levando em consideração a educação, a renda e a saúde, e quanto mais próximo de 1 seu resultado, melhor o índice de desenvolvimento.

15 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Silvio Cezar Arend, Vonja Engel e a bolsista Ana Laura Führ.



e) Finanças Públicas: reuniram-se informações sobre aspectos das receitas próprias dos municípios, transferências (Fundo de Participação dos Municípios, Índice de Retorno do ICMS e transferências governamentais).

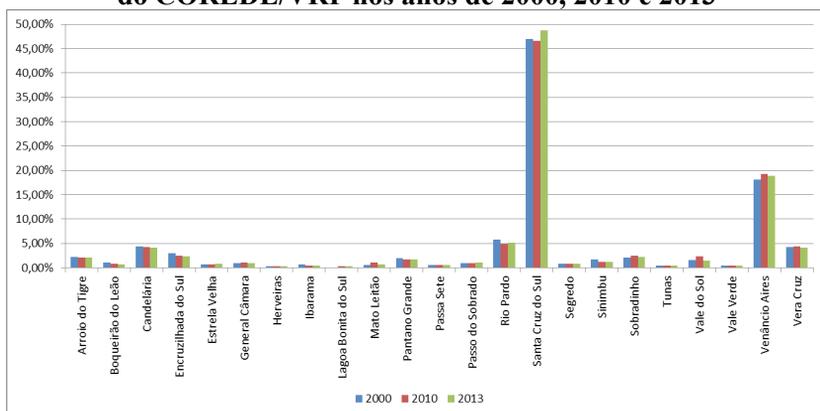
f) Balança Comercial: saldo entre o total de exportações e importações de bens e serviços de um país em determinado período.

Os dados completos estão apresentados nos anexos.

3.6.2 Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto

A Figura 7 apresenta o PIB dos municípios do COREDE/VRP, no qual o município de Santa Cruz do Sul representa a maior participação percentual do PIB dentre os demais municípios. Em 2013, o PIB de Santa Cruz do Sul foi de R\$ 6,67 bilhões, correspondendo a 48,8% do total do COREDE Vale do Rio Pardo. Venâncio Aires é o segundo município mais representativo da região, gerando um PIB de R\$ 2,58 bilhões, em 2013. Ainda se destaca em relação ao PIB o município de Rio Pardo com um PIB R\$ 0,70 bilhão, ou seja, 5,10% do PIB do COREDE/VRP. Nesse sentido, os três municípios correspondem a um total de 72,80% do PIB do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo.

Figura 7 – Participação do PIB dos municípios sobre o PIB total do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2013



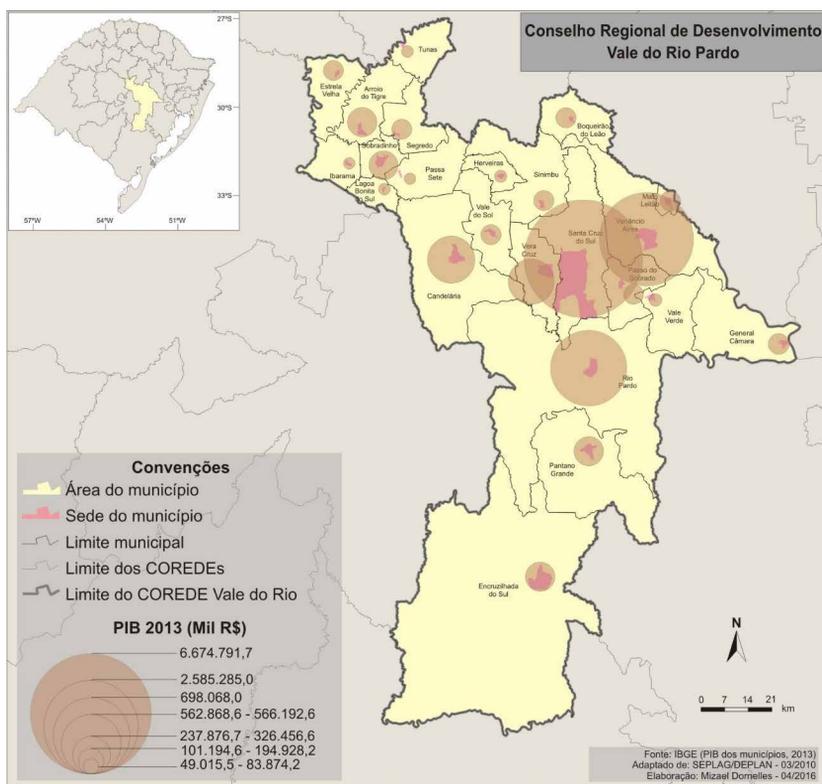
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Comparando com o PIB do estado do Rio Grande do Sul, o COREDE/VRP tinha uma participação de 3,662% no ano de 2000, passando para 3,715% em 2010 e 4,131% em 2013, demonstrando uma evolução positiva no período melhorando sua posição relativa aos demais COREDEs.

No Mapa 16 é possível visualizar o tamanho relativo do PIB nos municípios e observar a concentração nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Rio Pardo.

Mapa 16 – Produto Interno Bruto dos municípios do COREDE/VRP no ano de 2013



Fonte: Mapa elaborado por Mizael Dornelles a partir das informações do IBGE.

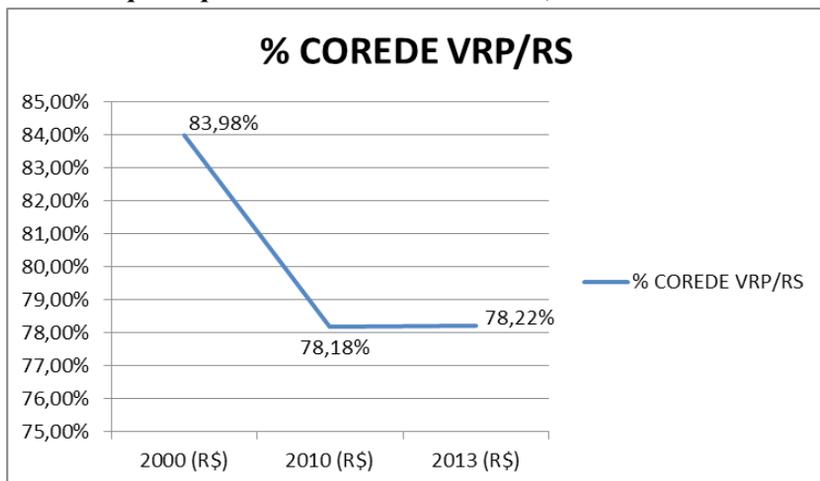
Essas informações apresentam um panorama da região em relação à geração do PIB. A atividade econômica está concentrada em três principais municípios, que correspondem a quase três quartas partes de toda a produção do Conselho. Além disto, também ocorre uma concentração da produção em um principal produto agrícola, o tabaco, como será visto adiante na produção agropecuária. Um olhar em relação a todos os municípios que compõem o COREDE/VRP em relação à participação do Produto Interno Bruto dos municípios sobre o PIB total do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013, em % e também a relação ao produto Interno Bruto dos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013, em R\$ pode ser feita através das Tabelas E.1 e E.2 em Anexo.

Em relação ao PIB *per capita*, que é o Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes de um país ou de uma região, o PIB *per capita* do COREDE/VRP corresponde a 78,22% do PIB *per capita* do Rio Grande do Sul em 2013, conforme pode ser observado na Figura 8. Esta relação era de 83,98% em 2000, o que indica que, a despeito do crescimento da participação do PIB do COREDE/VRP sobre o PIB estadual de 2000 a 2013 – que indica crescimento mais que proporcional à média do estado – se comparado em termos *per capita*, o crescimento do produto *per capita* tem ficado aquém daquele verificado no restante do estado.

Cabe ressaltar que o PIB pode aumentar enquanto, ao mesmo tempo, os cidadãos de uma região ficam mais pobres, pois o PIB *per capita* de uma determinada região não considera a distribuição de renda da sociedade. Sendo assim, embora os dados indiquem uma piora relativa da situação da população do COREDE vis-à-vis a situação do restante da população gaúcha, com somente esse indicador não é possível fazer considerações sobre a desigualdade de renda e poder aquisitivo ou grau de riqueza/pobreza de uma região. Os dados completos de PIB *per capita* dos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013, em R\$, encontram-se disponíveis na Tabela E.3 (ver anexo).



Figura 8 – PIB *per capita* do COREDE/VRP em relação ao PIB *per capita* do RS nos anos de 2000, 2010 e 2013



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016).

O Valor Adicionado Bruto é em uma determinada etapa da produção a diferença entre o valor bruto produzido nessa etapa (igual às vendas mais acréscimos de estoques) e o consumo intermediário (SIMONSEN e CISNE, 1995). Para Cosenza (2003), na economia o Valor Adicionado representa toda a riqueza produzida, independente de ter sido vendida ou não.

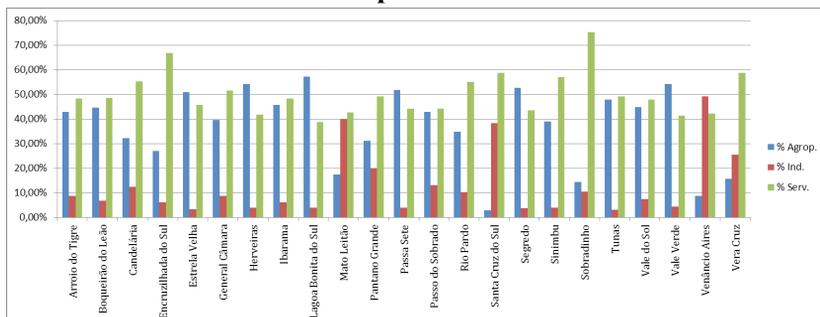
Conforme se apresenta na Figura 9, o Valor Adicionado Bruto do COREDE/VRP, em 2013, foi de R\$ 11,6 bilhões. Decompondo essa informação temos que a estrutura do Valor Adicionado Bruto é composta por 15,10% da agropecuária, 31,05% da indústria e 53,85% de serviços, percebendo-se que o VAB do COREDE/VRP se concentra nos serviços e na indústria.

Desagregando por municípios a participação dos setores no VAB, verifica-se que Mato Leitão, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Pantano Grande são os municípios em que a atividade industrial apresenta maior expressão, sendo que nos demais municípios este setor de atividade econômica representa menos de 20% do VAB municipal.

Sobradinho, Estrela Velha, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Candelária, Rio Pardo e General Câmara são os municípios que se destacam com participação dos serviços superior a 50% do VAB.



Figura 9 – Participação das atividades econômicas na formação do VAB municipal no ano de 2013



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016).

Nesse contexto pode ser observado que o setor de serviços é o que tem a maior participação percentual na composição do VAB. Nesse sentido, municípios com maior porte é que vão ter uma participação mais elevada no VAB de serviços. As informações sobre o valor total de cada município em relação à participação dos setores no Valor Adicionado Bruto dos Municípios do COREDE/VRP e VAB Total, 2013, em %, encontra-se na Tabela E.4 disponível no Anexo.

3.6.3 Estrutura fundiária

Nos municípios do COREDE/VRP há um total de 38.131 propriedades rurais, que ocupam 997.405 hectares. Do conjunto de propriedades, 47,83% têm menos de 10 hectares e quase 75% têm menos de 20 hectares. As grandes propriedades (acima de 500 ha) que predominam na proporção sul, estão nos municípios de Rio Pardo e Encruzilhada. Embora em menor número (apenas 3,7% das propriedades), estas concentram 28,70% da área.



Tabela 8 – Estrutura Fundiária dos Municípios do COREDE/VRP – 2006

	n° de propriedades	%	% acumulado	área total (ha)	%	% acumulado
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	182	0,477	0,477	6	0,001	0,001
De 0,1 a menos de 0,2 ha	85	0,223	0,700	8	0,001	0,001
De 0,2 a menos de 0,5 ha	155	0,406	1,107	43	0,004	0,006
De 0,5 a menos de 1 ha	437	1,146	2,253	242	0,024	0,030
De 1 a menos de 2 ha	1.502	3,939	6,192	1.874	0,188	0,218
De 2 a menos de 3 ha	2.235	5,861	12,053	4.921	0,493	0,711
De 3 a menos de 4 ha	2.454	6,436	18,489	7.786	0,781	1,492
De 4 a menos de 5 ha	2.352	6,168	24,657	9.814	0,984	2,476
De 5 a menos de 10 ha	8.837	23,175	47,832	60.903	6,106	8,582
De 10 a menos de 20 ha	9.600	25,176	73,009	130.825	13,117	21,699
De 20 a menos de 50 ha	6.551	17,180	90,189	186.914	18,740	40,439
De 50 a menos de 100 ha	1.250	3,278	93,467	83.676	8,389	48,828
De 100 a menos de 200 ha	601	1,576	95,043	79.813	8,002	56,830
De 200 a menos de 500 ha	478	1,254	96,297	144.267	14,464	71,294
De 500 a menos de 1000 ha	172	0,451	96,748	108.851	10,913	82,208
De 1000 a menos de 2500 ha	77	0,202	96,950	103.603	10,387	92,595
De 2500 ha e mais	25	0,066	97,016	73.859	7,405	100,000
Produtor sem área	1.138	2,984	100,000	-	-	100,000
TOTAL	38.131	100,000		997.405	100,000	

Fonte: Elaborada pelos autores com base no Censo Agropecuário 2006.

É importante destacar que a agricultura familiar representa 90,8% do número de estabelecimentos e ocupa 44% da área total. Comparando com o Brasil, verifica-se que no país a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos rurais, mas tão somente 24% de área. No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar participa com 85,7% dos estabelecimentos e ocupa 30,3% do total da área. Essas informações podem ser acompanhadas detalhadamente, município a município, na Tabela E.5 da divisão dos estabelecimentos agropecuários e área ocupada do COREDE/VRP, Rio Grande do Sul e Brasil por agricultura familiar e não familiar em 2006 (%), disponível no Anexo.

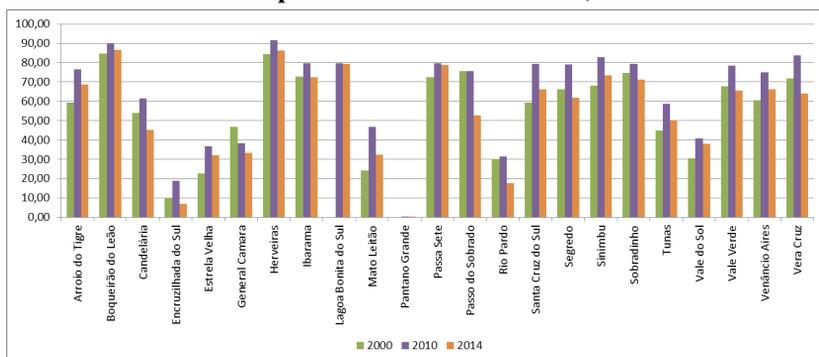
3.6.4 Produção de Tabaco no COREDE/VRP

A produção de tabaco é uma atividade importante para o Rio Grande do Sul e, principalmente, para a região do COREDE/VRP. A cultura do tabaco envolve interesses de vários agentes, como fumicultores, indústria fumageira e o Governo, nas esferas municipal, estadual e federal, em decorrência do volume de impostos arrecadados.



Sendo assim, buscou-se levantar informações para o período de 2000 a 2014 sobre a produção de tabaco no COREDE/VRP devido à sua expressiva produção nos municípios que compõem o Conselho e sua importância econômica nesses municípios.

Figura 10 – Participação da produção de tabaco sobre o total da lavoura temporária nos anos de 2000, 2010 e 2014



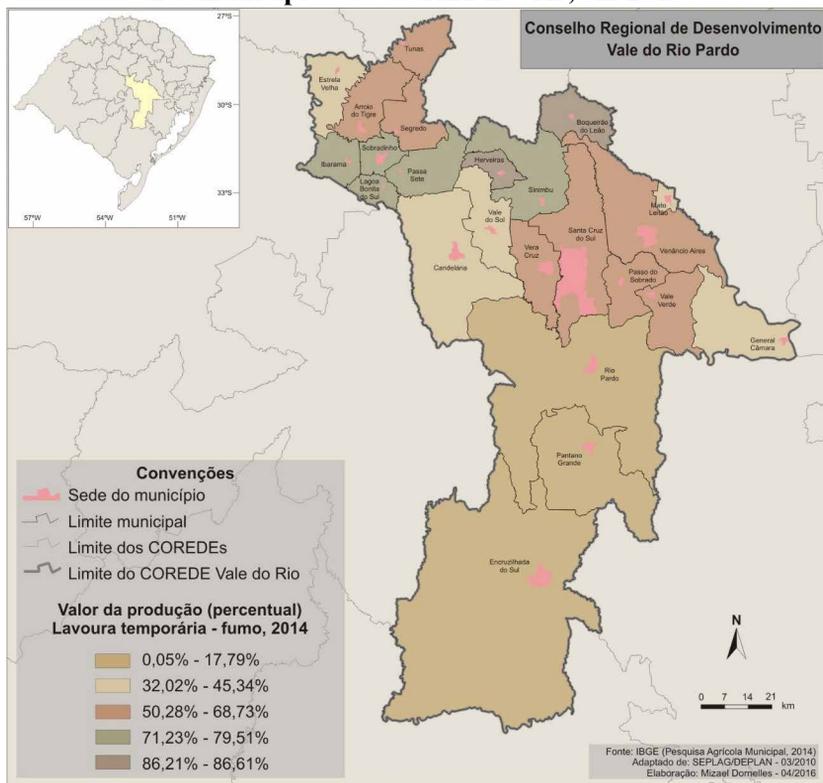
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do SIDRA – Produção Agrícola Municipal (2016).

Na Figura 10 percebe-se como a cultura do tabaco é forte nesta região, por representar, no ano de 2014, em média 50,41% do total da produção da lavoura temporária destes municípios. Em relação ao ano de 2010, os municípios demonstram uma queda no percentual de participação da cultura do tabaco, porém ainda é um percentual elevado. Com participação superior a 50% do total produzido em lavouras temporárias tem-se 14 municípios do COREDE. O município de Pantano Grande é exceção da região, com apenas 5% da produção total de fumo da lavoura temporária. Com isso, percebemos a concentração da cultura da região do COREDE/VRP.

No Mapa 17 é possível visualizar a concentração da produção do tabaco, destacando-se os municípios de Herveiras e Boqueirão do Leão com as maiores participações do tabaco sobre o total da produção da lavoura temporária. Na Tabela E.6 do Anexo pode ser visualizada a participação do tabaco no Valor da Produção de Fumo na Lavoura Temporária nos anos de 2000, 2010 e 2014, em %, para o conjunto dos municípios do COREDE/VRP.



Mapa 17 – Participação do tabaco na lavoura temporária nos municípios do COREDE/VRP, em 2013



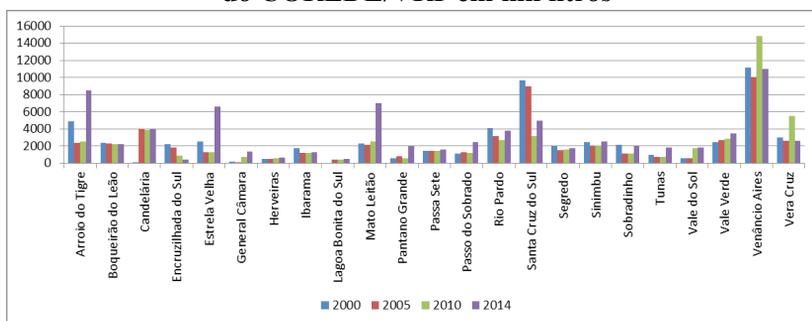
Fonte: Elaborado por Mizael Dornelles a partir da Pesquisa Municipal IBGE (2016).

3.6.5 Produção de Erva-Mate e de Leite no COREDE/VRP

Ampliando o panorama da produção nos municípios que compõem o COREDE/VRP aparece em evidência entre as principais culturas a produção de erva-mate, predominante no município de Venâncio Aires, que, em 2014, produziu um total de 5.231 toneladas do produto. Já Mato Leitão também se destaca neste cenário com 2.100 toneladas de erva-mate colhidas. A produção da erva-mate nos municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão pode ser vista na Tabela E.7 – Produção de Erva-Mate nos municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão, disponível no Anexo.

Além da produção do tabaco e da erva-mate destaca-se, também, a produção leiteira no Vale do Rio Pardo. Essa produção pode ser acompanhada na Figura 11, com destaque para o município de Venâncio Aires, que no período de 2000 a 2014 é o município com maior produção, com mais de 11.000 litros produzidos no ano de 2014. Cabe ressaltar que, no ano de 2010, esse município já produziu mais de 14.000 litros de leite.

Figura 11 – Evolução da produção de leite nos municípios do COREDE/VRP em mil litros



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

Já o município de Arroio do Tigre tem uma produção de pouco mais de 8.000 litros, no ano de 2014, e ainda se destaca o município de Mato Leitão com quase 8.000 litros produzidos em 2014. Estes dois municípios, juntamente com Estrela Velha, são os que tiveram maior crescimento da produção no período de 2000 a 2014, enquanto que a maior redução foi verificada em Santa Cruz do Sul, que, em 2014, produziu em torno da metade de sua produção do início do período. Um acompanhamento detalhado, município a município, pode ser feito através da Tabela E.8 – Produção de leite nos municípios do COREDE/VRP, em 1.000 l, disponível no Anexo.

3.6.6 A produção de arroz, milho, mandioca e soja no COREDE/VRP

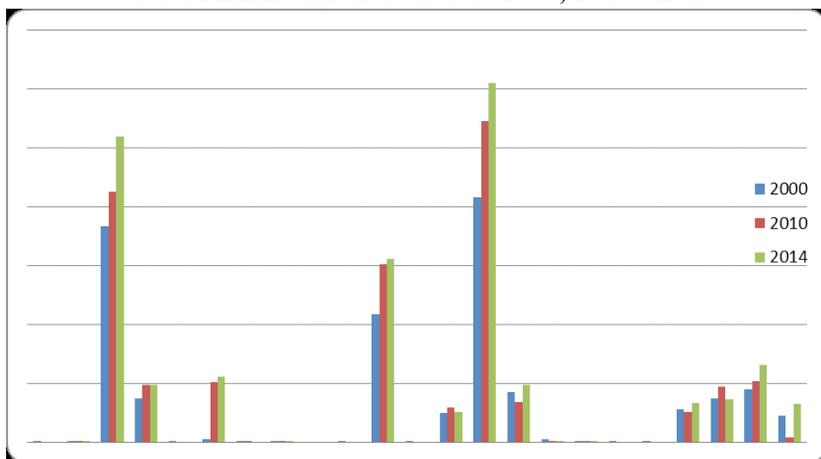
A produção de arroz, milho, mandioca e soja nos municípios do COREDE/VRP passou por grandes transformações, no período de 2000 a 2014, com algumas culturas reduzindo sua produção (e eventualmente deixando de ser cultivadas) em alguns municípios, sendo substituídas pela



soja, que teve o maior crescimento de produção dentre estes produtos.

A cultura do arroz apresentou um crescimento de 43,12% no volume produzido de 2014 em relação à produção verificada em 2000. Dos 23 municípios do COREDE/VRP, 11 reduziram a produção de arroz e destes em 8 não há mais registro de produção de arroz. Contrapondo esta involução da cultura na região, o município de General Câmara apresentou um crescimento da produção da ordem de 2.210,56%, passando de 483 t em 2000 para 11.160 em 2014. Na Figura 12 apresenta-se a evolução da produção de arroz nos municípios do Conselho, destacando-se Rio Pardo, Candelária e Pantano Grande como os maiores produtores.

Figura 12 – Evolução da produção de arroz nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

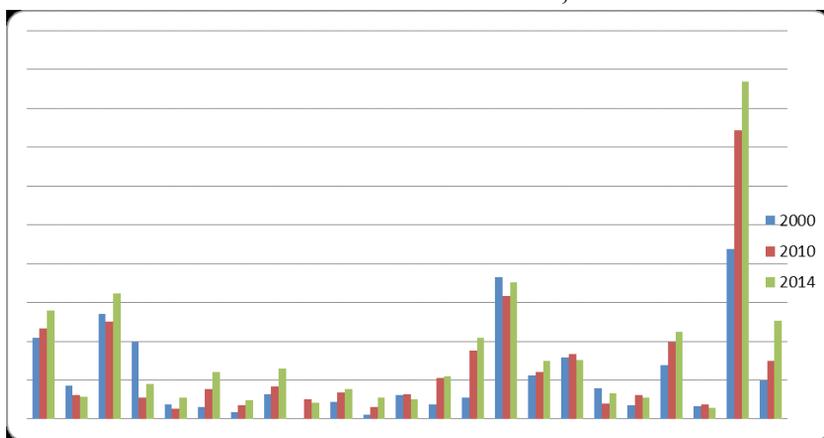
A produção de milho apresentou um crescimento de 47,50% no período de 2000 a 2014, também apresentando comportamento diferenciado entre os municípios. Um conjunto de 8 municípios apresentou redução da produção, enquanto que 7 municípios mais que dobraram a produção de milho no período. Os destaques de maior crescimento da produção são Pantano Grande (402, 77%), Rio Pardo (288,89%) e General Câmara (284,61%). Como maior produtor se destaca o município de Venâncio Aires, seguido por Santa Cruz do Sul,



Candelária e Arroio do Tigre (Figura 13).

A produção de mandioca, dentre este conjunto de principais culturas avaliadas, teve um crescimento da produção de apenas 11,91% no período de 2000 a 2014. Doze municípios reduziram a produção no período e o destaque é a elevação da produção em Estrela Velha, da ordem de 233,33%. Os maiores produtores de mandioca no Vale do Rio Pardo são os municípios de Rio Pardo e Venâncio Aires, que produzem mais que o dobro do terceiro colocado (Santa Cruz do Sul). Na Figura 14 mostra-se a evolução da produção para o conjunto de municípios do COREDE/VRP.

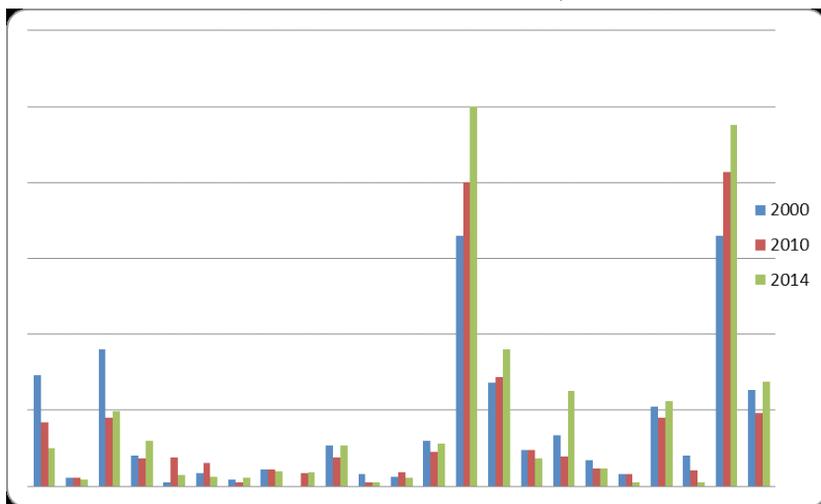
Figura 13 – Evolução da produção de milho nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2016).



Figura 14 – Evolução da produção de mandioca nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014

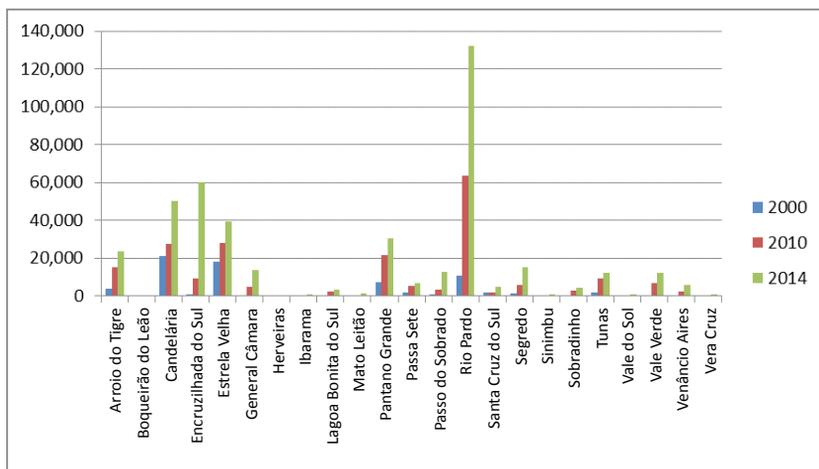


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

A última cultura da lavoura temporária destacada para análise da evolução no período de 2000 a 2014 é a soja, que apresentou um crescimento de produção da ordem de 511,03% no conjunto dos 23 municípios do COREDE/VRP. Os destaques de maior aumento da produção são os municípios de Vale Verde (8.113,33% de aumento da produção), General Câmara (7.628,81%), Venâncio Aires (7.307,41%), Encruzilhada do Sul (5.960,61%) e Mato Leitão (2.690,70% de aumento da produção). Apenas no município de Herveiras não há registro da produção de soja. Na Figura 15 pode-se visualizar o volume de soja produzido nos anos de 2000, 2010 e 2014 no conjunto de municípios do COREDE/VRP.



Figura 15 – Evolução da produção de soja nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

3.6.7 IDESE e Emprego no COREDE/VRP

O IDESE é um indicador que considera o grau de desenvolvimento dos municípios, levando em consideração as dimensões Educação, Renda e Saúde. Esse indicador é importante para avaliar a situação destas dimensões em relação ao padrão ideal/almejado de desenvolvimento, mostrando a posição relativa dos municípios e qual a distância do ideal a ser alcançado, portanto fundamental para a definição de políticas públicas.

Outra variável que será considerada nesse bloco é o percentual de pessoas ocupadas da população – uma *proxy* do nível de emprego – e também os setores de ocupação. É importante conhecer a distribuição do emprego pelos setores para a identificação de quais setores mais impactam na geração de renda para a população e a definição, por exemplo, de políticas apropriadas de apoio à qualificação de mão de obra.

O IDESE do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, foi de 0,747. Desagregando esse resultado em seus indicadores parciais, o índice da Educação, para o Rio Grande do Sul, é de 0,679; já o indicador de Renda é de 0,752 e o indicador de Saúde é de 0,809. A análise desses dados desagregados é importante para verificar as disparidades entre os



indicadores parciais, pois, sendo uma média, algum indicador parcial terá melhor desempenho que o indicador geral e, conseqüentemente, ao menos um terá desempenho inferior à média, sendo prioritário de ação.

Um exemplo disso pode ser verificado no município de Santa Cruz do Sul, que está em primeiro lugar em relação ao indicador de forma agregada, ou seja, sob a ótica da Educação, da Renda e da Saúde. Quando considerado cada item que compõe o IDESE de forma separada para o município de Santa Cruz do Sul, o mesmo está em segundo lugar no COREDE/VRP em relação à Educação, em primeiro lugar em relação à Renda e somente em quinto lugar em relação à Saúde.

Já o segundo lugar no indicador do IDESE geral, de 2013, do COREDE/VRP é do município de Mato Leitão. Com relação ao indicador de Educação, o mesmo município aparece em primeiro lugar; em relação à Renda fica com a sexta posição e em relação à Saúde novamente com o primeiro lugar.

O município que ocupa a terceira posição em relação ao IDESE, de 2013, do COREDE/VRP é Venâncio Aires. Desagregando o indicador, o município de Venâncio Aires, em relação à Educação, está na décima primeira posição; em relação à Renda ocupa a segunda posição, e em relação à Saúde ocupa a quarta posição.

Por fim, o município que está na quarta posição em relação ao IDESE, de 2013, do COREDE/VRP é Estrela Velha. Quando analisando cada indicador separadamente, podemos observar que em relação à Educação o município de Estrela Velha está na sexta posição; em relação à Renda, na terceira posição e, na Saúde, ocupa a oitava posição.

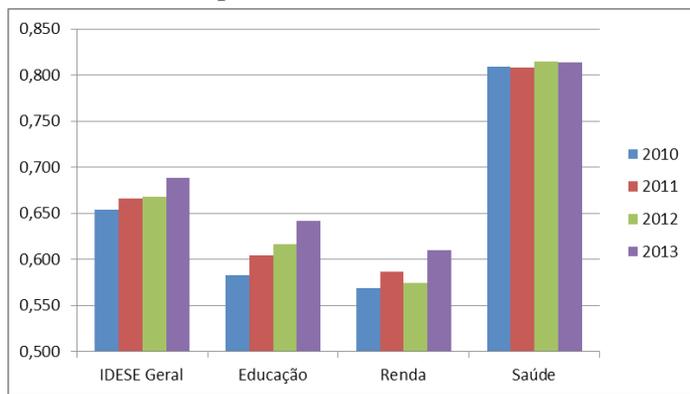
A análise desse indicador, principalmente quando olhamos para sua composição, é importante, pois pode-se ver de fato como os municípios estão frente à Educação, à Renda e à Saúde. Sem essa análise desagregada pode-se cometer o erro de dizer, por exemplo, que o COREDE/VRP está bem em relação ao IDESE, se comparado com o Rio Grande do Sul, mas é preciso de fato confirmar isso frente aos indicadores parciais que o compõem e também olhar esses indicadores município a município.

Nesse sentido a Figura 16 apresenta o IDESE dos municípios do COREDE/VRP de forma geral e também separado por Educação, Renda e Saúde, acompanhando o índice de 2010 a 2013. Em geral, o COREDE/VRP está melhorando seu índice ao passar dos anos, porém



cabe ressaltar que mesmo com um índice crescente ao longo do tempo alguns municípios que compõem o COREDE/VRP têm indicadores muito abaixo do índice agregado do Conselho. Na Tabela E.9 em anexo pode ser visto de uma forma mais ampliada cada um dos indicadores da evolução do IDESE dos municípios do COREDE/VRP de 2010 a 2013.

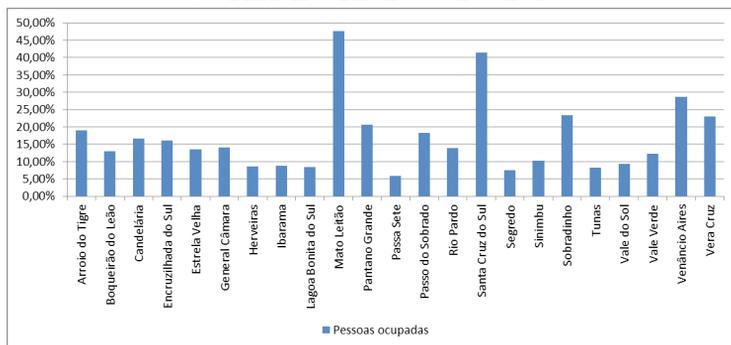
Figura 16 – Evolução do IDESE dos municípios do COREDE/VRP para os anos de 2010 a 2013



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016).

Na sequência será analisado o percentual de pessoas ocupadas nos municípios que compõem o COREDE/VRP a partir do censo de 2010.

Figura 17 – Percentual de pessoas ocupadas nos municípios do COREDE/VRP no Censo 2010



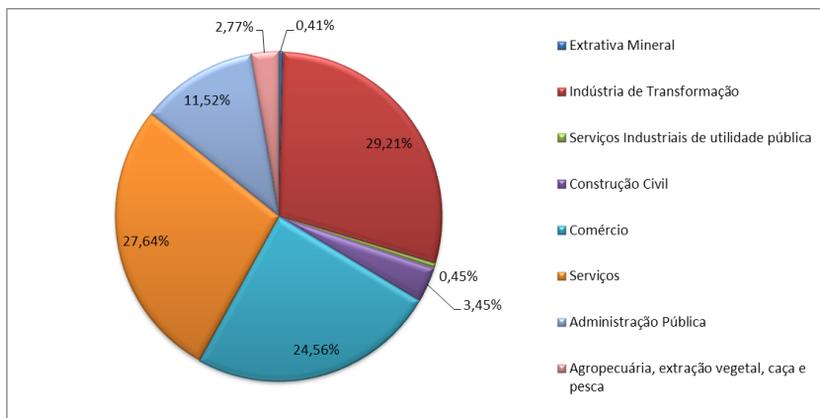
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE Cidades – CENSO 2010 (2016).



A Figura 17 nos mostra que, no ano de 2010, o maior percentual de pessoas ocupadas está no município de Mato Leitão, com pouco mais de 45% das pessoas economicamente ativas no município, seguido pelo município de Santa Cruz do Sul com 41% das pessoas ocupadas. Destaca-se ainda o município de Venâncio Aires, com quase 30% das pessoas ocupadas. Estas informações seguem a base do Censo Demográfico de 2010, último levantamento disponível. Uma visão ampliada das informações dos demais municípios pode ser feita a partir da Tabela E.10 – Pessoas ocupadas, população nos municípios e % de pessoas ocupadas por municípios do COREDE/VRP no CENSO 2010, disponível no Anexo.

Desagregando os dados de emprego por setor, a Figura 18 apresenta o percentual de empregos ativos por setor no COREDE/VRP, no ano de 2014. Nesse cenário destaca-se com 29,21% o emprego na indústria de transformação. A indústria de transformação, segundo a CNAE (2016), compreende as atividades que envolvem transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes para obter produtos novos.

Figura 18 – Percentual de empregos por setor no COREDE/VRP no ano de 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS – Ministério do Trabalho (2016).

Já 27,64% dos empregos estão no setor de serviços. O setor de serviços é caracterizado por grande heterogeneidade e engloba



atividades distintas. Segundo a classificação do IBGE (2016) o setor de serviços é subdividido nos seguintes subsetores: comércio; alojamento (por exemplo, hotelaria) e alimentação (por exemplo, restaurantes); transportes; telecomunicações; intermediação financeira; seguros e previdência privada; atividades imobiliárias; serviços de informática; administração pública; pesquisa e desenvolvimento; educação; saúde e serviços sociais; e serviços pessoais e domésticos. O setor de serviços vem assumindo um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da economia. Esse desenvolvimento acontece tanto do ponto de vista da renda e do emprego como na própria dinâmica da economia.

O setor do comércio apresenta grande variação entre seus empreendimentos e pode reunir desde grandes multinacionais até pequenos comércios locais. Neste panorama, os pequenos comércios, com até quatro empregados, continuam sendo os responsáveis pela geração de postos de trabalho do setor. Nesse sentido, quando olha-se para o cenário dos empregos ativos no COREDE/VRP o setor do comércio concentra 24,56% dos empregos do COREDE/VRP em 2014.

A partir das informações da RAIS do Ministério do Trabalho, no ano de 2016, percebe-se que 29,21% dos empregos estão concentrados na indústria, o setor de serviços concentra 27,64% dos empregos e o comércio, 24,56%. Para maiores informações, os dados completos estão na Tabela E.11 – Emprego ativos por setor nos municípios do COREDE/VRP, no ano de 2014, disponível no Anexo.

3.6.8 Agências Bancárias

Destaca-se aqui a importância da presença do sistema financeiro no desenvolvimento das regiões. As agências bancárias costumam se instalar nos municípios conforme seu PIB e a renda de sua população, em busca de oportunidades de negócios com pessoas físicas e jurídicas.

Conforme podemos observar na Tabela 9, em 2014, havia 64 agências bancárias no COREDE/VRP, correspondendo a um aumento de 23,44% em relação ao ano de 2005. Santa Cruz do Sul é o município com maior PIB dessa região e que possui o maior número de agências, totalizando 17 agências bancárias.



Tabela 9 – Agências bancárias nos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2005 e 2014

Municípios	2005		2014	
	Nº	%	Nº	%
Arroio do Tigre	2	4,08	3	4,69
Boqueirão do Leão	1	2,04	2	3,13
Candelária	4	8,16	4	6,25
Encruzilhada do Sul	2	4,08	4	6,25
Estrela Velha	1	2,04	1	1,56
General Câmara	2	4,08	2	3,13
Ibarama	0	0,00	1	1,56
Pantano Grande	2	4,08	2	3,13
Passa Sete	0	0,00	1	1,56
Passo do Sobrado	1	2,04	2	3,13
Rio Pardo	3	6,12	4	6,25
Santa Cruz do Sul	16	32,65	17	26,56
Segredo	1	2,04	1	1,56
Sinimbu	2	4,08	2	3,13
Sobradinho	3	6,12	4	6,25
Vale do Sol	0	0,00	2	3,13
Vale Verde	0	0,00	1	1,56
Venâncio Aires	6	12,24	7	10,94
Vera Cruz	3	6,12	4	6,25
Vale Rio Pardo	49	100,00	64	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016).

3.6.9 Finanças Públicas

A análise das finanças públicas municipais é importante no contexto do diagnóstico econômico, pois a mesma sinaliza sobre a capacidade financeira dos municípios. Através da sua capacidade de investimento os municípios podem melhorar as condições de vida de sua população. Nesse sentido, para a administração pública é fundamental ações de controle de forma permanente e contínua em relação às finanças públicas dos municípios.

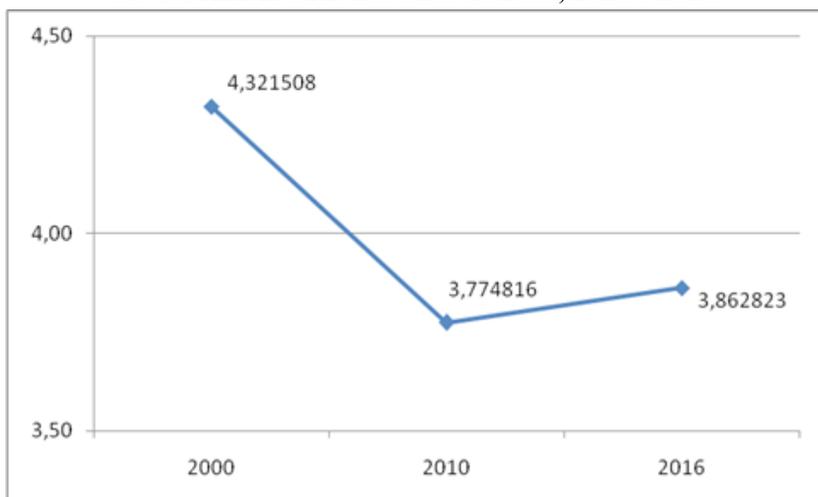
O perfil das receitas disponíveis dos municípios constitui um importante indicador econômico para a avaliação das finanças municipais. Para isso, começamos com a verificação do índice de retorno do ICMS dos municípios do COREDE/VRP. Conforme pode ser visto na Figura 19, o total de 3,86% da arrecadação do estado retorna



aos municípios do COREDE/VRP.

Nesse sentido, o município com maior retorno de ICMS para o COREDE/VRP é Santa Cruz do Sul, em segundo lugar com maior retorno é o município de Venâncio Aires, em terceiro lugar, Rio Pardo, e em quarto lugar, Encruzilhada do Sul. O detalhamento do índice de retorno de ICMS de cada município pode ser acompanhado através da Tabela E.12 – Índice de Retorno de ICMS dos municípios do COREDE/VRP, nos anos de 2000, 2010 e 2016, disponível no Anexo.

Figura 19 – Índice de Retorno de ICMS dos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2016

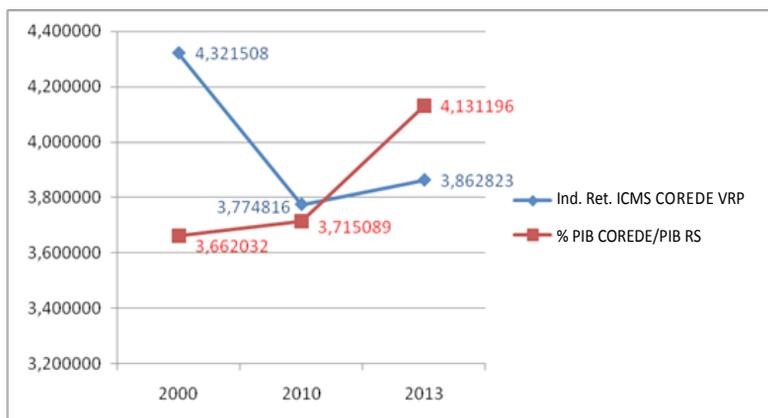


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SEFAZ/RS (2016).

Comparando-se o índice de retorno do ICMS dos municípios do COREDE/VRP com o percentual do PIB do COREDE/VRP sobre o Rio Grande do Sul, verifica-se que mesmo a participação do PIB do COREDE/VRP no PIB do estado tendo aumentado, este aumento não foi acompanhado de um proporcional maior retorno do ICMS – Figura 20.



Figura 20 – Índice de Retorno de ICMS nos municípios do COREDE/VRP e percentual do PIB do COREDE/VRP sobre o PIB RS, nos anos de 2000, 2010 e 2013



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SEFAZ/RS (2016) e FEE Dados (2016).

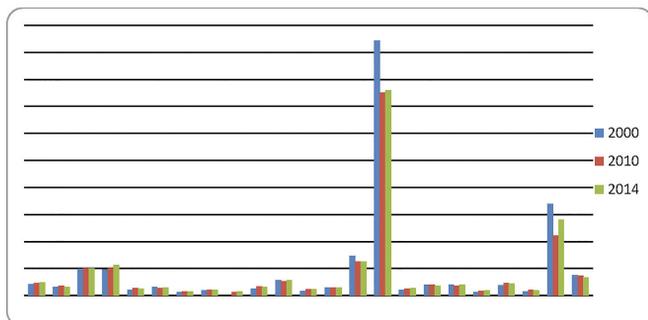
O maior índice de retorno do ICMS é do município de Santa Cruz do Sul, com um índice de 1,517605, em 2014. Este índice era da ordem de 1,888123, em 2000, apresentando neste período uma queda de 19,623%. Outros municípios que também tiveram redução do índice de retorno do ICMS foram Venâncio Aires (queda de 17,59%) e Rio Pardo (queda de 14,515%). As maiores elevações do índice de retorno foram dos municípios de Tunas (elevação de 48,124%), Passa Sete (36,827%), Segredo (29,508%) e Mato Leitão (elevação de 22,362%). O menor índice de retorno é do município de Lagoa Bonita do Sul, de 0,029152.

Na Figura 21 apresentam-se os índices para os anos de 2000, 2010 e 2014 para o conjunto de municípios do COREDE Vale do Rio Pardo, com clara predominância de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, municípios que sediam as principais empresas fumageiras.

Além do retorno do ICMS, os municípios contam, também, com transferências federais – FPM, Fundo de Participação dos Municípios, transferências devolutivas vinculadas à aplicação em saúde e educação, além de uma base tributária própria (ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).



Figura 21 – Índice de Retorno de ICMS nos municípios do COREDE/VRP

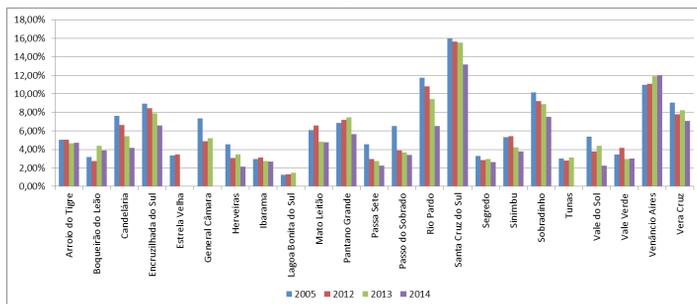


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SEFAZ/RS (2016) e FEE Dados (2016).

A Figura 22 apresenta a participação desta receita tributária própria sobre as receitas totais dos municípios. Analisando o gráfico percebe-se que o município de Santa Cruz do Sul tem o maior percentual de arrecadação própria, ou seja, de 2005 a 2014, entre 12% a 16% de arrecadação, seguido pelo município de Venâncio Aires com 10% a 12% das receitas obtidas por tributos próprios da esfera municipal. Um olhar detalhado, município a município, pode ser feito na Tabela E.13 – Participação dos tributos municipais na receita total do município – 2005, 2012, 2013, 2014, em %, no Anexo. Na sequência analisa-se os repasses de recursos federais aos municípios.



Figura 22 – Participação da arrecadação de tributos próprios na receita total do município – 2005, 2012, 2013, 2014

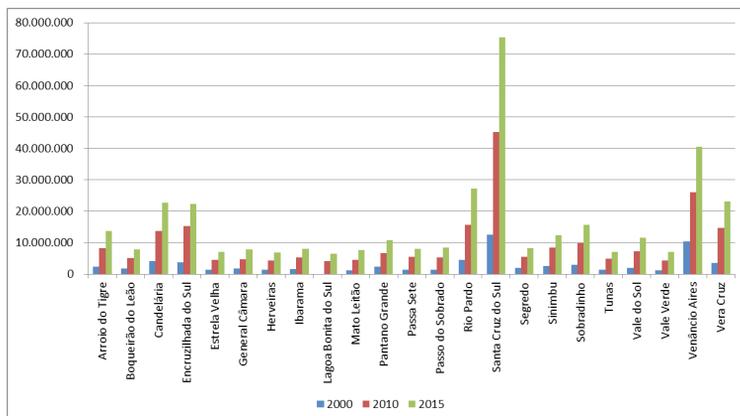


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FEE Dados (2016), SISTN (2016), SICONFI (2016).

Na Figura 23, podemos observar o repasse de recursos federais aos municípios do COREDE/VRP, do ano de 2000 ao ano de 2015. Os repasses do governo são o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, a LC 87/96 (Lei Complementar que trata sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre a prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e o Fomento das Exportações – FEX).

Essas informações são importantes para identificar a origem dos recursos federais repassados aos municípios. Nesse sentido, o município que se destaca dentro do COREDE/VRP, em relação ao repasse dos recursos federais, é o município de Santa Cruz do Sul, com um repasse de R\$ 75 milhões, em 2015. Os outros dois municípios com maiores repasses de recursos federais são Venâncio Aires, com R\$ 40 milhões, em 2015, e Rio Pardo, com R\$ 27 milhões no ano de 2015. Para maior detalhamento dos repasses dos recursos federais para cada município, as informações poderão ser acessadas na Tabela E.14 – Repasse dos recursos federais aos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2015, disponível no Anexo.

Figura 23 – Repasse de recursos federais aos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2015



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Tesouro Nacional (2016).

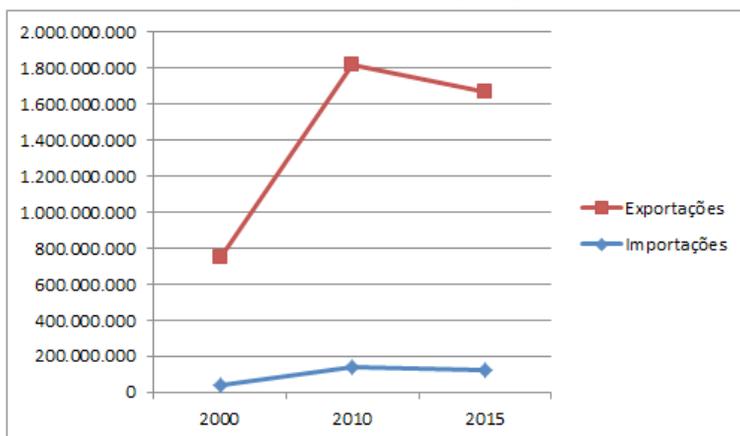


3.6.10 Balança Comercial

Segundo o Banco Central, a balança comercial é o resultado das exportações menos as importações de um país, estado ou município. A balança comercial não utiliza como referência as quantidades, mas sim os valores com as vendas (exportação) e compras (importação). Essas exportações e importações são consideradas sem os custos internacionais de transporte e seguro. Uma balança comercial positiva indica que as exportações são maiores que as importações. Logo, uma balança comercial negativa demonstra o contrário, maiores importações comparadas às exportações.

Para o país (ou região neste caso) é mais vantajoso apresentar uma balança comercial positiva, pois atrai moeda estrangeira e gera empregos dentro do seu espaço. Na Figura 24, verifica-se que a balança comercial do COREDE/VRP está positiva, pois ocorreram mais exportações que importações, no período de 2000 a 2015. Essas informações de forma ampliada podem ser visualizadas na Tabela E.15 – Balança comercial do COREDE/VRP dos municípios do COREDE/VRP–2000, 2010 e 2015 em US\$, disponível no Anexo. Na sequência, pode-se acompanhar o percentual das exportações de Tabaco nos municípios do COREDE/VRP.

Figura 24 – Balança comercial do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2015 (US\$)

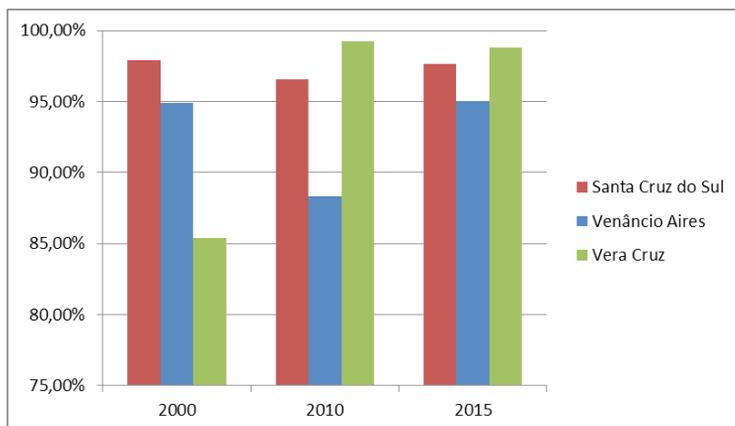


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MDIC (2016).



Em relação às exportações dos municípios do COREDE/VRP pode-se destacar três municípios, pelo seu desempenho na exportação de tabaco: Vera Cruz, no qual 98% das suas exportações são tabaco; Santa Cruz do Sul, cujo total chega a 97%, e Venâncio Aires, com 95%. Esses dados são preocupantes, pois praticamente todas as exportações desses municípios estão baseadas em um único produto, ou seja, o tabaco.

Figura 25 – Exportações de tabaco sobre exportações totais – 2000, 2010 e 2015, municípios selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MDIC (2016).

Quando uma economia está atrelada a um único produto ela fica refém desse produto. No caso dos municípios citados, pode-se observar que suas economias estão atreladas a uma única cultura, isso gera uma dependência e, nesse sentido, quando o setor vai bem essas economias vão bem, mas quando ocorre qualquer problema as economias desses municípios sofrem consequências devastadoras. Um acompanhamento detalhado das informações para cada município pode ser feito através da Tabela E.16 – participação das exportações de Tabaco em municípios selecionados do COREDE/VRP sobre as exportações totais – 2000, 2010 e 2015, em %, disponível no Anexo.

Além de ser extremamente perigoso, em função de toda uma região depender economicamente de um único produto, ainda temos a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, que estabelece uma série de medidas que podem frear a produção de tabaco na região.



A discussão em torno da produção do tabaco não é nova, mas reincide toda vez que é feito um diagnóstico, principalmente nesta região que tem uma dependência expressiva em relação a ele. Nesse sentido, é importante estabelecer mecanismos e estratégias para que seja possível enfrentar as dificuldades sociais e econômicas que poderão ser geradas a médio e longo prazos em relação a programas como a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Uma oportunidade pode ser a produção de alimentos, através da agricultura familiar, fortemente enraizada na região.

3.7 Dimensão Infraestrutural¹⁶

3.7.1 Redes modais no Estado e na Região do Vale do Rio Pardo

No Rio Grande do Sul, e conforme a Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG, 2013), a matriz de transportes é ainda mais concentrada no modal rodoviário do que a média nacional atingindo 85,3% da movimentação de cargas. Outros modais, como ferrovias e hidrovias, participam com valores de 8,8% e 3,7%. Os levantamentos da Confederação Nacional do Transporte (CNT) realizados em 2015 também demonstram que a situação das estradas no Estado do Rio Grande do Sul é pior do que a média nacional. Da análise total de 8.668 quilômetros de estradas e em relação ao critério “estado geral” de conservação somente 2,9% e 23,5 % são consideradas ótimas ou boas, respectivamente. Praticamente a metade das estradas gaúchas estão classificadas como regulares (49,2%), 18,3% de estradas estão classificadas como ruins e 6,1 % como em péssimo estado geral.

Em relação aos sistemas de transporte de cargas e passageiros, e de forma análoga ao estado e ao país, a região do Vale do Rio Pardo é, também, dependente do modal rodoviário. Mas possui as redes ferroviária e hidroviária e que, pela sua localização geográfica bem como algumas perspectivas recentes de investimentos federais (como exemplo o projeto Ferrovia Norte-Sul) ou de retomada das discussões sobre o projeto Hidrovia Brasil-Uruguai, representam um potencial e um desafio para integração efetiva dos modais de transporte.

16 Foram responsáveis pela elaboração dessa dimensão os pesquisadores Luiz Carlos Schneider, Rosi Cristina Espindola da Silveira e o bolsista Gabriel Hauschild.



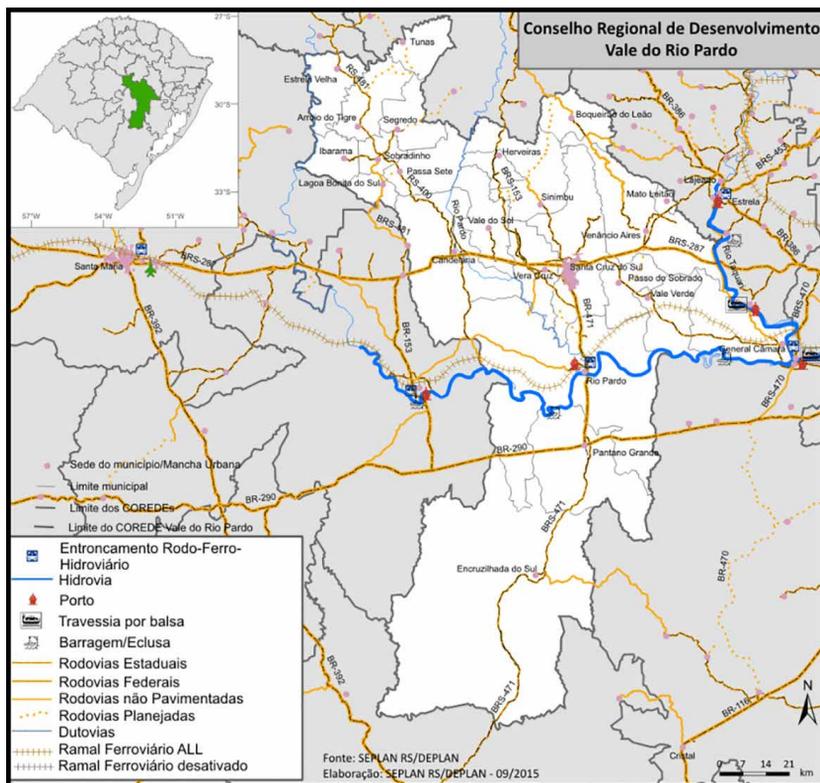
No Mapa 18 estão representadas as redes rodoviárias, hidroviária e ferroviária existentes na região. Em relação à estrutura viária e a sua caracterização geral na região do Vale do Rio Pardo, esta é formada pelo conjunto de rodovias federais e estaduais, bem como pelas estradas municipais utilizadas para escoamento da produção agroindustrial e fluxo de passageiros. Destaca-se a sua maior prevalência nas microrregiões central e norte a despeito das possibilidades de utilização de outras redes. Esta particularidade pode ser entendida ao avaliarem-se os processos de ocupação do território (iniciado na metade do século XVIII) e que teve início a partir da fundação do núcleo urbano de Rio Pardo, situado às margens do rio Jacuí. O rio Jacuí constitui ainda uma via de navegação fluvial muito importante para o estado e, apesar de sua atual subutilização como modal de transporte, apresenta uma série de equipamentos e estruturas instaladas como as eclusas, barragens ou então portos construídos e existentes em cidades como Rio Pardo. Da mesma forma, o rio Taquari, que margeia a região do Vale do Rio Pardo à leste e ao longo dos municípios de General Câmara e Venâncio Aires (onde se localiza o porto fluvial de Mariante), também pode recuperar seu papel estratégico e reconectar áreas portuárias de outras localidades como Estrela e Lajeado.

O Vale do Rio Pardo possui, também, a rede ferroviária ao longo do percurso Santa Maria – Cachoeira do Sul – Rio Pardo – General Câmara – Porto Alegre. Desta forma a área central do Vale do Rio Pardo apresenta a existências das duas redes (hidroviária e ferroviária) ao mesmo tempo em que possui também uma situação favorável de acesso à estrutura rodoviária principal formada pelas BRS 287, BR 471 e BR 290.

A região possui também aeródromos nos municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, mas sem operações de transporte de carga e passageiros.



Mapa 18 – Redes Modais da Região do Vale do Rio Pardo



Fonte: SEPLAN/DEPLAN – 2015.

3.7.1.1 Sistema rodoviário

A estruturação rodoviária do Vale do Rio Pardo pode ser classificada em três níveis distintos. Um primeiro nível hierárquico é constituído por três rodovias que cruzam a região e a interligam com outras regiões e localidades do estado e do país. São elas a BRS 287, no sentido leste-oeste (Porto Alegre – Santa Maria) e a BR 290 (Porto Alegre – Uruguaiiana); e no sentido norte-sul a BRS 153 e BR 471 (em direção ao porto de Rio Grande). Um segundo nível hierárquico está relacionado às conexões desta estrutura principal a outros municípios

da região ou periféricos como Lajeado e Cachoeira do Sul, por exemplo. São rodovias como a ERS 400 (em direção a Sobradinho e Arroio do Tigre), RS 422 (Boqueirão do Leão), RS 244 (Passo do Sobrado, Vale Verde, General Câmara); RSC 453 (Venâncio Aires – Lajeado); ERS 403 (Rio Pardo – Cachoeira do Sul); ERS 350 (Encruzilhada do Sul – Camaquã e BR 116). Ainda um terceiro nível hierárquico está relacionado aos acessos municipais e às estradas de caráter vicinais.

Em relação ao primeiro nível, e considerando o porte e a rede de cidades da região, pode-se destacar, de forma geral, o padrão de deslocamentos orientado em direção à região metropolitana, bem como a polaridade exercida pelo núcleo urbano de Santa Cruz do Sul (subcentro regional) e outros como Venâncio Aires e Sobradinho. Nas Tabelas 10 e 11 apresentam-se as distâncias dos núcleos com maior densidade demográfica da região até a capital e Santa Maria, bem como sua distância até Santa Cruz do Sul.

Tabela 10 – Distâncias entre cidades do Vale do Rio Pardo com Santa Maria e Porto Alegre

Microrregião VRP	Cidades VRP	Porto Alegre	Santa Maria
Sul	Encruzilhada do Sul	171 km	251 km
	Rio Pardo	147 km	170 km
Centro	Santa Cruz do Sul	153 km	145 km
	Venâncio Aires	129 km	170 km
	Candelária	186 km	107 km
Norte	Sobradinho	232 km	150 km
	Arroio do Tigre	244 km	162 km

Fonte: Organizado pelo autor. Dados Mapa DAER/2015.



Tabela 11 – Distâncias entre cidades do Vale do Rio Pardo com Santa Cruz do Sul

Distâncias entre cidades das microrregiões do Vale do Rio Pardo e Santa Cruz do Sul		
Sul	Encruzilhada do Sul	103 km
	Rio Pardo	31,4 km
Centro	Vera Cruz	8,9 km
	Venâncio Aires	30,8 km
	Candelária	40,5 km
Norte	Sobradinho	86,4 km
	Arroio do Tigre	98,4 km

Fonte: Organizado pelo autor. Dados Mapa DAER/2015.

Em relação ao transporte intermunicipal, as alterações de formato do sistema previstas a partir da promulgação do Plano Diretor do Sistema Estadual de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal dividem o território gaúcho em 14 sistemas de mercado a serem entregues para iniciativa privada. Neste sentido, o sistema rodoviário do Rio Grande do Sul passa a ser delimitado em 14 áreas, uma das quais intitulada Vale do Jacuí terá como polo a cidade de Santa Cruz do Sul.

3.7.1.1 Avaliação das rodovias regionais

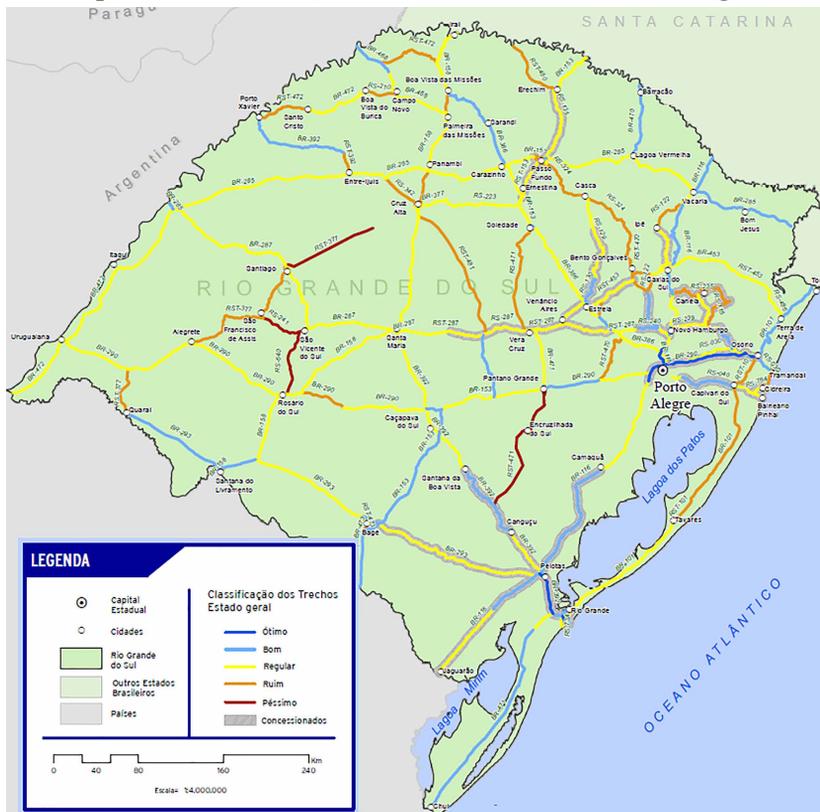
Conforme pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (Mapa 19) as principais rodovias da região estão classificadas em diferentes trechos de seu percurso e foram avaliadas conforme os indicadores de seu estado geral, pavimento, sinalização e geometria com atribuições de cinco níveis que são: ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

Em relação à estrutura viária classificada na região do Vale do Rio Pardo, pode-se destacar como trechos em estado “regular”: a RST 287 e, também, o trecho da BR 471, entre Santa Cruz do Sul e Pantano Grande. Como estado “ruim” aparecem também dois trechos: o primeiro, da RST 287 em direção a Soledade, e o segundo como sendo da RS 481 (em sua totalidade e passando pelos municípios de Lagoa Bonita do Sul, Sobradinho, Arroio do Tigre, Estrela Velha). Por fim, e como estado “péssimo”, aparece o trecho da RST 471, compreendido entre Pantano Grande, passando por Encruzilhada do Sul até a BR 392. Segue na Tabela 12 a classificação na íntegra por trechos de rodovias



pesquisadas pela CNT, em 2015, com outras situações relativas também a pavimento, sinalização e geometria da via.

Mapa 19 – Classificação dos trechos das vias e estado geral



Fonte: Confederação Nacional do Transporte CNT – Rio Grande do Sul, 2015. <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/mapa-por-regiao-uf> acessado em maio de 2015.

Tabela 12 – Classificação por trechos de rodovias pesquisadas pela CNT de Rodovias – 2015 (continua)

Rodovia	Extensão pesquisada	Estado geral	Pavimento	Sinalização	Geometria da via
RS 287/BR 287	42	Regular	Regular	Regular	Bom
RST 287/BR 287	185	Regular	Regular	Regular	Bom

Tabela 12 – Classificação por trechos de rodovias pesquisadas pela CNT de Rodovias – 2015 (conclusão)

Rodovia	Extensão pesquisada	Estado geral	Pavimento	Sinalização	Geometria da via
BR 287	311	Regular	Regular	Regular	Regular
BR 290	729	Regular	Regular	Regular	Regular
RS 471/ BR 153	119	Ruim	Ruim	Regular	Péssimo
RST 471/BR 471	129	Péssimo	Ruim	Péssimo	Péssimo
BR 471	428	Regular	Regular	Regular	Bom

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias, 2015, p. 303, 304 e 305.

Na tabela acima, se observam as discriminações das classificações CNT 215 para as condições de estado geral, pavimento, sinalização e geometria das vias estruturantes da região. Estas mesmas vias (BR 287, RS 471 e BR 290) constituem, também, uma das principais estruturas do estado. Contudo, as classificações de estado “bom” somente ocorrem na categoria de “geometria da via”. Nas outras categorias há predominância da classificação “regular” incluindo-se diversas avaliações de estado “ruim” e mesmo “péssimo”.

3.7.1.1.2 Avaliação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (3ª SR – DAER de Santa Cruz do Sul e 10ª SR – DAER de Cachoeira do Sul)

As principais vias de acesso da região e dos municípios e de suas condições de trafegabilidade (situação atual) estão definidas na Tabela 13. Estas informações foram organizadas em março de 2016 pela 3ª Superintendência do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem DAER – RS de Santa Cruz do Sul e pela 10ª SR DAER de Cachoeira do Sul com as seguintes denominações:

- **VRS** para rodovias vicinais;
- **ERS** para rodovias estaduais;
- **RSC** para rodovias coincidentes.



Tabela 13 – Principais vias de acesso rodoviário e situação existente (3ª SR – DAER de Santa Cruz do Sul/RS – Março de 2016)

(continua)

Municípios	Principais vias de acesso	Situação existente
Boqueirão do Leão	ERS-422 (de Sete Léguas)	Pavimentada.
	RSC-471 (de Quatro Léguas)	Implantada – Não pavimentada.
Candelária	RSC-287 (de Santa Cruz do Sul)	Pavimentada.
	ERS-400 (de Sobradinho)	Pavimentada.
Encruzilhada do Sul	RSC-471	Pavimentada.
	ERS-350 (de Dom Feliciano)	Implantada – Não pavimentada.
Chувиска	ERS-350 (de Dom Feliciano)	Pavimentada.
General Câmara	ERS-244 (de Charqueadas)	Pavimentada.
	ERS-401 (de Vale Verde)	Pavimentada.
	ERS-130 (de Mariante)	Implantada – Não pavimentada.
Gramado Xavier	RSC-471	Implantada – Não pavimentada.
Herveiras	RSC-153	Pavimentada.
Pantano Grande	BR-290 (de Porto Alegre)	Pavimentada.
	RSC-471 (de Encruzilhada do Sul)	Pavimentada.
	BR-471 (de Rio Pardo)	Pavimentada.
Passo do Sobrado	ERS-405 (de Santa Cruz do Sul)	Pavimentada.
Rio Pardo	BR-471 (de Santa Cruz do Sul)	Pavimentada.
Santa Cruz do Sul	ERS-409 (de Vera Cruz)	Pavimentada.
	RSC-287	Pavimentada.
	RSC-153	Pavimentada.
Sinimbu	RSC-471 (de Santa Cruz do Sul)	Pavimentada.
	RSC-471 (de Wink)	Implantada – Não pavimentada.



Tabela 13 – Principais vias de acesso rodoviário e situação existente (3ª SR – DAER de Santa Cruz do Sul/RS – Março de 2016)

(conclusão)

Municípios	Principais vias de acesso	Situação existente
Vale do Sol	Acesso municipal	Pavimentada.
	RSC-287	Pavimentada.
Vale Verde	ERS-405 (de Passo do Sobrado)	Pavimentada.
	ERS-244 (de Vale Verde até General Câmara)	Pavimentada.
	ERS-244 (de Vale Verde até Venâncio Aires)	Implantada – Não pavimentada.
Venâncio Aires	ERS-130 (de Cruzeiro do Sul até General Câmara)	Implantada – Não pavimentada.
	ERS-422	Pavimentada – Venâncio Aires até Linha Brasil.
		Pavimentada – 800m em Linha Cachoeira.
Vera Cruz	RSC-287	Existe contrato de pavimentação de Venâncio Aires até Linha Cachoeira.
		Pavimentada.
	RSC-153	Pavimentada.
	RSC-287	Pavimentada.
	ERS-409	Pavimentada.
	ERS-412	Pavimentada.

Fonte: 3ª Superintendência Regional DAER de Santa Cruz do Sul/RS (Eng.º Leonardo do Amaral Ribeiro).

3.7.1.1.3 Frota de veículos

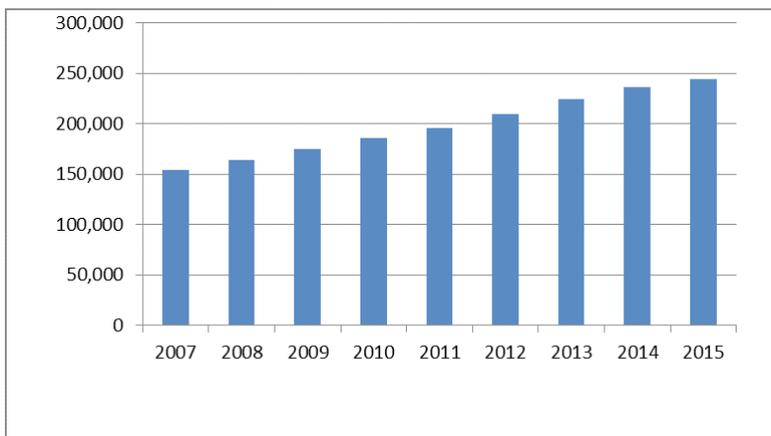
A frota de veículos da região do Vale do Rio Pardo, conforme Figura 26, apresentou uma evolução no número total de veículos, de 153.832 (em 2007) para 243.949 (em 2015) equivalente a 58,5% de aumento em um período de 8 anos.

Os municípios com maior frota e sua proporção percentual em relação ao total de veículos existentes na região, conforme a Figura



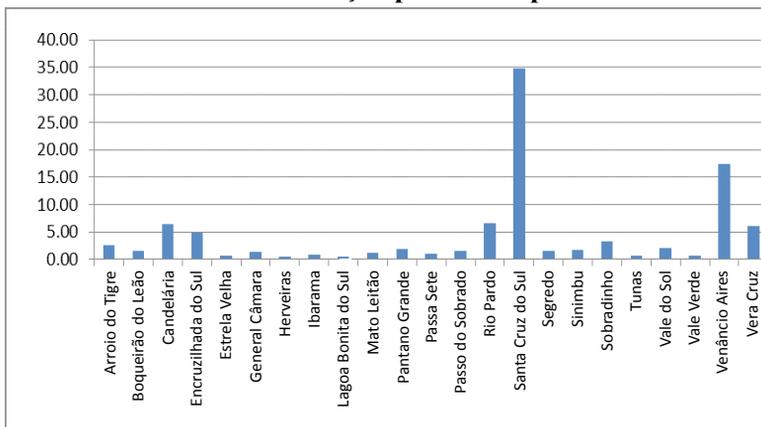
27 são os de Santa Cruz do Sul (84,968 veículos ou 34,8%), Venâncio Aires (42.509 veículos com 17,4%), Rio Pardo (16.162 com 6,6%), Candelária (15.513 veículos com 6,35%), Vera Cruz (14.765 veículos com 6,05%) e Encruzilhada do Sul (com 4,83%).

Figura 26 – Aumento da frota de veículos no Vale do Rio Pardo no período de 2007 – 2015



Fonte: DETRAN RS.

Figura 27 – Frota de veículos total da Região e percentuais de contribuição por município



Fonte: DETRAN RS.



3.7.2 Sistema ferroviário

A administração da malha ferroviária no Rio Grande do Sul é realizada pela empresa Rumo, resultante da fusão desta com a América Latina Logística S. A. – ALL Logística. A malha viária Sul, portanto, está sob concessão do serviço público de transporte ferroviário da Rumo e compreende toda região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo) incluindo, também, o sul do estado do Rio Grande do Sul (Uruguiana, Santana do Livramento e o porto de Rio Grande). No Rio Grande do Sul os principais produtos transportados são commodities agrícolas (fertilizantes, milho, trigo, soja, farela, óleo vegetal), combustíveis e produtos industrializados permitindo a circulação de mercadorias em diferentes regiões, bem como o acesso aos principais portos do país como Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e também em Rio Grande.

Apesar da tendência de aumento da circulação de mercadorias a malha ferroviária existente na região (vide Mapa 18) passa somente pelos municípios de Rio Pardo, Vale Verde e General Câmara, conectando as unidades de Porto Alegre e Santa Maria. A região do Vale do Rio Pardo pode se beneficiar do projeto de Ferrovia Norte Sul (FNS), que ligará futuramente Barcarena no Pará a cidade de Rio Grande. Esta ferrovia, cujo principal objetivo é o de promover a integração nacional conectando diferentes regiões brasileiras, pode favorecer a multimodalidade para o escoamento de safras agrícolas e demais produtos do Vale do Rio Pardo em direção ao porto de Rio Grande, e também para os portos do Sudeste. Os municípios que podem ser influenciados mais diretamente, e que estão listados como parte do percurso da ferrovia norte sul, são os de Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. (Fonte: <http://www.valec.gov.br/fns/> acessado em fevereiro 2016).

3.7.3 Sistema hidroviário

A região do Vale do Rio Pardo possui dois rios navegáveis, que são os rios Jacuí e Taquari, ambos pertencentes à bacia hidrográfica do Guaíba. Em termos das principais características físicas a extensão navegável da hidrovía Jacuí/Taquari é de 621 quilômetros até o porto de Rio Grande. Ambos os rios possuem infraestrutura instalada de barragens e eclusas (vide Tabela 14 e Mapa 20).



Tabela 14 – Características físicas gerais dos Rios Jacuí e Taquari

Rio Jacuí:

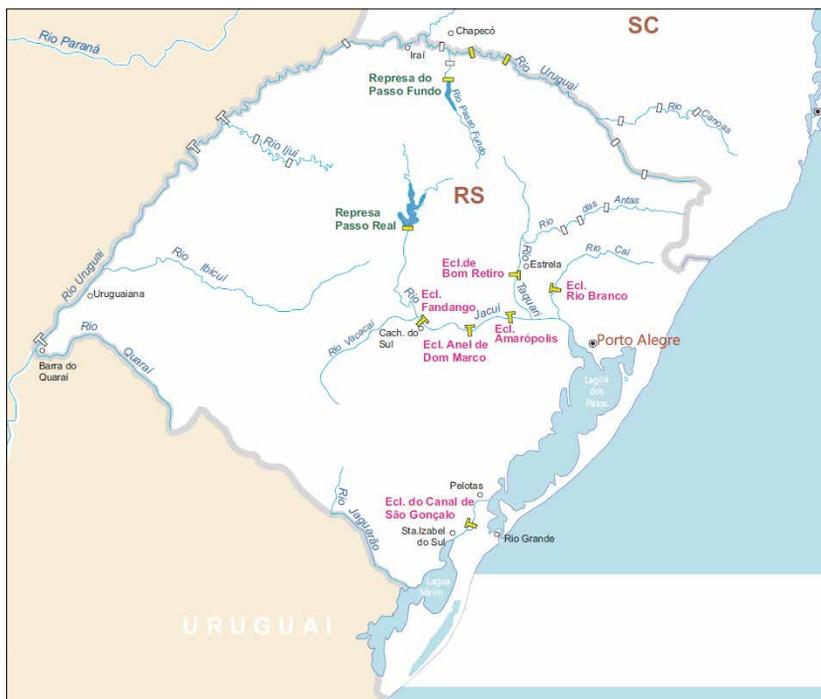
Trechos	Distância	Declividade	Desnível da Barragem
Fandango / Dom Marco	63 km	1,1 cm/km	4,0 m
Dom Marco / Amarópolis	93 km	1,3 cm/km	6,9 m
Amarópolis / Porto Alegre	74 km	0,7 cm/km	4,7 m
Amarópolis / Triunfo	18 km	0,6 cm/km	-
Triunfo / Porto Alegre	56 km	0,7 cm/km	-

Rio Taquari:

Trechos	Distância	Declividade	Desnível da Barragem
Bom Retiro / Triunfo	86 km	0,9 cm/km	11,7 m

Fonte: Adaptado de <http://www.transportes.gov.br/conteudo/1444-bacia-do-sul.html>.

Mapa 20 – Barragens e eclusas dos Rios Jacuí e Taquari



Fonte: http://www.transportes.gov.br/images/aquaviario/2014/11/mapas_eclusas.pdf.



A região do Vale do Rio Pardo possui, no município de Rio Pardo e General Câmara, respectivamente, duas eclusas e barragens: a eclusa do Anel de Dom Marco (distante 25 quilômetros da cidade de Rio Pardo) e a eclusa de Amarópolis. O sistema Jacuí-Taquari forma um corredor de transporte, com investimentos que foram realizados nas décadas de 60 e 70, principalmente. Há manutenção de um sistema de sinalização e balizamento por meio de utilização de flutuantes como boias cegas, balizas e demarcação quilométrica das hidrovias realizada por placas indicativas.

Como principais entroncamentos intermodais (pontos quilométricos ou PKs) estão o porto de Estrela (RS PK: 142), Cachoeira do Sul (RS PK: 225), Porto Alegre (RS PK: 0); Rio Grande (RS PK: -). Entre as cidades ribeirinhas do Rio Jacuí encontra-se Rio Pardo, na região do Vale do Rio Pardo (PK: 146), a jusante de Cachoeira do Sul (PK: 228 e porto desativado) e a montante de São Jerônimo (PK 56) e Triunfo (PK: 56). O porto de Rio Pardo possui cais formado por dois patamares, interligados por rampa. Possui também dois armazéns e é utilizado basicamente para movimentação de materiais de construção como areia e cascalho.

O porto de General Câmara não tem estruturas significativas instaladas, e o porto de Mariante (área de 1730,80 m² com armazém de 1.150 m², alpendres e pátios laterais para manobras de caminhão) retornou para a administração da Superintendência de Portos e Hidrovias-SPH.

3.7.4 Sistema aeroviário

A região do Vale do Rio Pardo possui os seguintes aeródromos públicos homologados: Sobradinho (pista de saibro de 70 metros); Santa Cruz do Sul (pista de asfalto com 1.180 metros); Venâncio Aires (pista de saibro de 1.200 metros); Rio Pardo (pista de grama de 600 metros) e Encruzilhada do Sul (pista de saibro de 600 metros).

Em 2015, o Estado do Rio Grande do Sul lançou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR – RS) que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e turístico por meio da ampliação das rotas de voos regulares nos aeroportos regionais. O aeroporto de Santa Cruz do Sul está listado no



PDAR entre os 15 municípios gaúchos que irão receber investimentos em infraestrutura destinados a retomada das operações de voos regulares de cargas e passageiros.

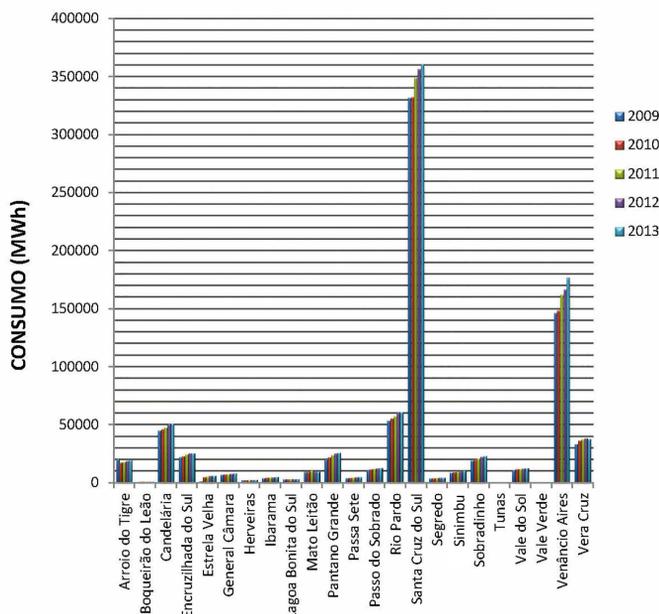
3.7.5 Sistema de fornecimento de energia

Em relação ao consumo total de energia da região do Vale do Rio Pardo, este representa, conforme informações do Perfil Socioeconômico do Vale do Rio Pardo (2015, p. 22), o sétimo maior consumo de energia elétrica entre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul com um total de 872.753 kwh (quilowatts hora). Este consumo total inclui os diferentes tipos de uso classificados em residências, comerciais, industriais, rurais, do setor público e outros. Conforme a Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE), e em relação ao consumo total de energia elétrica dos municípios da região, em 2015, destacam-se os municípios de Santa Cruz do Sul (363.022 kwh), Venâncio Aires (177.056 kwh) seguidos por Rio Pardo (59.702 kwh) e Candelária (53.702 kwh), conforme Figura 28.

As particularidades de desenvolvimento intrarregionais, contudo, revelam diferentes situações em relação ao consumo de energia elétrica quando analisadas as situações das Microrregiões Norte, Central e Sul do Vale do Rio Pardo. Neste sentido, conforme Tabela 15, e proporcionalmente ao consumo de energia elétrica da região em 2015, os municípios da região norte, central e sul do Vale do Rio Pardo utilizam, respectivamente, os percentuais de 8, 70,6 e 21,4 dos totais consumidos.



Figura 28 – Consumo de energia elétrica (kwh) dos municípios do Vale do Rio Pardo



Fonte: FEE, 2016.

Tabela 15 – Consumo de energia pelas microrregiões do Vale do Rio Pardo – 2015

Microrregiões	Consumo total de energia (kwh)	Percentual (%)
Norte	69.660	8
Central	616.171	70,6
Sul	186.922	21,4

Fonte: <http://dados.fee.tche.br/> acessados em março de 2016.

Também em relação ao número de consumidores na região e, conforme Tabela 16, a Microrregiões Norte, Central e Sul apresentam os valores 9,28%, 65,19% e 25,53%, respectivamente.



Tabela 16 – Total de consumidores nas microrregiões do Vale do Rio Pardo, 2015

Microrregião	Total de consumidores	Percentual %
Norte	15.356	9,28
Central	107.929	65,19
Sul	42.265	25,53
Totais	165.550	100

Fonte: <http://dados.fee.tche.br/> acessados em março de 2016.

Para a Microrregião Norte, e segundo a Tabela 17, os maiores consumos de energia elétrica (em kilowatts hora) são, respectivamente, dos municípios de Arroio do Tigre e Sobradinho. Sobradinho tem a maior parte de seu consumo de energia elétrica destinado ao uso residencial (40,25%) apresentando ainda as seguintes relações entre tipos de usos e percentuais: uso industrial (5,90%), uso rural (23,13%), uso comercial (20,13%), uso pelo setor público (10,51 %), outros usos (0,01%). Em relação ao consumo dos outros municípios destaca-se o aumento gradativo de demanda de energia elétrica em todos municípios ao mesmo tempo em que registra-se o menor consumo da região do Vale do Rio Pardo no município de Tunas.

Tabela 17 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Norte – 2010 – 2015

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Arroio do Tigre	17.420	17.977	18.798	19.482	21.691	19.675
Estrela Velha	4.889	5.468	6.064	6.060	5.544	6.923
Ibarama	4.405	4.653	4.727	5.069	5.598	5.347
Lagoa Bonita	3.074	3.170	3.111	3.187	3.797	3.572
Passa Sete	4.232	4.534	4.865	4.983	5.654	5.374
Segredo	3.964	4.245	4.367	4.458	4.903	4.754
Sobradinho	19.891	20.962	22.319	23.089	25.010	23.129
Tunas	740	756	763	821	864	886
Totais	59.245	61.765	65.014	67.149	73.061	69.660

Fonte: <http://dados.fee.tche.br/> acessados em março de 2016.

A Tabela 18 apresenta o consumo total de energia elétrica (em kilowatts hora), nos anos de 2010 a 2015, para a Microrregião Central do Vale do Rio Pardo. Destacam-se os valores registrados pelos



municípios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, que representam somados um percentual de 61,88% do utilizado pela região do Vale do Rio Pardo, no ano de 2015.

Tabela 18 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Central, 2010 – 2015

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Boqueirão do Leão	1.055	1.068	1.095	1.107	1.227	1.101
Herveiras	2.303	2.377	2.473	2.603	2.768	2.657
Mato Leitão	9.565	10.468	9.753	9.521	10.464	10.250
Santa Cruz do Sul	332.223	348.744	356.318	360.573	391.587	363.022
Sinimbu	9.164	9.618	10.041	10.318	10.939	10.329
Vale do Sol	11.799	11.991	12.300	12.621	13.798	13.128
Venâncio Aires	148.361	162.098	166.315	176.507	189.769	177.056
Vera Cruz	36.282	37.536	38.404	37.768	41.205	38.628
Totais	550.752	583.900	596.699	611.018	661.757	616.171

Fonte: <http://dados.fee.tche.br/> acessados em março de 2016.

Santa Cruz do Sul, maior cidade consumidora da região, apresenta as seguintes relações entre o seu consumo total de energia e tipos de usos: industrial (37,64 %), residencial (30,92%), comercial (19,41%), rural (4,15 %), setor público (7,87 %) e outros (0,01 %). Na região central os municípios com menor consumo são Boqueirão do Leão (com 1.101 kwh) e Herveiras (2.657 kwh).

Os municípios da Microrregião Sul (Tabela 19) que tiveram maiores demandas, em 2015, são Rio Pardo (59.595 kwh) e Candelária (53.702 kwh). Juntos representam 12,98 % do total de energia consumida na região do Vale do Rio Pardo. Rio Pardo, maior cidade consumidora da Microrregião Sul, tem a seguinte relação entre o consumo total de energia e tipos de usos: residencial (37,53%), industrial (22,74%), rural (21,16%), comercial (11,69%), setor público (6,87 %) e outros usos (0,01%). Os municípios com menores consumo de energia são General Câmara (8.236 kwh) e Passo do Sobrado (12.126 kwh). Não foram encontrados dados sobre o município de Vale Verde.



Tabela 19 – Consumo total de energia elétrica (kwh) da Microrregião Sul, 2010 – 2015

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Candelária	46.179	47.834	50.365	51.144	56.856	53.702
Encruzilhada do Sul	22.876	24.434	25.465	25.216	26.797	25.940
General Câmara	7.161	7.552	7.876	8.105	9.199	8.236
Pantano Grande	21.906	23.887	25.328	25.934	26.868	25.323
Passo do Sobrado	11.541	12.173	12.456	12.847	14.715	14.126
Rio Pardo	55.575	57.569	60.299	60.976	65.354	59.595
Vale Verde	-	-	-	-	-	-
Totais	165.238	173.449	181.789	184.222	199.789	186.922

Fonte: <http://dados.fee.tche.br/> acessados em março de 2016.

3.7.6 Sistema de informação e comunicação

A Tabela 20 apresenta o número total de domicílios particulares permanentes por município categorizando a existência de microcomputadores com acesso à internet e de telefones celulares nas residências. Conforme o Perfil Socioeconômico do Vale do Rio Pardo (2015, p. 22), e com base no Censo 2010, os domicílios com acesso à internet, celulares e telefonia fixa estão abaixo das médias estaduais, que são de 33,9%, 90,7% e 39,3%.

Tabela 20 - Domicílios com microcomputadores, acesso à internet e existência de telefone celular (2010) (continua)

Município	Domicílios particulares permanentes	Domicílios com microcomputadores e acesso à internet	%	Domicílios com existência de telefone celular	%
Arroio do Tigre	3.944	763	19,35%	3336	84,58%
Boqueirão do Leão	2.467	327	13,25%	1855	75,19%
Candelária	10.426	1866	17,90%	8930	85,65%
Encruzilhada do Sul	8.472	1326	15,65%	7696	90,84%
Estrela Velha	1.136	167	14,70%	944	83,10%
General Câmara	3.001	444	14,80%	2793	93,07%
Herveiras	916	60	6,55%	605	66,05%



Tabela 20 - Domicílios com microcomputadores, acesso a internet e existência de telefone celular (2010) (conclusão)

Município	Domicílios particulares permanentes	Domicílios com microcomputadores e acesso à internet	%	Domicílios com existência de telefone celular	%
Ibarama	1.372	78	5,69%	1157	84,33%
Lagoa Bonita do Sul	854	49	5,74%	723	84,66%
Mato Leitão	1.324	318	24,02%	1202	90,79%
Pantano Grande	3.377	543	16,08%	3090	91,50%
Passa Sete	1.616	97	6,00%	1244	76,98%
Passo do Sobrado	2.078	293	14,10%	1911	91,96%
Rio Pardo	12.745	2683	21,05%	11650	91,41%
Santa Cruz do Sul	40.540	15599	38,48%	36645	90,39%
Segredo	2.223	191	8,59%	1814	81,60%
Sinimbu	3.171	243	7,66%	2267	71,49%
Sobradinho	4.843	1339	27,65%	4233	87,40%
Tunas	1.380	114	8,26%	766	55,51%
Vale do Sol	3.533	329	9,31%	3016	85,37%
Vale Verde	1.164	85	7,30%	1069	91,84%
Venâncio Aires	23.011	5458	23,72%	20648	89,73%
Vera Cruz	8.001	1590	19,87%	7227	90,33%
TOTAL	141.594	33962	23,99%	124821	88,15%

Fonte: Censo demográfico IBGE 2010.

A Tabela 20 demonstra esta baixa acessibilidade à internet na região como um todo. Somente Santa Cruz do Sul apresenta média superior a do estado, com percentual de 38,48%. Os municípios com maior fragilidade (abaixo de 10%) concentram-se na Microrregião Norte (Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Tunas), mas também na Microrregião Central (Herveiras, Sinimbu, Vale do Sol) e sul (Vale Verde). Em relação aos domicílios com existência de telefone celular (mais de 90%) as maiores médias estão, em ordem decrescente, nos municípios de General Câmara, Passo do Sobrado, Vale Verde, Pantano Grande, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Mato Leitão, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Os municípios com menores valores são os Tunas (55,51%) e Herveiras (66,05%).



A Tabela 21 apresenta ainda a cobertura das operadoras de celular em cada município e constituídas pela Vivo, Claro, Tim e Oi. Os municípios com menor número de operadoras são Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Estrela Velha, Tunas, Passa Sete, Vale do Sol, Vale Verde, Passo do Sobrado e Mato Leitão. Já os municípios que contam com as quatro operadoras são Arroio do Tigre, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Tabela 21 – Existência de operadoras de celular por município

Operadoras de celular por município				
Município	Vivo	Claro	Tim	Oi
Arroio do Tigre	X	X	X	X
Boqueirão do Leão	X	X		X
Candelária	X	X	X	X
Encruzilhada do Sul	X	X	X	X
Estrela Velha		X		X
General Câmara	X	X	X	X
Herveiras		X		X
Ibarama	X			
Lagoa Bonita do Sul		X		X
Mato Leitão	X	X		
Pantano Grande	X	X	X	X
Passa Sete		X		X
Passo do Sobrado	X			
Rio Pardo	X	X	X	X
Santa Cruz do Sul	X	X	X	X
Segredo	X		X	
Sinimbu	X	X	X	X
Sobradinho	X	X	X	X
Tunas			X	
Vale do Sol	X	X	X	X
Vale Verde	X			
Venâncio Aires	X	X	X	X
Vera Cruz	X	X	X	X
Total de Municípios	18	18	14	17

Fonte: http://www.teleco.com.br/2g_cidades1.asp acessado em março de 2016.



Segundo levantamento realizado com a Assessoria de Comunicação da UNISC e também por meio de pesquisa direta com os municípios, a região do Vale do Rio Pardo possui os seguintes serviços de rádio e jornais, conforme Tabela 22:

Tabela 22 – Serviços de Rádio e Jornais na Região do Vale do Rio Pardo

Município	Rádio	Jornal
Boqueirão do Leão	Arauto FM 105.9 -	Jornal O Boqueirão Jornal Eco Serrano
Candelária	Rádio Princesa AM Rádio Sorriso FM Rádio Triângulo FM	Folha de Candelária Jornal de Candelária -
Encruzilhada do Sul	Rádio Encruzilhadense AM Rádio 87.9 FM -	Jornal 19 de Julho Jornal do Sudeste Jornal Correio Popular
General Câmara	Rádio Camarense FM	-
Mato Leitão	Rádio Jovem Pan FM	-
Passo do Sobrado	-	Jornal Gazeta Popular
Rio Pardo	Rádio Rio Pardo AM 790	Jornal de Rio Pardo
Santa Cruz do Sul	Rádio Terra Gaúcha Rádio Cidade FM Rádio Comunitária FM Rádio Gazeta AM Rádio Gazeta FM Rádio Santa Cruz AM	Jornal Gazeta do Sul Riovale Jornal - - - -
Sinimbu	Rádio Comunitária de Sinimbu -	Jornal Tribuna Popular Folha de Sinimbu
Sobradinho	Rádio Sobradinho AM 1110 Rádio Umbu FM Rádio Jacuí FM	Jornal Gazeta da Serra - -
Venâncio Aires	Rádio Venâncio Aires AM Rádio Terra FM Rádio Vênus FM	Jornal Folha do Mate - -
Vera Cruz	Arauto FM 95.7	Jornal Arauto

Fonte: Realizado por Gabriel Hauschild.



Os municípios sem serviços de rádios e jornais são Arroio do Tigre, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Estrela Velha, Segredo, Passa Sete, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Pantano Grande, Passa Sete. O município de Santa Cruz do Sul possui duas emissoras de televisão, que são a RBS TV e a emissora da Universidade de Santa Cruz do Sul.

3.7.7 Saneamento Básico

De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico, Lei federal nº 11.445/2010, saneamento básico é definido como o de conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

No artigo 2º dessa política pública são estabelecidos os princípios fundamentais para o setor em que todos os cidadãos brasileiros merecem ser atendidos, tais como: universalização do acesso e integralidade dos serviços; disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; adoção de métodos, de técnicas e de processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, utilizando tecnologias apropriadas, e considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; eficiência e sustentabilidade econômica; transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; controle social; segurança, qualidade e regularidade; integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; e adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

Portanto, a realidade da infraestrutura de saneamento básico implica diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, bem como na economia de recursos financeiros gastos com a área de saúde curativa. Isso significa dizer que saneamento básico é, também, considerado



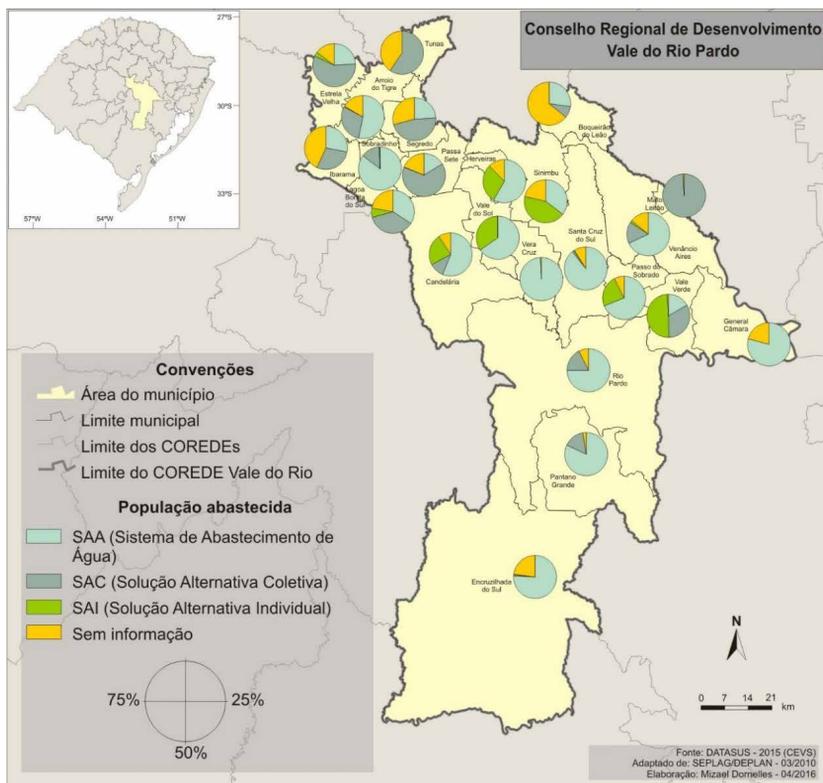
como saúde preventiva e se reflete no grau de desenvolvimento da região.

3.7.8 Sistema de Abastecimento de Água

Acesso à água potável é um direito de todo ser humano, pois é vital para qualquer ser vivo. No Brasil, é um direito de todo ser humano e um dever do poder público municipal suprir de água potável a sua população. Para efetivar esse serviço ele pode oferecer através de serviços municipalizados ou através de concessões à companhia estadual ou às empresas privadas, bem como monitorar sistemas comunitários. Na região do Vale do Rio Pardo 12 dos 23 municípios deram concessão dos serviços para a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN – e os outros 11 municípios possuem serviços municipais de saneamento. A companhia estadual abastece as áreas urbanas de Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Passa Sete, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires. No entanto, mesmo em cidades onde a CORSAN atua, ocorre a existência de sistemas alternativos coletivos, como as redes hídricas comunitárias, a fim de cobrir as carências do setor, como pode-se observar no Mapa 21. Os demais municípios possuem o sistema municipalizado com ou sem parceria com associações hídricas (SNIS, 2014).



Mapa 21 – Cobertura dos Sistemas de abastecimento de água no Vale do Rio Pardo – 2015



Fonte: Adaptado por Mizaél Dorneles de SEPLAN/DEPLAN com dados da Vigilância Sanitária Estadual, 2015.

Os três sistemas de abastecimento de água apresentados no Mapa 21 categorizados pela Vigilância Sanitária Estadual, através de suas coordenadorias regionais são os seguintes:

- SAA – Sistema de Abastecimento de Água – tem-se as redes públicas e geral de água potável (tratada), fornecida pela CORSAN ou pelo serviço municipal, como é o caso de Mato Leitão e de Vera Cruz;
- SAC – Sistema Alternativo Coletivo – é o sistema composto por redes hídricas através da captação de água em poço comunitário, ou fonte, ou outro manancial de água;
- SAI – Sistema Alternativo Individual – é o sistema de

abastecimento como o anterior exceto por ser de uso privado, dentro da propriedade.

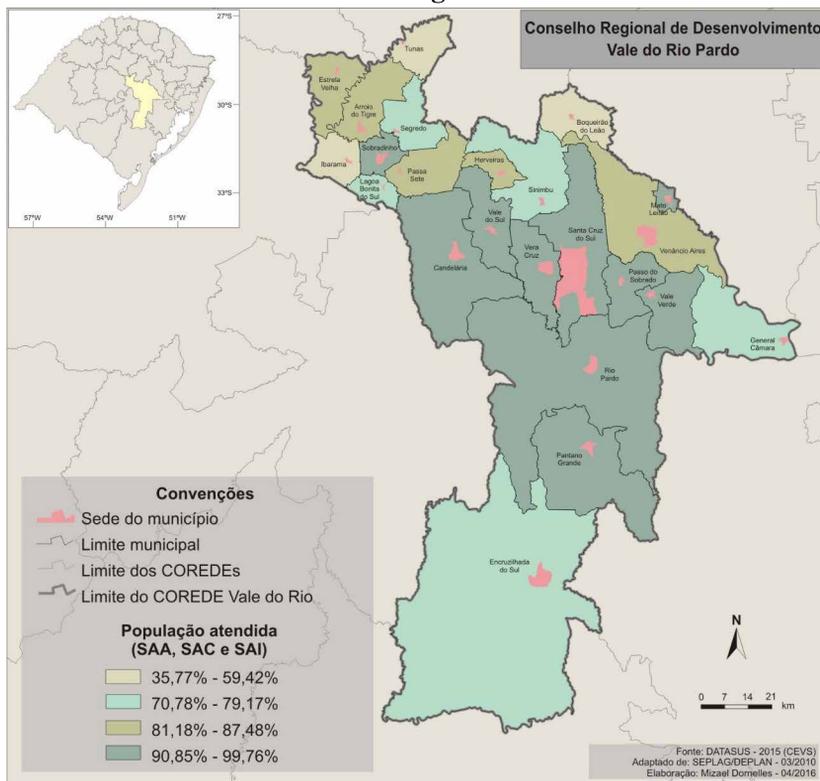
Contabilizando o somatório dos 3 sistemas (SAA, SAC, SAI) em cada município, pode-se observar que a cobertura dos serviços de abastecimento de água é praticamente 100% nos municípios de Vera Cruz (rede geral) e de Mato Leitão (redes hídricas). Há ocorrência de um percentual relativamente alto de Soluções Alternativas Individuais (poço ou nascente na propriedade), nos municípios de Candelária, Herveiras, Passo do Sobrado, Sinimbu, Vale do Sol e Vale Verde. Por outro lado, ocorre a existência de muitos outros com alto percentual de “sem informação”, tais como Boqueirão do Leão, General Câmara, Encruzilhada do Sul, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Segredo, Sinimbu e Tunas.

Realizando o somatório dos três sistemas e relacionando com o número de domicílios em cada município, observa-se no Mapa 22 um déficit no sistema de abastecimento de água a ser suprido em vários municípios da região, tais como:

- Ibarama, Tunas e Boqueirão do Leão, que se encontram na faixa entre 36% e 59,5% de cobertura dos serviços;
- General Câmara, Segredo, Sinimbu, Lagoa Bonita do Sul e Encruzilhada do Sul, na faixa entre 70,8% e 79,2% de cobertura;
- Venâncio Aires, Herveiras, Passa Sete, Arroio do Tigre e Estrela Velha, na faixa entre 81,2% e 87,5% de cobertura; e
- Sobradinho, Candelária, Vera Cruz, Vale do Sol, Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, Vale Verde, Rio Pardo e Pantano, na faixa entre 90,8% e 99,8% de cobertura dos serviços.



Mapa 22 – Faixa percentual de população atendida por cobertura dos sistemas de abastecimento de água no Vale do Rio Pardo – 2015



Fonte: Adaptado por Mizael Dorneles de SEPLAG com dados da Vigilância Sanitária Estadual, 2015.

As informações sistematizadas a partir dos dados fornecidos pela Vigilância Sanitária Estadual, de acordo com o DATASUS, estão disponibilizadas no Quadro 2 e sintetizadas na Figura 29.

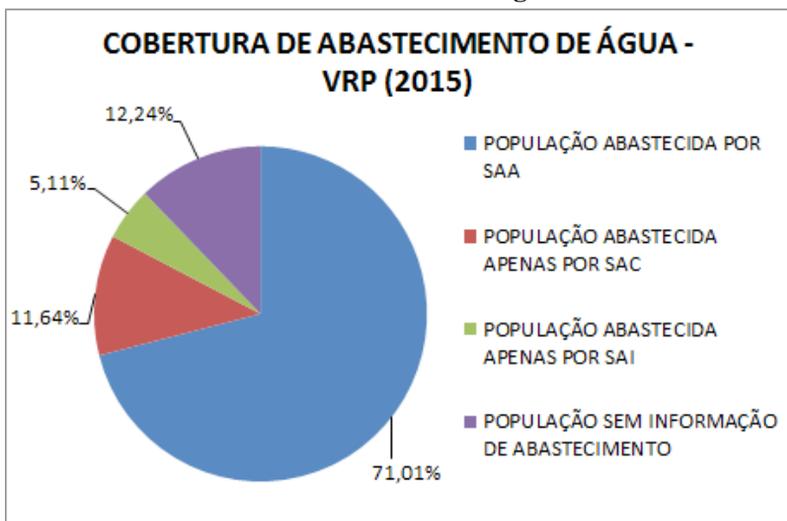
Quadro 2 - Tipo de solução de abastecimento de água

ABASTECIMENTO DE ÁGUA - DATASUS (2015)												
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (IBGE)	POPULAÇÃO ABASTECIDA POR SAA (SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA)		POPULAÇÃO ABASTECIDA APENAS POR SAC (SOLUÇÃO ALTERNATIVA COLETIVA)		POPULAÇÃO ABASTECIDA APENAS POR SAI (SOLUÇÃO ALTERNATIVA INDIVIDUAL)		POPULAÇÃO SEM INFORMAÇÃO SOBRE ABASTECIMENTO		% POPULAÇÃO ATENDIDA (+ SAC + SAI)	(% POPUL. ATENDIDA) + (% POPUL. S/ INFO. DE ABAST.)	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%			
ARROIO DO TIGRE	13.277	7034	53,43%	3.938	29,36%	83	0,63%	2.202	16,59%	83,41%	100%	
BOQUEIRÃO DO LEÃO	7.311	2148	27,15%	682	8,62%	0	0,00%	5.081	64,23%	35,77%	100%	
CANDELÁRIA	31.407	17.636	56,15%	3.464	11,03%	7.433	23,67%	2.874	9,15%	90,85%	100%	
EMCRUZILHADA DO SUL	25.647	19.480	75,95%	196	0,76%	37	0,14%	5.934	23,14%	76,86%	100%	
ESTRELA VELHA	3.743	306	24,21%	2.156	57,60%	128	3,42%	553	14,77%	95,23%	100%	
GENERAL CÂMARA	8.679	6.871	79,17%	0	0,00%	0	0,00%	1.808	20,83%	79,17%	100%	
HERVEIRAS	3.060	1.785	58,33%	0	0,00%	892	29,15%	383	12,52%	87,48%	100%	
IBARAMÁ	4.517	1.263	27,96%	1.305	28,89%	0	0,00%	1.949	43,15%	56,85%	100%	
LAGOA BONITA DO SUL	2.910	961	34,20%	1.033	36,76%	193	6,87%	623	22,17%	77,83%	100%	
MATO LEITÃO	4.161	0	0,00%	4.123	99,05%	0	0,00%	38	0,91%	99,09%	100%	
PANTANO GRANDE	3.979	8.173	81,90%	1.562	15,85%	0	0,00%	244	2,45%	97,55%	100%	
PASSA SETE	5.457	897	16,44%	3.514	64,35%	19	0,35%	1.027	18,82%	81,18%	100%	
PASSO DO SOBRADO	6.340	4.362	68,80%	0	0,00%	1.501	23,68%	477	7,52%	92,48%	100%	
RIO PARDO	38.899	23.130	74,89%	6.850	17,61%	38	0,10%	2.881	7,41%	92,59%	100%	
SANTA CRUZ DO SUL	125.353	111.778	89,17%	1.572	1,25%	800	0,64%	11.203	8,94%	91,06%	100%	
SEGREDO	7.366	1.781	24,18%	3.433	46,61%	0	0,00%	2.152	29,22%	70,78%	100%	
SINIMBU	10.395	3.680	35,40%	0	0,00%	4.501	43,30%	2.214	21,30%	76,70%	100%	
SOBRADINHO	14.904	12.722	85,36%	2.111	14,16%	9	0,06%	62	0,42%	99,58%	100%	
TUNAS	4.576	0	0,00%	2.719	59,42%	0	0,00%	1.857	40,58%	59,42%	100%	
VALE DO SOL	11.808	7.567	65,19%	0	0,00%	4.013	34,57%	28	0,24%	99,76%	100%	
VALE VERDE	3.420	566	16,55%	1.133	33,13%	1.691	49,44%	30	0,88%	99,12%	100%	
VENÂNCIO AIRES	69.521	47.290	68,02%	11.300	16,25%	1.077	1,55%	9.854	14,17%	85,83%	100%	
VERA CRUZ	25.525	25.316	99,18%	0	0,00%	0	0,00%	209	0,82%	99,18%	100%	
TOTAL	438.555	311.406	71,01%	51.051	11,64%	22.415	5,11%	53.683	12,24%	87,76%	100%	

Fonte: DATASUS, 2015.



Figura 29 – Síntese dos percentuais de acordo com o sistema de abastecimento de água



Fonte: DATASUS, 2015.

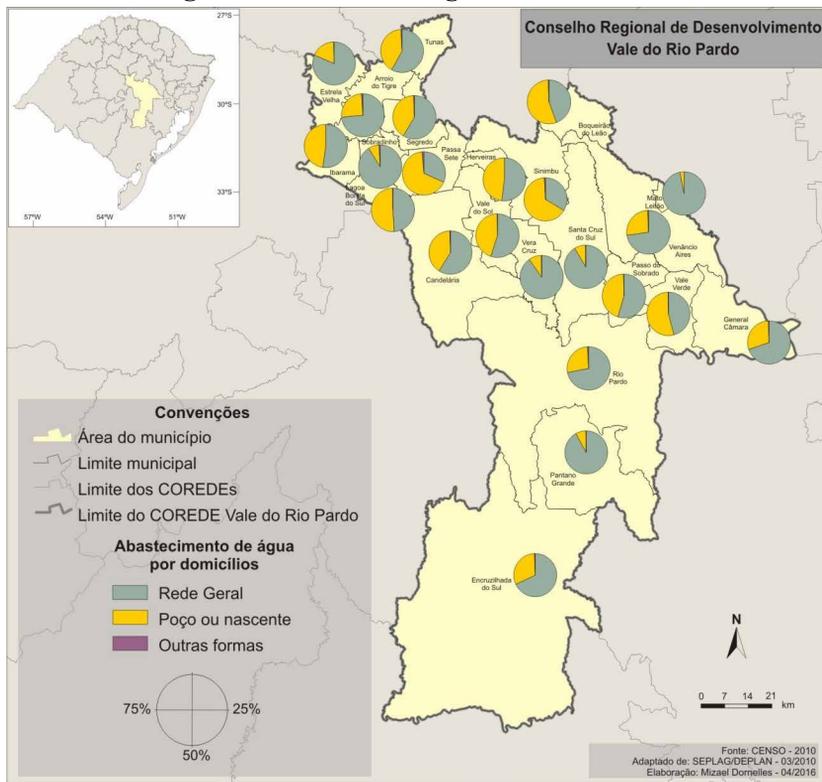
No que diz respeito aos dados do Censo 2010 (IBGE, 2011) sobre o sistema de abastecimento de água de cada um dos 23 municípios da região do Vale do Rio Pardo, pode-se observar no Mapa 23 ou Quadro 3, a cobertura dos serviços a partir do agrupamento em três categorias, quais sejam:

- **Rede geral de distribuição:** quando o domicílio, o terreno ou a propriedade em que estava localizado estava ligado à rede geral de abastecimento de água. Aqui considera-se tanto a rede pública de abastecimento de água, como também as redes hídricas comunitárias ou “Soluções Alternativas Coletivas”;
- **Poço ou nascente na propriedade** ou soluções alternativas individuais, como é denominado pela vigilância sanitária, quando o domicílio era servido por água, de poço ou nascente, localizado no terreno ou na propriedade em que estava construído;
- **Outra forma:** quando o domicílio era servido por água, seja de poço ou nascente, localizado em outro terreno ou propriedade; de poço ou nascente localizado na aldeia ou fora da aldeia, em terras indígenas; transportada por carro-pipa; de chuva, armazenada em cisterna, caixa de cimento, galões, tanques de material plástico,



etc.; de rio, açude, lago ou outra forma diferente das descritas anteriormente.

Mapa 23 – Sistema de abastecimento de água por domicílios, segundo o Censo Demográfico IBGE 2010



Fonte: Adaptado de IBGE, 2010; SEPLAN/DEPLAN, 2010.

Esses dados revelam a cobertura dos serviços de abastecimento de água de alguns municípios da região. Os melhores índices de cobertura do sistema por “rede geral” estão com os municípios de Mato Leitão, Pantano Grande, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Vera Cruz, com 97,05%, 92,03%, 91,37%, 91,12% e 90,28%, respectivamente, o que vem a corroborar com os dados da Vigilância Sanitária. Já os municípios que apresentam as maiores deficiências na cobertura desse serviço são Passa Sete, Sinimbu, Boqueirão do Leão e Vale Verde, com 31,38%, 33,68%, 44,43%, 45,79%, respectivamente. No entanto, esses

municípios que apresentam os menores índices de cobertura por rede geral estão cobertos por poços ou nascentes como soluções individuais, o que eleva o percentual total de cobertura, ficando com o município de Passa Sete com 98,7%, a menor cobertura total da região em contraste aos dados da Vigilância Sanitária.

Quadro 3 – Sistema de abastecimento de água por domicílios
(Valores totais e porcentagem de domicílios atendidos)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR DOMICÍLIO - CENSO DEMOGRÁFICO 2010							
MUNICÍPIO	TOTAL	ABASTECIMENTO PELA REDE GERAL		POÇO OU NASCENTE		OUTRA FORMA DE ABASTECIMENTO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Arroio do Tigre	3.944	2.899	73,50%	1.006	25,51%	39	0,99%
Boqueirão do Leão	2.467	1.096	44,43%	1.358	55,05%	13	0,53%
Candelária	10.426	6.138	58,87%	4.223	40,50%	65	0,62%
Encruzilhada do Sul	8.472	5.767	68,07%	2.655	31,34%	50	0,59%
Estrela Velha	1.136	926	81,51%	206	18,13%	4	0,35%
General Câmara	3.001	2.093	69,74%	889	29,62%	19	0,63%
Herveiras	916	475	51,86%	441	48,14%	0	0,00%
Ibarama	1.372	716	52,19%	655	47,74%	1	0,07%
Lagoa Bonita do Sul	854	419	49,06%	432	50,59%	3	0,35%
Mato Leitão	1.324	1.285	97,05%	38	2,87%	1	0,08%
Pantano Grande	3.377	3.108	92,03%	256	7,58%	13	0,38%
Passa Sete	1.616	512	31,68%	1.083	67,02%	21	1,30%
Passo do Sobrado	2.078	1.133	54,52%	939	45,19%	6	0,29%
Rio Pardo	12.745	9.183	72,05%	3.445	27,03%	117	0,92%
Santa Cruz do Sul	40.540	37.041	91,37%	3.355	8,28%	144	0,36%
Segredo	2.223	1.305	58,70%	904	40,67%	14	0,63%
Sinimbu	3.171	1.068	33,68%	2.076	65,47%	27	0,85%
Sobradinho	4.843	4.413	91,12%	395	8,16%	35	0,72%
Tunas	1.380	803	58,19%	567	41,09%	10	0,72%
Vale do Sol	3.533	1.942	54,97%	1.583	44,81%	8	0,23%
Vale Verde	1.164	533	45,79%	629	54,04%	2	0,17%
Venâncio Aires	23.011	16.749	72,79%	6.140	26,68%	122	0,53%
Vera Cruz	8.001	7.223	90,28%	761	9,51%	17	0,21%
TOTAL	141.594	106.827	75,45%	34.036	24,04%	731	0,52%

Fonte: Adaptado do Censo Demográfico IBGE 2010.

Quanto ao consumo de água, embora a CORSAN adote o consumo *per capita* em 200 litros por pessoa por dia, para fins de previsão de consumo, os dados do SNIS (2014) revelam um consumo *per capita* aquém desse valor, com uma média de 134,4 litros por pessoa, por dia, conforme se apresenta no Quadro 4, exceto pelo município de Ibarama, que apresenta uma disparidade de 342 litros por pessoa, por dia.



Já o consumo mensal por economia (por hidrômetro) apresenta um mínimo de 6,8m³mês/economia para o município de Lagoa Bonita do Sul e um máximo de 52,1m³mês/economia para o município de Ibarama. Uma disparidade nesse último valor visto que a média de consumo mensal por economia da região do Vale do Rio Pardo ficou em 12,50m³/mês/economia no período indicado. Como está se tratando de médias, obviamente há ocorrência de menor e maior consumo para cada município.

Quadro 4 – Consumo diário *per capita* médio de água e consumo mensal por economia (2013 – 2014)

Município	Ano de Referência	IN022_AE - Consumo médio <i>per capita</i> de água (l/hab./dia)	IN053 - Consumo médio de água por economia (m ³ /mês/econ.)
Arroio do Tigre	2014	112,4	8,7
Boqueirão do Leão	2014	134,3	8,4
Candelária	2014	140,4	10,1
Encruzilhada do Sul	2014	129,3	9,4
Estrela Velha	2014	140,2	13
General Câmara	2014	150,8	10,1
Herveiras	2014	76,2	8,2
Ibarama	2014	342	52,1
Lagoa Bonita do Sul	2014	86,3	6,8
Mato Leitão	2014	125,6	8,8
Pantano Grande	2014	144,7	10,7
Passa Sete	2014	131,8	9,5
Passo do Sobrado	2014	141,7	13,8
Rio Pardo	2014	157,6	11,7
Santa Cruz do Sul	2014	148,1	11,2
Segredo	2014	88,4	7,8
Sinimbu	2014	240,1	22,1
Sobradinho	2014	135,9	10,2
Tunas	2014	119,3	10,9
Vale do Sol	2014	110,2	11,5
Vale Verde	2012	70,2	9,5
Venâncio Aires	2014	132,4	9,8
Vera Cruz	2014	154	13,2

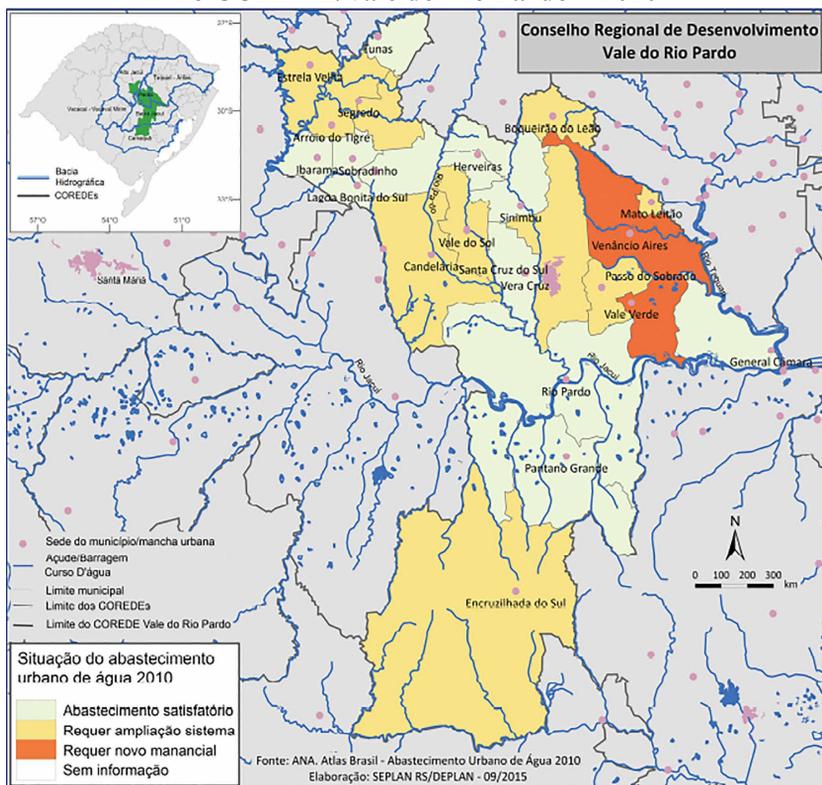
Fonte: SNIS, 2014.

Para prover o abastecimento de água para a população, com suas respectivas perdas de água, o Mapa 24 apresenta a situação do abastecimento urbano dos municípios da região de acordo com a SPGG/DEPLAN (2015), segundo o qual os municípios de Venâncio Aires



e de Vale Verde, localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, apresentam necessidade de novo manancial de água para abastecimento.

Mapa 24 – Mapa da situação do abastecimento urbano de água no COREDE/Vale do Rio Pardo – 2010



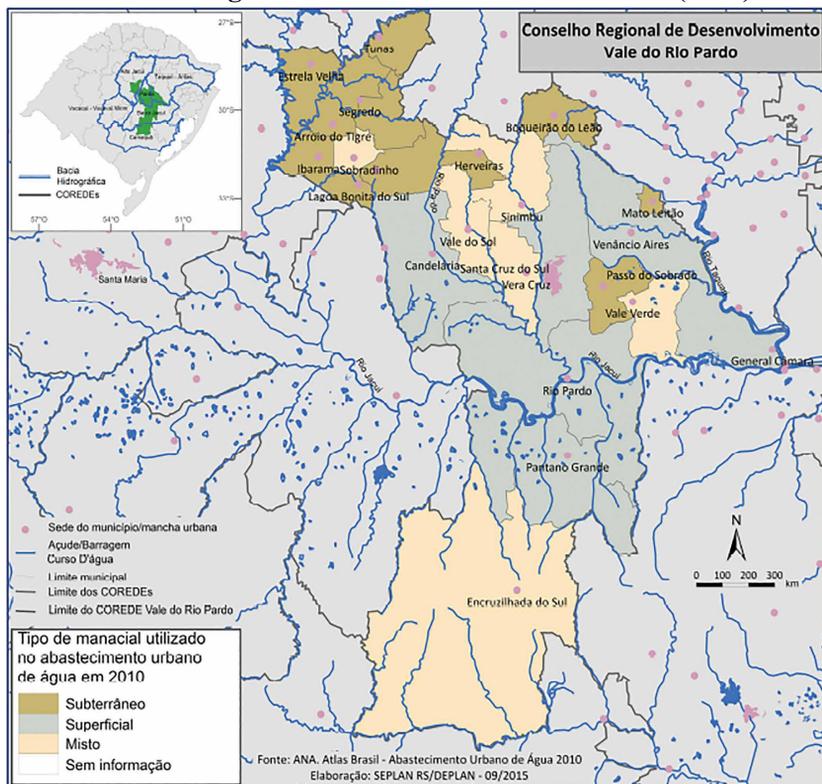
Fonte: SEPLAN/DEPLAN, 2015.

Os municípios que requerem ampliação do sistema de abastecimento de água são Encruzilhada do Sul, Candelária, Vale do Sol, Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, Mato Leitão, Boqueirão do Leão, Estrela Velha e Segredo.

Já os municípios de Tunas, Arroio do Tigre, Ibarama, Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul, Herveiras, Sinimbu, Vera Cruz, Rio Pardo e Pantano Grande apresentam abastecimento satisfatório, de acordo com as informações sistematizadas pela SPGG/DEPLAN a partir do Atlas Brasil – Abastecimento de Água. Essa ainda se refere aos tipos

de manancial utilizado no atual sistema de abastecimento de água, conforme Mapa 25.

Mapa 25 – Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Vale do Rio Pardo (2010)



Fonte: SEPLAN/DEPLAN, 2015.

De acordo com ANA, apud SPGG/DEPLAN (2015, p. 30), nos municípios da região do Vale do Rio Pardo são utilizados diferentes tipos de mananciais no sistema de abastecimento urbano. Em onze municípios o abastecimento urbano é feito a partir de mananciais subterrâneos: em Passo do Sobrado, Mato Leitão, Boqueirão do Leão, Herveiras, Lagoa Bonita do Sul, Sobradinho, Ibarama, Arroio do Tigre, Segredo, Tunas e Estrela Velha. Em seis municípios o manancial é superficial: Candelária, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, General Câmara, Rio Pardo e Pantano Grande. Nos outros seis municípios

(Vera Cruz, Vale Verde, Encruzilhada do Sul, Sobradinho, Vale do Sol e Sinimbu) são utilizados mananciais mistos SPGG/DEPLAN (2015). Por outro lado, é de conhecimento público que o município de Santa Cruz possui sistema de abastecimento misto.

3.7.9 Sistema de Esgotamento Sanitário

O sistema de esgotos sanitários é um dos componentes do saneamento básico que tem recebido menos investimentos e atenção no sistema de gestão, ao longo dos anos, na região do Vale do Rio Pardo.

Um condicionante para o planejamento do sistema é sua interface com o planejamento urbano. É necessário ter conhecimento do processo de evolução urbana para poder prever os investimentos futuros no setor, pois os investimentos são altos. A gestão pública desse processo, que preza pela cidadania da população, deve ser proativa e não refém de especuladores imobiliários, a fim de proporcionar o acesso à infraestrutura, como também de equipamentos comunitários a todos os cidadãos, ao longo do tempo. Como os investimentos são vultuosos e o retorno ocorre em médio e/ou longo prazos, no Brasil são poucos os gestores públicos que prezam pela sua efetividade, como pode-se observar nos dados apresentados da Quadro 05. Esses, ainda que contenham lacunas, apresentam algumas pistas sobre essa questão, pois cabe lembrar que essas informações são fornecidas pelas próprias Prefeituras Municipais.

Quadro 5 – Panorama dos Esgotos Sanitários em alguns municípios do Vale do Rio Pardo – 2013

(continua)

Município	Ano de Referência	Volume de esgotos tratado (1.000m ³ /ano)	Volume de esgotos faturado (1.000m ³ /ano)	Quantidade de ligações totais de esgotos (Ligações)	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água (%)
Candelária	2012	0,0	0,0	4900,0	32,0
Encruzilhada do Sul	2014	0,0	17,0	197,0	2,1
Pantano Grande	2013	16,6	0,0	150,0	9,8
Santa Cruz do Sul	2014	543,0	658,0	2896,0	9,6
Segredo	2014	0,0	0,0	300,0	25,3
Tunas	2014	24,8	0,0	186,0	17,5



Quadro 5 – Panorama dos Esgotos Sanitários em alguns municípios do Vale do Rio Pardo – 2013 (continuação)

Município	Ano de Referência	Volume de esgotos tratado (1.000m ³ /ano)	Volume de esgotos faturado (1.000m ³ /ano)	Quantidade de ligações totais de esgotos (Ligações)	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água (%)
Vale Verde	2012	0,0	0,0	100,0	8,5
Vera Cruz	2014	0,0	0,0	5010,0	49,4

Fonte: SNIS, 2014.

Os municípios constantes no Quadro 5 são os que possuem informações no SNIS referente aos índices indicados. Outros municípios não comparecem nessa tabela porque não há informação sobre os mesmos. O que se quer ressaltar aqui é que além da existência de lacunas no Sistema de Nacional de Informações, muitos dados apresentam inconsistência. Por exemplo, alguns municípios apresentam um índice de cobertura dos serviços relativamente alto comparado com a realidade local. Deduz-se desse fato que em alguns municípios foi considerado tanto a rede mista de esgotos (rede pluvial e rede cloacal em conjunto) como também a rede separadora absoluta (apenas a rede cloacal), o que mascara a realidade dos fatos misturando os sistemas convencional centralizado com o descentralizado. Portanto, embora o SNIS seja uma ferramenta de suma importância, nesse diagnóstico o mesmo não é utilizado exatamente pelas inconsistências encontradas.

Outra modalidade muito utilizada na grande maioria das cidades brasileiras, pelo baixo custo, é o sistema descentralizado de esgotamento sanitário. Esse sistema deve ser composto pelo menos por tanque séptico (fossa) e filtro anaeróbio, com lançamento dos efluentes em valas de infiltração, sumidouro, *wetlands* ou lançado na rede pública pluvial, o que acontece na maioria dos municípios da região. Ela proporciona o tratamento no próprio lote, gleba ou condomínio, o que dilui o tratamento tanto dos efluentes como dos investimentos através da ação compartilhada com os investidores imobiliários, que após a sua instalação deve repassar o sistema para o órgão público responsável pela gestão do sistema. A Lei Federal n. 6.766/1979 já determinava que os loteadores são responsáveis pela implantação de toda infraestrutura e que cabe ao município e o órgão de saneamento recebê-los mediante



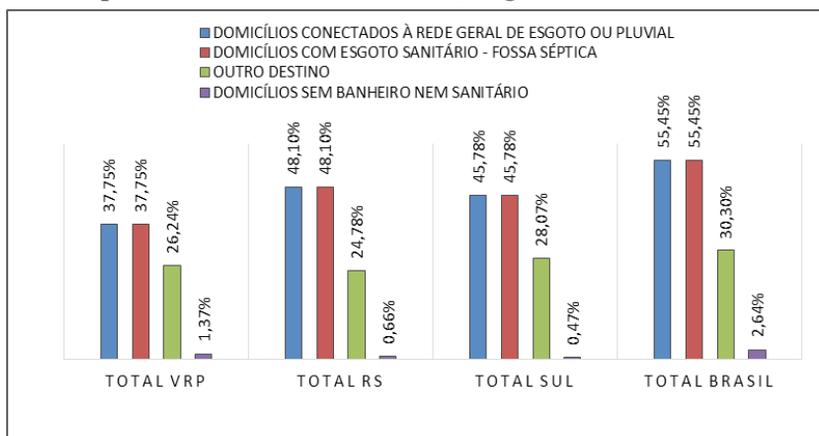
vistoria e aprovação por profissional habilitado.

Como não há planejamento, monitoramento e controle das fossas/tanques sépticos e tratamentos complementares, os proprietários, na sua grande maioria leigos, ficam responsáveis pelo sistema. Em suma, o sistema descentralizado, embora tenha um bom desempenho quando há efetividade do sistema, acaba apenas mascarando a atual situação sanitária do país.

Se tecnologias, legislação e profissionais habilitados existem no Brasil, por que então os nossos déficits em saneamento ainda são altos? De acordo com IBGE (2011) pode-se constatar (Figura 30) a seguinte situação na região do Vale do Rio Pardo comparada com o Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul e o Brasil.

A Figura 30 apresenta uma situação alarmante para a região. Não chega a 40% de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário na região do Vale do Rio Pardo, a qual se encontra atrás dos índices relativos ao Estado do Rio Grande do Sul, da Região Sul e do Brasil, sendo esse mais elevado do que os anteriores. Revela, também, um percentual mais elevado para a região na categoria “outros destinos”, o que é preocupante, como também um percentual de 1,35% de domicílios sem ao menos ter um banheiro ou privada. Percentual que apresentou uma melhora se comparado com a situação no Censo 2000, de 5,28% (IBGE,2001).

Figura 30 – Situação dos Esgotos Sanitários no Vale do Rio Pardo comparado ao Rio Grande do Sul, Região Sul e Brasil – 2010



Fonte: IBGE, 2011.



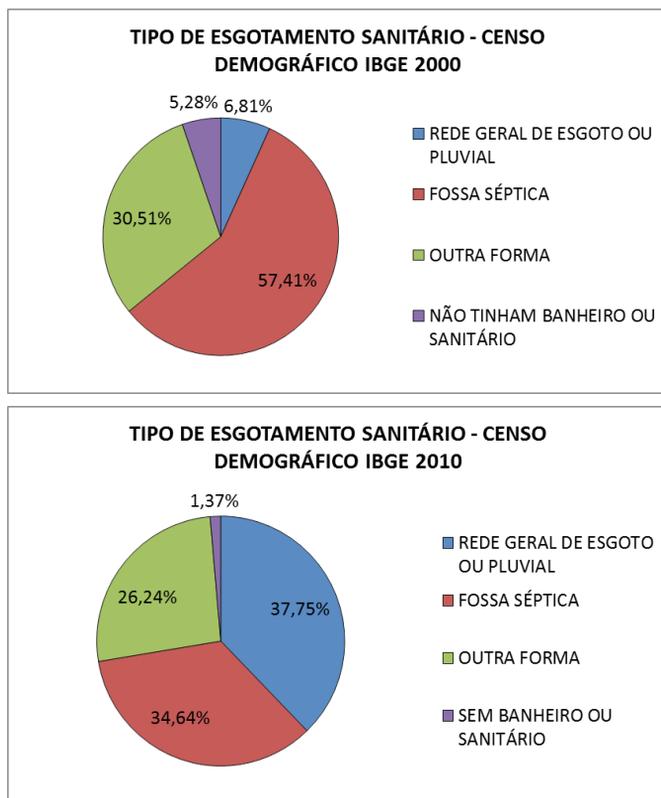
Conforme IBGE (2011, 2000), para os dois primeiros grupos foram analisados os seguintes aspectos:

- **Rede geral de esgoto ou pluvial:** quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, está ligada a um sistema de coleta que os conduza a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada;
- **Fossa séptica:** quando a canalização do banheiro ou sanitário está ligada a uma fossa séptica. A matéria é esgotada para uma fossa próxima, onde passa por um processo de tratamento ou decantação, sendo ou não a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município. Aqui fica dúbio se os efluentes da fossa e posterior filtro anaeróbio são conduzidos ou não à rede pluvial, já contemplada;
- **Outro:** quando o banheiro ou sanitário está ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.) diretamente a uma vala a céu aberto, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

A análise comparativa entre os resultados dos Censos de 2000 e de 2010 indica que a situação da Rede geral de esgoto e esgoto pluvial ampliou de 6,81% para 37,75%. A situação de apenas com Fossa séptica reduziu de 57,41% para 36,64%, como também houve redução nos percentuais de Outra forma e de Sem banheiro ou sanitário. Os Quadros 11 e 12 representam os dados dos respectivos censos por município, a fim de analisar a evolução das políticas públicas por município (Figura 31).



Figura 31 – Tipo de esgotamento sanitário: comparação entre os anos de 2000 e 2010



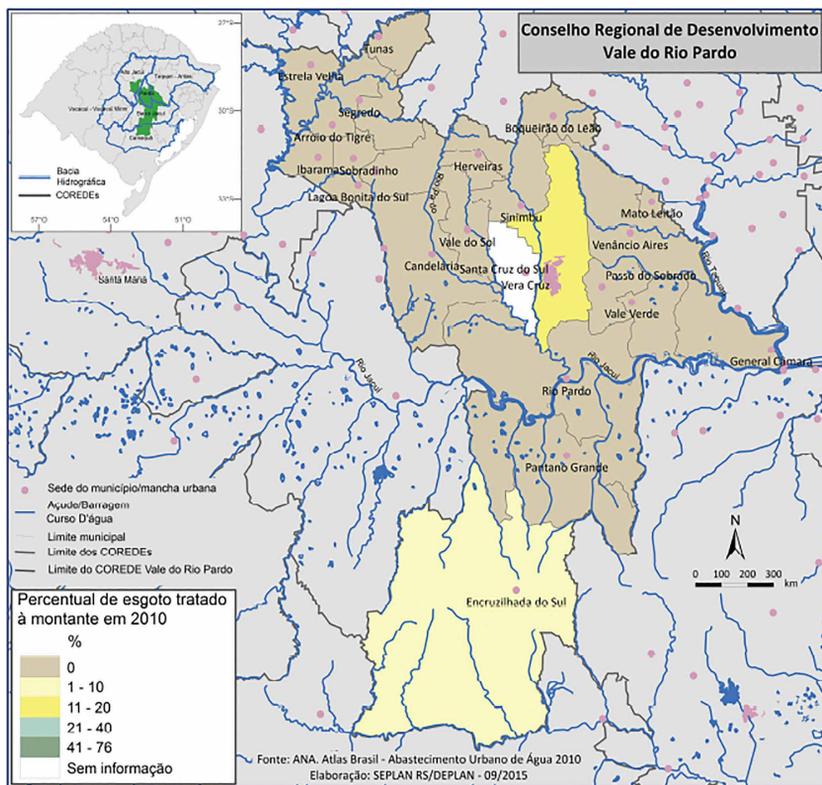
Fonte: Adaptado de IBGE, 2001 e 2011.

Já quanto ao tratamento, a situação é precária para a região do Vale do Rio Pardo, o que compromete diretamente a qualidade da água nos mananciais da região, como também do solo.

O Mapa 26 apresenta as faixas dos percentuais de tratamento por município, de acordo com os percentuais referentes ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme o Atlas Brasil de 2010.



Mapa 26 – Percentual de esgoto tratado na Região do Vale do Rio Pardo – 2010



Fonte: SEPLAN, 2015.

Para a região do VRP observa-se que nenhum município atinge a faixa de maior percentual, embora esse ainda esteja aquém do necessário para universalizar os serviços de saneamento, conforme o que se preconiza a Política Nacional de Saneamento Básico. A situação é alarmante, pois apenas o município de Santa Cruz do Sul encontra-se na faixa dos parques percentuais entre 10% e 20%, sabendo-se que está mais para 10 do que para 20%. Encruzilhada do Sul encontra-se na faixa entre 1% e 10%. Para Vera Cruz não apresenta informações, e para todos os demais 20 municípios não há tratamento algum para os esgotos sanitários.

3.7.10 Gestão de Resíduos Sólidos¹⁷

A gestão de resíduos sólidos urbanos consiste nas tomadas de decisão política e de suas estratégias, tanto em seus aspectos institucionais, operacionais, financeiros, como também em relação aos aspectos sociais e ambientais, a qual pode ser concretizada, participativamente, através de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS (BORZINO, 2005). A Lei federal n. 12305/2010 e regulamentada pelo Decreto n. 7404/2010 constitui a política nacional de resíduos sólidos, a principal política pública que busca ordenar o setor tão carente, até então, de atenção.

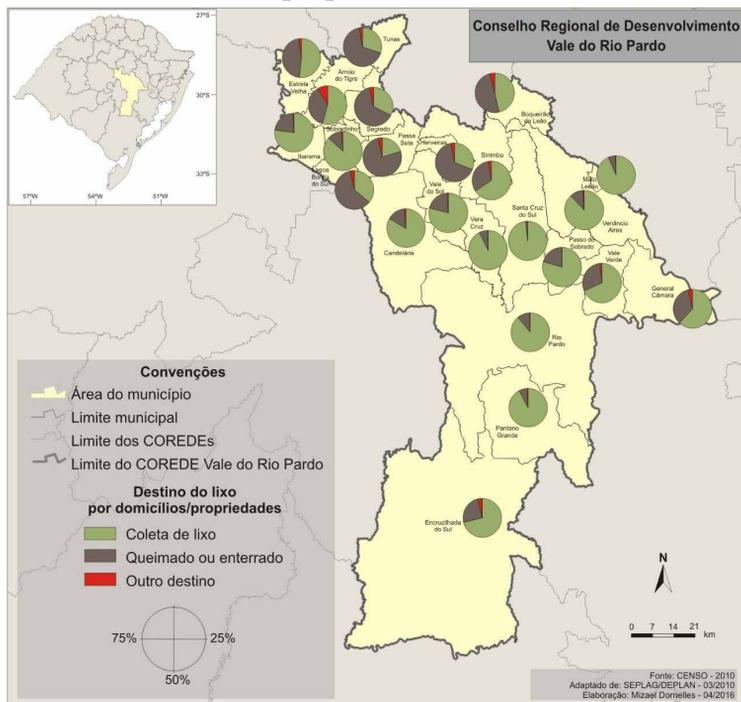
Para a gestão ser eficaz faz-se necessário o gerenciamento dos resíduos sólidos, o qual pode ser definido como a seleção e a aplicação de técnicas, tecnologias e programas de gestão sustentáveis para alcançar os objetivos e metas específicas da gestão de resíduos.

A cobertura dos serviços de coleta convencional de resíduos sólidos no Vale do Rio Pardo, identificada pela cor verde no Mapa 27, ocorre em todos os municípios, os quais têm como destino o Aterro Sanitário, localizado em Minas do Leão, muito embora, de acordo com SNIS (2014), os municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Herveiras, Passa Sete e Vale Verde não tenham repassado essa informação para o sistema. No entanto, essa coleta é precária, na qual se encontra alto percentual de resíduos “queimados ou enterrados”. Os municípios que se encontram com essa situação são Boqueirão do Leão, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo e Tunas. A categoria “outro destino” significa dizer lançamento de resíduos sólidos em rios, lagos, acostamentos, ribanceiras, terrenos baldios, etc. (Mapa 27). Ela está representada em vermelho na figura e se encontra em vários municípios, embora com percentual menor do que as demais categorias.



¹⁷ Na obtenção de dados para o item específico sobre resíduos sólidos contou-se com a participação do mestrando em Desenvolvimento Regional da UNISC Ismael Christmann.

Mapa 27 – Destino dos resíduos sólidos por domicílio ou propriedade, 2010



Fonte: Censo 2010, adaptado de SEPLAN/DEPLAN, 2010.

Quando se compara a situação dos resíduos sólidos no Vale do Rio Pardo com a do Estado do Rio Grande do Sul e com do Brasil, percebe-se o quanto ainda a gestão dos resíduos sólidos se encontra em situação precária: O VRP possui 83,43% de domicílios com cobertura de coleta, 15,13% de resíduos queimados ou enterrados e 1,37% de destinação de outra forma para os mesmos, e o estado possui 92,08%, 7,05% e 0,87%, respectivamente. Fato que remete a uma situação abaixo da média. Já em relação à situação dos resíduos sólidos no Brasil, um país de dimensões continentais e com uma diversidade e riqueza cultural sem proporções, os percentuais se aproximam de 87,41%, 10,14% e 2,45%, respectivamente.

Embora os dados constantes no Quadro 6 sejam levantados através do Censo 2010, eles abordam apenas a cobertura por coleta convencional e o destino inadequado dos resíduos sólidos. Eles não

contemplam a coleta seletiva, o tratamento, a logística reversa e a destinação final em aterros sanitários, componentes do sistema que merece especial apreço pela Política Nacional de Resíduos Sólidos promulgada no mesmo ano do censo demográfico, 2010.

Quadro 6 – Destino do lixo por domicílio/propriedade – 2010

DESTINO DO LIXO POR DOMICÍLIOS/PROPRIEDADES - CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2010							
MUNICÍPIO	TOTAL	COM COLETA DE LIXO		PROPRIEDADES QUE QUEIMAM OU ENTERRAM LIXO		OUTRO DESTINO	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Arroio do Tigre	3.944	2.141	54,28%	1.477	37,45%	326	8,27%
Boqueirão do Leão	2.467	1.145	46,41%	1.229	49,82%	93	3,77%
Candelária	10.426	8.700	83,45%	1.591	15,26%	135	1,29%
Encruzilhada do Sul	8.472	6.028	71,15%	2.130	25,14%	314	3,71%
Estrela Velha	1.136	588	51,76%	522	45,95%	26	2,29%
General Câmara	3.001	1.852	61,71%	1.041	34,69%	108	3,60%
Herveiras	916	285	31,11%	605	66,05%	26	2,84%
Ibarama	1.372	980	71,43%	285	20,77%	7	0,51%
Lagoa Bonita do Sul	854	305	35,71%	521	61,01%	28	3,28%
Mato Leitão	1.324	1.241	93,73%	76	5,74%	7	0,53%
Pantano Grande	3.377	3.112	92,15%	237	7,02%	28	0,83%
Passa Sete	1.616	329	20,36%	1.232	76,24%	55	3,40%
Passo do Sobrado	2.078	1.653	79,55%	417	20,07%	8	0,38%
Rio Pardo	12.745	11.330	88,90%	1.329	10,43%	86	0,67%
Santa Cruz do Sul	40.540	39.843	98,28%	596	1,47%	101	0,25%
Segredo	2.223	723	32,52%	1.423	64,01%	77	3,46%
Sinimbu	3.171	2.078	65,53%	1.016	32,04%	77	2,43%
Sobradinho	4.843	4.201	86,74%	584	12,06%	58	1,20%
Tunas	1.380	414	30,00%	930	67,39%	36	2,61%
Vale do Sol	3.533	2.789	78,94%	716	20,27%	28	0,79%
Vale Verde	1.164	796	68,38%	347	29,81%	21	1,80%
Venâncio Aires	23.011	20.192	87,75%	2.558	11,12%	261	1,13%
Vera Cruz	8.001	7.402	92,51%	566	7,07%	33	0,41%
TOTAL VRP	141.594	118.127	83,43%	21.428	15,13%	1.939	1,37%
TOTAL RS	3.599.604	3.314.425	92,08%	253.949	7,05%	31.230	0,87%
TOTAL SUL	8.891.279	8.146.175	91,62%	668.230	7,52%	76.874	0,86%
TOTAL BRASIL	57.324.167	50.106.088	87,41%	5.812.696	10,14%	1.405.383	2,45%

Fonte: IBGE, 2011.

3.7.11 Políticas públicas municipais para Resíduos Sólidos

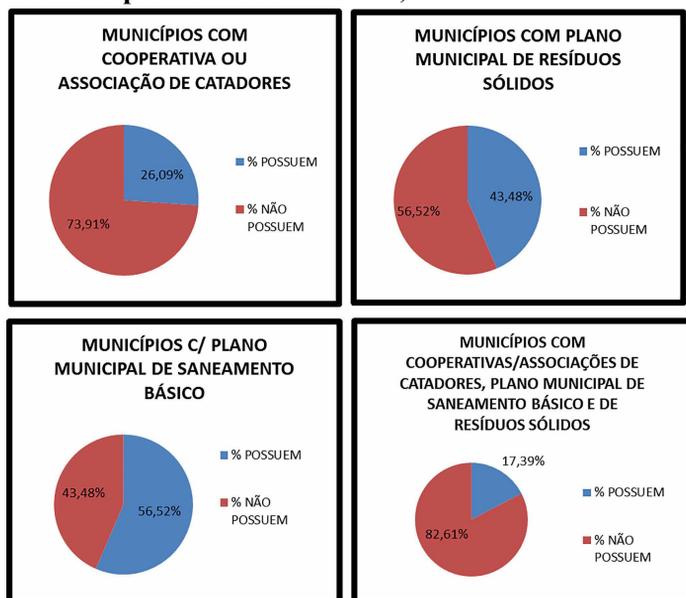
A Política Nacional de Resíduos Sólidos introduz a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos através do sistema de logística reversa como um de seus princípios (BRASIL, 2010). Foi uma inovação que requer uma mudança de comportamento de todos os cidadãos, poder público e iniciativa privada. Ela busca a



transformação de padrões de produção e de consumo insustentáveis para padrões sustentáveis (YOSHIDA, 2009). Além de priorizar ações de não geração de resíduos e na sequência pela redução, reutilização, reciclagem, tratamento e destino final. Um parceiro na ação compartilhada, e principalmente na logística reversa, são as cooperativas ou associações de catadores, os quais possuem direitos de prevalência na coleta seletiva, em face da gestão de resíduos também estar voltada para as questões sociais com a inclusão de catadores.

Na região do Vale do Rio Pardo, os municípios de Encruzilhada do Sul, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Vera Cruz possuem a presença de Cooperativas ou Associações de Catadores. Não se levantou aqui as condições de trabalho e da inclusão socioeconômica dos catadores através de serviços ambientais, o que requer uma pesquisa mais aprofundada. A Figura 32 apresenta a incidência de cooperativas nos municípios, bem como a existência de Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Plano de Saneamento Básico.

Figura 32 – Percentual de municípios do Vale do Rio Pardo com cooperativas de catadores, PNRS e PNSB – 2014



Fonte: PERS (2014) e SNIS (2014).



Dos 23 municípios apenas 26% possuem catadores cooperativados. Embora haja uma incidência razoável de planos de saneamento e de resíduos sólidos, na ordem de 56% e de 43% respectivamente, quando se agrega todas as três políticas conjuntamente no mesmo município esse percentual cai consideravelmente para 17,4% de municípios.

3.7.12 Instrumentos de planejamento municipais

O planejamento municipal deve ser realizado por meio da elaboração de diferentes planos com objetivo de nortear, de forma transparente e participativa, as ações da iniciativa pública e privada no ordenamento do território em suas diferentes escalas, e que representam componentes essenciais para o dimensionamento e a integração da infraestrutura às demandas da população e a organização de obras prioritárias nos municípios e para a região.

Com o objetivo de fornecer uma visão geral sobre o conjunto dos instrumentos de planejamento existentes no Vale do Rio Pardo, apresentam-se as informações referentes a sua existência (S), processo de elaboração ou revisão (E) ou ainda ausência do Plano Diretor e planos setoriais (N). Abriu-se ainda outra categoria denominada NR para as questões deixadas em aberto ou não respondidas pelos municípios. Inclui-se, ainda, as obrigatoriedades de elaboração do plano de contingência, conforme lei 12.608, de 11 de abril de 2012. Ressalta-se aqui a exposição quantitativa da existência dos instrumentos sem uma avaliação qualitativa relacionada a sua efetiva implantação e implementação.

Conforme a Tabela 23 abaixo, e em relação aos 23 municípios da região do Vale do Rio Pardo, doze apresentam Plano Diretor e onze não possuem o instrumento. Cabe ressaltar que, neste contexto, seis dos municípios possuem mais de 20.000 habitantes (Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz) e apresentam, portanto, obrigatoriedade legal na elaboração dos seus Planos Diretores.



Tabela 23 – Instrumentos de planejamento municipais da região do Vale do Rio Pardo RS

PLANOS	RESPOSTAS				%	
	S	E	N	NR	SE	C
Plano Diretor						
Municípios com mais de 20.000 habitantes	6	-	-	-	100	-
Municípios com menos de 20.000 habitantes	6	-	11	-	35,3	64,7
Total na região	12	-	11	-	52,2	47,8
Planos Setoriais						
Plano de Mobilidade	2	2	18	1	17,4	78,3
Plano Ambiental	12	3	7	1	65,3	30,4
Plano de Habitação	9	3	10	1	52,2	43,5
Plano de Saneamento	17	5	-	1	95,7	-
Plano de Resíduos	13	4	4	2	73,9	17,5
Plano de Contingência	5	5	12	1	43,5	52,2

Fonte: Dados fornecidos pelos municípios, elaborado por Luiz C. Schneider.

LEGENDAS: S – Possui o instrumento/E – Em elaboração ou processo de aprovação/N – Não possui

Em relação aos planos setoriais municipais separaram-se dois grupos, respectivamente: o conjunto das situações S e E (planos existentes ou em processo de elaboração/aprovação); a situação N, em que o município não possui o instrumento. Neste sentido, destaca-se a existência do Plano de Saneamento em todos municípios da região. Da mesma forma, em relação aos outros planos e em respectiva ordem decrescente da categoria SE na qual somam-se os totais das duas situações S (possui o instrumento) e E (em processo de elaboração ou revisão): plano de resíduos, 73,9%; plano ambiental, 65,2%; plano de habitação, 52,2%; plano de contingência, 43,5%; e plano de mobilidade, 17,4%.

A Tabela 24 apresenta de forma discriminada as situações dos municípios da região em relação a existência dos seus instrumentos de planejamento. Entre os seis municípios com Plano Diretor e com maior existência de planos setoriais destacam-se as situações dos municípios de Venâncio Aires (respostas afirmativas para todo tipo de planos) e Encruzilhada do Sul (um plano setorial marcado como E). Na sequência, aparecem ainda os municípios de Santa Cruz do Sul e Sobradinho (uma resposta negativa cada).



Tabela 24 – Instrumentos de planejamento e gestão municipal no Vale do Rio Pardo

Unidade Territorial	Plano Diretor	Plano de Mobilidade	Plano Ambiental	Plano de Habitação	Plano de Saneamento	Plano de Resíduos	Plano de Contingência
Arroio do Tigre	N	N	E	E	-	E	E
Boqueirão do Leão	N	N	S	N	E	S	N
Candelária	S	N	N	E	S	N	E
Encruzilhada do Sul	S	E	S	S	S	S	S
Estrela Velha	N	N	S	N	S	S	E
General Câmara	S	N	S	N	S	S	N
Herveiras	S*	N	N	N	E	N	N
Ibarama	N	N	S	S	S	S	S
Lagoa Bonita do Sul	N	N	E	N	E	E	N
Mato Leitão	S	N	S	S	S	S	N
Pantano Grande	N	N	N	S	S	N	N
Passa Sete	N	N	N	N	S	-	E
Passo do Sobrado	N	N	N	N	S	N	N
Rio Pardo	S	NR	NR	NR	S	NR	NR
Santa Cruz do Sul	S	E	S	N	S	S	S
Segredo	N	N	S	S	S	S	N
Sinimbu	N	N	S	N	S	S	E
Sobradinho	S	N	E	S	S	S	S
Tunas	N	N	N	E	E	E	N
Vale do Sol	S	N	S	N	E	E	N
Vale Verde	S	N	S	S	S	S	N
Venâncio Aires	S	S	S	S	S	S	S
Vera Cruz	S	S	N	S	S	S	N

Fonte: Dados fornecidos pelos municípios, elaborado por Luiz C. Schneider/abril de 2016.

LEGENDAS: (S) Sim, possui o instrumento; (E) Em processo de elaboração ou revisão; (N) Não possui; (NR) Não respondeu.

3.8 Dimensão Ambiental¹⁸

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul define que os municípios, a partir de seus planos diretores, devem contemplar os aspectos de interesse local respeitando a sua vocação ecológica, o meio ambiente e o patrimônio cultural, compatibilizados com as diretrizes do planejamento do desenvolvimento regional. Conforme está citado no Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 11.520/2000), o Poder Público compatibilizará as políticas de crescimento econômico e social às de proteção do meio ambiente, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável.

Assim, é a partir do ambiente local que se desenvolvem todas as

18 Foi responsável pela elaboração dessa dimensão a pesquisadora Valéria Borges Vaz.



atividades necessárias para a manutenção da vida de uma população e as atividades econômicas para suprir suas necessidades. Conhecer e reconhecer o patrimônio ambiental de uma região é o primeiro passo para manutenção dos recursos naturais, reconhecendo sua dimensão e finitude, para então planejar seu uso visando o desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

Quando refere-se a questão ambiental, a espacialização do território utiliza como referência a bacia hidrográfica, enquanto no planejamento regional a unidade de referência é a região político-administrativa. Um dos desafios da área ambiental é articular os aspectos que a estes se relacionam, dentro dos vários planos, programas e ações setoriais, organizados nas mais diversas formas de regionalização. Um caminho para o bem comum, independente da esfera de atuação, é a busca da atuação conjunta em temas convergentes, evitando sobreposições de decisões e otimizando esforços para a construção de benefícios coletivos.

Neste diagnóstico, os dados e informações sobre a dimensão ambiental da região do Vale do Rio Pardo, com vistas ao seu planejamento, são apresentados nos seguintes eixos temáticos: Recursos Hídricos, Biomas, Recursos Minerais, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Histórico e Desastres Naturais.

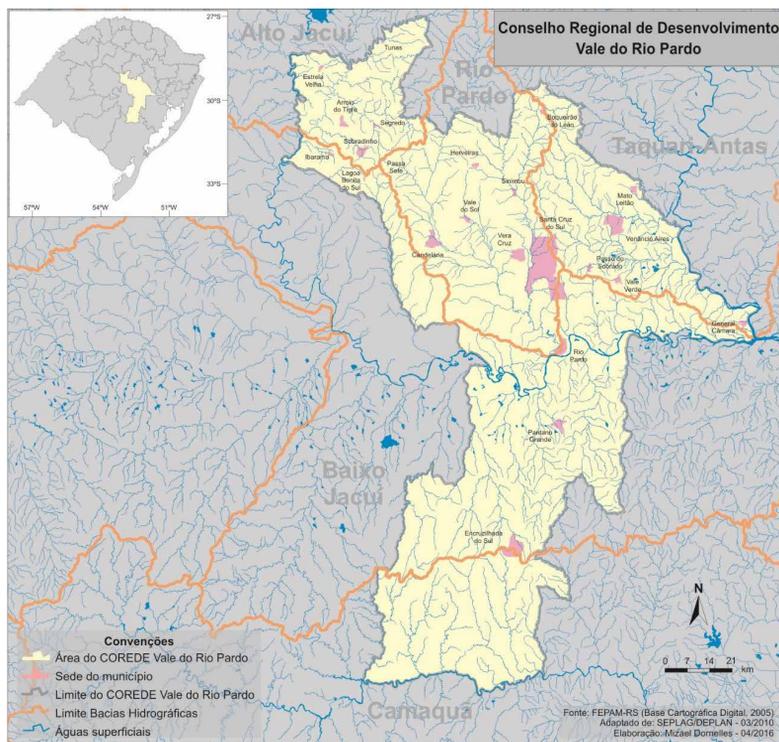
3.8.1 Recursos Hídricos

O COREDE Vale do Rio Pardo tem excelente disponibilidade de recursos hídricos, com uma malha hidrográfica superficial de rios e arroios oriundos de cinco bacias hidrográficas: Alto Jacuí, Baixo-Jacuí, Pardo e Taquari-Antas, integrantes da Região Hidrográfica do Guaíba, e a bacia do Camaquã, que integra a Região Hidrográfica do Litoral, conforme Mapa 28.

Na Bacia Hidrográfica do Baixo-Jacuí os rios principais são o Rio Botucaraí, Rio Jacuí e Rio Iruí; na Bacia Hidrográfica do Pardo são o Rio Pardo, Rio Pequeno e Rio Pardinho; na Bacia Hidrográfica Camaquã, o rio principal é o Rio Camaquã; na Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, os rios principais são Rio Taquari-Mirim e Rio Taquari; e na Bacia Hidrográfica do Alto-Jacuí, os rios principais são Rio Jacuizinho e Rio Jacuí. Todas as bacias hidrográficas possuem Comitês de Bacias Hidrográficas formados e com Planos de Bacias Hidrográficas.



Mapa 28 – Mapa das Bacias Hidrográficas e COREDE do Vale do Rio Pardo



De acordo com a Legislação Estadual de Recursos Hídricos, n. 10.350/1994, os Planos de Bacias compreendem três etapas: Etapa A – Diagnóstico, Etapa B – Enquadramento de Qualidade das Águas, e Etapa C – Plano de Ações. Das cinco bacias das quais fazem parte o Vale do Rio Pardo todas possuem Plano de Bacia, porém em estágios diferentes e elaborados em períodos distintos. A Bacia do Pardo possui Etapas A e B completas, e Etapa C somente para a Sub-bacia do Rio Pardinho, realizado entre 2004 e 2006. A Bacia do Baixo-Jacuí possui as três etapas completas finalizadas em 2015. A Bacia do Alto Jacuí possui as Etapas A e B, realizadas em 2010. O Taquari-Antas possui as Etapas A e B realizadas em 2012, já a Bacia do Camaquã concluiu as Etapas A e B até 2016, e a Etapa C está em elaboração. Segue na Tabela 25 a situação de planejamento das bacias hidrográficas que envolvem a região do Vale do Rio Pardo.

Tabela 25 – Situação de Planejamento na Bacias Hidrográficas da Região do Vale Rio Pardo

Bacia Hidrográfica	Etapa A – Diagnóstico	Etapa B – Enquadramento	Etapa C – Programa de Ações
Baixo-Jacuí	Elaborado em 2015	Elaborado em 2015	Elaborado em 2015
Pardo	Elaborado em 2005	Elaborado em 2006	Elaborado em 2006 (somente para sub-bacia Rio Pardinho). Aguardando licitação Rio Pardo
Camaquã	Elaborada em 2015	Em elaboração	Aguardando licitação
Taquari-Antas	Elaborada em 2010	Elaborada em 2012	Aguardando licitação
Alto-Jacuí	Elaborada em 2012	Elaborada em 2012	Aguardando licitação

Fonte: Comitês de Bacias (2016).

É de fundamental importância reconhecer, no âmbito do planejamento regional, a relação existente da área da região do Vale do Rio Pardo com a área das bacias hidrográficas, pois o uso e a ocupação do solo tem relação direta com a qualidade e a quantidade dos corpos hídricos.

A maior parte da Região do Vale do Rio Pardo está inserida na Bacia do Baixo-Jacuí, com 38,51% do território, e na Bacia do Pardo contando 22,21%, na Bacia do Alto Jacuí os totais das áreas dos municípios representam 9,7%, na Bacia do Taquari-Antas, 14,42%, e na Bacia do Camaquã, com a participação de Encruzilhada do Sul, representa 15,21%. Pode ser verificado no Quadro 7 a relação dos municípios do Vale do Rio Pardo, a área total e o percentual correspondente as bacias hidrográficas que cada município contribui com as bacias hidrográficas que fazem parte da região.



Quadro 7 – Relação dos municípios do Vale do Rio Pardo, área e percentuais que pertencem as bacias hidrográficas

Município	Baixo-Jacuí		Candelária		Pardo		Camaquã		Alto Jacuí		Total	
	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia	Área Município na Bacia (Km²)	% Bacia
Candelária	445,29	47,17	118,06	44,47	118,06	44,47	2001,61	59,78	148,36	55,9	316	100
Entronilhada do Sul	1.348,31	40,27	495,05	52,47	2.001,61	15,21	281,52	15,21	281,52	55,2	281,7	100
General Câmara	228,75	44,88	117,94	100					45,9	100	42,95	22,04
Itarama	154,9	80,19	234,04	76,79					167,28	63,1	2,05	1,89
Lagoa Bonita do Sul	107,51	99,07	474,34	23,13					343,96	46,9	44,07	14,45
Pantano Grande	840,92	100	336,15	45,76					156,28	47,4	245,31	99,6
Passa Sete	30,94	10,16	490,68	95,91					754,64	97,6	120,21	93,84
Passo do Sobrado	98,2	37,06	328,05	100								
Rio Pardo	1.571,16	76,64	18,17	2,35								
Santa Cruz do Sul	55,15	7,52	309,66	100								
Sobradinho	13,04	10										
Vale Verde	172,99	52,49										
	5.067,16	38,51	2.922,04	22,21					1.897,94	14,42	218,1	100
											1.270,39	9,7

Fonte: Comitês da Bacia Hidrográfica do Baixo-Jacuí, Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo, Comitê da Bacia Hidrográfica do Camaquã, Comitê da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (2016). Guia Socioeconômico da Região do Vale do Rio Pardo e Centro-Cerra (2015).



3.8.2 Situação das Águas Superficiais e Subterrâneas

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, conforme ECOPLAN (2014), realizou a análise íntegra e identificou a criticidade em relação a disponibilidade e uso das águas superficiais, qualidade das águas superficiais, disponibilidade e uso das águas subterrâneas e qualidade das águas subterrâneas, adotando-se a classificação de situação confortável, alerta, crítica, com restrição e sem restrição.

Para a disponibilidade de uso das águas superficiais foi considerado como parâmetro a relação entre o consumo e a disponibilidade hídrica em três níveis de balanço hídrico (média anual x consumo médio anual, mínima anual x consumo médio anual e média janeiro x consumo janeiro). Quanto à qualidade das águas superficiais, os parâmetros de classificação adotados foram DBO¹⁹ doméstica, DBO industrial, DBO relacionada com a suinocultura, considerando a DBO remanescente (tonelada/ano/km²).

Em relação à disponibilidade, ao uso e à qualidade das águas subterrâneas foram consideradas na análise o atendimento da demanda hídrica por poços tubulares e a potencialidade dos aquíferos. Em relação à qualidade, foram enquadradas em duas classes com restrição e sem restrição, considerando a qualidade natural dos sistemas aquíferos existentes na bacia com os indicadores de vulnerabilidade e a avaliação dos impactos antrópicos existentes e/ou potenciais às águas subterrâneas na bacia.

Podemos observar na Tabela 26 a classificação quanto a criticidade das águas superficiais e subterrâneas por bacia hidrográfica no que se refere à disponibilidade e uso e à qualidade das águas e, na sequência, uma descrição geral da situação em cada bacia hidrográfica e sua população correspondente, com destaque para os principais pontos que requerem atenção em relação aos recursos hídricos, baseadas nesta análise de criticidade.

19 DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio.



Tabela 26 – Criticidade das Águas Superficiais e Subterrâneas

Bacia Hidrográfica	Disponibilidade e Uso das Águas Superficiais	Qualidade das Águas Superficiais	Disponibilidade e Uso das Águas Subterrâneas	Qualidade das Águas Subterrâneas
Baixo-Jacuí	Confortável	Confortável	Confortável	Com restrição
Pardo	Confortável	Alerta	Alerta	Com restrição
Camaquã	Alerta	Confortável	Confortável	Sem restrição
Taquari-Antas	Confortável	Crítica	Alerta	Sem restrição
Alto-Jacuí	Confortável	Alerta	Confortável	Sem restrição

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (2012).

A Bacia do Baixo-Jacuí atende a uma população de 391.860 habitantes e encontra-se em uma situação confortável, apresentando raros problemas de quantidade de águas superficiais e subterrâneas. Com relação à qualidade, algumas limitações podem ser atribuídas às águas subterrâneas.

Na Bacia do Pardo, a população é de 215.918 habitantes e a sua situação é considerada de alerta. Apresenta problemas de quantidade e qualidade das águas superficiais. Com relação às águas subterrâneas, tanto a quantidade como a qualidade estão comprometidas, especialmente na região de Santa Cruz do Sul.

A Bacia do Camaquã tem uma população de 253.969 habitantes e a sua situação é considerada de alerta, pois apresenta sérios problemas relacionados com o uso das águas superficiais, em termos de quantidade e qualidade, mas não apresenta problemas vinculados com as águas subterrâneas.

Com a maior população entre as cinco bacias, a Bacia do Taquari-Antas atende a uma população de 1.250.036 habitantes e apresenta uma situação de alerta, mesmo não apresentando problemas tão graves relacionados com a quantidade de água superficial, mas a qualidade compromete determinados usos. Os problemas com as águas subterrâneas estão mais localizados no polo Lajeado-Estrela.

A Bacia do Alto-Jacuí, com uma população de 375.766 habitantes, apresenta uma situação confortável, com moderados problemas de quantidade de água superficial, poucos problemas relacionados à qualidade tanto nas águas superficiais como nas subterrâneas. A atenção especial, no entanto, deve ser dada aos núcleos urbanos, nos quais os problemas de contaminação pontuais por esgoto doméstico podem comprometer a qualidade das águas.



Destaca-se a importância de observar os dados contidos em cada um dos planos das cinco bacias hidrográficas, onde estes estão disponíveis de forma mais detalhada, podendo ser utilizado como referência para fins de planejamento regional. Quanto à qualidade das águas, indica-se a observação do enquadramento dos corpos hídricos, que, propostos pelos Comitês de Bacias, contém as indicações de classes de uso e conservação para cada trecho do rio que devem ser alcançados e/ou mantidos ao longo do tempo.

3.8.2.1 Demanda, Consumo e Usos Futuros dos Recursos Hídricos

No que se refere a demandas, consumos e usos futuros dos recursos hídricos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, conforme ECOPLAN (2014), apresenta um diagnóstico da demanda e consumo por bacia hidrográfica e um prognóstico para o ano de 2026, apontando as estimativas da demanda²⁰ e consumo²¹ e quais os setores serão responsáveis pelo maior volume de recursos hídricos, com ênfase para os usos consuntivos²².

Na Tabela 27 segue a relação dos principais usos e as respectivas demandas e consumos, em metros cúbicos por segundo, para cada uma das bacias hidrográficas que fazem parte da região do Vale do Rio Pardo.

20 Demanda: é a quantidade de água necessária ou retirada do manancial para a execução de uma determinada atividade (ECOPLAN, 2014).

21 Consumo: é a parcela da demanda que é efetivamente utilizada no desenvolvimento de determinada atividade, seja por sua inclusão como matéria-prima no processo, seja por perdas como a evaporação e infiltração profunda, ou mesmo por degradação de tal forma que impeça a sua posterior utilização. A diferença quantitativa entre a demanda e o consumo é denominada de retorno (ECOPLAN, 2014).

22 Usos consuntivos: usos que importam na retirada (derivação) de água do manancial, causando, por consequência, diminuição da disponibilidade hídrica a jusante. E usos não consuntivos: compreendem as atividades que fazem uso dos mananciais sem, no entanto, alterar significativamente a sua disponibilidade hídrica no tempo e no espaço. No Rio Grande do Sul, as categorias mais importantes são: Geração de Energia, Transporte Hidroviário Interior, Mineração, Turismo, Lazer, Pesca e Preservação Ambiental (ECOPLAN, 2014).



Tabela 27 – Demandas e consumos dos principais usos em cada bacia hidrográfica

Bacia	Humano		Irrigação		Animal		Industrial		Total	
	Dem. (m³/s)	Cons. (m³/s)								
Baixo-Jacuí	0,76	0,15	38,95	24,35	0,65	0,45	2,15	0,64	42,51	25,60
Pardo	0,48	0,10	3,66	2,29	0,17	0,12	0,08	0,02	4,38	2,53
Camaquã	0,45	0,09	33,99	21,24	0,84	0,59	0,04	0,01	35,31	21,93
Taquari-Antas	2,60	0,52	3,31	2,12	2,19	1,53	2,11	0,63	10,21	4,80
Alto-Jacuí	0,79	0,16	1,27	1,27	0,47	0,33	0,14	0,04	2,67	1,80

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos ECOPLAN (2014).

Em todas as bacias hidrográficas listadas, a irrigação corresponde ao uso que registra maior demanda por recursos hídricos. Algumas especificidades podem ser observadas, como, por exemplo, na Bacia do Taquari-Antas onde a concorrência da demanda da irrigação é mais acirrada com os usos humano, animal e industrial, apresentando volumes mais próximos, mas quanto ao consumo estes volumes se estabilizam dentro da capacidade de atendimento da bacia.

Para projeção das tendências de demandas futuras por recursos hídricos foram consideradas, para cada setor usuário, as seguintes informações: abastecimento humano (urbano e rural); evolução da população total estadual, entre 1980 – 2010 e evolução da população nos municípios com mais de 100 mil habitantes, entre 2000 – 2006; uso industrial, evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor industrial, entre 1994 – 2004; arroz irrigado: evolução da área cultivada da safra 1997/1998 a 2005/2006; irrigação para outras culturas (terras altas): evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor agropecuário, entre 1994 – 2004; e criação animal: evolução dos principais rebanhos no Estado, entre 1996 – 2006.

No Quadro 8 estão apresentadas as demandas futuras por recursos hídricos, a sua relação com o cenário atual e os setores que serão responsáveis pela maior demanda nas bacias hidrográficas, considerando como cenário futuro o ano de 2026.



Quadro 8 – Demandas futuras por bacia hidrográfica (2026)

Bacia Hidrográfica	Demanda Futura Total (m³/s)	Demandas Aumento em Relação ao Cenário Atual (%)	Setor (es) Responsável (eis) por mais de 80% da Demanda - Cenário Atual	Setor (es) Responsável (eis) por mais de 80% da Demanda Cenário Futuro
Baixo-Jacuí	49,28	15,90%	Irrigação (arroz)	Irrigação (arroz)
Pardo	4,92	12,40%	Irrigação (arroz)	Irrigação (arroz)
Camaquã	38,8	9,90%	Irrigação (arroz)	Irrigação (arroz)
Taquari-Antas	13,83	35,50%	Irrigação (arroz), Animal, Indústria e Abastecimento Humano	Indústria, Irrigação (arroz) e Abastecimento Humano
Alto-Jacuí	4,73	77,00%	Irrigação (terras altas), Abastecimento Humano e Animal	Irrigação (terras altas) e Abastecimento Humano

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos. ECOPLAN (2014).

Dentre as expectativas das demandas futuras, considerando o ano de 2026, os principais setores que tendem a ter mais de 80% da demanda por recursos hídricos por bacia hidrográfica são: Irrigação para as Bacias do Baixo-Jacuí, Pardo e Camaquã, para a Bacia do Taquari-Antas as maiores demandas serão para os setores da indústria, Irrigação e Abastecimento Humano, e para a Bacia do Alto-Jacuí as maiores demandas serão para Irrigação (terras altas) e Abastecimento Humano.



3.8.2.2 Principais conflitos pelo uso da água e problemas ambientais

Um dos pontos de partida para o planejamento de melhorias quanto aos recursos hídricos é conhecer os principais problemas a estes relacionados. No Plano Estadual de Recursos Hídricos, conforme ECOPLAN (2014), estão apontados, por bacia hidrográfica, as situações atuais de conflitos pelo uso da água e os problemas ambientais encontrados, que serão abaixo descritos.

Na Bacia do Baixo-Jacuí podem ser elencados os seguintes conflitos pelo uso da água e problemas ambientais:

- Mineração de carvão, na Sub-bacia do Arroio do Conde, gerando contaminação com metais pesados.
- Mineração de calcário, caulim e argila, gerando assoreamento dos rios.

- Mineração de areia no leito do Rio Jacuí, provocando assoreamento nos corpos d'água, comprometimento das condições de vida dos peixes com importância comercial, e riscos à infraestrutura da hidrovía.

- Orizicultura nas várzeas do Jacuí e afluentes, provocando: drenagem de banhados, redução da mata ciliar, perda da diversidade biológica e riscos de contaminação por agroquímicos.

- Uso de água subterrânea fora dos limites de potabilidade (excesso de flúor).

Na Bacia do Pardo os conflitos pelo uso da água e problemas ambientais são os seguintes:

- Insuficiência hídrica em períodos de baixa vazão, principalmente nos meses de verão.

- Qualidade das águas superficiais comprometidas na porção média-baixa da Bacia, principalmente após Santa Cruz do Sul, em decorrência de lançamentos de esgotos domésticos com baixo índice de tratamento.

- Conflito de quantidade entre abastecimento humano e irrigação.

- Forte desmatamento da vegetação ciliar.

- Manejo inadequado do solo em áreas declivosas.

- Ocorrência elevada de cheias no Rio Pardinho, junto à Santa Cruz do Sul.

- Expressiva quantidade de poços tubulares e extração de água subterrânea nos limites das principais cidades gerando rebaixamentos consideráveis de níveis freáticos e potenciométricos.

- Uso de água subterrânea fora dos limites de potabilidade (excesso de flúor).

Na Bacia do Camaquã os conflitos pelo uso da água e problemas ambientais apontados são os seguintes:

- Problemas de assoreamento, desmatamento e contaminação das águas por atividades minerárias inadequadamente desenvolvidas.

- Elevadas demandas de água no verão para irrigação das lavouras de arroz na porção baixa da bacia.

Os conflitos pelo uso da água e problemas ambientais na Bacia do Taquari-Antas são os seguintes:



- Conflito de qualidade entre os lançamentos de efluentes urbanos e os usos para abastecimento humano, turismo e lazer e preservação ambiental.
- Conflito de quantidade localizado (no tempo e no espaço) entre a geração de energia e a preservação ambiental.
- Exploração agrícola intensa e desflorestamento de encostas declivosas, o que gera modificações no balanço hídrico.
- Mineração desordenada, agravando o assoreamento dos recursos hídricos.
- Poluição hídrica, representada por teores de fosfato correspondente à Classe 4 do CONAMA.
- Expressiva quantidade de poços tubulares e extração de água subterrânea nos limites das principais cidades gerando rebaixamentos consideráveis de níveis freáticos e potenciométricos.
- Uso de água subterrânea fora dos limites de potabilidade (excesso de flúor).

Na Bacia do Alto-Jacuí os conflitos pelo uso da água e problemas ambientais são os seguintes:

- Presença do uso para geração de energia em grandes barragens e o consequente alagamento de terras.
- Atual expansão da irrigação utilizando pivôs centrais.

3.8.3 Biomas

A região do Vale do Rio Pardo é composta de dois biomas²³ distintos, a Mata Atlântica, que ocupa as encostas leste e os vales do Planalto Sul-Brasileiro, do nordeste brasileiro até Rio Grande do Sul, onde conta com 7,9% de cobertura florestal (S.O.S. Mata Atlântica e INPE, 2015), e o Pampa, que no Brasil está presente somente no Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 63% da Metade Sul, se estendendo pelo Uruguai e a Argentina (PILLAR et al., 2009).

O bioma da Mata Atlântica conta com pesquisas, estudos,

23 Bioma é um conjunto de tipos de vegetação que abrange grandes áreas contínuas, em escala regional, com flora e fauna similares, definida pelas condições físicas predominantes nas regiões. Esses aspectos climáticos, geográficos e litológicos (das rochas), por exemplo, fazem com que um bioma seja dotado de uma diversidade biológica singular, própria (Portal Brasil, 2016).



monitoramento e regulamentações legais, enquanto que para o Bioma Pampa há necessidade de maior detalhamento sobre as suas características, manejo e preservação. De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, em suas metas para 2020, prevê a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma (MMA, 2016).

3.8.3.1 Bioma Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados

A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados. Hoje, os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

No Rio Grande do Sul, a partir da Portaria 03/93, de 28/01/1993, houve o tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados. A área tombada abrange uma superfície de 29.319 km², totalizando 10% do território gaúcho, correspondendo à Floresta Atlântica e seus Ecossistemas Associados (IPHAE, 2016).

Confira na Tabela 28 os municípios da região do Vale do Rio Pardo que foram beneficiados com o tombamento e as respectivas áreas de remanescentes de Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados, excluindo-se as áreas urbanas.



Tabela 28 – Municípios e áreas (ha) com áreas de Mata Atlântica tombadas

Município	Área Mata Atlântica tombadas (ha)
Arroio do Tigre	2.926
Boqueirão do Leão	3.723
Candelária	13.371
Ibarama	3.517
Santa Cruz do Sul	7.708
Sinimbu	16.080
Sobradinho	1.000
Vale do Sol	5.814
Venâncio Aires	5.529
Vera Cruz	3.595

Fonte: IPHAE, 2016.

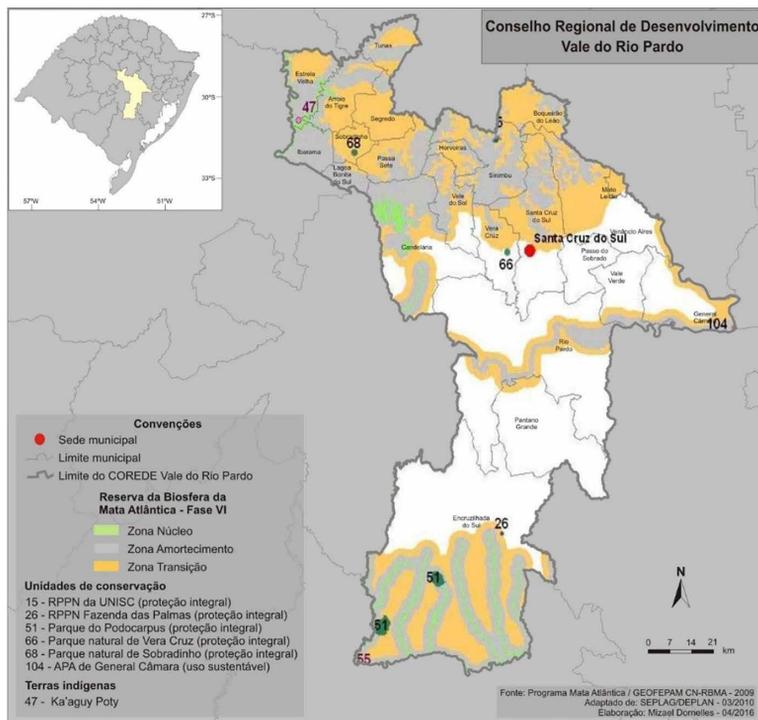
O tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados é um instrumento que visa preservar e proteger as matas nativas ainda existentes no RS, garantindo a sobrevivência de espécies representativas da fauna e flora hoje ameaçadas de extinção. O conjunto tombado se reveste de excepcional valor geológico, geomorfológico, hidrológico, arqueológico e paisagístico e sua preservação é essencial para a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

O Mapa 29 representa a região do Vale do Rio Pardo com as áreas de remanescentes da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados.

De acordo com o zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica tem-se as Zonas Núcleos, que contêm os remanescentes da Mata Atlântica e é considerada uma zona com máxima restrição, sendo proibido o corte e exploração da vegetação. Nesta unidade é permitido ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica. Nas Zonas de Amortecimento, que envolvem as Zonas Núcleo, é permitida a exploração das florestas nativas por meio de um sistema de manejo em regime sustentável. As Zonas de Transição são áreas externas da Reserva, privilegia-se o uso sustentado da terra e a recuperação das áreas degradadas.



Mapa 29 – Mata Atlântica e seus Ecosistemas Associados na Região do Vale do Rio Pardo



Destaca-se que na região do Vale do Rio Pardo existem três Unidades de Conservação cadastradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – que são: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda das Palmas, localizada em Encruzilhada do Sul, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Ronco do Bugio, situada em Venâncio Aires, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural da UNISC, localizada no município de Sinimbu (SNUC, 2016).

De acordo com o MMA (2007), é consenso, em termos mundiais que as Unidades de Conservação representam a forma mais efetiva de conservar a biodiversidade a longo prazo.

3.8.3.2 Bioma Pampa

O Pampa está restrito ao Estado do Rio Grande do Sul, com paisagens naturais que variam de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. As paisagens naturais do Pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há, também, a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. Por ser um conjunto de ecossistemas muito antigos, o Pampa apresenta flora e fauna próprias e grande biodiversidade, ainda não completamente descrita pela ciência. Estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas, com mais de 450 espécies (MMA, 2016).

A fauna é expressiva, com quase 500 espécies de aves, mais de 100 espécies de mamíferos terrestres. O Pampa abriga um ecossistema muito rico, com muitas espécies endêmicas e algumas ameaçadas de extinção. Trata-se de um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global. Também é no Pampa que fica a maior parte do aquífero Guarani (MMA, 2016).

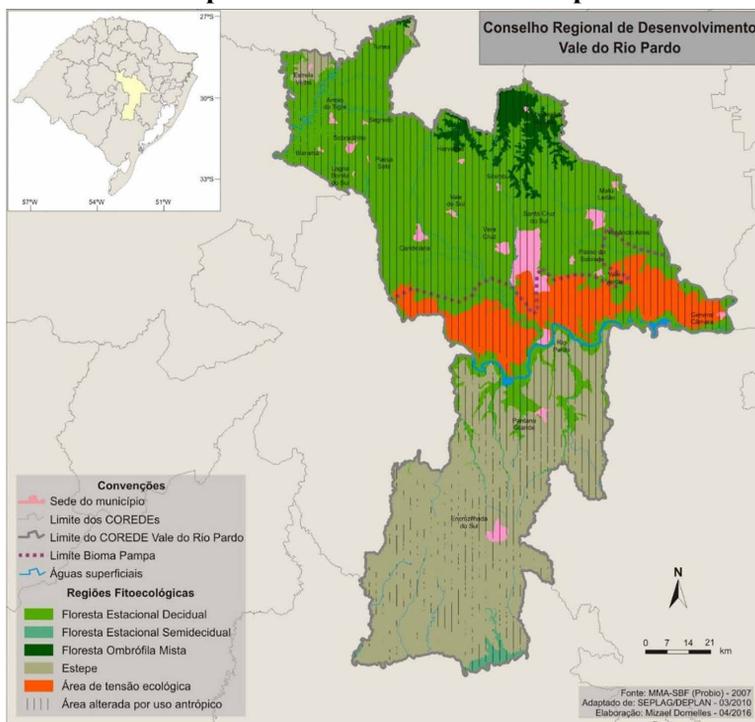
A progressiva introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas têm levado a uma rápida degradação e descaracterização das paisagens naturais do Pampa. A perda de biodiversidade compromete o potencial de desenvolvimento sustentável da região, seja perda de espécies de valor forrageiro, alimentar, ornamental e medicinal, seja pelo comprometimento dos serviços ambientais proporcionados pela vegetação campestre, como o controle da erosão do solo e o sequestro de carbono que atenua as mudanças climáticas, por exemplo (MMA, 2016).

No Mapa 30 podemos observar as regiões fitoecológicas²⁴ da região do Vale do Rio Pardo contendo a demarcação do limite do Bioma Pampa.

24 Região Fitoecológica compreende um espaço definido por uma florística de gêneros típicos e de formas biológicas características que se repetem dentro de um mesmo clima, podendo ocorrer em terrenos de litologia variada, mas com relevo bem marcado (RS Biodiversidade, 2016).



Mapa 30 – Limite do Bioma Pampa



Neste mapa também podemos observar a localização da Floresta Estacional Decidual²⁵, a Floresta Estacional Semidecidual²⁶, Floresta Ombrófila Mista²⁷ e Estepe²⁸ que ocorrem na região do Vale do Rio

- 25 Floresta Estacional Decidual – este tipo de vegetação é caracterizada por duas estações climáticas bem demarcadas. No RS, embora o clima seja ombrófilo, possui uma curta época muito fria e que ocasiona, provavelmente, a estacionalidade fisiológica da floresta. Esta formação ocorre na forma de disjunções florestais apresentando o estrato dominante predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhas no período frio (RS Biodiversidade, 2016).
- 26 Floresta Estacional Semidecidual – principal característica ecológica deste tipo de vegetação é representada pela dupla estacionalidade climática, representada no Estado, pela chamada seca fisiológica provocada pelo frio intenso do inverno, com temperaturas médias inferiores a 15°C. A percentagem das árvores que perdem as folhas no conjunto florestal situa-se entre 20 e 50% (RS Biodiversidade, 2016).
- 27 Floresta Ombrófila Mista – caracterizada por apresentar o estrato superior dominado pela *Araucária angustifolia*, que dá à paisagem uma fisionomia própria. O estrato inferior é constituído por árvores mais baixas ou arbustos arborescentes, pertencente em grande parte às *Mirtáceas* (RS Biodiversidade, 2016).
- 28 Estepe – A fisionomia dos campos do RS é bastante variável, apresentando uma grande



Pardo. Destaca-se na área central do mapa a área de tensão ecológica, que, segundo PROBIO (2007), é um tipo de remanescente denominado transição. São áreas com presença de formação herbáceo-arbustiva nativa com uso pecuário e floresta nativa. Paisagem típica da região do Escudo Sul-riograndense, ocorrendo sobre solos rasos com afloramentos rochosos. Além do uso pecuário há cultivos de fumo e de subsistência numa matriz fundiária de pequenas e médias propriedades.

3.8.4 Recursos Minerais

Conforme registro no Anuário Mineral Brasileiro (2010), as principais reservas minerais da região do Vale do Rio Pardo podem ser encontradas nos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Pantano Grande e General Câmara. Os principais recursos minerais citados neste anuário são argilas comuns, argilas plásticas, argilas refratárias, calcário (rochas), carvão mineral, caulim, rochas ornamentais (granitos e afins), turfa e xisto e outras rochas betuminosas.

No Quadro 9 podemos verificar a distribuição destas reservas por município e as respectivas toneladas medida²⁹, indicada³⁰, inferida³¹ e lavrável³², classificadas conforme estabelecido no Código de Mineração.

diversidade de formações locais, em face, principalmente, das várias diferenciações de solo. Os chamados Campos da Campanha, localizados em altitudes de até 300m, apresentam uma grande variabilidade de formações vegetais, constituídas pelas famílias das gramíneas, compostas e leguminosas (RS Biodiversidade, 2016).

- 29 Reserva Medida – Volume ou tonelagem de minério computado pelas dimensões reveladas em afloramentos, trincheiras, galerias, trabalhos subterrâneos e sondagens, sendo o teor determinado pelos resultados de amostragem pormenorizada devendo os pontos de inspeção, amostragem e medida estarem tão proximamente espaçados e o caráter geológico tão bem definido que as dimensões, a forma e o teor da substância mineral possam ser perfeitamente estabelecidos. A reserva computada deve ser rigorosamente determinada nos limites estabelecidos, os quais não devem apresentar variação superior a 20% da quantidade verdadeira (Anuário Brasileiro Mineral, 2010).
- 30 Reserva Indicada – Volume ou tonelagem de minério computado a partir de medidas e amostras específicas, ou de dados da produção, e parcialmente por extrapolação até distância razoável, com base em evidências geológicas (Anuário Brasileiro Mineral, 2010).
- 31 Reserva Inferida – Estimativa do volume ou tonelagem de minério calculada com base no conhecimento da geologia do depósito mineral, havendo poucos trabalhos de pesquisa para sua quantificação (Anuário Brasileiro Mineral, 2010).
- 32 Reserva Lavrável – É a reserva *in situ* estabelecida no perímetro da unidade mineira determinado pelos limites da abertura de exaustão (cava ou flanco para céu aberto e realces ou câmaras para subsolo), excluindo os pilares de segurança e as zonas de distúrbios geomecânicos. Corresponde à reserva técnica e economicamente aproveitável levando-se em



Quadro 9 – Reservas de Recursos Minerais na Região do Vale do Rio Pardo

Recursos Minerais/ Município	Reservas			
	Medida (t)	Indicada (t)	Inferida (t)	Lavrável (t)
<i>Argilas comuns</i>				
Rio Pardo	2.855.106	999.686	199.680	-
<i>Argilas plásticas</i>				
Encruzilhada do Sul	325.377	443.253	-	-
Pantano Grande	1.942.910	2.964.000	-	3.585.254
<i>Argilas refratárias</i>				
Pantano Grande	1.902.293	1.497.454	-	-
<i>Calcário (rochas)</i>				
Pantano Grande	8.123.593	4.629.986	1.437.351	4.660.709
<i>Carvão Mineral</i>				
Encruzilhada do Sul	2.758.000	10.409.000	3.301.000	-
General Câmara	87.158.000	200.304.000	1.610.000	-
Rio Pardo	311.073.950	439.058.480	221.517.550	-
<i>Caulim</i>				
Encruzilhada do Sul	173.376	-	-	-
Pantano Grande	4.804.328	1.318.344	8.402.642	3.619.402
Rio Pardo	3.186.263	3.670.875	-	1.259.347
<i>Rochas Ornamentais (granitos e afins)</i>				
Encruzilhada do Sul	85.991	5.385	47.007	7.646
<i>Turfa</i>				
Rio Pardo	13.047.000	24.100.000	-	-
<i>Xisto e Outras Rochas Betuminosas</i>				
Encruzilhada do Sul	25.935.000	21.667.000	4.370.000	-
Rio Pardo	29.431.000	36.907.000	1.327.000	-

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (2010).

De acordo com a CPRM/SGB (2005), a região do Vale do Rio Pardo registra como as principais substâncias de interesse mineral: ágata, areia, arenito, calcário, carvão mineral, cobre, dolomito, estanho, feldspato, ferro, granito, pirlita tungstênio. O referido estudo da CPRM/SGB (2005), também, aponta para cada uma das substâncias minerais com ocorrência na região do Vale do Rio Pardo a classe mineral, os principais usos e/ou aplicação e o impacto ambiental gerado. Os dados podem ser verificados na Tabela 29, abaixo.

consideração a recuperação da lavra, a relação estéril/minério e a diluição (contaminação do minério pelo estéril), decorrentes do método de lavra (Anuário Brasileiro Mineral, 2010).

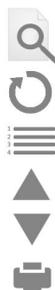


Tabela 29 – Minerais, usos/aplicação e impacto ambiental
(continua)

Substância	Classe mineral	Uso/aplicação	Impacto ambiental
Ágata	Gemas e pedras preciosas	Artesanato, Ornamentação, Adorno, Coleção de Minerais, Bijouteria	Impactos restritos às cavas com contaminação das águas superficiais, solo, paisagem.
Areia	Materiais para uso na construção civil	Construção Civil, Artefatos de Cimento, Aterro, Argamassa para Construção, Pavimentação, Artefatos de Concreto, Cerâmica, Metalurgia dos Não Ferrosos, Fundição, Siderurgia, Ferro-ligas, Jateamento	Assoreamento, impactos sobre vegetação, solo e paisagem.
Arenito	Materiais para uso na construção civil	Piso e Revestimento, Construção Civil	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos sobre a vegetação, solo, paisagem, emissão de particulados, poluição sonora.
Calcário	Materiais para uso na construção civil	Cimento, Construção Civil, Extração e Beneficiamento de Minerais, Cal, Outros Produtos Químicos, Siderurgia, Construção/ Manutenção de Estradas	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos sobre a vegetação, solo, paisagem, emissão de particulados, poluição sonora.
Carvão Mineral	Minerais energéticos	Energético, Extração e Beneficiamento de Minerais, Corretivo de Solos, Pisos e Revestimentos, Fundição	Impacto sobre a vegetação, fauna aquática, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.



Tabela 29 – Minerais, usos/aplicação e impacto ambiental

(continuação)

Substância	Classe mineral	Uso/aplicação	Impacto ambiental
Cobre	Minerais energéticos	Construção, eletrônica, energia, comunicação	Impacto sobre a vegetação, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.
Dolomito	Materiais para uso na construção civil	Siderurgia, Construção Civil, Cal, Pavimentação Asfáltica, Vidros, Refratários, Abrasivos, Outros Produtos Químicos, Cimento, Fundição, Pisos e Revestimentos	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos sobre a vegetação, solo, paisagem, emissão de particulados, poluição sonora.
Estanho	Minerais metálicos	Metalurgia dos Não Ferrosos, Fundição	Impacto sobre a vegetação, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.
Feldspato	Minerais não-metálicos	Construção Civil, Pisos e Revestimentos, Cerâmica, Vidros, Siderurgia, Defensivos Agrícolas (inseticidas, fungicidas e herbicidas).	Impacto restrito ao entorno do afloramento sobre a vegetação, solo, degradação da paisagem, emissão de particulados.
Ferro	Minerais metálicos	Siderurgia, Pelotização, Extração e Beneficiamento de Minerais, Fundição, Cimento, Ferroligas.	Impacto sobre a vegetação, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.
Granito	Rochas ornamentais	Construção Civil, Aparelhamento de Placas e Pedras - Ornamentação	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos sobre a vegetação, solo, paisagem, emissão de particulados, poluição sonora.



Tabela 29 – Minerais, usos/aplicação e impacto ambiental

(conclusão)

Substância	Classe mineral	Uso/aplicação	Impacto ambiental
Pirita	Materiais para uso na construção civil	Ornamentação, Adorno, Coleção de Minerais, Bijouteria, Indústria de Papel (produção de dióxido de enxofre e na manufatura de ácido sulfúrico).	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos sobre a vegetação, solo, paisagem, emissão de particulados, poluição sonora.
Tungstênio	Minerais metálicos	Fabricação de ferramentas de corte e como abrasivo, produção de certos tipos de aço, indústria aeroespacial.	Impacto sobre a vegetação, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.

Fonte: CPRM/SGB, 2005

3.8.5 Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Histórico

A região do Vale do Rio Pardo apresenta muitas riquezas no que se refere ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio histórico. De acordo com os dados do IPHAN (2016), tem-se 177 registros de sítios arqueológicos e, segundo dados do IPHAE (2016) e a Casa da Cultura de Sobradinho (2016), a região conta com 17 bens tombados.

No Quadro 10 está a relação do patrimônio histórico da região do Vale do Rio Pardo que conta com tombamento dos bens e em quais municípios se encontram.

Quadro 10 – Patrimônio Histórico do Vale do Rio Pardo com tombamento

(continua)

Município	Bens Tombados
Rio Pardo	Casa Regional de Cultura (Antiga Escola Militar)
	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário
	Ponte do Couto
Candelária	Ponte do Império



Quadro 10 – Patrimônio Histórico do Vale do Rio Pardo com tombamento

(conclusão)

Município	Bens Tombados
Santa Cruz do Sul	Prédio Secretaria Planejamento (Antigo Fórum)
	Casa das Artes Regina Simonis (Antigo Banrisul)
	Prefeitura Municipal
	Antiga Estação Férrea
Sobradinho	Casa da Cultura Amário João Lazzari
	Carta Testamento (monumento)
	Ponte do Barracão
	Obelisco (monumento)
	Casarão Cella
	Casarão Raminelli
	Casarão Puntel
	Monumento do Leão Alado
Venâncio Aires	Casa de Cultura de Venâncio Aires

Fonte: IPHAE (2016) e Casa da Cultura Sobradinho (2016).

Os bens patrimoniais representam um potencial de desenvolvimento para o turismo regional, e a sua preservação depende do envolvimento da comunidade. Esta pode ser beneficiada a partir da geração de empregos em atividades ligadas ao turismo e à gestão do patrimônio.

3.8.6 Desastres Naturais

Os registros de desastres naturais da região do Vale do Rio Pardo, informados pelos municípios, ao S2ID – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil (2016), de 1972 a 2014 –, revelam um número total de 439 eventos, como alagamento, enxurradas, erosão de margem fluvial, estiagem, inundação, seca, tempestade local de chuva intensa, granizo e vendaval que atingiram a região.

Na Tabela 30 pode-se verificar os principais eventos de desastres naturais na região do Vale do Rio Pardo e o número total de eventos nos anos em que foram registrados.



Tabela 30 – Principais desastres naturais, número e ano de ocorrência dos eventos na Região do Vale do Rio Pardo

Anos de Ocorrência	Número Ocorrências	Eventos
2013	1	Alagamento
1983, 1984, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 2001, 2002, 2003, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014	96	Enxurrada
2002	1	Erosão de margem fluvial
1983, 1986, 1989, 1990, 1991, 1995, 1996, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012	169	Estiagem
1972, 1990, 1993, 2000, 2002, 2003, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014	50	Inundações
1991, 2005	6	Seca
2013, 2014	5	Tempestade Local/ Convectiva-Chuva Intensa
1992, 1993, 1994, 1997, 2001, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014	51	Tempestade Local/ Convectiva-Granizo
1992, 1993, 1994, 1997, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014	60	Tempestade Local/ Convectiva-Vendaval
	439	Total Eventos

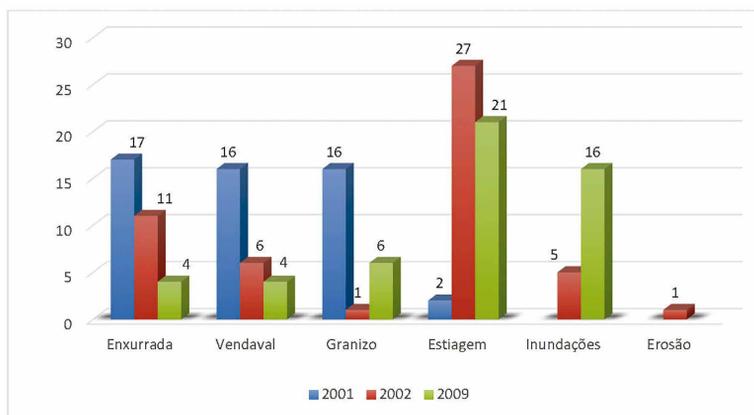
Fonte: S2ID, 2016.

Do total de 439 eventos, 169 são de estiagens que atingiram todos os municípios do Vale do Rio Pardo, entre os anos de 1983 a 2012. O segundo maior registro é o de enxurradas, com 96 eventos, que também atingiram todos os municípios do Vale do Rio Pardo no período de 1983 a 2014. Outro evento associado às enxurradas estão as inundações, que atingiram 16 municípios do Vale do Rio Pardo, entre os anos de 1972 a 2014, com o registro de 50 eventos.



Na Figura 33 pode-se observar quais foram os principais desastres naturais com maior recorrência, nos anos de 2001, 2002 e 2009, na região do Vale do Rio Pardo.

Figura 33 – Principais desastres naturais com maior recorrência nos anos de 2001, 2002 e 2009 na Região do Vale do Rio Pardo



Fonte: S2ID (2016).

A partir da distribuição de eventos no tempo, os anos 2001, 2002 e 2009 foram fortemente castigados com enxurradas, vendavais, granizo, estiagem e inundações, com registros de 51 eventos para cada ano, oscilando no mesmo ano, com extremos ocasionados ora por excesso de chuva, ora por escassez de chuvas. Para um comparativo da região do Vale do Rio Pardo com os registros de desastres naturais no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2001 foram de 278 eventos, em 2002 foram 540 eventos e em 2009 atingiram o recorde de 717 eventos.

Não é possível apresentar o grau de intensidade, o volume de danos e prejuízos por evento, devido a limitações quanto às informações enviadas, como variações e inconsistência de dados, mas são muito importantes para possibilitar uma análise mais qualificada do ponto de vista da quantificação dos desastres, no sentido de auxiliar a criação de políticas públicas que possam reduzir o número de pessoas atingidas por eventos e reduzir os custos no pós-desastre tanto para os atingidos como para o poder público.



4 A ELABORAÇÃO DA MATRIZ FOFA E AS DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo de elaboração da Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) regional envolveu, inicialmente, a partir do encontro e do debate com os participantes dos seminários, a elaboração de duas FOFAs referentes a leituras microrregionais (Sobradinho, na Microrregião Norte, e Santa Cruz do Sul, na Microrregião Centro-Sul). Posteriormente, os trabalhos de sistematização, cotejamento e síntese dessas duas FOFAs foram realizados pela equipe técnica em conjunto com a diretoria executiva do COREDE/VRP, configurando assim a FOFA regional.

A equipe técnica optou por não diferenciar, na elaboração da Matriz FOFA, as seis dimensões de análise apresentadas no diagnóstico (histórica, institucional, sociocultural, econômica, infraestrutura e ambiental), considerando que há fortes interações e entrecruzamentos entre esses conteúdos, sobretudo quando se busca apontar para problemas e potencialidades regionais. Além disso, a construção de FOFAs setoriais ou temáticas poderia promover a fragmentação e mesmo eventuais repetições no processo de análise e de planejamento regional.

A seguir, tem-se um maior detalhamento do processo de construção da Matriz FOFA em cada um dos seminários microrregionais.

4.1 A elaboração da Matriz FOFA da Microrregião Norte

Os fatores listados abaixo em cada um dos campos que constituem a Matriz FOFA foram registrados exatamente como propostos pelos participantes do Seminário Microrregional de Sobradinho. Esse procedimento foi o mesmo em relação ao Seminário de Santa Cruz do Sul. Assim, buscou-se respeitar o resultado do trabalho participativo realizado pelos grupos e garantir a fidedignidade das contribuições dos participantes.

O produto final referente à Matriz FOFA dessa microrregião segue nos quadros 11 (Fatores de Origem Externa) e 12 (Fatores de Origem Interna), abaixo.



Quadro 11 – Matriz FOFA da Microrregião Norte – (2016)

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Turismo (buscar mais investimentos); - Mercado consumidor de alimentos; - Oferta de Cursos Técnicos Profissionais focados nas vantagens da economia local; - Ecoturismo; - Atrair investimento externo e agregação de valor (agroindústrias); - Expansão da oferta de ensino superior; - Novos mercados para a agricultura familiar (políticas Federais para valorizar a Agricultura Familiar). 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política; - Caminhões de empresas que vêm de fora (CEASA e Paraná) vender e não pagam impostos; - Insuficiência no abastecimento de energia elétrica; - Falta de investimentos na qualidade e na infraestrutura da rede elétrica; - Aumento da demanda por segurança pública sem recursos para ampliar o efetivo; - Baixa qualidade no acesso à telefonia e à internet; - Ensino Médio não prepara para ingresso no mercado (falta de cursos técnicos); - Desaparelhamento e falha de manutenção dos equipamentos dos bombeiros; - Ausência ou repasse do setor público para manter os hospitais da região; - Legislação (ambiental, sanitária e tributária); - Falta de repasse de recurso para a manutenção dos hospitais da região.

Fonte: Seminário Microrregional Norte, Sobradinho, 31/05/2016.

Quadro 12 – Matriz FOFA da Microrregião Norte – (2016)

FATORES DE ORIGEM INTERNA	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Organização e características da agricultura familiar; - Disponibilidade de mão de obra; - Empresas prestadoras de serviços especializados (contabilidade e advocacia); - Festas, feiras, eventos municipais; - Diversidade étnica e gastronômica; - Trabalho dos bombeiros voluntários; - Características Fundiárias; - Atrativos naturais; - Diversidade de produtos; - Organização Social; - Instituições de Ensino; - Consórcio Intermunicipal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade na união da produção agrícola da região para obter escala; - Qualificação da mão de obra insuficiente por ausência de ensino profissional; - Precariedade dos acessos aos municípios sem pavimentação ou em condições precárias (rodovias); - Número limitado de leitos hospitalares e poucos especialistas (estrutura de Saúde); - Baixa confiabilidade dos exames clínicos para diagnósticos; - Deficiência no abastecimento de água e de reservas hídricas; - Energia elétrica; - Comunicação (internet/telefone); - Assistência técnica por produtor rural; - Qualificação e gestão da propriedade; - Inspeção sanitária.

Fonte: Seminário Microrregional Norte, Sobradinho, 31/05/2016.



4.2 A elaboração da Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul

Os quadros 13 (Fatores de Origem Externa) e 14 (Fatores de Origem Interna), a seguir, apresenta a Matriz FOFA dessa microrregião.

Quadro 13 – Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul – 2016

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de agroindústrias, produção de alimentos, cooperativas, associações; - Turismo em todos os segmentos; - Observa DR (fortalecimento de banco de dados); - Fortalecimento do APL de Alimentos e Agricultura Familiar; - Plataforma logística; - Energias alternativas; - Desenvolvimento de projetos de proteção ambiental (planejamento para serviços ambientais); - Fortalecimento e resgate da língua alemã; - Diversificação da cadeia produtiva; - Mercado de alimentos da região metropolitana; - Melhor divisão dos recursos (25% municípios, 25% Estado, 50% União); - Fomentar a atividade turística; - Investimento em tecnologia de segurança (vídeo monitoramento, GPS, sistema de banco de dados); - Políticas de Fomento (Hortifruiti, PAA, PNAE); - Modais Alternativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização Federal – Estadual; - Falta ou dificuldade organizacional das estruturas administrativas do estado; - Legislação (tributária, sanitária, ambiental e previdenciária); - Falta de conservação da malha viária (BRs, RSs e estradas); - Falta de investimentos nas principais rodovias da região; - Envelhecimento da população rural; - Êxodo rural; - Falta de segurança (urbana e rural); - Falta de “força” /sinal (energia elétrica, sinal de telefone e internet); - Desatualização e falta de repasse para investimento e custeio na área da saúde; - Potencial da língua alemã (invisibilidade); - Riscos a cadeia produtiva do tabaco (monocultura); - Impostos (Pacto Federativo); - Invisibilidade política (falta de continuidade de políticas públicas pra a agricultura familiar); - Infraestrutura das escolas (campo e cidade); - Favelização do interior (ocupação do espaço).

Fonte: Seminário Microrregional Centro-Sul, Santa Cruz do Sul, 14/06/2016.



Quadro 14 – Matriz FOFA da Microrregião Centro-Sul – 2016

FATORES DE ORIGEM INTERNA	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de ensino (escolas, faculdades, universidades, escolas técnicas profissionalizantes); - Variedade de etnia; - Setor primário/ agricultura familiar; - Produção de alimentos (diversificação); - Recursos naturais (água, solo, relevo, belezas naturais); - Patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, gastronômico e artístico; - Localização geográfica no RS; - Existência de entidades voltadas ao apoio da agricultura familiar (EMATER, STR, AFUBRA, cooperativas, Sec. da Agricultura...); - Disponibilidade de atendimento em grande parte da saúde; - Reforçar instâncias regionais (visão regional); - Logística; - APLs; - Unisc - Parque Tecnológico; - Mercado de alimentos local; - Capacidade produtiva; - Material Humano; - Recursos da Consulta Popular no segmento segurança e saúde; - Capacidade de mobilização e organização das entidades no território; - Feiras e eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de analfabetismo elevado; - Distorção idade-série (ano); - Dados estatísticos não atualizados; - Dependência do Tabaco; - Falta de internet; - Falta de telefonia e energia; - Falta de ferramenta de planejamento e gestão interligados; - Fiscalização; - Fragilidade de políticas públicas de prevenção (saúde); - Individualismo (opção: cooperativismo); - Falta de sinalização viária e turística; - Falta de organização dos agricultores; - Baixa participação das lideranças políticas nos debates regionais; - Esvaziamento do campo (baixa renda); - Fechamento de escolas no campo; - Falta de oportunidades no campo; - Pouca participação das mulheres nos espaços institucionais; - Falta de desenvolvimento econômico e produtivo; - Espírito empreendedor adormecido; - Falta de políticas públicas que estimulem o empreendedorismo.

Fonte: Seminário Microrregional Centro-Sul, Santa Cruz do Sul, 14/06/2016.

Há alguns aspectos que merecem ser destacados acerca dos tipos de participação no processo de elaboração das FOFAs microrregionais. Ressalta-se a participação mais vinculada a técnicos e políticos pela parte da manhã e com maior concentração de técnicos à tarde em ambos os seminários. Em Sobradinho houve maior participação de atores vinculados ao desenvolvimento rural e agricultura familiar, segurança pública e educação de ensino fundamental e infantil; já em Santa Cruz do Sul foram mais significativas as presenças de representantes das



instituições de ensino superior, do desenvolvimento rural, segurança pública e instituições de pesquisa sobre desenvolvimento. Essa diferenciação se revelou nas discussões realizadas junto aos grupos na elaboração da Matriz FOFA, refletindo também na valorização de temáticas específicas para cada microrregião.

Outro aspecto importante diz respeito ainda às diferenças de percepções sobre as dinâmicas econômicas microrregionais. Em Sobradinho, alguns dos participantes manifestaram o entendimento de que a Microrregião Norte tem tido participação marginal nos benefícios advindos do processo de desenvolvimento promovido pela produção do tabaco, cuja concentração estaria fortemente vinculada à microrregião central (Santa Cruz do Sul).

Houve ainda uma forte percepção por parte de alguns atores em Santa Cruz do Sul da importância da permanência da produção do tabaco, contrastando com outros atores, que apontavam para importância de se buscar alternativas à produção de fumo. Essa presença de aparente resistência à mudança na matriz produtiva, a despeito do reconhecimento da existência da Convenção Quadro e da política nacional de combate ao fumo, não foi identificada na etapa equivalente, nem na definição dos projetos, durante a elaboração do plano estratégico anterior.

Em ambos os Seminários, houve diferentes interpretações pelos participantes sobre qual o campo da FOFA se encaixaria melhor sua proposta, se um problema de “falta de força trifásica”, por exemplo, seria mais adequado no debate sobre Fragilidades ou Ameaças. Tendo em vista a limitada disponibilidade de tempo e buscando privilegiar o fluxo de ideias, a facilitação do processo não deu grande importância à precisão na atribuição das frases aos campos da Matriz FOFA. Assim, uma leitura mais distanciada do resultado dos grupos é capaz de identificar incongruências internas nos campos das diversas matrizes. Porém, o entendimento da equipe é de que a documentação da visualização móvel constitui uma síntese e registro dos debates do dia, e não necessariamente uma ferramenta metodológica exata.

A matriz produzida na oficina de Sobradinho difere em boa medida da matriz produzida na oficina de Santa Cruz do Sul. Cerca de 40% das frases registradas nos campos das Matrizes FOFA são similares e podem ser integradas em uma formulação única, mas grande parte das propostas e problemas assinalados tem caráter único, gerando uma matriz geral bastante ampla e diversificada para a região.



Como não se buscou a perfeição metodológica na formulação das frases, valorizando-se o registro das ideias como estas foram verbalizadas pelos participantes, aumentando desta forma a identificação dos participantes para com o painel, coube à equipe técnica PPGDR/UNISC um trabalho de formulação tecnicamente mais refinado para elaboração desse relatório final.

4.3 A Matriz FOFA Regional

Com base nas Matrizes FOFAs elaboradas nos dois seminários, a diretoria executiva do COREDE – VRP juntamente com equipe técnica do PPGDR-UNISC realizou a compatibilização de conteúdos, resultando na Matriz FOFA Regional, conforme apresentado nos quadros 15 (Fatores de Origem Externa) e 16 (Fatores de Origem Interna) , a seguir.

Quadro 15 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo – 2016

(continua)

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Turismo em todos os segmentos; - Mercado consumidor de alimentos; - Oferta de Cursos Técnicos Profissionais focados nas vantagens da economia local; - Atrair investimento externo e agregação de valor (agroindústrias); - Diversificação da cadeia produtiva; - Criação de agroindústrias; produção de alimentos, cooperativas e associações; - Expansão da oferta de ensino superior; - Novos mercados para a agricultura familiar (políticas federais para valorizar a Agricultura Familiar); - Fortalecimento e resgate da língua alemã; - Melhor divisão dos recursos (25% municípios, 25% estado, 50% União); - Fomentar a atividade turística; - Investimento em tecnologias de segurança (vídeo monitoramento, GPS, sistema de banco de dados); - Modais alternativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política; - Caminhões de empresas que vêm de fora (CEASA e Paraná) vender e não pagam impostos; - Insuficiência no abastecimento de energia elétrica; - Falta de investimentos na qualidade e na infraestrutura da rede elétrica; - Baixa qualidade no acesso à telefonia e à internet; - Aumento da demanda por segurança pública sem recursos para ampliar o efetivo; - Ensino Médio não prepara para ingresso no mercado (falta de cursos técnicos); - Desaparelhamento e falha de manutenção dos equipamentos dos bombeiros; - Atrasos ou ausência dos repasses do setor público para manter os hospitais da região; - Legislação (tributária, sanitária, ambiental, previdenciária);



Quadro 15 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo – 2016

(conclusão)

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização Federal-Estadual (ausência); - Falta ou dificuldade organizacional das estruturas administrativas do estado; - Falta de Conservação da Malha Viária (BRs, RSs e estradas); - Falta de investimento nas principais rodovias da região; - Envelhecimento da população rural; - Êxodo Rural; - Potencial da língua alemã (invisibilidade); - Risco à cadeia produtiva do Tabaco (monocultura); - Impostos (Pacto Federativo); - Invisibilidade política (falta de continuidade de políticas públicas para a agricultura familiar); - Infraestrutura das escolas (campo e cidade); - Favelização do interior (ocupação do espaço).

Fonte: Elaborado pela equipe técnica e Diretoria COREDE a partir das FOFA's Microrregionais.

Quadro 16 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo (2016)

(continua)

FATORES DE ORIGEM INTERNA	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Organização e características da agricultura familiar; - Disponibilidade de mão de obra; - Empresas prestadoras de serviços especializados (contabilidade, advocacia); - Festas, feiras e eventos municipais; - Variedade de etnias; - Patrimônio cultural, histórico, gastronômico, arquitetônico e artístico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade na união da produção agrícola da região para obter escala; - Individualismo (opção: cooperativismo); - Falta de organização dos agricultores; - Qualificação da mão de obra insuficiente por ausência de ensino profissional; - Número limitado de leitos hospitalares e poucos especialistas (estrutura de Saúde);



Quadro 16 – Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo (2016)

(conclusão)

FATORES DE ORIGEM INTERNA	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Empresas prestadoras de serviços especializados (contabilidade, advocacia); - Festas, feiras e eventos municipais; - Variedade de etnias; - Patrimônio cultural, histórico, gastronômico, arquitetônico e artístico; - Trabalho dos bombeiros voluntários; - Características fundiárias; - Recursos naturais; - Produção de alimentos (diversificação); - Organização Social; - Capacidade de mobilização e articulação das entidades no território; - Instituição de Ensino (escolas, faculdades e universidades, escolas técnicas e profissionalizantes); - Consórcio Intermunicipal; - Logística; - APLs; - Unisc-Parque Tecnológico; - Material Humano; - Disponibilidade de atendimento em grande parte da saúde; - Capacidade produtiva; - Disponibilidade de atendimento em grande parte da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa confiabilidade dos exames clínicos para diagnósticos; - Deficiência no abastecimento de água e de reservas hídricas; - Energia elétrica; - Comunicação (internet/telefone); - Assistência técnica por produtor rural; - Qualificação e gestão da propriedade; - Inspeção sanitária; - Índice de analfabetismo elevado; - Distorção idade-série (ano); - Dados estatísticos não atualizados; - Dependência do Tabaco; - Falta de sinalização viária e turística; - Falta de organização dos agricultores; - Baixa participação das lideranças políticas nos debates regionais; - Esvaziamento do campo (baixa renda); - Fechamento de escolas no campo; - Falta de oportunidades no campo; - Pouca participação das mulheres nos espaços institucionais; - Falta de desenvolvimento tecnológico e produtivo; - Espírito empreendedor adormecido; - Falta de políticas públicas que estimulem o empreendedorismo.

Fonte: Elaborado pela equipe técnica e Diretoria COREDE a partir das FOFA's Microrregionais.

Nos quadros a seguir aponta-se para algumas aproximações de fatores temáticos quando observados os dois processos de elaboração das FOFA's em 2010 e 2016 (Quadro 17), bem como novos fatores emergentes que foram elencados pelos participantes no momento atual (Quadro 18).



Quadro 17 – Fatores comuns indicados nas FOFAs nos dois processos de planejamento (2010/2016)

Fortalezas	Fraquezas
Consórcios	Falta de organização/cooperativismo
Agricultura Familiar	Qualificação de mão de obra insuficiente
Turismo e patrimônio histórico e cultural	Saneamento Básico insuficiente
Localização geográfica/recursos naturais	Falta de organização de grupos/agricultores
UNISC/instituições de ensino	Individualismo político e econômico municipal
Diversidade de etnias	Saúde: baixa quantidade de infraestrutura, leitos e especialistas
Parque Tecnológico da UNISC	Monocultura (dependência do tabaco)
Oportunidades	Ameaças
Programas e políticas de incentivo ao desenvolvimento (turismo, bioenergia, agroindústria, entre outros)	Acesso à telefonia, à internet, à conexão banda larga
Diversificação à cadeia produtiva do tabaco	Insuficiência da rede de energia elétrica
Logística	Falta de conservação da malha viária
Turismo (investimentos)	Ensino não prepara para ingresso no mercado de trabalho
Cursos e escolas técnicas profissionalizantes	Segurança pública
	Êxodo rural



Quadro 18 – Fatores novos/emergentes na FOFA Regional em 2016

(continua)

Fortalezas	Fraquezas
Empresas prestadoras de serviços especializados (contabilidade, advocacia)	Fragilidade na união da produção agrícola da região para obter escala
Trabalho dos bombeiros voluntários	Saúde: baixa confiabilidade dos exames clínicos para diagnósticos
Características fundiárias	Inspeção sanitária
APLs	Distorção idade-série
	Dados estatísticos não atualizados
	Pouca participação das mulheres nos espaços institucionais
	Falta de desenvolvimento tecnológico e produtivo
	Espírito empreendedor adormecido

Quadro 18 – Fatores novos/emergentes na FOFA Regional em 2016

(conclusão)

Oportunidades	Ameaças
Observatório do Desenvolvimento Regional	Instabilidade política
Modais de transportes alternativos	Falta ou dificuldade organizacional das estruturas administrativas do Estado
Investimento em tecnologia de segurança	Impostos (pacto federativo)
Energias alternativas	Envelhecimento da população rural
Agricultura familiar: novos mercados e fortalecimento do APL Alimentos	Favelização do interior

Buscando aprofundar a análise relacional dos conjuntos de fatores internos e externos sintetizados na Matriz FOFA Regional, realizou-se a identificação das principais potencialidades a serem aproveitadas, através do cruzamento das fortalezas e oportunidades; dos desafios a serem superados, através do cruzamento das fraquezas e ameaças; dos riscos a serem superados, através do cruzamento das oportunidades e fraquezas; e das limitações a serem neutralizadas, através do cruzamento das forças e ameaças, de modo a melhor implementar o plano de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo.

O Quadro 19 adiante busca sintetizar essa análise e pretende servir de orientação para a elaboração da carteira de projetos prioritários a ser elaborada de modo participativo pelos atores regionais na próxima etapa de elaboração do plano estratégico de desenvolvimento regional.

Quadro 19 – Matriz Regional de Potencialidades e Desafios, Riscos e Limitações – 2016

(continua)

Potencialidades (a aproveitar)	Desafios (a superar)
<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o desenvolvimento das várias modalidades de turismo valorizando a localização geográfica, os recursos naturais, a diversidade étnica e cultural regional; - Intensificar as ações de cooperação intermunicipal através dos consórcios públicos e privados setoriais; - Valorizar, fortalecer e qualificar o desenvolvimento da agricultura familiar na região; 	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar ampliação e implementação das redes de telefonia, internet e banda larga, bem como de energia elétrica nas áreas deficitárias desses serviços à região; - Promover a adequada pavimentação e ampliação da malha viária regional; - Promover a melhoria e eficácia do sistema de saneamento básico da região; - Ampliar e melhor distribuir e qualificar o efetivo de segurança pública na região;



Quadro 19 – Matriz Regional de Potencialidades e Desafios, Riscos e Limitações – 2016

(continuação)

Potencialidades (a aproveitar)	Desafios (a superar)
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e ampliar as ações de formação e qualificação técnica e profissional de recursos humanos para as atividades econômicas, administrativas e culturais a partir das instituições existentes na região; - Ampliar as atividades do parque tecnológico através de ações de cooperação e parceria entre a universidade, prefeituras municipais e setor empresarial na região; - Desenvolver projetos de estímulo e suporte à agricultura familiar, visando a diversificação produtiva regional, através do acesso às políticas e programas de desenvolvimento regional e de qualificação de mão de obra; - Valorizar a localização geográfica regional e desenvolver projetos de infraestrutura viária, contemplando diferentes modais de transporte, visando o desenvolvimento da plataforma logística regional; - Valorizar as características fundiárias regionais e a agricultura familiar para o desenvolvimento do APL Alimentos e Agricultura Familiar; - Estimular o investimento e a aplicação do uso de fontes de energias alternativas no meio rural e urbano, visando a sustentabilidade regional; - Ampliar os investimentos em tecnologias de segurança na região; - Aperfeiçoar e ampliar o sistema de coleta, sistematização e análise de dados regionais desenvolvido pelo Observatório do Desenvolvimento Regional visando a qualificação do planejamento na região; - Valorizar a estrutura de empresas prestadoras de serviços especializados existentes na região como suporte ao desenvolvimento das atividades econômicas nas áreas rural e urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar e ampliar a infraestrutura hospitalar, os serviços de atendimento e exames clínicos e a oferta de especialistas na área da saúde; - Promover o desenvolvimento de atividades econômicas que assegurem renda, novas oportunidades no meio rural buscando superar a monocultura do tabaco e o êxodo rural; - Ampliar e qualificar as ações de ensino técnico e profissional visando a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho regional; - Desenvolver ações e projetos sociais que estimulem e capacitem os atores sociais da região a se organizarem visando a criação de redes de cooperação e parceria, notadamente no âmbito da produção agrícola; - Estimular a integração de atividades e projetos conjuntos entre os municípios da região, e entre eles e as demais instituições regionais; - Promover o desenvolvimento de projetos que estimulem a cultura do empreendedorismo e a inovação tecnológica para o setor produtivo, notadamente para as micro e pequenas empresas; - Qualificar e ampliar as ações de inspeção sanitária visando melhorar o controle da produção de alimentos na região; - Qualificar a infraestrutura às condições de trabalho dos professores e os serviços de apoio aos alunos nas escolas da rede pública municipal e estadual; - Promover a atualização dos dados estatísticos setoriais das instituições públicas municipais e estaduais que atuam na região, através da capacitação de técnicos administrativos; - Estimular e assegurar a participação das mulheres nos espaços institucionais consultivos e deliberativos da região.



Quadro 19 – Matriz Regional de Potencialidades e Desafios, Riscos e Limitações – 2016 (continuação)

Riscos (a superar)	Limitações (a neutralizar)
<ul style="list-style-type: none"> - Superar a dependência econômica da região em relação à monocultura do tabaco e do mercado externo; - Possível perda de oportunidade em acessar recursos públicos federais pela incapacidade de elaborar projetos; - Fragmentação social e econômica decorrente do individualismo, falta de cooperação gerando dificuldades para a produção agrícola em escala; - Impossibilidade de ampliação da produção devido a precariedade, ou ausência de infraestrutura básica: energia, comunicação, transporte; - Ameaça aos níveis de qualidade de saúde da população em razão das limitações, precariedades e/ou falta de investimento em infraestrutura de saneamento básico, ampliando o déficit de infraestrutura de saúde; - Fragmentação das políticas e ações de planejamento territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> - A instabilidade política, associada às dificuldades organizacionais das estruturas administrativas do Estado, restringem ações continuadas voltadas ao desenvolvimento da região, bem como ao acesso a recursos, sobretudo no que tange ao ensino técnico para qualificação de mão de obra, saneamento básico e investimentos em serviços como saúde pública; - O pacto federativo, que estabelece prioritariamente a distribuição entre os entes da Federação dos tributos arrecadados para estados e municípios com maiores indicadores de pobreza, desconsidera as desigualdades existentes nas regiões consideradas emergentes e bem sucedidas, como é o caso do Vale do Rio do Pardo, que apresenta situação de êxodo rural, envelhecimento da população rural e déficit habitacional urbano relevante; - A monocultura do tabaco dificulta a estruturação dos agricultores da região em sistemas organizativos como cooperativas, a experiência de empreendedorismo no âmbito da agricultura familiar e a consequente produção em escala; - A ausência ou baixa qualidade da infraestrutura básica (energia elétrica, telefonia, internet e banda larga) e viária compromete a qualidade das atividades econômicas predominantes da região, como a agroindústria de alimentos e serviços em geral; - As dificuldades na organização e funcionamento das estruturas administrativas do Estado, bem como quaisquer comprometimentos ao acesso a recursos públicos federais ou estaduais repercutem nos baixos investimentos em infraestrutura de saúde pública, principalmente na disponibilização de leitos e serviços de especialistas médicos; - A baixa qualidade da formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, sobretudo nos níveis técnicos profissionalizantes, tem repercussões graves nos processos de desenvolvimento tecnológico produtivo da região;



**Quadro 19 – Matriz Regional de Potencialidades e Desafios,
Riscos e Limitações – 2016** (conclusão)

Riscos (a superar)	Limitações (a neutralizar)
	<p>- As limitações nos investimentos de recursos públicos na infraestrutura das escolas, na melhor remuneração salarial e qualificação dos professores, bem como os níveis consideráveis na distorção idade-série na rede de educação pública estadual representam limitações significativas ao processo de escolarização e de formação das crianças e jovens;</p> <p>- A baixa participação das mulheres nos processos de decisão, de representação política e de gestão administrativa representa limitações importantes a um processo mais equitativo e democrático quanto a estrutura de gênero da população regional.</p>



5 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO

Com base nas discussões realizadas nos seminários microrregionais e no processo de construção da Matriz FOFA Regional, a seguir apresentam-se as diretrizes regionais que devem servir de referência para os projetos prioritários, a serem definidos na etapa do Relatório de Propostas para o desenvolvimento regional.

Almejando uma melhor sistematização das diretrizes regionais e buscando oferecer uma melhor orientação ao debate sobre a carteira de projetos regionais, optou-se por apresentar as diretrizes agrupando-as por relação mais direta com as dimensões temáticas do diagnóstico regional.

Dimensão Institucional

- Buscar a articulação das políticas e ações de planejamento desenvolvidas pelos diferentes órgãos públicos que atuam na região;
- Estimular a integração de atividades e projetos conjuntos de desenvolvimento entre os municípios da região, e entre eles e as demais instituições regionais;
- Fortalecer as instituições públicas e privadas, bem como as diferentes formas de organização da sociedade civil da região para viabilizar novos empreendimentos sociais, culturais e econômicos;
- Desenvolver e implementar um sistema de coleta, organização, atualização e análise de dados regionais, através da integração de ações entre universidades, órgãos públicos federais e estaduais, e prefeituras municipais, como suporte e qualificação do planejamento regional.

Dimensão Sociocultural

- Promover políticas, programas e atividades sociais que qualifiquem os serviços de educação, saúde, assistência social e segurança pública na região;
- Promover e implementar projetos e ações de apoio ao desenvolvimento da educação no campo;
- Preservar e valorizar a diversidade e o patrimônio ambiental, histórico, urbanístico e cultural da região;



- Ampliar e qualificar os espaços culturais, de lazer e de prática esportiva na região;
- Desenvolver programas, projetos e ações que estimulem, valorizem e difundem a cultura da cooperação, do associativismo e do empreendedorismo na região.

Dimensão Econômica

- Promover a diversificação econômica, a partir das potencialidades regionais da agroindústria, da logística e do turismo regional, estimulando a fixação da população no meio rural, bem como o desenvolvimento de novos investimentos;
- Valorizar, fortalecer e qualificar o desenvolvimento da produção, comercialização e industrialização da agricultura familiar visando a produção de alimentos, a geração de renda e a fixação da população rural na região;
- Ampliar e implementar projetos e ações de desenvolvimento científico e de inovação tecnológica através da integração com o setor produtivo, instituições de ensino, órgãos governamentais e instituições da sociedade civil;
- Desenvolver e qualificar o turismo na região através da valorização da sua diversidade natural e cultural;
- Desenvolver e ampliar ações de formação e qualificação técnica e profissional de recursos humanos como suporte ao desenvolvimento econômico e das atividades administrativas e culturais na região.

Dimensões Infraestrutural e Ambiental

- Valorizar a localização geográfica regional e desenvolver projetos de infraestrutura viária, contemplando diferentes modais de transporte, visando o desenvolvimento da plataforma logística regional;
- Ampliar e qualificar a infraestrutura viária e de transporte da região do Vale do Rio Pardo, buscando melhores condições de suporte para a integração e desenvolvimento regional;
- Ampliar e qualificar a infraestrutura e os serviços públicos de saneamento básico na região;
- Ampliar e qualificar a infraestrutura e os serviços de fornecimento de energia e telecomunicação na região;



- Estimular o uso de fontes de energias renováveis e o desenvolvimento de projetos para a produção de novas fontes alternativas e sustentáveis de energia;
- Qualificar a infraestrutura destinada aos serviços públicos de saúde, educação, segurança e assistência social, através da integração de ações entre órgãos públicos e instituições comunitárias regionais.



6 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS, CARTEIRA DE PROJETOS E SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

6.1 Referenciais estratégicos

A definição dos referenciais estratégicos consiste na explicitação de diretrizes ou referenciais estratégicos relacionados a uma visão de futuro da região que se almeja, às vocações a serem desenvolvidas, aos valores a serem cultivados e às estratégias regionais a serem priorizadas. Como resultado desta atividade coletiva se pretendeu obter a expressão de uma síntese regional sobre os seguintes referenciais:

6.2 Visão de futuro

A Visão de futuro que foi definida pelos representantes da comunidade regional é:

Promover o desenvolvimento regional integrado e sustentável do Vale do Rio Pardo, a partir de estratégias de investimentos em conhecimento, serviços e infraestrutura para acelerar a qualificação ambiental, cultural, econômica e social, buscando o comprometimento da comunidade e suas organizações através de ações conjuntas para a realização do bem comum.

6.3 Vocações regionais

As vocações regionais da região do Vale do Rio Pardo definidas pela comunidade regional são as seguintes:

A Região do Vale do Rio Pardo tem diversidade natural, cultural e tradição produtiva nas atividades agropecuárias, industriais e serviços, com forte potencial na força de trabalho, produção de alimentos e construção do conhecimento científico, tecnológico e popular; e oportunidade para o desenvolvimento do setor turístico e logístico.



6.4 Valores ou Princípios Norteadores

Os Valores e Princípios Norteadores indicados pela Comunidade Regional do Vale do Rio Pardo são:

Trabalho, Educação, Cultura, Empreendedorismo, Liderança, Cooperação Tecnológica, Sustentabilidade Ambiental.

6.5 Estratégias Regionais do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo

As estratégias regionais escolhidas e suas respectivas justificativas e contextualizações foram as seguintes:

6.5.1 Estratégia Regional 1

Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.

O compromisso da sociedade e das instituições existentes no território da região do Vale do Rio Pardo em prol de um processo sustentável de desenvolvimento regional demanda que as ações de planejamento propostas e implementadas, desde diferentes níveis escalares – a partir dos municípios, com o planejamento urbano e municipal, do COREDE, com o plano regional, do Comitê de Bacia Hidrográfica, com o plano de gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, e dos governos estadual e o federal, com seus planos setoriais com rebatimento territorial – apresentem uma necessária articulação e integração entre eles, de modo a permitir a otimização de recursos humanos e econômicos, a integração das políticas públicas, dos projetos estruturantes e das ações operacionais, e melhores condições de efetividade e resolutividade em prol do atendimento das demandas sociais e econômicas da sociedade regional.

Contudo, não é esse o quadro que temos na região. As ações de planejamento, em sua grande maioria, têm ocorrido de modo isolado



com baixo grau de articulação e de integração no território regional. Contribuem para isso, de um lado, a própria estrutura administrativa federativa (União, Estados e Municípios), que afirma um modo de gestão fragmentada e autônomo por parte dessas instâncias do estado brasileiro. De outro lado, tem-se a preponderância de uma visão e lógica de organização do Estado, que é, sobretudo, setorial, sem a necessária consideração e avaliação das repercussões no território.

Outro aspecto a considerar na busca de uma maior integração e articulação das ações de planejamento territorial na região se refere ao necessário aperfeiçoamento e capacitação do corpo técnico-administrativo dos municípios (legislativo e executivo), e dos órgãos públicos estaduais e federais presentes na região, bem como da formação e de capacitação de novas lideranças sociais e políticas que atuam na região, no sentido de qualificar os processos de planejamento e governança territorial, numa perspectiva integrada, democrática, participativa e estratégica.

Os municípios isoladamente, notadamente os pequenos municípios, apresentam histórica dificuldade nesse sentido, seja pela insuficiência de recursos próprios (pessoal e econômico), pela falta de uma cultura de cooperação institucional entre eles, mas também com o governo estadual e federal, e com as demais instituições regionais. Isso tem trazido grandes limitações e dificuldades para o processo de planejamento do desenvolvimento regional. Além disso, há uma carência regional da existência de um sistema de informação atualizado de apoio à gestão pública territorial, que tanto divulgue entre os municípios oportunidades de fontes de recursos, quanto contribuam para capacitar técnicos municipais e lideranças sociais da comunidade na confecção e gestão de projetos executivos.

O objetivo desta estratégia regional é então construir projetos que valorizem a diversidade e o acúmulo de experiência das instituições regionais, estimulando e ampliando as experiências e iniciativas regionais de cooperação e articulação para o desenvolvimento sustentável, bem como buscando integrar melhor as ações de planejamento setorial e territorial existentes ou a serem criadas na região em prol de um desenvolvimento regional mais equilibrado, diversificado, solidário e inclusivo no território, entre campo e cidade e entre os municípios da região.



6.5.2 Estratégia Regional 2

Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

Um dos propósitos fundamentais do processo de desenvolvimento regional na região é a promoção do desenvolvimento não apenas na sua dimensão econômica, mas também nas suas dimensões social e cultural. Além do desenvolvimento das atividades produtivas, da geração de emprego e renda, se faz necessário, também, promover condições adequadas de acesso da população à educação, à saúde, à cultura e ao lazer, bem como garantir a adequada segurança ao desenvolvimento social. O desenvolvimento regional requer igualmente que a sociedade civil regional e, notadamente, o Estado estabeleçam as condições infraestruturais e as ações e serviços necessários para se garantir uma melhor qualidade de vida e segurança à população regional.

O diagnóstico que foi elaborado e a análise situacional realizada durante a primeira etapa de atualização do Plano Estratégico Regional apontaram a existência de déficits e insuficiências no atendimento às demandas sociais regionais nas áreas da educação, da saúde, da cultura e do lazer e da segurança pública, inclusive relativamente graves no que se refere à segurança.

Em relação à educação, a comunidade regional identificou como prioritário o desenvolvimento de ações para qualificar a educação no campo, buscando capacitar e conscientizar os jovens rurais a permanecerem e produzirem no campo, de forma mais qualificada e organizada, tendo no meio rural sua fonte de renda e com sua produção agropecuária contribuir para a economia regional, reduzindo a dependência do tabaco. A experiência exitosa da Escola da Família Agrícola, nos municípios de Santa Cruz do Sul e de Vale do Sol, precisa ser replicada e ampliada, nesse modelo ou similares, para os demais municípios da região, de modo articulado com a política pública de educação municipal e estadual. Tendo esta que readequar seu programa político pedagógico e metodologia de ensino e redimensionar sua estrutura (material e de pessoal) para atender de modo mais efetivo às demandas regionais das áreas rurais da região.

Quanto à saúde, a comunidade regional assinalou como de



fundamental importância a necessidade de ampliação do número de leitos de UTI nos hospitais da região, dada a limitação atualmente existente e sua concentração no município polo de Santa Cruz do Sul, implicando na obrigatoriedade do deslocamento da população que precisa passar por tratamento intensivo de saúde, para outras regiões, notadamente para a região metropolitana de Porto Alegre. Tal situação além de representar gastos adicionais de recursos e de tempo de deslocamento para as famílias e para as prefeituras municipais, também provoca o colapso da capacidade de atendimento pelas instituições de saúde da região metropolitana. Outra preocupação regional importante diz respeito à deficiência financeira de custeio e à manutenção das atuais estruturas do sistema único de saúde. O atendimento dessas demandas passa por uma ação articulada de planejamento envolvendo as instituições de saúde da região, os governos municipal, estadual e federal, e o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISVALE –, quanto à capacidade instalada e aos investimentos necessários para atender a demanda regional.

Já no âmbito da cultura e do lazer foi destacada a importância da construção de novos equipamentos e da oferta de atividades de lazer e de esportes, e culturais de modo mais distribuído no território regional, já que a maior parte da oferta dos mesmos, ainda que descontinuada, se concentra nas áreas urbanas, e em poucas cidades da região como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e em menor escala, Sobradinho. Há um entendimento da comunidade de que é fundamental para o desenvolvimento social e cultural da população, notadamente da juventude, pois a oferta de tais atividades contribui com o seu desenvolvimento físico e intelectual, reduz os índices de criminalidade e violência, e ainda promove a integração comunitária e regional.

Para a comunidade regional, as ações de melhoria da qualidade de vida na região também precisam incluir a parcela da população identificada como portadores de deficiência, através de políticas públicas municipais e estaduais que qualifiquem o atendimento às suas demandas e necessidades, mas também estimulem a sua participação social e valorizem a pessoa deficiente como cidadã, respeitando suas características e especificidades.

Outro aspecto em prol de um melhor desenvolvimento social na região se refere à segurança pública nas áreas urbanas e rurais, cujos índices de criminalidade e de violência, tanto nas áreas urbanas quanto



rurais, têm se ampliado significativamente. A comunidade identificou a necessidade não apenas de ampliação do efetivo da Brigada Militar, mas também do investimento em tecnologias de vídeo, vigilância nas principais cidades da região e em ações preventivas de segurança em parceria com a comunidade regional, envolvendo escolas, associações de bairros e comunidades rurais.

O objetivo geral dessa estratégia é que através da promoção, ampliação e qualificação desses equipamentos e serviços públicos se possa dispor de melhores condições para alcançar uma melhor qualidade de vida e segurança almejadas pela comunidade nas áreas rurais e urbanas da região.

6.5.3 Estratégia Regional 3

Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

A região do COREDE/VRP tem uma economia fortemente ligada à produção de tabaco e ao complexo agroindustrial que dela surgiu, já desde 1917. A comunidade regional ao mesmo tempo em que reconhece a importância dessa cadeia produtiva, por ela ser o principal esteio do seu desenvolvimento econômico, também entende ser necessário que se promova ações no sentido de desenvolver novas alternativas econômicas de modo a diversificar a economia regional e reduzir os reais riscos que as campanhas nacionais e mundiais antitabagistas e a redução do mercado de consumo de cigarros, colocam para a região.

Os dados levantados no diagnóstico regional ilustram bem a dependência econômica de grande parte dos municípios da região à comercialização e à exportação do tabaco produzido nas pequenas propriedades familiares. Tendo isso presente, a comunidade regional estabeleceu como uma das estratégias prioritárias o desenvolvimento de alternativas econômicas tanto no âmbito da produção agrícola quanto na produção industrial e de serviços. Nas áreas rurais há o objetivo de se desenvolver uma maior diversificação das atividades agrícolas valorizando uma característica própria da região, que são as pequenas propriedades e a chamada agricultura familiar, e o acúmulo já existente em relação às experiências já construídas de cooperação e parcerias interinstitucionais e comunitárias.



No contexto regional considera-se a Expoagro Afubra qualificada como a maior feira voltada à agricultura familiar, uma importante ferramenta de promoção à diversificação produtiva e tecnológica, que é realizada anualmente através da articulação com inúmeras organizações públicas e privadas.

Uma das articulações já em curso, que foi definida pela comunidade regional como prioritária, é o desenvolvimento do APL da Agricultura Familiar, constituído em 2014, a partir da articulação de várias instituições, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Agricultores, EMATER, UNISC, UERGS, AFUBRA, Territórios Rurais, instâncias públicas municipais, entre outras, que buscam valorizar a estrutura e organização social já existente na região em relação ao grande número de agroindústrias familiares já existentes. A ideia é propor projetos de modo integrado e que permitam a realização de ações nas várias etapas produtivas, como a produção, o armazenamento, o processamento industrial e comercialização da produção da agricultura familiar, em consonância com a demanda de alimentos nas áreas urbanas e rurais da região, com o fornecimento de alimentos para as escolas e instituições públicas e comunitárias, através de programas federais de fomento à produção da agricultura familiar.

Uma segunda ação no sentido de novas alternativas econômicas se refere ao desenvolvimento das condições para a promoção do turismo rural, valorizando o patrimônio e a diversidade ambiental, cultural, gastronômica e histórica da região. Para tanto também serão valorizadas e implementadas ações já em curso, através da articulação da Associação do Turismo do Vale do Rio Pardo com os municípios, SEBRAE, EMATER e Universidades. Também se quer promover a organização social e institucional das instituições e agricultores na Microrregião Centro-Serra para igualmente promover o turismo rural nos municípios daquela microrregião, de modo integrado com as microrregiões do centro e do sul da região.

A comunidade regional também identificou na análise situacional do PEDR a necessidade de se promover e fomentar a cultura da cooperação, do empreendedorismo e da inovação tecnológica como modo de contribuir para o aumento da produtividade econômica, para otimização de recursos, qualificação e capacitação da mão de obra das empresas dos setores secundário e terciário, bem como da produção primária. Em relação ao desenvolvimento da inovação tecnológica,



a comunidade regional identificou a necessidade de promover ações de capacitação e qualificação dos empresários das micros, pequenas e médias empresas da região, através de ações articuladas em conjunto pelo SEBRAE, ACIs e Incubadoras Tecnológicas e o Parque Tecnológico da UNISC – TECNOUNISC, bem como através da promoção de cursos técnicos e profissionalizantes, para a qualificação da mão de obra urbana e rural existente nos municípios da região.

O objetivo dessa estratégia é desenvolver um conjunto de ações, políticas e projetos que permitam a região condições para empreender alternativas econômicas viáveis para desenvolver alternativas econômicas à cultura do tabaco, nas áreas urbanas e rurais da região.

6.5.4 Estratégia Regional 4

Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional

O equipamento do território regional se constitui em um elemento de fundamental importância para o desenvolvimento regional, desde que com uma distribuição espacial equilibrada e um dimensionamento e qualificação adequados das redes técnicas de infraestrutura. A Comunidade do Vale do Rio Pardo, com base no diagnóstico regional e na análise situacional, definiu como uma das estratégias prioritárias para o desenvolvimento regional a ampliação e qualificação dos equipamentos públicos e redes técnicas de infraestruturas de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e com melhores condições de suporte ao desenvolvimento econômico e social da região, através das redes de esgotamento sanitário, energia elétrica, viária e de comunicação.

A região do Vale do Rio Pardo apresenta uma baixa cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, apenas oito municípios apresentam algum grau de cobertura quanto à rede específica de coleta e ao tratamento de esgotos, mas ainda limitado e insuficiente. Na maior parte dos municípios esse serviço inexistente, sendo o esgotamento sanitário coletado através de ligações mistas junto à rede pluvial e despejados nos cursos d'água sem tratamento. Isso tem contribuído para a existência de um alto número de doenças de veiculação hídrica e elevadas taxas de mortalidade infantil, sobretudo nos municípios da



Microrregião Norte. O investimento na instalação e/ou expansão da rede coletora e de estação de tratamentos de esgoto nos municípios da região, embora represente um elevado investimento, é de fundamental importância como ação preventiva de saúde.

A rede de energia elétrica tem sido ampliada na região nos últimos anos, sobretudo a partir da política federal de expansão da eletrificação rural no interior dos municípios, contudo a grande demanda identificada pela comunidade regional é a urgente necessidade de ampliação da potência e carga da rede, permitindo a ampliação das atividades produtivas e melhores condições de uso da energia nas residências, no meio rural e nas áreas urbanas, dos pequenos municípios. Igual situação é a da rede de telecomunicação, notadamente a móvel, cujas principais operadoras têm focado seus planos de investimentos e serviços notadamente nas áreas urbanas, principalmente das maiores cidades, preterindo vastas áreas do meio rural da cobertura do serviço. A rede de telecomunicação móvel e o acesso à internet representam condições fundamentais ao desenvolvimento social e econômico regional.

Outra rede técnica fundamental ao desenvolvimento territorial é a rede viária. A localização da região do Vale do Rio Pardo no território do Rio Grande do Sul, próxima da região metropolitana de Porto Alegre, da região metropolitana da Serra, e igualmente próxima de centros regionais importantes como Santa Maria e Passo Fundo, é muito favorável e estratégica. A comunidade regional tem defendido já há alguns anos, e reafirma nesse plano regional, a existência de condições adequadas e boas perspectivas para a constituição de um polo logístico na região.

No presente, o principal modal de transporte utilizado na região é a rede rodoviária através da existência de rodovias estaduais e federais que atravessam a região, ainda que de modo desigual. Mas a região também apresenta na Microrregião Sul uma linha da rede ferroviária e as hidrovias dos rios Jacuí e Taquari, que, pela sua localização geográfica bem como algumas perspectivas recentes de investimentos federais (como exemplo o projeto Ferrovia Norte – Sul) ou de retomada das discussões sobre o projeto Hidrovia Brasil – Uruguai, representam um potencial e um desafio para integração efetiva dos modais de transporte na região e, com isso, a possibilidade real da região sediar um nó estratégico de articulação e intermediação de diferentes modais e rotas de transporte de cargas (produção agrícola e industrial) entre a



região e os principais mercados urbanos do Rio Grande do Sul, mas, também, do exterior, notadamente do Mercosul.

Para tanto, é de fundamental importância o desenvolvimento e/ou implementação de projetos prioritários regionais, alguns inclusive já em curso, como o Porto Hidroviário de Rio Pardo, o Porto Seco de Santa Cruz do Sul, a ampliação do Aeroporto de Santa Cruz do Sul e a duplicação da rodovia RSC 287, que atravessa a região, conectando-a, a oeste, com Santa Maria e o interior do estado, e a leste com a região do Vale do Taquari e a região metropolitana de Porto Alegre. Além dessa preocupação com as conexões físicas entre a região e o restante do Estado, do país e com o exterior, a comunidade regional também identificou a importância estratégica de promover a ligação asfáltica a todos os municípios da região para possibilitar uma maior integração intrarregional e melhores condições de circulação dos vários fluxos no território (população, produção agrícola, mercadorias) e de articulação entre cidades e entre áreas rurais e urbanas mitigando o grau de desigualdade competitiva e de desenvolvimento, por estarem desprovidos dessa infraestrutura.

6.5.5 Estratégia Regional 5

Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.

A comunidade regional entende ser estratégico e de fundamental importância que se preserve, valorize e aproveite de modo consciente e sustentável os recursos naturais e energéticos da região do Vale do Rio Pardo, de forma a viabilizar o desenvolvimento econômico e, simultaneamente, garantir a preservação da biodiversidade natural e a qualidade de vida das próximas gerações. Os recursos naturais e energéticos disponíveis na região precisam ser reconhecidos como recursos territoriais cujo uso e aproveitamento deve ser de responsabilidade do conjunto da sociedade regional, envolvendo não apenas a sociedade civil, mas também o mercado e Estado.

A comunidade regional identificou, a partir do diagnóstico regional e através da análise situacional, a necessidade de estabelecer um conjunto de ações prioritárias que contribuam para a preservação, mas também para a valorização e o aproveitamento articulado da água



e do solo; para conscientizar e estimular a importância de práticas ambientalmente sustentáveis, como a coleta e reciclagem de resíduos urbanos, a produção de alimentos naturais e saudáveis, através da agroecologia e da produção orgânica, e o aproveitamento e produção de energias limpas e alternativas, nas áreas rurais e urbanas.

A comunidade regional estabeleceu como prioritário para o desenvolvimento regional a preservação e o aproveitamento sustentável das fontes naturais de água, a preservação e o manejo adequado do solo e coleta e reciclagem dos resíduos sólidos. Para tanto, definiu ser necessário continuar e ampliar as ações de educação ambiental junto às escolas da região sobre a importância da preservação ambiental.

Igualmente foi destacada pela comunidade regional a importância da articulação das políticas de planejamento e uso do território entre Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, os municípios e a região do Vale do Rio Pardo, de modo a melhor cotejar e integrar as ações em prol da preservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais regionais. Como a gestão do abastecimento da água na região é realizada de modo descentralizado e através de diferentes atores (CORSAN, Companhias municipais, Sociedades Hídricas Comunitárias), tal articulação é fundamental.

Dentre as ações prioritárias que a comunidade regional estabeleceu para implementar essa estratégia figuram: a ampliação, para os demais municípios, da experiência exitosa do projeto piloto Protetor das Águas, que por estratégia o pagamento de serviços ambientais, atualmente desenvolvido em Vera Cruz, possibilitou recompor a vegetação das margens dos arroios que drenam a zona rural do município; a compilação e divulgação do diagnóstico dos déficits hídricos e mapeamento das fontes naturais de água da região como suporte ao planejamento das ações de adequação do consumo e de ampliação da rede de abastecimento de água, através da construção de açudes e reservatórios para usos múltiplos.

A predominância na região de uma estrutura fundiária com pequenas propriedades familiares, em média de 16 hectares, em áreas rurais dependentes do cultivo do tabaco e próximas aos centros urbanos locais e regionais, e com uma demanda crescente por alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, deve igualmente ser valorizada para orientar e estimular a produção orgânica e agroecológica de alimentos na região através de cooperativas de agricultores, ampliando a sua participação



no fornecimento da alimentação das escolas e instituições comunitárias, e no APL da Agroindústria Familiar em formação na região. Reduzir o uso de agrotóxicos e defensivos químicos na agricultura, usar e manejar o solo de modo adequado e produzir alimentos agroecológicos são ações fundamentais para melhorar a saúde dos agricultores e consumidores, bem como contribuir com a preservação ambiental nas propriedades rurais. Além disso, torna-se necessária o incremento de políticas públicas de estímulo e de apoio técnico visando a sua viabilidade econômica em termos de renda para os produtores familiares.

Em relação à valorização dos recursos energéticos e à necessidade de se buscar a produção alternativa de energia, a comunidade regional também definiu como ação prioritária o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, através do incremento da parceria entre universidades, empresas e instituições públicas, já em curso na região, como as que têm produzido biocombustíveis através do aproveitamento do tabaco, girassol e canola. Tem-se, também, como objetivo fomentar e estimular a implantação gradativa de alternativas que venham a ser identificadas e que sejam viáveis econômica e ambientalmente.

Por fim, a comunidade regional igualmente defende a necessidade de se implantar uma usina regional de reciclagem de resíduos sólidos urbanos como alternativa para o problema atualmente existente com a disposição inadequada dos resíduos em lixões municipais, que impactam o ambiente natural junto às áreas urbanas dos municípios, ou mesmo como alternativa econômica mais viável ao elevado custo do transporte rodoviário diário dos resíduos coletados para a disposição em aterros sanitários localizados em Minas do Leão, administrados por empresas privadas. A coleta, o tratamento e a reciclagem adequada de resíduos sólidos urbanos podem representar fontes importantes de novas receitas e de emprego na região, valorizando a rede de catadores já existente nos municípios.



7 CARTEIRA DE PROJETOS DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO

7.1 Estratégia Regional 1

Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.

Projetos Estruturantes:

Projeto Estruturante 1
Criação e implementação de um Banco de Dados e Informações Regionais de apoio à gestão pública e ao planejamento regional
Projeto Estruturante 2
Criação de um Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para Gestão Pública (SIFFGP)
Projeto Estruturante 3
Programa de Capacitação Continuada de Gestores Públicos e Técnicos Municipais
Projeto Estruturante 4
Programa de Formação de Lideranças Comunitárias Regionais
Projeto Estruturante 5
Articulação de Projetos Institucionais de Planejamento Territorial na Região

Projeto n. 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação e implementação de um Banco de Dados e Informações Regionais de apoio à gestão pública e ao planejamento regional
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$159.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Universidade de Santa Cruz do Sul, COREDE/VRP e Prefeituras Municipais
Escopo: A criação e manutenção do Banco de Dados Regional pretende alcançar aos cidadãos em geral e às instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais a seleção e acessibilidade de dados, organizados em séries históricas, em tabelas e mapas temáticos, e informações



consideradas relevantes para caracterizar, diagnosticar e avaliar potencialidades, limitações, dinâmicas e processos relativos ao desenvolvimento e ao planejamento regional. O banco de dados reunirá dados e indicadores municipais e regionais relativos à região do Vale do Rio Pardo, desde 1995 e 2000, até o presente. Optou-se por organizar um banco de dados que possibilitasse analogias entre as informações disponibilizadas, estruturado a partir de eixos temáticos principais, a saber: a Configuração Físico-territorial; a Demografia; os Indicadores sociais; a Economia; e a Agropecuária. Este acervo de dados e informações está disponível para *download* em forma de planilhas, notas interpretativas, gráficos e mapas temáticos selecionados.

Responsável: Comitê Setorial Institucional (UNISC/PPGDR e COREDE/VRP)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Reunir, organizar e disponibilizar para a comunidade regional dados secundários relativos a diferentes variáveis e indicadores sobre as características e as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais dos municípios e da região do Vale do Rio Pardo;
- Contribuir para manter atualizado o diagnóstico regional;
- Fornecer dados e indicadores regionais para qualificar os projetos setoriais e estudos regionais.

Justificativa

Na análise situacional do diagnóstico regional do Vale do Rio Pardo, os participantes dos seminários microrregionais identificaram como uma limitação para o planejamento regional e para a formulação de projetos setoriais a ausência de um repositório de dados e indicadores gerais e temáticos sobre as várias dimensões do processo de desenvolvimento regional, que fosse organizado e sistematizado de modo permanente e que pudesse ser acessado virtualmente e gratuitamente pela população e agentes sociais, econômicos e políticos da região. A criação, implementação e manutenção de um Banco de Dados Regional poderá aproveitar a experiência já em curso do Observatório do Desenvolvimento Regional, coordenado pelo PPGDR-UNISC, e dispor do acervo já existente. O projeto contribuirá para um melhor acompanhamento e avaliação dos indicadores sociais, econômicos, ambientais, culturais e demográficos dos municípios e da região do Vale do Rio Pardo, possibilitando assim melhores condições de manter atualizado o diagnóstico regional, bem como de qualificar o processo de planejamento regional e a elaboração de projetos setoriais municipais e regionais.



Beneficiários: Prefeituras Municipais, Associações de Municípios, Instituições sociais, demais instituições e organizações regionais e o conjunto da população do Vale do Rio Pardo.
Resultados pretendidos <ul style="list-style-type: none">- Atualização continuada dos dados para o diagnóstico regional;- Qualificação dos projetos setoriais e projetos de iniciativa do poder público municipal;- Difusão do acesso <i>on-line</i> do Banco de Dados Regional do Vale do Rio Pardo.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando à integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção do Banco de Dados do Vale do Rio Pardo. Meta: Criar, organizar e disponibilizar acesso <i>on-line</i> do Banco de Dados. Custo: R\$ 90.000,00 Prazo: 48 meses
Produto 2: Realização de Oficinas de capacitação para uso e aplicação dos dados e indicadores do Banco de Dados do VRP. Meta: Realizar 01 oficina de capacitação por município tendo como público alvo: servidores municipais, estaduais, lideranças locais e regionais. Custo: R\$ 3.000,00 por oficina X 23 municípios= R\$ 69.000,00 Prazo: 36 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Técnicos, pesquisadores e alunos do PPGDR- UNISC
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, IBGE, FEE-RS, IPEA, Secretarias Estaduais do RS, empresas públicas, AMVARP, AMCSerra
Organizações parceiras: Universidades, COREDE/VRP, Prefeituras Municipais. IBGE e FEE-RS
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: UNISC, Governo do Estado e União
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 147.500,00													
Fontes de recursos: UNISC, Governo do Estado e União													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não													
Investimentos: Aquisição de móveis, equipamentos (servidor, computador, <i>notebook</i> , impressora) e livros e relatórios técnicos do IBGE.													
Despesas Correntes: Pagamento de horas-técnicas, de bolsas de iniciação científica, gastos com hospedagem do <i>site</i> e domínio na internet, manutenção de atividades, material de consumo, etc.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 90.000,00													
Produto 2: R\$ 69.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X								
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								



Projeto n. 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação de um Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para Gestão Pública (SIFGFP)
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 256.000,00
Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: UNISC, COREDE/VRP e Associações de Municípios

Escopo: A criação de um Sistema de Informações sobre fontes de financiamento para a Gestão Pública que reúna informações sobre fontes governamentais e privadas de financiamento, existentes no país e no exterior, e editais públicos é de fundamental importância para a região, pois há a necessidade de se buscar novas fontes de recursos para financiar projetos de desenvolvimento regional. O Sistema de Informações para a Gestão Pública deverá ser coordenado por uma instituição regional que será responsável por coletar, sistematizar e divulgar as informações para os municípios, consórcios intermunicipais, órgãos públicos e instituições e organizações comunitárias existentes na região do Vale do Rio Pardo.

Responsável: Comitê Setorial Institucional (UNISC, COREDE/VRP e Associação dos Municípios)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Monitorar e divulgar através de portal na internet fontes de fomento nacionais e internacionais para o financiamento de projetos de desenvolvimento regional;
- Assessorar na prospecção e captação de recursos para o financiamento de projetos de interesse regional;
- Contribuir na elaboração de projetos conjuntos para o Desenvolvimento regional.

Justificativa Há concordância entre os diversos atores regionais da necessidade de se criar um Sistema de Informações sobre fontes de financiamento para a Gestão Pública e organizações sociais que tenha por objetivo monitorar fontes nacionais e externas de fomentos aos projetos de interesse regional, de modo a diversificar e a buscar fontes alternativas de recursos para superar as limitações orçamentárias municipais e estaduais, o que tem sido o grande empecilho para o desenvolvimento de projetos regionais, tendo em vista a dependência dos escassos recursos disponibilizados pela Consulta Popular. Há na região instituições que individualmente já possuem experiência e *expertise* no monitoramento e captação de recursos externos para o desenvolvimento de projetos, como as Universidades, os Consórcios Intermunicipais e as Associações de Municípios. O que precisa é a articulação de tais instituições para a criação de um Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para a Gestão Pública, que disponibilize de modo acessível, ágil e transparente tais informações para o conjunto dos governos municipais, instituições públicas e comunitárias, priorizando o apoio aos projetos de interesse regional.



Para tanto se propõe a criação de um Escritório Regional de Projetos, mantido com recursos e técnicos das instituições da região, para ser o responsável pelo monitoramento, organização, disponibilização das informações, bem como pela capacitação e pelo assessoramento para a captação dos recursos externos.

Beneficiários: COREDE/VRP, Prefeituras Municipais, Consórcios Intermunicipais, Associações de Municípios, Cooperativas, Órgãos Estaduais, instituições comunitárias regionais.

Resultados pretendidos

- Criação de um Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para a Gestão Municipal que esteja acessível para governos municipais, consórcios intermunicipais, instituições comunitárias e órgãos públicos estaduais que atuam na região.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Constituição de um Escritório Regional cuja equipe técnica será responsável pela criação e manutenção do Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para a Gestão Municipal.

Meta: Criação do Escritório Regional, com equipe técnica de dois técnicos administrativos e um estagiário.

Custo: R\$ 200.000,00

Prazo: 18 meses

Produto 2: Criação de um *site* para consultas agentes públicos municipais e regionais.

Meta: Criação de um *site* para consultas agentes públicos municipais e regionais sobre o Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento.

Custo: R\$ 50.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Realização de oficinas de capacitação.

Meta: Realização de oficinas de capacitação sobre o acesso e uso do Sistema de Informações sobre Fontes de Financiamento para a Gestão Pública para os técnicos municipais e funcionários das instituições comunitárias e órgãos públicos estaduais que atuam na região (01 oficina em Santa Cruz do Sul e em Sobradinho).

Custo: R\$ 6.000,00

Prazo: 24 meses



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: Pró-Reitoria de Extensão da UNISC, Secretaria da AMVARP e da AMCSERRA.													
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais e Órgãos Estaduais													
Organizações parceiras: UERGS, UFSM, Consórcios Intermunicipais, Governo Estadual e Governo Federal													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Universidade, Associação de Municípios, Consórcios Intermunicipais e Governo do Estado.													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 255.000,00													
Fontes de recursos: Universidades, Associação de Municípios, Consórcios Intermunicipais e Governo do Estado													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não													
Investimentos: Não													
Despesas Correntes: Contratação de pessoal técnico-administrativo e estagiários, construção e atualização do <i>site</i> , realização de oficinas de capacitação, material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 200.000,00													
Produto 2: R\$ 50.000,00													
Produto 3: R\$ 6.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								

Projeto n. 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Capacitação Continuada de Gestores Públicos e Técnicos Municipais
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Institucional (COREDE/VRP, Universidade e AMVARP e AMCSERRA)
Escopo: Qualificar e atualizar os gestores e técnicos municipais através de cursos e oficinas sobre o processo de elaboração e de gestão de projeto em políticas públicas em diferentes setores (saneamento, educação, saúde, assistência social, infraestrutura urbana, transporte e mobilidade, meio ambiente, gestão de pessoal), em nível municipal e regional.
Responsável: Comitê Setorial Institucional (Associação dos Municípios, Universidades, COREDE/VRP)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar gestores municipais para a gestão pública dentro de uma perspectiva regional; - Qualificar a ação dos técnicos de prefeituras municipais no desenvolvimento de projetos integrados aos interesses regionais; - Desenvolver a cooperação intermunicipal na elaboração de projetos.
Justificativa
<p>O diagnóstico regional e a análise situacional realizados no Plano apontaram como uma das dificuldades existentes, no âmbito da gestão pública na região, a necessidade de atualizar e qualificar os gestores e técnico-administrativos municipais na elaboração e gestão dos projetos técnicos a serem elaborados para qualificar e ampliar a participação dos municípios e da região nas políticas públicas federais e estaduais, e poder melhor aproveitar as oportunidades de recursos públicos disponibilizados, já que em muitos casos perde-se recursos pela inexistência de projetos consistentes. Igualmente é preciso otimizar os recursos humanos e financeiros dos municípios e da região, valorizando as políticas e programas federais existentes. Outro problema identificado é a devolução de recursos pelos municípios em razão da incapacidade ou</p>



<p>inadequação da gestão dos recursos obtidos. Essa iniciativa também busca desenvolver a cooperação intermunicipal através do compartilhamento de experiências na elaboração de projetos.</p>
<p>Beneficiários: Gestores públicos, técnicos municipais dos municípios da região.</p>
<p>Resultados pretendidos</p> <ul style="list-style-type: none">- Realização de cursos de atualização para gestores públicos municipais sobre políticas públicas e programas setoriais federais e estaduais;- Realização de cursos de atualização e capacitação para técnicos municipais sobre as políticas, programas e elaboração de projetos técnicos.
<p>Alinhamento Estratégico: Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Diagnóstico das demandas de atualização e capacitação junto aos gestores e técnicos municipais. Meta: Realização de pesquisa junto aos gestores e técnicos municipais para apurar as principais demandas Custo: R\$ 5.000,00 Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Cursos de atualização para os gestores municipais. Meta: Realização de um curso bianual de extensão em gestão pública para gestores públicos municipais, em Santa Cruz do Sul. Custo: R\$15.000,00 Prazo: 18 meses</p>
<p>Produto 3: Cursos de atualização e capacitação para técnicos municipais. Meta: Realização de um curso anual de extensão de elaboração e gestão de projetos para técnicos municipais em gestão pública, em Santa Cruz do Sul. Custo: R\$ 30.000,00 Prazo: 18 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretaria do COREDE/VRP, Pró-Reitoria de Extensão da UNISC, Presidência da AMVARP e AMCSERRA.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos:</p>
<p>Organizações parceiras: FAMURS, IBAM, Ministérios e Governo Estadual</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Instituições regionais e Governo do Estado</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>



Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes													
Fontes de recursos:													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Nenhum													
Despesas Correntes: Contratação da pesquisa e de palestrantes, divulgação, material didático, material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 5.000,00													
Produto 2: R\$ 15.000,00													
Produto 3: R\$ 30.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

Projeto n. 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO													
Título: Programa de Formação de Lideranças Comunitárias Regionais													
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo													
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00													
Duração do projeto: 48 meses													
Responsável pela implementação: Coordenação do Comitê Setorial Institucional (COREDE/VRP, Universidades, Organizações Sociais e Empresariais)													



Escopo: Realizar um conjunto de eventos, cursos e palestras destinados à formação de lideranças sociais que estimulem a importância da cooperação, da articulação e da mobilização dos agentes sociais numa perspectiva regional, bem como contribuam para a formação de lideranças comunitárias comprometidas com o desenvolvimento sustentável da região.

Responsável: Comitê Setorial Institucional (COREDE/VRPe Universidades)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Proporcionar a formação de novas lideranças comunitárias regionais;
- Capacitar lideranças regionais para as ações de planejamento e gestão participativa;
- Estimular a participação de lideranças regionais em atividades de planejamento e gestão participativa.

Justificativa

A continuidade do processo de planejamento e desenvolvimento regional requer que haja a conscientização e a participação ativa da população e, principalmente, a formação de lideranças comprometidas com a comunidade regional. Na análise situacional do diagnóstico regional identificou-se a preocupação com a necessidade de se formar novas lideranças comprometidas com a comunidade regional, com capacidade de diálogo com o conjunto dos segmentos sociais e setores da sociedade regional, que deem continuidade ao planejamento e aos projetos de interesse regional. Atualmente, nos movimentos sociais do campo e da cidade há uma necessidade de capacitar as lideranças que estão inseridas no movimento sindical, nas comunidades rurais e urbanas, nas cooperativas e associações. Nesse sentido, também se identificou a importância de se oferecer oportunidades de atualização e capacitação para as atuais lideranças locais e regionais.

Beneficiários: População regional, notadamente lideranças rurais e urbanas, e lideranças dos diferentes segmentos setoriais que participam do processo de planejamento e desenvolvimento regional.

Resultados pretendidos

- Realização de eventos, cursos e palestras que contribuam para a formação de novas lideranças, bem como para a atualização das atuais lideranças regionais.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.



3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos de Formação de Novas Lideranças Comunitárias. Meta: Realização de dois cursos de formação de novas lideranças por ano, para diferentes segmentos da comunidade regional, um em Sobradinho e um em Santa Cruz do Sul. Capacitar 200 pessoas. Custo: R\$ 35.000,00 Prazo: 48 meses
Produto 2: Eventos de capacitação de lideranças regionais. Meta: Realização de evento anual (palestras + oficinas) para atualização e capacitação de lideranças regionais, em Santa Cruz do Sul. Capacitar 100 pessoas. Custo: R\$ 30.000,00 Prazo: 24 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: COREDE/VRP, Universidades, ACIs, ONGs, Sindicatos Trabalhadores Rurais e Urbanos.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério Desenvolvimento Social, Secretarias Municipais da Educação AMVARP, AMCSERRA
Organizações parceiras: Universidade, Empresa, ONG, Cooperativas, etc.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Instituições regionais e Governo Federal
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00
Fontes de recursos: Instituições regionais e Governo Federal
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Nenhum
Despesas Correntes: Contratação de palestrantes, material de divulgação, deslocamentos e material de consumo.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 35.000,00
Produto 2: R\$ 30.000,00



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X								
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Articulação de projetos institucionais de planejamento territorial na região
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 25.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Institucional (COREDE/ VRP, AMVARP, AMCSERRA, Consórcios Intermunicipais Setoriais, Comitê de Bacia Hidrográfica, Secretarias Municipais de Planejamento, Órgãos públicos regionais que atuam na região e Secretaria Estadual de Planejamento)
Escopo: Proporcionar através da realização de seminários regionais periódicos momentos de apresentação, discussão e integração das ações de planejamento territorial desenvolvidas pelas diferentes instituições públicas que atuam na região.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Institucional
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos
- Proporcionar a articulação e integração das ações de planejamento territorial presentes e futuras, desenvolvidas ou projetadas, pelos municípios, Consórcios Intermunicipais, COREDE/VRP, Comitê de Bacias e órgãos públicos regionais que atuam na região, para o território regional;
- Promover a conscientização dos gestores públicos municipais e estaduais



da importância da articulação das ações de planejamento territorial para o desenvolvimento integrado e sustentável da região;

- Sensibilizar os agentes públicos locais e regionais para a criação de uma governança de planejamento territorial regional.

Justificativa: As instituições sociais, econômicas e públicas da região do Vale do Rio Pardo defendem um processo sustentável de desenvolvimento regional. Isso demanda que as ações de planejamento propostas e implementadas, desde diferentes níveis escalares – a partir dos municípios com o planejamento urbano e municipal, do COREDE com o plano regional, do Comitê de Bacia Hidrográfica com o plano de gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, e dos governos estadual e o federal, com seus planos setoriais com rebatimento territorial – apresentem uma necessária articulação e integração entre eles, de modo a permitir a otimização de recursos humanos e econômicos, a integração das políticas públicas, dos projetos estruturantes e das ações operacionais e melhores condições de efetividade e resolutividade em prol do atendimento das demandas sociais e econômicas da sociedade regional. Contudo, não é esse o quadro que temos na região. As ações de planejamento, em sua grande maioria, têm ocorrido de modo isolado com baixo grau de articulação e de integração no território regional. Para tanto, é necessário criar momentos periódicos, através de eventos técnicos, que reúnam os diferentes agentes públicos que atuem na condução das ações de planejamento territorial, a fim de debaterem pontos de convergência, demandas particulares, estratégias comuns para possibilitar maior articulação e integração dessas ações no território.

Beneficiários: Municípios e população regional

Resultados pretendidos

- Realização de seminários técnicos periódicos visando a articulação e integração das políticas e ações de planejamento territorial no território da região do Vale do Rio Pardo.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer e qualificar as instituições (órgãos, entidades e atores regionais) e espaços institucionais visando a integração das ações de planejamento territorial e o desenvolvimento da cooperação intermunicipal.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realização de seminário regional sobre a articulação e integração de políticas e ações do planejamento territorial.

Meta: Realização de um Seminário técnico regional anual, em Santa Cruz do Sul, reunindo gestores e técnicos de planejamento de municípios, COREDE, Consórcios, Comitê de Bacia Hidrográfica e órgãos públicos estaduais.

Custo: R\$ 25,000,00

Prazo: 36 meses



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: COREDE/VRP, AMVARP, AMCSERRA, Comitê de Bacia.													
Órgãos Públicos Envolvidos: Governo do Estado do RS, COMUDEs, Consórcios Intermunicipais, AMVARP, AMCSERRA e Comissões Setoriais													
Organizações parceiras: Universidades													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Instituições Regionais, Governos Federal e do RS													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 25.000,00													
Fontes de recursos: Instituições Regionais, Governos Federal e do RS													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não													
Investimentos: Nenhum													
Despesas Correntes: gastos com contratação de palestrantes, divulgação, aluguel de espaço, deslocamentos e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 25.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								



7.2 Estratégia Regional 2

Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

Projetos estruturantes

Projeto Estruturante 1
Fortalecimento das Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência.
Projeto Estruturante 2
Fortalecimento das diretrizes e ações voltadas à prevenção do êxodo rural e da agricultura familiar
Projeto Estruturante 3
Promover e Fortalecer a rede de ações de esporte e culturas visando o protagonismo dos jovens
Projeto Estruturante 4
Plano de Prevenção à Violência
Projeto Estruturante 5
Prevenção à violência contra as mulheres através da capacitação de agentes públicos dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo e sensibilização comunitária e implantação de Centro Regional de Acolhimento e Patrulhas da Maria da Penha.
Projeto Estruturante 6
Investimento em tecnologia de segurança pública
Projeto Estruturante 7
Criação/ Ampliação de novos leitos de UTI



Projeto n. 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento das Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência
Localização: Municípios do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.115.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR, Secretarias municipais de Assistência social, de saúde e de educação

Escopo: Fortalecimento das políticas públicas para Pessoas com Deficiência, através da ação conjunta e intersetorial das áreas da saúde, assistência social e educação.

Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo

- Fortalecer as políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência.

Justificativa: Tendo em vista o elevado número de pessoas com deficiência na região, bem como a demanda reprimida e dificuldade de acesso a diversas ações e serviços voltados a esta população, justifica-se a realização do presente projeto.

Beneficiários: Pessoas com Deficiência e seus familiares.

Resultados pretendidos

- Qualificar as ações direcionadas às Pessoas com Deficiência, através do fortalecimento das políticas públicas direcionadas a esta população;

- Ampliar quantitativa e qualitativamente o atendimento na área da reabilitação em saúde das pessoas com deficiência; ser um polo de atendimento em reabilitação na região; acessar recursos tecnológicos no atendimento à saúde de pessoas com deficiência; ampliar e consolidar o acesso de qualidade aos usuários; diminuir a fila de espera e demanda reprimida para serviços de reabilitação;

- Ainda, o CER poderá constituir, de forma articulada com instituições de ensino e pesquisa, rede de pesquisa e inovação tecnológica em reabilitação e ser polo de qualificação profissional no campo da reabilitação.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de um Centro Regional Especializado em Reabilitação (CER), para atendimento em saúde para Pessoas com Deficiência. O CER é um ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de órteses, próteses, materiais especiais e tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território.

Meta: As instalações físicas e equipamentos devem estar em conformidade com as normas da ABNT para Acessibilidade e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (NBR 9050:1994); o Manual de Ambiente dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e o Manual de Identidade Visual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.



OBS: custeio pelo Ministério da Saúde após habilitação do serviço pelo mesmo.

Custo: R\$ 200.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Centro-Dia para pessoas com deficiência, que atende jovens e adultos com deficiência. Nesta unidade são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência. O Centro-Dia oferece atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, serve de apoio às famílias e aos cuidadores familiares na diminuição do estresse decorrente dos cuidados prolongados na família.

Meta: Implantar um Centro-Dia Regional para Pessoas com Deficiência nos cinco mais populosos municípios do Vale do Rio Pardo.

Custo: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 3: Ampliação do número de salas de recursos multifuncionais, com acessibilidade arquitetônica e transporte escolar acessível nos municípios do Vale do Rio Pardo.

Meta: Ampliar o atendimento nas escolas públicas para crianças e adolescentes com deficiência, bem como oferecer transporte apropriado/adaptado e espaços equipados.

Custo: R\$ 800.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Cursos de capacitação de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios para o atendimento das PcDs.

Meta: Realização de cursos de capacitação de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios para o atendimento das PcDs.

Custo: R\$ 115.000,00

Prazo: 12 meses (Curso de 30 horas - 1 curso por ano em cada município)

Produto 5: Implantar Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência em todos os municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo.

Meta: Implantar Conselhos Municipais de Pessoas com Deficiência em 100% dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo.

Custo: Sem custo

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR e Secretarias municipais de Assistência social, de saúde e de educação.



Órgãos Públicos Envolvidos: 13ª Coordenadoria Regional de Saúde; Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS); Secretarias Municipais de Saúde; Ministério da Saúde; Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência; Secretarias Municipais de Assistência Social; Secretarias Municipais de Educação; Secretaria Estadual do Trabalho; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Ministério da Educação.

Organizações parceiras: Universidade, Empresa, ONGs e Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Orçamento Estadual e Federal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.115.000,00

Fontes de recursos: Orçamento estadual e Federal

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.

Despesas Correntes: Gastos com material de consumo, pessoal administrativo e especializado.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 200.000,00

Produto 2: R\$ 1.000.000,00

Produto 3: R\$ 800.000,00

Produto 4: R\$ 115.000,00

Produto 5: Sem Custo

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5					X	X	X	X	X	X	X	X



2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X								
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X								
	Produto 5	X	X	X	X								
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								

Projeto n. 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento das diretrizes e ações voltadas à prevenção do êxodo rural e da agricultura familiar

Localização: Municípios do COREDE/VRP

Valor total estimado do projeto: R\$ 7.500.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR, APL VRP, organizações de agricultores como FETAG, EFAs, STR, SENAR, FARSUL e EMATER – ASCAR

Escopo: Com a implantação do projeto busca-se fortalecer e ampliar o acesso nas ações existentes, referente a educação no campo. Com as dificuldades que os jovens encontram no acesso à terra há um desestímulo párea a continuidade da vida no campo, pois estes muitas vezes sofrem com o preconceito e com o conservadorismo que acredita que a população do meio rural não precisa de qualificação e profissionalização, assim como possuir um grau mais avançado de estudo. Salienta-se que o atual currículo escolar é todo voltado a escolas do meio urbano, fato este que acaba por desestimular os jovens do meio rural. Desta forma, um grande avanço que



se salienta na região do Vale do Rio Pardo é a implantação de Escolas Agrícolas e Cooperativas Escolares, estas com suas diretrizes e ações todas voltadas ao meio rural, têm desenvolvido um campo muito amplo, na qual se fortalece o processo de escolaridade e qualificação profissional destes agricultores, pois os conhecimentos adquiridos enquanto técnicos agrícolas serão aplicados nas propriedades das famílias, fato este que fará toda a diferença no desenvolvimento de gestão da propriedade. Desta forma, acaba desencadeando todo um processo de desenvolvimento local e territorial, fortalecendo assim uma rede de conhecimento e principalmente de conhecimento técnico.

Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

Geral

- Viabilizar o processo de implementação de uma rede educacional voltada à população do meio rural, almejando o desenvolvimento do processo de resiliência e protagonismo, dos agricultores e agricultoras familiares do Vale do Rio Pardo.

Específicos

- Incentivar o processo de sucessão rural, permitindo que os jovens permaneçam trabalhando e vivendo na propriedade rural;
- Incentivar a manutenção e ampliação das variadas políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável dos agricultores e agricultoras familiares;
- Promover o processo de formação e capacitações constantes dos agricultores e agricultoras familiares;
- Incentivar a produção de alimentos agroecológicos como matriz tecnológica, visando uma soberania alimentar.

Justificativa: A região do Vale do Rio Pardo tem na sua grande maioria a predominância da agricultura familiar, esta conotação vem ao encontro com a realidade brasileira que agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Assim ressalta-se que estas produções são desenvolvidas dentro do próprio regime de mão de obra familiar. Dentre os grandes desafios existentes no contexto geral está o fato de que o termo agricultura familiar vem buscando cada vez mais seus espaços assim como a qualificação de todos os agricultores. Desta forma, justifica-se o referido projeto tendo em vista que uma das grandes preocupações das entidades envolvidas neste setor é que ocorra o processo de sucessão familiar, pois é através desta sucessão que se dará continuidade no cultivo de produtos alimentícios. Para tanto se faz necessário cada vez mais estarmos propiciando ações que envolvam todo o núcleo familiar, porém ainda tem-se muito no



que avançar em termos de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios desta população. Outro item importante que se deve dar conotação é que pelo fato da agricultura familiar ser responsável pela produção dos alimentos consumidos pela sociedade é que deve-se cada vez mais incentivar a criação de planos educacionais voltadas à educação do campo.

Beneficiários: Adolescentes, jovens, agricultores e agricultoras familiares

Resultados pretendidos

- Almeja-se como resultado uma maior inserção, qualificação dos adolescentes, jovens, agricultores e agricultoras familiares, junto às escolas do campo.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aporte financeiro para a construção de auditórios, salas de aula, informática e refeitórios.

Meta: Viabilizar a construção de unidades de alojamento e oportunizar uma melhor acomodação dos jovens durante o período das aulas pedagógicas e práticas.

Custo: R\$ 3.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Viabilizar a compra de móveis para acomodar os novos alunos durante o processo formação educacional.

Meta: Ampliar em 50% o ingresso de adolescentes e jovens no processo educacional das EFAs.

Custo: R\$ 2.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 3: Comercialização de alimentos, mudas hortaliças e artesanato rural.

Meta: Incentivar e viabilizar o processo de divulgação e comercialização de produtos, elaborados, através das Cooperativas Escolares e EFAs, dos municípios do Vale do Rio Pardo.

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Viabilizar a aquisição de laboratórios de informáticas.

Meta: Expandir, para todas as escolas do campo, o acesso e utilização dos computadores como ferramenta de inclusão social e digital, pois através do aceso as estas tecnologias oportunizará novos conhecimentos e qualificação para os jovens do meio rural.

Custo: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 48 meses



<p>Produto 5: Viabilizar a aquisição de acervos bibliográficos.</p> <p>Meta: Ampliar o acesso aos livros em todas as escolas do campo, instigando a leitura, pois é através dela que dar-se-á a aplicação de uma das principais ferramentas para formar cidadãos autocríticos, e a partir do contato com a leitura exercer o processo de transformar as comunidades e também um trabalho de qualidade, transformador e impactante.</p> <p>Custo: R\$ 500.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR, APL VRP, organizações de agricultores como STR e EMATER – ASCAR.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais e CREs</p>
<p>Organizações parceiras: FARSUL, FETAG, EFAs e SENAR</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: identificação da origem dos recursos</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros: Aprovação de plantas pelos órgãos fiscalizadores.</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 7.500.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Federal, Estadual e Municipal</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: R\$ 7.000.000,00</p>
<p>Despesas Correntes: R\$ 500.000,00</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 3.000.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 2.000.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 500.000,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 1.500.000,00</p>
<p>Produto 5: R\$ 500.000,00</p>



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X								



Projeto n. 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover e fortalecer a rede de ações de esporte e cultura visando o protagonismo dos jovens
Localização: Municípios do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 18.040.000,00
Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR, APL VRP, Ascar – Emater, EFA, SDR e Prefeituras Municipais e organizações de agricultores como FETAG através dos STRs, FARSUL, etc.

Escopo: Com a implantação do projeto busca-se criar, estabelecer, fortalecer e ampliar as ações existentes voltadas para os jovens do meio rural assim como os urbanos. Segundo dados do (IBGE, 2010), os jovens brasileiros, na faixa etária de 15 a 24 anos, somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população; em área rural vivem 5,9 milhões de jovens. Estes dados nos indicam que apenas 17,3% dos jovens brasileiros moram na zona rural. Como contraponto destacamos que a região do Vale do Rio Pardo é composta por municípios de pequeno porte, sendo que suas fontes econômicas vêm da agricultura familiar. Deste modo os órgãos gestores deveriam estar cada vez mais incentivando e priorizando ações variadas que venham ao encontro das necessidades das comunidades do meio rural. Um fator que vem sendo amplamente debatido e abordado é a criação de espaços que tragam cultura e lazer para o campo, pois são fatores de descontração e socialização que aliviam o estresse causado pelo desgaste do trabalho árduo do dia a dia. Com a implementação de ações que atendam os anseios e necessidades daqueles que vivem no campo. Não iriam deslocar-se para o meio urbano. Nesta lógica Carneiro (1998, p. 257) descreve que “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade”. Portanto, diante das descrições citadas justifica-se o referido projeto.

Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

Geral

- Disponibilizar e modernizar áreas para práticas de esporte, lazer e cultura, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, almejando reduzir a exclusão e risco social, propendendo uma melhora na qualidade de vida, assim como desenvolver o processo de resiliência e protagonismo dos jovens tanto do meio rural como na área urbana;
- Proporcionar oficinas de dança, música e teatro, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Autoconhecimento, autoestima, integração em grupo e maior motivação e envolvimento com a comunidade local e regional;
- Desenvolver relações interpessoais, comunicação e estratégias de liderança e ação grupal.

Justificativa: O Vale do Rio Pardo é composto por diversos municípios nos quais, em sua maioria, as maiores fontes de renda vêm da agricultura



familiar, da qual a mão de obra deste setor é oriunda do grupo familiar. Os jovens rurais, geralmente, começam a participar das atividades realizadas na propriedade rural muito cedo. Nesse período é muito comum incidir, também, um estreitamento das relações, interfamiliar e comunitárias, devido ao fator econômico, assim como a falta de opções de lazer, cultura e esporte junto ao meio rural. Desta forma, visa-se como alternativa propiciar aos adolescentes e jovens momentos de integração sociocultural e de lazer. Sabe-se que o processo histórico comprova que existe uma lacuna de ausências de políticas públicas voltadas à população do meio rural, em especial as de lazer. Isso acaba desencadeando o processo de redução de interesse destes jovens a permanecerem vivendo na zona rural. O Vale do Rio Pardo tem grande número de jovens permanecendo e desenvolvendo suas ações junto ao meio rural. Por isso ressalta-se muito a importância destas ações deste projeto, pois são ações fundamentais que ocorrem no processo de desenvolvimento, fortalecimento e reconhecimento desta população que são espaços fundamentais de desenvolvimento de todo o território. Deste modo, destaca-se que as atividades de lazer, culturas e esportivas são de extremas necessidades e importância para atender a necessidades dos jovens rurais.

Beneficiários: Adolescentes, jovens agricultores, familiares rurais, assim como jovens da área urbana.

Resultados pretendidos: Almeja-se com a execução do referido projeto que seja possível cada vez mais inserir os adolescentes e jovens em atividades de esporte, lazer e cultura, desenvolvendo assim um processo saudável e crítico, a prática esporte, assim como desenvolver o senso crítico através do lazer e cultura.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Arca das Letras

Meta: Viabilizar a acessibilidade e execução das ações do projeto Arcas das Letras nos municípios de abrangência do Vale do Rio Pardo.

Custo: R\$ 100.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Efetivação de Oficinas de Músicas.

Meta: Tem como objetivo proporcionar vivências das mais diversas expressões artísticas, desde o canto coletivo, a dança, a expressão corporal e as contações de histórias. A música quando inserida na rotina da criança, contribui muito para seu desenvolvimento neurológico, afetivo e motor, além de ser uma fonte de estímulos, equilíbrio e felicidade. Por seu poder criador e



libertador, a música torna-se um poderoso recurso pedagógico a ser utilizado nas classes de Educação Infantil, na fase da adolescência e juventude.

Custo: R\$ 3.588.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 3: Efetivação de Oficinas de Danças Culturais.

Meta: Desenvolver o processo de direcionamento interpessoal, autoestima, socialização, ritmo, motivação, equilíbrio visando uma efetivação na melhoria da qualidade de vida, assim como o processo de envolvimento comunitário da região do Vale do Rio Pardo.

Custo: R\$ 3.588.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Efetivação de oficinas de Teatro.

Meta: Explorar a criatividade através do teatro e da expressão corporal, autoconhecimento, ampliando desta forma a capacidade expressiva e possibilitando aos participantes descobrirem seus potenciais e alcancarem uma melhor compreensão de si mesmos com um reflexo transformador no meio onde vivem.

Custo: R\$ 3.588.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 5: Aquisição de materiais diversos para execução das oficinas.

Meta: Viabilização de matérias para os grupos de jovens e adolescentes das escolas do campo, materiais de uso pessoal, pedagógicos e lúdicos para a execução das oficinas, tais como: instrumentos musicais, roupas tradicionalistas, uniformes e utensílios diversos para a prática de esportes.

Custo: R\$ 3.588.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 6: Incentivo e aquisição de materiais para a prática de atividades do esporte amador no meio rural.

Meta: Viabilizar as atividades desenvolvidas junto ao esporte amador e a ligas de futebol, sendo estas atividades de esporte mais fortemente realizadas junto às comunidades do meio rural, e que tem por objetivos a pratica de esporte, fortalecimento dos vínculos comunitários, integração entre localidades do meio rural.

Custo: R\$ 3.588.000,00

Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR.

Órgãos Públicos Envolvidos: Coordenadorias Estaduais de Educação – CREs, Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Secretarias Municipais



da Agricultura, Secretarias de Esportes, Conselhos Municipais de Educação, Assistência Social, SDR, FETAG/RS, etc.													
Organizações parceiras: Grupo de Jovens e Juventudes e EFAs													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Estadual, Federal e Municipal													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros: Apreciação e aprovação dos respectivos Conselhos Municipais													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto:													
Fontes de recursos: Federal, Estadual e Municipal.													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: 18.040.000,00													
Despesas Correntes: 18.040.000,00													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 100.000,00													
Produto 2: R\$ 3.588.000,00													
Produto 3: R\$ 3.588.000,00													
Produto 4: R\$ 3.588.000,00													
Produto 5: R\$ 3.588.000,00													
Produto 6: R\$ 3.588.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 6					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X								
	Produto 5	X	X	X	X								
	Produto 6	X	X	X	X								



Projeto n. 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Prevenção à Violência
Localização: Municípios do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria da Segurança Pública, Brigada Militar
Escopo: Reparcelamento da Brigada Militar e Projetos de Prevenção à Violência.
Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo

- Fomentar através do reaparelhamento as atividades da Polícia Ostensiva, Polícia Comunitária do Interior, PROERD, PM Mirim, entre outros.

Justificativa: A Brigada Militar da região do Vale do Rio Pardo exerce suas atividades com foco na aproximação com a sociedade, através das atividades de Polícia Comunitária nas áreas urbanas e rurais. A fim de melhorar o atendimento no interior, onde o trajeto é mais acentuado devido à falta de asfaltamento, faz-se necessário a utilização de veículos tipo caminhonete, preferencialmente à diesel, a fim de propiciar inclusive o empreendimento de velocidade em casos de ocorrências policiais que sejam urgentes. Ainda, estas viaturas devem estar equipadas com uma arma potente, para que o Policial Militar possa fazer frente à criminalidade que atualmente vem se aproximando mais do interior, bem como utilizar calibres cada vez mais potentes. Mesmo nas áreas urbanas há necessidade de veículos leves *off road* e caminhonetes para melhor atender as circunstâncias peculiares à atividade de polícia ostensiva. Em razão das peculiaridades das atividades de segurança pública exercidas pela Brigada Militar é necessária a renovação constante das viaturas e equipamentos utilizados.

Refere-se ainda que a Brigada Militar, em especial na Região do Vale do Rio Pardo, desenvolve atividades sociais que buscam prevenir e orientar crianças e adolescentes a fim de que saibam lidar com as pressões sociais e manter-se longe das drogas e entorpecentes, através do programa Institucional PROERD e PM MIRIM, os quais necessitam de efetivos habilitados e disponíveis para sua realização, notebook, data show, entre outros, sendo que o PROERD ocorre tanto na área urbana quanto rural.

Nesta seara, ainda prescinde comentar que as atividades burocráticas atinentes ao serviço policial, que consiste no planejamento de operações, controle de efetivo e materiais, entre outros, quanto melhor equipada, menor o número de pessoas envolvidas em sua execução, possibilitando assim a gestão dos recursos humanos disponíveis.

Beneficiários: Rede pública e privada de ensino, comunidades da zona rural e urbana dos municípios, entre outros.

Resultados pretendidos

- Prevenir a ocorrência de delitos tanto na área urbana quanto rural, bem como levar aprendizado para manter-se longe da drogadição.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.



3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Reaparelhamento da Brigada Militar (aquisição de viaturas, equipamentos de porte individual e arma longa, coletes). Meta: redução da criminalidade. Custo: R\$ 930.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Aquisição de equipamentos de informática (computadores, impressoras). Meta: agilidade no desenvolvimento das atividades administrativas e liberação de pessoas para atividade fim. Custo: R\$ 40.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Complemento dos claros de efetivo existentes na região do Vale do Rio Pardo – Contratação de, em torno, 440 Policiais Militares. Meta: melhoria na prestação dos serviços de segurança pública e, conseqüentemente, aumento da prevenção e repressão a criminalidade. Custo: R\$ 3.000.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 4: Aquisição de equipamentos de informática (<i>notebook, data-show</i>). Meta: Prevenção ao uso e abuso de entorpecentes e outras drogas afins. Custo: R\$ 30.000,00 Prazo: 24 meses</p>
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Segurança Pública, Brigada Militar e Prefeituras, Secretaria Municipal de Educação</p>
<p>Organizações parceiras: CREs e Universidades</p>
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Governo Federal</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>



6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00													
Fontes de recursos: Governo do Estado, Prefeituras, ONG													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: R\$ 1.000.000,00 (com a aquisição de veículos e equipamentos de informática)													
Despesas Correntes: R\$. 3.000.000,00 (com a contratação e pagamento de salários do efetivo policial)													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 930.000,00													
Produto 2: R\$ 40.000,00													
Produto 3: R\$ 3.000.000,00													
Produto 4: R\$ 30.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X								



Projeto n. 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Prevenção à violência contra as mulheres através da capacitação de agentes públicos dos municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo, sensibilização comunitária e implantação de centro regional de acolhimento e patrulhas da Maria da Penha

Localização: Municípios do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias municipais, estaduais, federal de assistência social, educação, saúde, segurança, trabalho e cidadania, UNISC e demais entidades que trabalham ou se identificam com o público alvo.
Escopo: O referido projeto tem por objetivos realizar diversas ações que venham ao encontro com prevenção e até a erradicação da violência contra as mulheres. Sabe-se que o Brasil tem um dos maiores índices de prática de violências contra o gênero em questão, isso se dará pelo fato do Brasil ser um país que ainda carrega algumas características arcaicas que vem desde o tempo da colonização, em que as mulheres eram de total subordinação a seus companheiros, maridos, pais e demais familiares. Desta forma, a região de abrangência do COREDE Vale do Rio Pardo não fica muito distante da realidade nacional, onde diariamente as mulheres são vítimas dos mais variados tipos de violência, seja ela física ou psicológica. A violência contra mulheres representa uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo seu direito à vida, à saúde e à sua integridade física. Diante desta realidade, como órgão gestor, se faz primordial intermediar diversas ações que venham a suprir esta lacuna de violação dos direitos, em que as políticas públicas traduzem, na sua metodologia de elaboração, implantação e efetivação. Como forma de primeira instância de execução destas ações, são através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Patrulha da Maria da Penha, Estratégias de Saúde da Família – ESFs, entre outros. Uma das primordiais ações que se faz necessário é a implantação de um Centro Regional de Acolhimento as Mulheres Vítimas de Violências, pois a região do Vale do Rio Pardo é composta por município de pequeno porte, incluídos na gestão básica da Política Nacional de Assistência Social, e não possuem recursos financeiros e humanos para atender esta demanda. Portanto, isso justifica a importância do referido projeto.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Socioeconômico do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o programa de prevenção à violência contra a mulher; - Promover, qualificar, implantar e implementar ações de enfrentamento à violência contra a mulher através da capacitação de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios;



- Promover campanhas informativas e/ou preventivas em escolas e para a sociedade, a fim de trazer à tona o debate, a conscientização, para a prevenção a violência contra as mulheres;
- Implantar um centro regional de atendimento e acolhimento para as mulheres;
- Incentivar a criação de Coordenadorias da Mulher nos municípios;
- Implantar Patrulhas da Maria da Penha nos Municípios.

Justificativa: A região do Vale do Rio Pardo é composta por município de pequeno porte, tendo a maior parte da população ainda residindo no meio rural. Desta forma, a ausência de políticas públicas tende a ficar mais distante, sobretudo quando está em questão a violação de direitos humanos. Vale lembrar que o conceito de gênero se estrutura a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, entre sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo as relações hierárquicas e de poder. Também ressalta-se que existem outras desigualdades que vêm a contribuir com este processo de violação de direitos, entre eles a raça/etnia, classe social, questões financeiras, vulnerabilidade social entre outras. Portanto, a transversalidade de execução das mais variadas políticas públicas institucionais e privadas que venha a trabalhar de forma abrangente as questões de gênero, entende-se que é de responsabilidade dos mais variados agentes públicos e das mais diversas esferas governamentais, garantindo, assim, eficácia das ações e indo ao encontro da preconização da Constituição Federal de 1988, que considera o contexto do processo democrático cada vez mais consolidado no Brasil, através dos espaços de participação da sociedade civil, dos conselhos de direitos. Ressalta-se que o referido projeto almeja, através das execuções das ações, uma forte interlocução e fortalecimento da rede socioassistencial entre as diversas entidades envolvidas na questão de prevenção da violação de direitos e na livre escolha da opção sexual entre homens e mulheres.

Beneficiários: Adolescentes, jovens, mulheres e homens da região do Vale do Rio Pardo e abrangência do território do COREDE.

Resultados pretendidos

- Fortalecimento dos programas de prevenção à violência existente contra a mulher;
- Promoção, qualificação, implantação e implementação de ações de enfrentamento à violência contra a mulher através da capacitação anual de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios;
- Promoção anual de campanhas informativas e/ou preventivas em escolas e para a sociedade, a fim de trazer à tona o debate, a conscientização, para a prevenção à violência contra as mulheres;
- Implantação de um centro regional de atendimento e acolhimento para as mulheres;



- Coordenadorias da Mulher implantadas e funcionando na totalidade dos municípios;
- Implantação das Patrulhas da Maria da Penha nos Municípios;
- Diminuição de casos de violência contra as mulheres;
- Diminuição dos óbitos de mulheres em decorrência da violência.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Patrulhas da Maria da Penha implantadas e funcionando nos municípios.

Meta: Implantação das Patrulhas da Maria da Penha nos Municípios.

Custo: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Coordenadorias da Mulher implantadas e funcionando na totalidade dos municípios.

Meta: Criação e funcionamento das Coordenadorias da Mulher nos municípios.

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 3: Centro Regional de Atendimento e Acolhimento para as mulheres.

Meta: Implantação de um centro regional de atendimento e acolhimento para as mulheres.

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 36 meses

Produto 4: Cursos de capacitação de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios de enfrentamento a violência contra a mulher.

Meta: Realização de cursos de capacitação de agentes públicos, entidades e comunidade em geral dos municípios de enfrentamento a violência contra a mulher.

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 5: Campanhas contínuas de conscientização a não violência contra a mulher e divulgação das políticas públicas da mulher.

Meta: Realização de campanhas de conscientização a não violência contra a mulher e divulgação das políticas públicas da mulher.

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 48 meses



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR-VRP.													
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Política para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Estadual, Secretarias Municipais, Brigada Militar, Polícia Civil, Coordenadorias das Mulheres, Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, Federação dos Agricultores e Agricultoras Familiares Rurais – FETAG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Ascar – Emater.													
Organizações parceiras:													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de financiamento: Orçamento Estadual, Federal e Municipal													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros: Apreciação e aprovação dos respectivos conselhos deliberativos													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00													
Fontes de recursos: Federal, Estadual, Municipal e fontes captadoras de recursos													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de atividades e material permanente													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 1.000.000,00													
Produto 2: R\$ 500.000,00													
Produto 3: R\$ 500.000,00													
Produto 4: R\$ 500.000,00													
Produto 5: R\$ 500.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X



Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X								
	Produto 5	X	X	X	X								



Projeto n. 6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Investimento em tecnologia de segurança pública
Localização: Municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Venâncio Aires, Candelária, Sobradinho, Encruzilhada e Vera Cruz
Valor total estimado do projeto: R\$ 75.000,00 (havendo necessidade de manutenção anual dos sistemas)
Duração do projeto: 06 meses (a partir da aquisição dos equipamentos)
Responsável pela implementação: Brigada Militar CRPO/VRP
Escopo: Implementar a informatização do registro de Boletins de Ocorrências e Termos Circunstanciados nos municípios sede de Companhia ou Batalhão Policial Militar, além de municípios estratégicos na área (Santa Cruz do Sul,

Rio Pardo, Venâncio Aires, Candelária, Sobradinho, Encruzilhada e Vera Cruz) da região do COREDE do Vale do Rio Pardo.

Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Sociocultural do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo O projeto visa qualificar e agilizar o atendimento de ocorrências policiais onde há a necessidade de lavratura de Ocorrência Policial ou Termo Circunstanciado.

Justificativa: No desenvolvimento das atividades de Polícia Ostensiva em um de seus aspectos há a necessidade de produção de documentos hábeis a registrar fatos. Ocorre que no desenvolvimento destas atividades todos os documentos produzidos pela Brigada Militar são efetuados de forma física, através de formulários, que após serem preenchidos pelo policial militar, são digitalizados em um sistema por outro policial. Assim, em síntese, no modelo atual existe uma sobreposição de tarefas, ou seja, há um retrabalho na confecção dos documentos operacionais produzidos pela Brigada Militar. Assim, urge a necessidade de mudar essa realidade. Diante disso, buscando aprimorar os serviços prestados pela Brigada Militar à comunidade da região do Vale do Rio Pardo, a implementação de um novo sistema (projeto este aos moldes do já existente em Caxias do Sul) se torna a forma mais viável, pois o policial militar ao fazer os registros de forma virtual, através de um aplicativo da internet, possibilitará que as informações sejam encaminhadas pela internet ao destinatário final. Com essa medida, além da economia de tempo no atendimento das demandas da comunidade, haverá melhor gestão dos recursos humanos disponíveis, e melhor qualidade das informações prestadas ao Poder Judiciário. A escolha para iniciar o projeto recai sobre os municípios acima elencados em razão do número de ocorrências registrados, além da posição estratégica de proximidade com os demais municípios da região, no caso de Encruzilhada, a distância da sede (Rio Pardo).

Beneficiários: Sociedade em geral, bem como os Policiais Militares da Região do Vale do Rio Pardo.

Resultados pretendidos: O projeto pode inicialmente ser implementado no município de Santa Cruz do Sul e, a partir dos resultados, nos demais municípios de forma que possa ocorrer melhor gestão dos recursos humanos, bem como melhoria na prestação de serviço à comunidade, possibilitando agilidade no transcurso de informações ao MP, Judiciário, DP, entre outros.

Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO



<p>Produto 1: implementar o projeto de informatização do registro de ocorrências no município de Santa Cruz do Sul.</p> <p>Meta: Equipamentos a serem disponibilizados para três viaturas.</p> <p>Custo: R\$ 17.000,00</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>Produto 2: implementar o projeto de informatização do registro de ocorrências nos municípios de Rio Pardo, Venâncio Aires, Candelária, Sobradinho, Encruzilhada e Vera Cruz.</p> <p>Meta: Equipamentos a serem disponibilizados para uma viatura, exceto Rio Pardo e Venâncio Aires que terão 02 viaturas com o equipamento.</p> <p>Custo: R\$ 58.000,00</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto:</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Segurança Pública e Judiciário</p>
<p>Organizações parceiras: ONG e outros</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governo Federal</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Se recurso público (sim)</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 75.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Federal</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: Gastos com execução de obras e aquisição de equipamentos e material permanente.</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades e material de consumo</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 17.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 58.000,00</p>



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1							X	X	X	X	X	X
	Produto 2							X	X	X	X	X	X

Projeto n. 7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação e ampliação de novos leitos de UTI nos hospitais da região
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 243.600.000,00
Duração do projeto: 180 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Sociocultural
Escopo: Ampliar o número de leitos de UTI adulta e pediátrica nos hospitais da região.
Responsável: Coordenação Comitê Setorial Sociocultural, Hospitais e 13ª Coordenadoria Estadual da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e qualificar a estrutura de atendimento e a capacidade instalada na região de unidades de tratamento intensivo de saúde; - Ampliar a capacidade de atendimento na região de pacientes adultos e crianças em grave condição de saúde, reduzindo o alto custo da “ambulancioterapia” entre os municípios da região e os hospitais da região metropolitana de Porto Alegre; - Diminuir o deslocamento dos familiares que buscam atendimento para tratamento intensivo em outras regiões.
<p>Justificativa</p> <p>A comunidade regional, historicamente, tem demandado a necessidade de ampliação dos leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (adulto e pediátricos) nos hospitais da região para promover melhores condições de atendimento da população regional. Atualmente, segundo dados do CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde), 2014, a região possui apenas 39 leitos de UTIs (adulto e pediátrica) em funcionamento nos hospitais da região. Desse total, 29 estão localizados nos hospitais de Santa Cruz do Sul e 10 no hospital de Venâncio Aires. Essa oferta de leitos de UTI não é suficiente na atualidade para atender a demanda regional, o que tem levado ao direcionamento de pacientes em estado grave de saúde para os hospitais da região metropolitana de Porto Alegre, sobrecarregando a capacidade</p>



<p>daqueles estabelecimentos. Em 2015, a região apresentava um total de 1.049 leitos para internação e outros 60 leitos complementares, totalizando 1.109 leitos gerais. Tem-se, assim, um percentual de 3,51% de leitos de UTI para os leitos gerais, constatando-se um percentual abaixo do intervalo considerado ideal pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde, que estava entre 7% e 10%, em 2006. Além disso, há uma grande concentração espacial na região dos leitos de UTI, já que 100% deles estão localizados na região centro-sul (74% em Santa Cruz do Sul e 26% em Venâncio Aires), apresentando a inexistência desse serviço na microrregião do Centro Norte.</p>
<p>Beneficiários: população da região</p>
<p>Resultados pretendidos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a estrutura de atendimento de UTIs Adulta e Pediátrica na região; - Ampliar a cobertura territorial do atendimento de UTIs na região.
<p>Alinhamento Estratégico: Promover, ampliar e qualificar os equipamentos e serviços públicos em prol de melhor qualidade de vida e segurança para a população regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Ampliar o número de UTIs para adultos nos hospitais da região. Meta: Criar, equipar e manter 20 UTIs Adulto nos hospitais da região. Custo: R\$ 121.800.000,00 Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 2: Ampliar o número de UTIs Pediátricas nos hospitais da região. Custo: Criar, equipar e manter 20 UTIs Pediátricas nos hospitais da região. Meta: R\$ 121.800.000,00 Prazo: 180 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Comitê Setorial sociocultural do PEDR, Hospitais, Secretaria Municipal da Saúde, 13ª Coordenadoria Regional de Saúde.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e 13ª Coordenadoria Regional de Saúde</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade, Cooperativas de Médicos, Laboratórios Clínicos</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: identificação da origem dos recursos</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim ou Não</p>
<p>Desapropriação: Sim ou Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim ou Não</p>



Licitação: Sim ou Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 243.600.000,00													
Fontes de recursos: Orçamentos estadual, federal e municipal e planos de saúde privados													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Gastos com execução de obras e aquisição de equipamentos e material permanente.													
Despesas Correntes: Gastos com remuneração de pessoal especializado e de apoio e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 121.800.000,00													
Produto 2: R\$ 121.800.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2023	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2024	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2025	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2026	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2027	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2028	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2029	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2030	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2031	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2032	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								



7.3 Estratégia Regional 3

Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

Projeto Estruturante 1

Projeto Estruturante 1

Fortalecer e Fomentar a produção, industrialização e comercialização da agricultura familiar

Projeto Estruturante 2

Desenvolver a cultura da cooperação e empreendedorismo

Projeto Estruturante 3

Qualificação e Desenvolvimento do Turismo do Vale do Rio Pardo
Projeto Estruturante 4
Desenvolvimento e inovação tecnológica da região
Projeto Estruturante 5
Ampliar ações de qualificação técnica e profissionalizante para atividades produtivas nos municípios
Projeto Estruturante 6
Melhoria na estrutura física e técnica do sistema de inspeção para a produção de alimentos de origem animal

Projeto n. 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer e fomentar a produção, industrialização e comercialização de alimentos da agricultura familiar na região Vale do Rio Pardo.
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 46.600.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: APL de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do VRP.
Escopo: Com a implantação do projeto buscar-se-á fortalecer e ampliar as ações que a Gestão do Arranjo Produtivo Local de Produção de Agroindústria e Produção de Alimentos pela Agricultura Familiar vem desenvolvendo para fomentar e organizar a produção, industrialização e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar no Vale do Rio Pardo. A primeira ação do projeto é manter uma equipe específica para fazer a articulação de todas as entidades que possuem ações na atividade de produção de alimentos e fazer a transversalidade de políticas públicas para potencializar e desenvolver a agricultura familiar na região. A segunda ação da proposta é realizar um diagnóstico para buscar informações sobre a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo. Estima-se que a grande parte dos alimentos consumidos na região são produzidos em outras regiões do Estado, o que faz do Vale do Rio Pardo um importador de alimentos. A cultura do tabaco é o grande responsável, pois até mesmos os agricultores que produzem tabacos preferem produzir o máximo possível dessa cultura e adquirir no mercado varejista o seu próprio alimento. É preciso buscar informações sobre o consumo de alimentos para mostrar o verdadeiro potencial da atividade de produção de alimentos pela agricultura familiar. No que se refere à produção, serão ampliados os recursos de programas de fomentos à olericultura, fruticultura, piscicultura,



avicultura colonial, suinocultura, bovinocultura de leite e carne, ovinocultura, caprinocultura, apicultura, etc., com o objetivo de potencializar a produção primária dessas cadeias. Para a industrialização serão oferecidos recursos para a implantação de novos empreendimentos familiares, bem como para a adequação dos já existentes, para atenderem a legislação e buscarem a sua formalização/legalização. Da mesma forma serão disponibilizados recursos para a implantação de estruturas municipais de abatedouros e casas de inspeção de ovos para prestar serviço aos produtores das cadeias de produção animal já citadas anteriormente. Para a comercialização serão disponibilizados recursos para criar, ampliar e melhorar as estruturas de armazenagem e de logística de produtos da agricultura familiar para atender a demanda de produtos pelos mercados institucional e de consumidores em geral do Estado do RS. Também para a comercialização serão fortalecidas as estruturas que já existem, como a SEASA Regional e criados novos canais e pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar, nos centros de maior concentração de consumidores para atender a demanda por esses produtos de forma contínua.

Responsáveis: Jesus Edemir Rodrigues e Giovane Wickert / Lea Vargas

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Geral

- Manter a articulação e gestão do APL de Alimentos e identificar a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo para potencializar a produção, industrialização e comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar do Vale do Rio Pardo, através de programas de fomentos às cadeias de olericultura, fruticultura, piscicultura, avicultura colonial, suinocultura, bovinocultura de leite e carne, ovinocultura, caprinocultura, apicultura, entre outras.

Específicos

- Manter uma equipe específica para a Gestão do Arranjo Produtivo Local – APL de Agroindústria e Produção de Alimentos pela Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo.

- Identificar a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo;

- Criar, fortalecer e ampliar o repasse de recursos para programas de fomento à produção primária de alimentos;

- Criar, fortalecer e ampliar o repasse de recursos para programas de fomento à agregação de valor aos alimentos minimamente processados e industrializados;

- Criar, fortalecer e ampliar o repasse de recursos para programas de fomento à comercialização de produtos produzidos pela agricultura familiar, através de melhorias nas estruturas armazenagem, logísticas e pontos de vendas.



Justificativa:

A Agricultura Familiar vem conquistando, nos últimos anos, um espaço muito importante junto ao Estado brasileiro e na opinião pública como um todo, pois é desta atividade que provém cerca de 70% dos alimentos que constituem a mesa dos brasileiros. Na região Vale do Rio Pardo, conforme dados de 2010 do OBSERVA-DR, o percentual de população no meio rural é 36,87% enquanto no Estado do Rio Grande do Sul é de apenas 14,90%. Já o número de estabelecimentos rurais na região chega à 50.767, os quais em sua maioria, levando-se em conta a área média de 26,99 ha, são agricultores familiares e potenciais produtores de alimentos.

Diante desse cenário, o grande desafio da região é aglutinar os esforços de entidades que trabalham com a agricultura familiar para buscar, em conjunto, soluções e alternativas para este público específico, pois ano a ano presencia-se o envelhecimento e a redução da população rural, principalmente, por jovens filhos desses agricultores que migram para os centros urbanos atraídos pela esperança de encontrar uma condição de vida melhor do que possuem no meio rural. Com base nesta realidade, a região Vale do Rio Pardo precisa articular e realizar ações que visam aumentar a produção de alimentos, diminuindo a dependência do tabaco, que ainda é predominante, fazendo com que os filhos queiram permanecer no meio rural. É importante salientar que, desde o ano de 2012, a região vem desenvolvendo ações com o objetivo de fomentar a produção de alimentos pela agricultura familiar e sua agroindustrialização, criando mecanismos que facilitem a comercialização desta produção. Uma das formas de potencializar a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar será a plataforma de comercialização que o APL de Agroindústria e Produção de Alimentos pela Agricultura Familiar do VRP, com recursos do Programa de APLs do Governo do Rio Grande do Sul, irá disponibilizar até setembro de 2017. Esse sistema, além de fazer o mapeamento de toda a produção de alimentos no VRP, também irá fazer com que os consumidores tenham acesso a essa oferta, criando a demanda desses alimentos, através de um diálogo entre o produtor e o consumidor o que resultará numa relação de confiança mútua. Além disso, os fornecedores de insumos poderão dialogar e se relacionar, de forma direta, com os agricultores familiares produtores de alimento para que também desenvolvam uma relação comercial e de interesses. As instituições que têm envolvimento com a atividade de produção de alimentos na região também estarão comprometidas em fazer com que esses agricultores familiares se apropriem das políticas públicas das esferas municipais, estadual e federal para potencializar a produção de alimentos e, conseqüentemente, melhorar a renda dos agricultores familiares do Vale do Rio Pardo.

Beneficiários: Agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares e consumidores de alimentos.



Resultados pretendidos: Um dos principais resultados pretendidos com o projeto à curto prazo é de manter o percentual de população rural na região Vale do Rio Pardo e, para isso, é preciso aumentar a renda das famílias com a atividade de produção de alimentos. Também a curto e médio prazo é preciso tornar a região Vale do Rio Pardo autossuficiente na produção de alimentos e evitar a importação de alimentos de outras regiões do Estado e até mesmo do País. Como resultado a longo prazo é preciso consolidar o Vale do Rio Pardo como região produtora de alimentos da agricultura familiar e torná-la exportadora de alimentos para o Brasil e até mesmo para outros países do mundo.

Alinhamento Estratégico: Ampliação do potencial produtivo da região, estimulando a diversidade de atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Articulação e Gestão do APL de Produção de Alimentos e Agroindústria pela Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo.

Meta: Manter a articulação da governança do APL para acompanhar a implantação de projetos de fomento na produção de alimentos pela agricultura familiar no Vale do Rio Pardo.

Custo: 1.200.000,00

Prazo: de 01 a 48 meses.

Produto 2: Diagnóstico sobre a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo.

Meta: Levantar dados sobre o mercado de alimentos consumidos no VRP para tornar a atividade mais atrativa aos agricultores familiares.

Custo: 400.000,00

Prazo: de 01 a 24 meses.

Produto 3: Produção primária de alimentos.

Meta: Produzir todos os alimentos com viabilidade técnica de produção na região para atender 100% da demanda do Vale do Rio Pardo.

Custo: 11.000.000,00

Prazo: de 01 a 48 meses.

Produto 4: Industrialização de alimentos/formalização dos empreendimentos.

Meta: Ampliar em 50% o número de empreendimentos de processamento mínimo e de industrializados com formalização/legalização de 90% de todos eles.

Custo: 7.000.000,00

Prazo: de 01 a 48 meses.



<p>Produto 5: Industrialização de alimentos/estruturas municipais de abatedouro e casa de inspeção de ovos coloniais. Meta: Implementar abatedouros e casas de inspeção de ovos para atender 100% dos municípios do Vale do Rio Pardo. Custo: 9.000.000,00 Prazo: de 01 a 48 meses.</p>
<p>Produto 6: Comercialização de alimentos/estruturas de armazenagem. Meta: Ampliar e melhorar as estruturas de armazenagem para atender 100% da demanda regional de alimentos do Vale do Rio Pardo nos mercados institucional e de consumidores em geral. Custo: 10.000.000,00 Prazo: de 01 a 48 meses.</p>
<p>Produto 7: Comercialização de alimentos/logística. Meta: Ampliar e melhorar as estruturas de logística para atender 100% da demanda regional de alimentos do Vale do Rio Pardo nos mercados institucional e de consumidores em geral. Custo: 2.000.000,00 Prazo: de 01 a 48 meses.</p>
<p>Produto 8: Comercialização de alimentos/estrutura de comercialização. Meta: Criar, ampliar e melhorar as estruturas de comercialização para atender 100% da demanda regional de alimentos do Vale do Rio Pardo nos mercados institucional e de consumidores em geral. Custo: 6.000.000,00 Prazo: de 01 a 48 meses.</p>
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Equipe Técnica do CISVALE e Técnicos dos Escritórios Municipais da Emater-RS</p>
<p>Orgãos Públicos Envolvidos: FEPAM, Vigilância Sanitárias, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), SEAPI, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou Similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou Similares e SDR.</p>
<p>Organizações parceiras: Unisc, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais, ASSEMP, Santa Cruz Novos Rumos.</p>
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Governo Federal e Governo Estadual</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>



Outros: Aprovação de plantas pelos órgãos fiscalizadores do processo produtivo.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 34.000.000,00

Despesas Correntes: R\$ 12.600.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 1.200.000,00

Produto 2: R\$ 400.000,00

Produto 3: R\$ 11.000.000,00

Produto 4: R\$ 7.000.000,00

Produto 5: R\$ 9.000.000,00

Produto 6: R\$ 10.000.000,00

Produto 7: R\$ 2.000.000,00

Produto 8: R\$ 6.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Ano	Etapas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Elaborar projeto básico do produto 1				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 2				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 3				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 4				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 5				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 6				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 7				X	X	X	X	X	X			
	Elaborar projeto básico do produto 8				X	X	X	X	X	X			
	Definir produtos prioritários do projeto							X	X	X	X	X	X
	Elaborar projeto executivo do projeto incluindo os seis produtos							X	X	X	X	X	X
	Definir financiadores do projeto				X	X	X	X	X	X	X	X	X



Ano	Etapas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Definir os indicadores de impacto, de efetividade, de desempenho e operacionais do projeto executivo;							X	X	X	X	X	X
	Implementar o projeto executivo							X	X	X	X	X	X
2018	Etapas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Adequar projeto executivo conforme necessidades e se necessário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Definir financiadores do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Implementar o projeto executivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Etapas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Adequar projeto executivo conforme necessidades e se necessário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Definir financiadores do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Implementar o projeto executivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Etapas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Adequar projeto executivo conforme necessidades e se necessário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Definir financiadores do projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Implementar o projeto executivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Projeto n. 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Desenvolver a cultura de cooperação e empreendedorismo
Localização: Municípios de abrangência do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 328.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: SEBRAE e Universidades
Escopo: Capacitações e eventos a serem realizados nos municípios de abrangência do COREDE/VRP. As capacitações e eventos terão como objetivo desenvolver a cultura e promover a conscientização sobre a importância da cooperação e empreendedorismo para o desenvolvimento da região.
Responsável: Comissão Setorial Econômica (Direção regional do SEBRAE e Pró-Reitor de Extensão da UNISC)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo - Realizar capacitações (cursos e oficinas) e eventos nos municípios de abrangência do COREDE/VRP visando a promoção de uma maior conscientização e cultura de cooperação e empreendedorismo nos municípios e na região.
Justificativa: A análise situacional do diagnóstico regional apontou como obstáculo ao desenvolvimento de projetos setoriais e iniciativas econômicas na região a existência de práticas individualistas e de ações isoladas e/ou desarticuladas, bem como uma baixa capacidade de empreendedorismo por parte dos agentes sociais dos municípios e região. Diante disso, definiu-se como prioritária o desenvolvimento de projetos, como este, que proporcionem oportunidades de desenvolver a cultura da cooperação entre os agentes sociais e políticos da região, bem como difundir a importância dos valores do empreendedorismo e de capacitar os agentes sociais a utilizarem novas atitudes e a desenvolverem novas competências no desenvolvimento de suas atividades econômicas e sociais.
Beneficiários: Agentes sociais e econômicos dos municípios de abrangência do COREDE/VRP
Resultados pretendidos: - Ampliar a cultura da cooperação social e econômica entre a população da região; - Difundir os preceitos, valores e instrumentos que estimulem o empreendedorismo nas práticas sociais e no desenvolvimento das atividades econômicas;



- Ampliar as relações horizontais de parceria e cooperação entre instituições e organizações sociais, econômicas e políticas, visando gerar novas oportunidades e projetos de desenvolvimento sustentável para a região;
- Estimular a criação de novas oportunidades de geração de emprego e renda e de desenvolvimento social.

Alinhamento Estratégico: Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Capacitações através da realização de cursos e oficinas sobre os temas cooperação e empreendedorismo, para os agentes sociais e econômicos nos diversos municípios de abrangência do COREDE/VRP.

Meta: Realizar 01 curso e 01 oficina para capacitar os agentes sociais e econômicos em cada um dos municípios da região do COREDE/VRP.

Custo: Realização de 01 curso (R\$ 4.000,00) e 01 oficina por município (R\$ 4.000,00) = 8.000,00 x 23 municípios=R\$ 184.000,00.

Prazo: 36 meses

Produto 2: Eventos semestrais sobre os temas cooperação e empreendedorismo, nos municípios polos das Microrregiões Norte (Sobradinho) e Centro-Sul (Santa Cruz do Sul) destinados aos agentes sociais e econômicos (agricultores, microempresários, empresários, agentes sociais dos diversos municípios em cada microrregião do COREDE/VRP.

Meta: Realizar 02 eventos (semestrais) nos Municípios polos microrregionais de Santa Cruz do Sul e Sobradinho.

Custo: Realização de 02 eventos semestrais (12.000,00 por evento x 2 eventos semestrais x 06 semestres) =R\$ 144,000,00

Prazo: 36 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE, Coordenador de Extensão da UNISC e demais universidades, Representante das Associações Comerciais e Industriais da região e Representante das Associações de Municípios da região.

Órgãos Públicos Envolvidos: Os Municípios (por meio das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico) de abrangência do COREDE/VRP.

Organizações parceiras: ACIs, Universidades e SEBRAE.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Instituições Regionais e Governo Estadual

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não



Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 328.000,00													
Fontes de recursos: Órgãos Públicos													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não													
Investimentos: nenhum													
Despesas Correntes: gastos com material impresso de divulgação, contratação de consultores e palestrantes, material de consumo, divulgação na mídia e aluguel de espaços para os eventos.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 184.000,00													
Produto 2: R\$ 144.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								



Projeto n. 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação e Desenvolvimento do Turismo do Vale do Rio Pardo
Localização: Municípios do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Comitê Setorial Econômico do PEDR (Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo – ATURVARP, APL VRP, Ascar – Emater, SDR, Nedet centro-serra, Consórcio Intermunicipal Vale do Jacuí e Prefeituras Municipais e organizações de agricultores como FETAG e FARSUL).

Escopo: Qualificação de professores, alunos do ensino fundamental e médio para conhecer, entender, vivenciar e empreender em Turismo, disseminando a cultura. Fortalecer e ampliar as ações de Turismo nos municípios que compõem a Microrregião Centro-Serra do COREDE/VRP, buscando uma melhoria da infraestrutura de serviços de hotelaria, restaurantes e de pousadas voltadas para o atendimento de visitantes em busca de turismo de lazer e de aventura a partir da implantação de uma Rota que contemple a grande potencialidade natural da região. Assim como ações de capacitação voltadas para os colaboradores do setor público e privado para o melhor atendimento dos turistas, gerando divisas relevantes para a economia dos municípios que irão compor a rota. Por fim, a partir da criação de uma entidade gestora busca-se uma supervisão e acompanhamento dos empreendimentos criados em torno da rota com o propósito de qualificar os serviços oferecidos para os visitantes.

Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Econômico

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Capacitar os alunos do Ensino Fundamental (4º Ano) e Médio (2º Ano), sensibilizando-os para conhecer e entender o que é Turismo, sua importância no desenvolvimento regional e empreender na atividade;
- Criar uma Rota Turística com um trajeto de mais de 300 km, que integrará os municípios de Candelária, Lagoão, Tunas, Jacuizinho, Salto do Jacuí, Estrela Velha, Arroio do Tigre, Segredo, Passa Sete, Lagoa Bonita, Sobradinho, Ibarama, Agudo, Paraíso do Sul, Novo Cabrais e Cerro Branco, que será utilizada pelos caminhantes, cavaleiros, ciclistas e turistas *Off Road*;
- Realizar um estudo de viabilidade do turismo no centro-serra com o propósito de identificar o interesse em entidades do setor público e privado e sociedade civil;
- Desenvolver um inventário turístico como as potencialidades municipais nos possíveis municípios que irão fazer parte da rota turística;
- Realizar reuniões de trabalho nos municípios, visita em propriedades parceiras, levantamentos fotográficos e de georreferenciamento do trajeto da rota e futuras pousadas e hotéis voltados aos turistas visitantes;
- Elaborar a documentação necessária para o envio para os órgãos de desenvolvimento do Turismo no Estado e no Governo Federal;
- Criar entidade gerenciadora da Rota Turística e seus respectivos gestores dos municípios membros;



- Desenvolver um plano de trabalho com as etapas de implantação do projeto voltadas para a identificação de rotas, estratégias de *marketing*, qualificação de colaboradores do setor de serviços e dos órgãos públicos;
- Organizar um cronograma de atividades voltado para turmas de turistas interessados em *Off Road*, Trilha de *Mountain Bike*, Trilhas a Cavalo, Trilhas para Caminhada e Turismo em Povos e Comunidades Tradicionais;
- Acompanhar e supervisionar a partir da entidade gestora a rota com visitas periódicas de avaliação com o propósito de apresentar os resultados para entidades e prefeituras municipais.

Justificativa

Justifica-se a implantação do projeto, visando construir uma região com visão holística do turismo, contribuindo assim para o desenvolvimento e crescimento das oportunidades de qualidade de vida através da geração de empregos na atividade terciária, uma vez que a economia da região se baseia na cadeia produtiva do tabaco o qual enfrenta restrições na sua produção e comercialização. O projeto é de suma importância para contribuir para que a atividade turística apareça como oportunidade de geração de renda e qualidade de vida na região e que está se consolidando como um destino turístico, uma vez que existe um potencial cultural, gastronômico e ambiental propício para tal. Importante ressaltar que a região também possui uma entidade de governança consolidada e reconhecida pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – SETEL/RS em que ambas desenvolvem projetos em parceria com objetivo de alavancar a atividade turística regional com expressão estadual, nacional e internacionalmente.

A Microrregião Centro-Serra, atualmente, apresenta uma grande potencialidade para o turismo devido a sua diversidade topográfica, diversidade étnica e cultural, a existência de recursos hídricos (barragens) e fatos e pontos históricos. Essa abundância de elementos necessários para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva do turismo como fonte de exploração é pouco utilizada nos municípios do Território Centro-Serra. Portanto, com o desenvolvimento do projeto buscar-se-á de fato desenvolver uma série de atividades com o objetivo de preparar e capacitar os empreendimentos para explorar economicamente esse potencial, através da criação de uma rota turística e uma entidade de governança regional de turismo composta pelos municípios do Centro-Serra.

Beneficiários: Professores, alunos e comunidade em geral, agricultores Familiares, Pousadas, Hotéis, Restaurantes, Povos e Comunidades Tradicionais, Municípios.

Resultados pretendidos:

- Qualidade de vida, conhecer e gostar dos seus municípios;
- Valorização dos recursos locais;



- Criação de empreendimentos turísticos;
- Inclusão da propriedade rural no trade turístico;
- Consolidar o turismo como fonte de renda;
- Ser o impulsionador do turismo regional;
- Inserir a região do Centro-Serra no mapa do turismo estadual e nacional.

Alinhamento Estratégico: Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aprendendo Turismo nas escolas para Alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas, nos municípios selecionados.

Meta: Sensibilização e conscientização dos Professores e Alunos das Escolas públicas dos municípios selecionados.

Custo: R\$ 100.000,00

Prazo: 60 meses (Projeto Anual)

Produto 2: Empreender em Turismo para alunos Ensino Médio das escolas públicas, nos municípios selecionados.

Meta: Capacitação dos Alunos para o mercado de trabalho no Turismo.

Custo: R\$ 150.000,00

Prazo: 60 meses (Projeto Anual)

Produto 3: Estudo de Viabilidade do desenvolvimento do Turismo.

Meta: Levantamento de interesse da comunidade, hotéis, restaurantes, ACI, CDL, proprietários rurais, sindicato rural, operadores turísticos, e apresentação do projeto em cada comunidade e composição dos grupos de trabalho. Visita as 16 cidades com reuniões com todas as entidades e com possíveis donos de futuras pousadas rurais, com preenchimento de pesquisa de interesse com todos os atores, estimativa de 600 km percorridos.

Custo: R\$ 100.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Inventário Turístico Municipal

Meta: Levantamento de todos os dados: atrativos turísticos: naturais, histórico-culturais, arquitetura, manifestações populares, eventos e grandes obras; serviços: hotéis, alimentação, entretenimento e agências turísticas; infraestrutura: transporte, segurança, comunicação e saúde; atual demanda turística; projetos setoriais: ambientais, agropecuária, cultura, educação e promoção de desenvolvimento; legislação municipal: plano diretor e urbanístico, plano de uso do solo, leis ambientais e leis de incentivo; visita as 16 cidades com estimativa de 450 km percorridos.

Custo: R\$ 150.000,00

Prazo: 12 meses



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:													
Equipe do Projeto: Comitê Setorial Econômico do PEDR (Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo – ATURVARP, Ascar – Emater, SDR e Consórcio Intermunicipal Vale do Jacuí.													
Órgãos Públicos Envolvidos: ATURVARP, Secretarias Municipais de Turismo, Secretaria Estadual da Educação e Secretaria Estadual de Turismo.													
Organizações parceiras: UNISC, UERGS, SDR e Nedet Centro-Serra													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Governo Estadual e Governo Federal													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros: Aprovação de plantas pelos órgãos fiscalizadores do processo produtivo.													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00													
Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: cursos e capacitações, execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 100.000,00													
Produto 2: R\$ 150.000,00													
Produto 3: R\$ 100.000,00													
Produto 4: R\$ 150.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X



2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X								
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X								
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								

Projeto n. 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Desenvolvimento e inovação tecnológica da região
Localização: Municípios de abrangência do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Econômico, integrado pelo: Coordenador do Polo de Modernização Tecnológica do VRP, Coordenador do TECNOUNISC, Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE e representante das ACIs da região.
Escopo: Desenvolver a cultura de pesquisa e inovação tecnológica a fim de fomentar projetos em parceria com Universidades-Órgãos governamentais-Empresas, através da realização de cursos e oficinas que capacitem para a promoção e gestão da inovação tecnológica, bem como através da realização de visitas e missões técnicas no país e no exterior, para o conhecimento de novas experiências e práticas nessa área.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Econômico
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO



Objetivos

- Difundir a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa e desenvolvimento entre as empresas e órgãos governamentais municipais da região;
- Contribuir para ampliar a inovação tecnológica e competitividade das empresas da região;
- Diversificar a matriz produtiva da região;
- Gerar desenvolvimento econômico para a região do COREDE/VRP, através da criação de novas oportunidades no campo econômico e do trabalho.

Justificativa: Mostrar a importância da inovação como fonte de desenvolvimento de habilidades empreendedoras, com o propósito de diversificar a economia regional e, também, trazer possibilidades de geração de emprego e renda, bem como possibilitar o conhecimento de novas tecnologias e troca de experiência. Há a necessidade na região de se difundir entre as empresas e os órgãos governamentais a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa, através de ações de cooperação e parceria entre o setor empresarial, o setor governamental e as universidades, de modo a superar a situação de baixa cooperação existente entre esses agentes e instituições.

Beneficiários: Empresários, especialmente micro, pequenas e médios empresários com empresas localizadas nos municípios de abrangência do COREDE/VRP.

Resultados pretendidos:

- Difusão da cultura da inovação tecnológica entre as empresas da região;
- Ampliação dos níveis de inovação tecnológica e competitividade das empresas da região;
- Diversificação da matriz produtiva da região;
- Criação de novas empresas, empregos e geração de renda.

Alinhamento Estratégico: Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Cursos de inovação tecnológica para desenvolver habilidades de cultura de inovação.

Meta: Realização de 01 curso de 20h, por ano, nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Sobradinho.

Custo: R\$ 20.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Cursos de gestão da inovação, para desenvolver capacidade gerencial do processo inovativo.

Meta: Realização de 01 curso de 20h, por ano, nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Sobradinho.



<p>Custo: R\$ 20.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Oficina de ferramenta que auxiliem no processo de inovação. Meta: Realização de 01 oficina de 8h, por semestre, nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Sobradinho. Custo: R\$ 30.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 4: Visitas técnicas e missões para conhecimento de novas experiências e práticas de inovação tecnológica dentro e fora do país. Meta: Realizar 01 visita técnica no país e 01 missão internacional (América Latina) por ano, nos dois últimos anos para um grupo de 20 empresários de micro, pequenas e médias empresas da região, a serem selecionados pelo Comitê Setorial Econômico do PEDR. Custo: R\$ 280.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Coordenador do Polo de Modernização Tecnológica do VRP, Coordenador do TECNOUNISC, Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE e representantes das ACIs da região.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ministério de Ciência e Tecnologia</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades, ACIs, SEBRAE e Cooperativas</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governo Estadual e Governo Federal</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Estadual e Governo Federal</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: Nenhum</p>
<p>Despesas Correntes: gastos com material impresso de divulgação, contratação de consultores e palestrantes, material de consumo, divulgação na mídia, aluguel de espaços para os eventos, deslocamento, compra de passagens áreas e hospedagem.</p>



Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 20.000,00													
Produto 2: R\$ 20.000,00													
Produto 3: R\$ 30.000,00													
Produto 4: R\$ 280.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X								
	Produto 4	X	X	X	X								

Projeto n. 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar ações de qualificação técnica e profissionalizante para atividades produtivas nos municípios
Localização: Municípios de abrangência do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.925.000,00
Duração do projeto: 30 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Econômico (Centro Vocacional Tecnológico, SEBRAE, SENAI, SENAC, Escola Família Agrícola, EMATER, ACIs, STRs e NUPES-UNISC).
Escopo: O projeto propõe a realização de cursos técnicos e profissionalizantes em áreas específicas nas mais diversas atividades produtivas da região, em parceria com as escolas técnicas, universidades e entidades de classe e empresariais existentes na região. Identificou-se a necessidade de realização de cursos para qualificar o desenvolvimento das atividades produtivas nas



pequenas propriedades rurais (para fortalecer os laços com a propriedade) e cursos para capacitar e qualificar profissionais e para atuar no comércio, serviços (um dos cursos demandados nesse setor é aquele destinado para realização de Feiras e eventos municipais, regionais e estaduais) e indústria. A escolha das áreas e especificidades dos cursos técnicos e profissionalizantes nos setores do comércio, serviços e indústria serão definidas a partir de pesquisa de opinião junto às empresas e entidades de classe existentes nos municípios da região.

Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Econômico do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo

- Capacitar e qualificar os recursos humanos existentes na região, notadamente jovens rurais e urbanos, visando a manutenção do emprego e ampliação da renda das famílias e o incremento do desenvolvimento dos municípios.

Justificativa

Na análise situacional do diagnóstico regional foi identificado como uma das fraquezas regionais a carência de cursos técnicos e profissionalizantes para capacitar jovens e adultos, visando à qualificação dos recursos humanos existentes na região, de modo a contribuir com o desenvolvimento das empresas locais, com a manutenção e geração do emprego, e com ampliação da renda e de novas oportunidades de desenvolvimento econômico e social para os municípios da região, de modo a contribuir para a implementação da diversificação da economia dos municípios, atualmente dependente do setor do tabaco. O projeto busca contribuir para a diversificação econômica; geração e manutenção de emprego e renda; garantia da reprodução socioeconômica do público alvo. Busca igualmente, contribuir para o aumento da produtividade das empresas locais e para geração de novos postos de trabalho nas áreas urbanas. No campo, o projeto busca agregar o conhecimento no manejo de novas tecnologias no desenvolvimento de novas atividades produtivas nas pequenas propriedades rurais, valorizando a pluriatividade. A ampliação de ações de qualificação profissional nas atividades produtivas é importante para o desenvolvimento da economia local e regional.

Beneficiários: Municípios de abrangência do COREDE/VRP

Resultados pretendidos:

- Capacitar e qualificar os recursos humanos da região, notadamente os jovens;
- Manter e ampliar os níveis de emprego nos municípios;
- Contribuir para o desenvolvimento de novas atividades produtivas na região;
- Contribuir para a diversificação da matriz produtiva regional.



Alinhamento Estratégico: Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Pesquisa de opinião sobre a demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, junto às empresas e entidades de classe empresarial, cooperativas de produtores rurais, e sindicato dos trabalhadores rurais dos municípios.

Meta: Realizar pesquisa de opinião sobre o perfil da demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, nos 23 municípios da região.

Custo: R\$ 45.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Oferta de Cursos técnicos e profissionalizantes relacionados ao setor de comércio e serviços.

Meta: Realizar 01 curso técnico e 03 cursos profissionalizantes relacionados ao setor de comércio e serviços, em cada um dos municípios polos microrregionais de Sobradinho e Santa Cruz do Sul (turmas de 30 alunos).

Custo: R\$ 960.000,00

Prazo: 30 meses

Produto 3: Oferta de Cursos técnicos e profissionalizantes relacionados ao setor industrial.

Meta: Realizar 01 curso técnico e 03 cursos profissionalizantes relacionados ao setor industrial, em cada um dos municípios polos microrregionais de Sobradinho e Santa Cruz do Sul (turmas de 30 alunos).

Custo: R\$ 960.000,00

Prazo: 30 meses

Produto 4: Oferta de Cursos técnicos e profissionalizantes relacionados ao setor da agricultura familiar.

Meta: Realizar 01 curso técnico e 03 cursos profissionalizantes relacionados ao setor da agricultura familiar, em cada um dos municípios polos microrregionais de Sobradinho e Santa Cruz do Sul (turmas de 30 alunos).

Custo: R\$ 960.000,00

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: COREDE/VRP, Proext-UNISC, NUPES-UNISC, Técnicos do Senar, Senai e Senac

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Governo Estadual e Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: Universidades, Senac, Sebrae e Senar

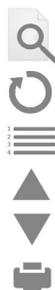


5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Governo Federal (PRONATEC) e Governo Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.880.000,00													
Fontes de recursos: Ministério da Educação (PRONATEC) e Governo Estadual													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Nenhum													
Despesas Correntes: Contratação de Pesquisa de Opinião, de coordenador técnico do programa de curso. Deslocamentos, divulgação e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 45.000,00													
Produto 2: R\$ 960.000,00													
Produto 3: R\$ 960.000,00													
Produto 4: R\$ 960.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X							
	Produto 3					X							
	Produto 4					X							X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2		X										X
	Produto 3		X										X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2										X		
	Produto 3										X		
	Produto 4				X								



Projeto n. 6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Melhoria na estrutura física e técnica do Sistema de Inspeção para a produção de alimentos de origem animal
Localização: Região do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 89.870,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Econômico do PEDR (APL VRP, Ascar Emater, SDR, Nedet Centro-Serra, Consórcio Intermunicipal Vale do Jacuí e Prefeituras Municipais e organizações de agricultores como FETAG, FARSUL)
Escopo: Com a implantação do projeto busca-se fortalecer e ampliar as ações de inspeção voltada para empreendimentos novos e já existentes de produção de alimentos de origem animal produzidos nos municípios que compõem a microrregional Centro-Serra do COREDE/VRP. Neste sentido busca-se uma melhoria significativa da qualidade da matéria-prima animal e dos produtos produzidos pelas agroindústrias da Agricultura Familiar. Além disso, possibilitará inspeções em âmbito regional.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Econômico do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos <ul style="list-style-type: none">- Propiciar a melhoria na estrutura física e técnica do sistema de inspeção para a produção de alimentos de origem animal com o objetivo de expandir a comercialização dos empreendimentos existentes e incentivar a criação de novos visando o acesso aos mercados de compra institucionalizada, mercados regionalizados e o consumidor urbano nos municípios da Região Centro-Serra;- Disponibilizar uma infraestrutura física e técnica regionalizada voltada para os serviços de inspeção de produtos de origem animal nos municípios que compõem a Microrregião Centro-Serra;- Conscientizar sobre a importância de qualificar o armazenamento e conservação adequada dos alimentos de origem animal das agroindústrias;- Incentivar com orientações técnicas o transporte e a conservação adequada de alimentos de origem animal;- Orientar para a melhoria da sanidade dos animais voltados para o abate e qualidade dos produtos agroindustrializados;- Adequar as normas de processamento de produtos a partir da legislação sanitária e ambiental;- Contribuir para aumentar a oferta de alimentos de origem animal com qualidade voltada aos mercados de compra institucionalizada, regionais e de consumidores urbanos;



Os programas institucionais;

- Incentivar a diversificação produtiva e a agregação de valor aos alimentos de origem animal oriundos de agroindústrias familiares;
- Contribuir para a melhoria das estruturas de armazenagem e logística dos produtos de origem animal.

Justificativa: Na Microrregião Centro-Serra, historicamente, a produção de alimentos sempre esteve presente nas famílias de agricultores familiares. No entanto, as dificuldades de agregar valor a produtos de origem através da legalização de pequenas agroindústrias familiares determinam que muitas famílias não tenham possibilidade de ofertar uma maior variedade de gêneros alimentícios para a população urbana. Essa realidade determina que muitos agricultores, na atualidade, ainda permaneçam comercializando os produtos de origem animal de forma ilegal. Por outro lado, sob o ponto de vista dos empreendimentos legalizados, há a determinação de que eles não podem expandir comercialização dos seus produtos além das fronteiras dos seus municípios, por não existir um serviço de inspeção regionalizada responsável pela fiscalização. Neste sentido, essa proposta é justificada, pois irá possibilitar a fiscalização das agroindústrias já existentes e a legalização de novas, permitindo que os produtores familiares do território possam agregar valor à produção animal, acessar novos mercados regionalizados e o mercado de compra institucional, e, por fim, atender o consumidor urbano com produtos de qualidade. A melhoria da infraestrutura destinada a uma equipe de profissionais habilitados para a fiscalização e inspeção da produção de origem animal é uma necessidade essencial para a melhoria da dinamização da economia a partir do incentivo da produção de qualidade dos produtos de origem animal nos municípios do Território Centro-Serra.

Beneficiários: Agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares e consumidores de alimentos

Resultados pretendidos:

- Estruturação da infraestrutura física e técnica para o Departamento de Inspeção e Fiscalização de produtos de origem animal da microrregional Centro-Serra;
- Aquisição dos equipamentos e veículo destinado à fiscalização, inspeções e estruturação das Agroindústrias Familiares;
- Formar uma equipe de Veterinários, Auxiliares Administrativos e de inspeção voltados aos serviços de inspeção de produtos de origem animal;
- Apoio a criação e legalização de novas Agroindústrias Familiares e fortalecimento das já existentes;
- Ações de combate ao abigeato nos municípios e de fiscalização em matadouros;
- Diversificação das atividades nas unidades de produção e agregação de valor à produção;



- Unificação da fiscalização e inspeções a partir da criação da estrutura física e técnica com objetivo de implantar do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em todos os municípios que compõem a Microrregião Centro-Serra;
- Inclusão Produtiva de agricultores familiares a partir da inserção a mercados institucionalizados, regionais e urbanos;
- Melhoria da qualidade dos produtos de origem animal voltados aos consumidores.

Alinhamento Estratégico: Diversificar as atividades econômicas, tanto no campo como na cidade, de forma profissional e tecnologicamente qualificada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aquisição de Equipamentos Técnicos.

Meta: Aquisição de equipamentos e mobília destinados aos serviços de inspeção dos produtos de origem animal, atividades administrativas e burocráticas da estrutura física e técnica do Sistema de Inspeção.

Custo: R\$ 29.870,00

Prazo: 18 meses

Produto 2: Aquisição de Veículo.

Meta: Possibilitar o deslocamento da equipe técnica para os serviços de inspeção de produtos de origem animal em empreendimentos localizados nos municípios que compõem a Microrregião Centro-Serra.

Custo: R\$ 60.000,00

Prazo: 18 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Médicos veterinários e Técnicos administrativos contratados pelo Consórcio Intermunicipal do Centro-Serra, Técnicos das Secretarias Municipais da Agricultura.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual da Agricultura, Ministério da Agricultura, Prefeituras Municipais da região e Universidades

Organizações parceiras: Universidade, ONGs e Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Orçamento Estadual e Recursos Municipais (Prefeituras e Consórcio)

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes													
Fontes de recursos: Orçamento Estadual e Recursos Municipais													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não													
Investimentos: Aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo													
Despesas Correntes: Aluguel de imóvel, material de consumo e deslocamentos													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 29.870,00													
Produto 2: R\$ 60.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2018	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

7.4 Estratégia Regional 4

Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional

Projeto Estruturante 01
Duplicação da Rodovia RS 287
Projeto Estruturante 02
Ligação Asfáltica e Pavimentação de rodovias na região
Projeto Estruturante 03
Adequação do Aeroporto Luiz Beck da Silva
Projeto Estruturante 04
Estímulo e Fomento à produção de energias renováveis
Projeto Estruturante 05
Qualificar a rede de distribuição elétrica no meio rural
Projeto Estruturante 06
Apoio para acesso à telefonia móvel e à internet no meio rural
Projeto Estruturante 07
Qualificar a infraestrutura escolar das escolas públicas estaduais da região



Projeto Estruturante 08
Implantação do Porto Seco em Santa Cruz do Sul
Projeto Estruturante 09
Porto Hidroviário em Rio Pardo
Projeto Estruturante 10
Apoio e acompanhamento na construção de PCHs no Rio Pardo
Projeto Estruturante 11
Instalação da rede coletora e estação de tratamento de esgotamento sanitário nos municípios da região
Projeto Estruturante 12
Pesquisa e Desenvolvimento de fontes alternativas de energia

Projeto n. 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Duplicação da Rodovia RSC 287
Localização: Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.
Valor total estimado do projeto: R\$ 253.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: EGR
Escopo: Duplicação da RSC 287 entre Paraíso do Sul e Tabai (149 km)
Responsável: Comitê Setorial Infraestrutura, EGR e DAER
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Duplicar a RSC 287 em sua extensão de acesso à região metropolitana, melhorando a capacidade de tráfego e segurança da via.
Justificativa: Uma das principais vias de escoamento da produção do Estado, e via de ligação à região metropolitana e fronteira oeste, a RSC 287 encontra-se defasada em sua estrutura já há décadas. O trânsito intenso de veículos de grande porte, além de desgastar as rodovias, causa perigo constante a motoristas de veículos de pequeno porte. Haja vista os recentes investimentos em Santa Cruz do Sul, buscando firmar-se como polo logístico estadual, e os investimentos garantidos na Hidrovia do Uruguai e no Porto Hidroviário de Rio Pardo: Este trânsito de veículos de grande porte, tende a aumentar consideravelmente.
Beneficiários: Municípios e indústrias do Vale do Rio Pardo



<p>Resultados pretendidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do tempo de locomoção à região metropolitana, por municípios da região do Vale do Rio Pardo e região Centro-Serra e vice-versa; - Garantir a atualização das condições de trafegabilidade em toda extensão da RSC 287; - Redução no número de acidentes de trânsito na rodovia.
<p>Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Realização da duplicação e asfaltamento da Rodovia RS 287 (no trecho de 149 km, entre Paraíso do Sul e Tabaí).</p> <p>Meta: Duplicar a Rodovia 287</p> <p>Custo: R\$ 253.000.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: DAER, EGR, Empresas Contratadas</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: SEINFRA RS, FEPAM</p>
<p>Organizações parceiras:</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$. 253.000.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: R\$ 253.000.000,00</p>
<p>Despesas Correntes:</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 253.000.000,00</p>
<p>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</p>



Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ligação Asfáltica e Pavimentação de rodovias na região
Localização: Municípios do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 530.679.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR, DAER e Secretarias municipais de obras
Escopo: Promover a ligação asfáltica e a pavimentação de rodovias na região de modo a qualificar a ligação entre os municípios e a malha viária regional.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: - Ampliar e qualificar a malha rodoviária na região.
Justificativa: O Vale do Rio Pardo apresenta uma necessidade no que se refere a melhoria da qualidade das estradas regionais na região, de modo a contribuir com a circulação de pessoas, mercadorias, matérias-primas e produtos no interior do território.
Beneficiários: População e empresas dos municípios do Vale do Rio Pardo
Resultados pretendidos: - Melhorar as condições de trafegabilidade da região; - Melhorar as condições de transporte de passageiros e mercadorias e produtos regionais; - Contribuir para uma maior e melhor integração territorial na região.
Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.



3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ligação asfáltica da ERS 405 até o Distrito industrial de Santa Cruz do Sul, na RSC 471 passando pelo município de Passo do Sobrado.

Meta: Ligação asfáltica de 15 km.

Custo: R\$ 30.000.000,00

Prazo: 18 meses para conclusão

Produto 2: Ligação asfáltica: Lagoão – Segredo (contrato de execução rescindido).

Meta: Ligação asfáltica de 28 km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 47.600.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Ligação asfáltica: Lagoa Bonita do Sul – Passa Sete.

Meta: Ligação asfáltica de 7 km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 11.900.000,00

Prazo: 6 meses

Produto 4: Ligação asfáltica: Arroio do Tigre – Tunas.

Meta: Ligação asfáltica de 35.5km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 60.350.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 5: Acesso asfáltico aos municípios da região: Boqueirão do Leão – Sério (7km – 11.8mi) e Heveiras (concluído), Sério – Forquetinha (4.3km – 5.5mi) Lagoa Bonita do Sul (ERS-400 trecho AM 190 extensão 6,84 Km) e Tunas (ERS 525, trecho 0010, extensão 35,5 Km).

Meta: Ligação asfáltica de 53,64 km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 91.188.000,00

Prazo: 12 meses para conclusão

Produto 6: Ligação da BR 386 com a RSC 153 – Progresso – Boqueirão do Leão (19,4km) – Gramado Xavier (23km); através da ERS 423 (concluída nas extremidades).

Meta: Ligação asfáltica de 42,4km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 72.080.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 7: Conclusão da ERS 403, que liga Rio Pardo a Cachoeira do Sul (62,25km) – Existe contrato n. AJ/TP/015/16 – lote 1 Cachoeira (paralisado) 21,31km – lote 2 Santa Cruz do Sul 6km (5.9mi) 40,94km.

Meta: Ligação asfáltica de 62,25km (1.7mi/km).

Custo: R\$ 105.825.000,00

Prazo: 24 meses



<p>Produto 8: Ligação Asfáltica Ibarama a Agudo (não é do Estado e não tem projeto). Meta: Ligação Asfáltica de 43,3 km (1.7mi/km). Custo: R\$ 73.610.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 9: Ligação asfáltica VRS 847 Trecho 0010 entre ERS 409 (Vera Cruz) – Albardão – 12.91km tem contrato n. PJ/TP/032/93 (empresa Ribas Construtora Ltda.) contrato com ordem de paralisação desde 13/9/2006 – Foram executados serviços parciais de terraplenagem, de bueiros e pavimentação (1.7km) e conta com projeto final de engenharia. Meta: Ligação asfáltica de 14,61 km (1.7mi / km). Custo: R\$ 24.837.000,00 Prazo: 18 meses</p>
<p>Produto 10: Ligação asfáltica da ERS 244 até o entroncamento da RSC 287 (Trevo de Venâncio Aires até Vale Verde) trecho 0110 entroncamento ERS 405 (Vale Verde) – entroncamento RSC 287/453 (P/Santa Cruz do Sul – início TRV – MUN) extensão de 16,5km – Contrato n. PJ/TP/282/98/10- (Construtora Pelotense) com ordem de paralisação desde 14/6/2011. Meta: Ligação Asfáltica de 16, 5 km (1.7mi/ km). Custo: R\$ 28.050.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 11: Conclusão da RST 410, ligando Candelária a RST 403 – extensão 21.31km – começa na entrada ERS 410 (A) (P/Bexiga) – Cachoeira do Sul – Contrato paralisado lote 1 – AJ/TP/015/16. Meta: Ligação Asfáltica de 21.31 km (1.7mi/km). Custo: R\$ 36.227.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 12: Construção e manutenção continuada de sistemas de pesagem de cargas. Meta: Construção e manutenção de sistemas de pesagem de cargas. Custo: R\$ 30.000.000,00 Prazo: 48 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: DAER e Secretarias municipais de obras</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Transporte</p>
<p>Organizações parceiras:</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governo Federal e Estadual</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>



Desapropriação: Sim													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 530.679.000,00													
Fontes de recursos: Governo Federal e Estadual													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Despesas com a construção das obras (asfaltamento das rodovias, construção de acessos asfálticos aos municípios e obras de arte)													
Despesas Correntes: Manutenção do sistema de pesagem, com pessoal e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 30.000.000,00													
Produto 2: R\$ 47.600.000,00													
Produto 3: R\$ 11.900.000,00													
Produto 4: R\$ 60.350.000,00													
Produto 5: R\$ 91.188.000,00													
Produto 6: R\$ 72.080.000,00													
Produto 7: R\$ 73.610.000,00													
Produto 8: R\$ 24.837.000,00													
Produto 9: R\$ 24.837.000,00													
Produto 10: R\$ 28.050.000,00													
Produto 11: R\$ 30.000.000,00													
Produto 12: R\$ 30.000.000,00													
7- CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3						X	X	X	X	X	X	
	Produto 4						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 6						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 7						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 8						X	X	X	X	X	X	X



Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 9						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 10						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 11						X	X	X	X	X	X	X
	Produto 12						X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 5	X	X	X	X	X							
	Produto 6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Produto 10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 11	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X							
	Produto 4	X	X	X	X	X							
	Produto 6	X	X	X	X	X							
	Produto 7	X	X	X	X	X							
	Produto 8	X	X	X	X	X							
	Produto 10	X	X	X	X	X							
	Produto 11	X	X	X	X	X							
Produto 12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 12	X	X	X	X	X							



Projeto n. 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação e Adequação do Aeroporto Luiz Beck da Silva
Localização: Santa Cruz do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 29.010.000,00
Duração do projeto: 27 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Infraestrutural, Secretaria de Aviação Civil, Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul
Escopo: O projeto existente, sob a alçada da Secretaria de Aviação Civil, consiste no alargamento da pista existente, construção de terminal de passageiros e balizamento noturno.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos <ul style="list-style-type: none">- Redimensionar o Aeroporto Luiz Beck da Silva, tornando-o um aeroporto regional e em condições de operar 24 horas;- Garantir a realização do projeto já desenvolvido através da parceria entre Secretaria de Aviação Civil, Departamento Aeroportuário do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.
Justificativa: Através do Plano de Investimento em logística foram elencados 270 aeródromos em todo Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, apenas 15 foram incluídos. O único aeródromo no Vale do Rio Pardo, localizado em Santa Cruz do Sul, se apresenta como uma grande oportunidade para toda a região. O projeto permitirá que o aeroporto de Santa Cruz do Sul se torne um aeroporto regional, capaz de atender a demanda de voos diurnos e noturnos e contribua para conectar Santa Cruz do Sul e a região à rede do modal aeroviário existente no RS e no Brasil, oferecendo melhores condições para atração de empresas e público usuário desse serviço. A solicitação do projeto já foi encaminhada à Secretaria de Aviação Civil (ofícios 117/2015/ DGPROFAA/SEAP/SAC-PR 18/8/2015 e 94/2016/ DGPROFAA/SEAP/SAC-PR 25/4/2016), e o mesmo já está sendo desenvolvido em parceria entre Secretaria de Aviação Civil, Departamento Aeroportuário do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.
Beneficiários: Empresas, instituições variadas e municípios de toda região central do estado
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">- Atração de novas empresas e negócios para a região do Vale do Rio Pardo, dada a redução no tempo de acesso à região e a outras regiões do país;- Garantia de acesso facilitado à região em situações de emergência.



Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Conclusão do projeto ambiental. Meta: Realização do projeto ambiental (em fase de conclusão). Custo: R\$ 10.000,00 Prazo: 03 meses
Produto 2: Conclusão das obras. Meta: Realização das obras de alargamento da pista existente, construção de terminal de passageiros e balizamento noturno. Custo: R\$ 29.000.000,00 Prazo: 27 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Departamento Aeroportuário do RS
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Secretaria de Aviação Civil e Departamento Aeroportuário do Estado do Rio Grande do Sul e Banco do Brasil
Organizações parceiras:
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal (Obras) e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (Projeto Ambiental)
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 29.000.000,00
Fontes de recursos: Governo Federal
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras de alargamento da pista existente, construção e equipamento de terminal de passageiros e balizamento noturno da pista.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:



Produto 1: R\$ 10.000,00													
Produto 2: R\$ 29.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X					
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X					

Projeto n. 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estímulo e fomento à produção de energias renováveis
Localização: Região Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial de Infraestrutura, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais de Vereadores, Universidades, Empresas Geradoras de Energia e Secretaria Estadual de Minas e Energia
Escopo: - Estimular as empresas e a população a captar e utilizar a radiação solar como fonte alternativa de energia em suas instalações e residências, através de legislação e incentivos fiscais no âmbito dos municípios e do estado do Rio Grande do Sul; - Fomentar a pesquisa de novos materiais, de criação de novos equipamentos e métodos para aperfeiçoar e reduzir o custo de produção industrial da infraestrutura e dos equipamentos para a captação, armazenamento e uso da radiação solar para a geração e consumo de energia.
Responsável: Comitê Setorial de Infraestrutura do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos - Estimular, através de incentivos fiscais, a instalação de infraestrutura e equipamentos em prédios industriais, comerciais e residenciais para a captação e uso da radiação solar para a geração de energia; - Fomentar e desenvolver a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica através da parceria entre universidades, TECNOUNISC, e empresas para a produção de novos materiais e equipamentos para a captação, armazenamento e uso



de energia a partir da radiação solar, visando reduzir o custo de produção e ampliar o consumo de energia solar nas áreas urbanas e rurais da região.

Justificativa: A comunidade regional identificou, durante a análise situacional, a necessidade de se estimular a produção e o uso de energias renováveis, buscando criar alternativas às fontes tradicionais de energia não renováveis, e não sustentáveis ambientalmente, a partir da extração do petróleo e do carvão, e também ao alto custo econômico e impacto ambiental de produção e distribuição da energia elétrica gerada em hidrelétricas. Há a necessidade de ampliar a oferta e a potência energética nas áreas urbanas e rurais da maior parte dos municípios da região, condição necessária e estratégica para viabilizar o aumento da produção agrícola e de seu processamento industrial, para ampliar a competitividade das empresas e para promover melhores condições de vida para as famílias e melhoria na iluminação pública, nas áreas rurais e nas áreas urbanas, notadamente na periferia urbana das cidades. A região se localiza em uma área com forte incidência solar durante a maior parte do ano. A política fiscal estadual e municipal pode representar um importante instrumento de estímulo para a ampliação da produção e do consumo de energia gerada através da captação de radiação solar, através de redução de impostos municipais (IPTU, ISQN) e outros tributos estaduais (ICMS) para as empresas e famílias que realizarem a instalação e uso de equipamentos que promovam o aumento da produção e do uso da energia advinda da radiação solar. Além disso, a existência na região de universidades (UNISC, UERGS, IFES), Parque e Incubadora Tecnológica que atuam no desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltado à produção de novos materiais e ao aproveitamento de energia renovável, e de empresas que já atuam na produção de infraestrutura e equipamentos para geração e uso de energia solar, representam um grande potencial para a produção de inovações tecnológicas que possibilitem o barateamento do custo de produção e de uso da energia advinda da radiação solar.

Beneficiários: População, empresas e instituições da região

Resultados pretendidos:

- Diminuição do consumo de energias não sustentáveis;
- Redução no custo de aquisição de projetos e equipamentos para a geração de energia solar;
- Diversificação da matriz energética regional e redução de custos com energia elétrica;
- Ampliação da capacidade de produção, armazenamento e uso da energia solar na região.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO



<p>Produto 1: Desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica para a produção de materiais e equipamentos para captação, armazenamento e uso da energia solar para residências e prédios comerciais e industriais.</p> <p>Meta: Desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica na área da captação, armazenamento e uso da energia solar.</p> <p>Custo: R\$ 2.500.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 2: Aprovação de leis municipais e/ou estadual para a concessão de incentivos fiscais à produção e uso de energia elétrica, por parte de domicílios e empresas, e comercialização da energia solar excedente à concessionária ou comunidade.</p> <p>Meta: Aprovar leis municipais e/ou estadual para a concessão de incentivos fiscais à produção e uso de energia elétrica, por parte de domicílios e empresas, e comercialização da energia solar excedente à concessionária ou comunidade.</p> <p>Custo:</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Universidades, TECNOUNISC, Empresas, Prefeituras Municipais, Empresas distribuidoras, revendedoras e prestadoras de serviços relacionados a projetos de captação de energia solar no Vale do Rio Pardo</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia, Secretarias e Conselhos Municipais de Obras e Desenvolvimento, Câmara Municipal de Vereadores, FEPAM, CNPq, FINEP, CAPES, FAPERGS Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia</p>
<p>Organizações parceiras: IFES, Escolas Técnicas do Vale do Rio Pardo, ACIs, Taquari e SEBRAE</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Orçamento Estadual, Federal e Municipal</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Orçamento Estadual, Federal e Municipal</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>



Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de obras, instalações, equipamentos e material permanente													
Despesas Correntes: Material de consumo e pessoal													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$. 2.500.000,00													
Produto 2:													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								



Projeto n. 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificar a rede de distribuição elétrica no meio rural
Localização: Região do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 167.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial de Infraestrutura do PEDR, Secretaria Estadual de Minas e Energia, Empresas Concessionárias e Cooperativas de Produção de Energia Elétrica

Escopo: Qualificar a rede de distribuição de energia elétrica ampliando sua potência e reduzindo sua instabilidade para atender a demanda nas áreas rurais da região.

Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Infraestrutura do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

- Qualificar a rede de distribuição de energia elétrica para melhor atender a demanda dos empreendimentos/propriedades rurais da região.

Justificativa: Com o Programa Nacional Luz Para Todos, a maioria da população residente no meio rural conquistou o acesso à energia elétrica, porém com muitas oscilações no fornecimento e redução na potência da rede, gerando uma demanda por reforços na geração de energia e afetando a qualidade de vida da população e a competitividade das empresas rurais, cooperativas rurais e agricultores familiares. Essa situação de precarização ou de oscilação na distribuição de energia igualmente compromete a diversificação da produção agrícola e do desenvolvimento de atividades complementares como o turismo rural. Segundo dados da Secretaria Estadual de Minas e Energia, 79,67% das ligações de energia elétrica na área rural dos municípios são ligações monofásicas, enquanto apenas 2,48% são bifásicas e 17,86% são trifásicas, o que comprova a urgência e a importância desse projeto.

Beneficiários: População residente, cooperativas e empresas localizadas nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.

Resultados pretendidos: Normalização do serviço de energia no meio rural, com potência adequada para uso da população e desenvolvimento das atividades produtivas no meio rural.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificar e ampliar a potência da rede de distribuição elétrica no meio rural.

Meta: Atingir ao menos 10.000 ligações trifásicas nas áreas rurais da região do COREDE/VRP. (Volume de ligações recomendado pela Secretaria Minas e Energia do RS).

Custo: R\$ 167.000.000,00

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Empresas Concessionárias (RGE-SUL, CEEE-D) e Cooperativas de Energia (CELETRO, CERTEL, COSEL e CERTAJA) que atuam na região, Secretarias Municipais da Agricultura e Secretaria Estadual de Minas e Energia.



Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais e SDR (Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo)													
Organizações parceiras: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e cooperativas agrícolas													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Estadual e Investimentos das Empresas Concessionárias													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Sim													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 167.000.000,00													
Fontes de recursos: Orçamento Estadual e Investimentos das Empresas Concessionárias													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de obras de instalação e/ou ampliação da rede de energia elétrica, aquisição de equipamentos, transformadores e fiação.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção da rede de energia elétrica no meio rural													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 167.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								



Projeto n. 6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio para acesso à telefonia móvel e internet no meio rural
Localização: COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 84 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Infraestrutural e empresas operadoras da área de telefonia e internet
Escopo: Dotar o meio rural de condições permanentes para utilização de telefone móvel e internet.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: - Possibilitar aos habitantes do meio rural a disponibilidade permanente dos serviços de telefonia móvel, bem como da utilização da rede de informações (internet).
Justificativa: Necessidade atual de utilização da telefonia móvel que está disponibilizada com bom sinal na maioria das sedes dos municípios. O mesmo não ocorre em zonas rurais, que possuem faixas de funcionamento e outras totalmente nulas obrigando as pessoas a deslocamento de suas residências em caso de necessidade de utilização de telefone, bem como o sinal de internet o que pode facilitar a utilização pessoal e especialmente nas escolas do meio rural para atividades dos alunos nos labins ampliando seu nível de estudo e conhecimento, bem como permitir avanço aos pequenos comerciantes com colocação de equipamentos em seus estabelecimentos. Outro motivo fundamental visa eliminar diversas áreas onde o não funcionamento é sabido por todos e utilizado pelos bandidos para efetivarem os assaltos exatamente nestas áreas, deixando a vítima sem condições de pedido de socorro imediato ou <i>a posteriori</i> .
Beneficiários: Residentes no meio rural, proprietários, dirigentes e trabalhadores em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, bem como alunos e professores das escolas
Resultados pretendidos: - Ampliar fortemente a área de cobertura de sinal de telefonia móvel rural e de internet com colocação de diversas torres de transmissão destes sinais mesmo em áreas com baixa população residente, a médio e longo prazo.
Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.
3 - PRODUTOS DO PROJETO



<p>Produto 1: Estudo de áreas e necessidade de implantação de torres de transmissão de sinal.</p> <p>Meta: Prover estudo de viabilidade e localização de torres transmissoras de sinais e encaminhamento de licenciamento destas áreas com apoio das Prefeituras Municipais.</p> <p>Custo: R\$ 300.000,00</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Implantação de torres e meios de transmissão de sinal para telefonia móvel e internet.</p> <p>Meta: Instalar torres de transmissão de sinal dotando área rural da região de vasta cobertura de sinal com qualidade para utilização dos serviços da telefonia móvel rural e da internet.</p> <p>Custo: R\$ 3.700.000,00</p> <p>Prazo: 84 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Comitê Setorial Infraestrutural e empresas operadoras da área de telefonia e internet</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: FEPAM e Prefeituras Municipais</p>
<p>Organizações parceiras:</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Plano de Investimentos das empresas de telefonia celular</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim, em alguns casos</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Empresas operadoras do sistema</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc., em R\$ 4.000.000,00.</p>
<p>Despesas Correntes:</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 300.000,00</p>



Produto 2: R\$ 3.700.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2023	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2024	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								

Projeto n. 7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificar a infraestrutura escolar das escolas públicas estaduais da região
Localização: Escolas dos municípios do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 16.200.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias de Educação
Escopo: Este projeto propõe investir na melhoria da infraestrutura escolar, através da construção, ampliação e reforma, bem como dotá-las com equipamentos e mobiliários escolares, com vistas a melhorar o ambiente de ensino, diminuindo a exposição aos riscos de acidentes provocados pelo elevado grau de deterioração da estrutura física de alguns prédios públicos escolares.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO



<p>Objetivo - Executar obras ampliando a oferta de vagas e a melhoria da infraestrutura física das escolas.</p>
<p>Justificativa: Escolas com infraestrutura adequada favorecem o aprendizado dos alunos, fazendo com que seu desempenho seja maior, melhorando os índices educacionais da região.</p>
<p>Beneficiários: População do Vale do Rio Pardo</p>
<p>Resultados pretendidos:</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Melhoria na infraestrutura da rede elétrica das escolas estaduais da região. Meta: Qualificar a rede elétrica de noventa escolas estaduais do Vale do Rio Pardo. Custo: R\$ 6.300.000,00 Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 2: Melhoria na cobertura das escolas estaduais. Meta: Realizar melhorias na cobertura de noventa escolas estaduais na região. Custo: R\$ 4.500.000,00 Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 3: Ampliação das instalações nas escolas estaduais (cozinha, refeitório e salas de aula). Meta: Qualificar as instalações de noventa escolas estaduais na região. Custo: R\$ 5.400.000,00 Prazo: 48 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias de Educação</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: 6^a, 12^a, 24^a e 25^a CREs e Prefeituras Municipais</p>
<p>Organizações parceiras:</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Orçamento federal, estadual e municipal</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>



Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 16.200.000,00													
Fontes de recursos: Orçamento federal, estadual e municipal													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de obras, instalações, equipamentos e aquisição de material permanente.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 6.300.000,00													
Produto 2: R\$ 4.500.000,00													
Produto 3: R\$ 5.400.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 3	X	X	X	X								



Projeto n. 8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Implantação do Porto Seco em Santa Cruz do Sul	
Localização: Santa Cruz do Sul	

Valor total estimado do projeto: R\$ 33.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Infraestrutura do PEDR
Escopo: Construir o terminal de armazenamento e a infraestrutura de atividades de apoio ao funcionamento do Porto Seco (Estação Aduaneira Interior), em Santa Cruz do Sul, visando a criação na região de um entreposto aduaneiro, para promover maior agilidade e competitividade nas operações de importação e exportação das empresas instaladas na região.
Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia de Santa Cruz do Sul
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: - Implantar na região uma Estação Aduaneira Interior (Porto Seco) visando ampliar a competitividade das empresas da região, através de maior agilidade nas operações de transbordo de carga, desembaraço alfandegário, e redução de custos de armazenamento das operações de exportação e importação.
Justificativa: A construção e implantação do Porto Seco de Santa Cruz do Sul integra um projeto maior de constituição da plataforma logística que envolve a ampliação do Aeroporto de Santa Cruz do Sul, a duplicação da RS 287, no trecho entre Candelária e Venâncio Aires; a proximidade da cidade com o futuro traçado do eixo sul da Ferrovia Norte-Sul. A localização estratégica da cidade na região central do estado, junto às principais rodovias que cortam a região (RS 287 e BR 471), articulando-a com a região metropolitana de Porto Alegre, e com a região produtora de grãos no norte do RS, e próxima ao porto hidroviário de Rio Pardo tem dado a ela posição de destaque como importante polo logístico no território gaúcho, para o armazenamento e a distribuição de produtos estaduais e interestaduais. Destaca-se que nos últimos anos algumas empresas regionais e nacionais instalaram seus centros de distribuição e logística na cidade, como são os casos da GAM - Genésio A Mendes (produtos farmacêuticos e cosméticos), AFUBRA (insumos agropecuários e mercadorias diversas), Germani (alimentos), Souza Cruz, Philip Morris e as demais empresas multinacionais do tabaco que importam insumos químicos e exportam o tabaco processado industrialmente. O estudo de viabilidade econômica e o projeto executivo já estão concluídos através da contratação de empresa especializada pela Associação Novos Rumos de Santa Cruz do Sul, que reúne o setor empresarial local. Já existem duas áreas identificadas na cidade que poderão ser adquiridas pela Parceria Público-Privada para a construção do Porto Seco, que deverá ocupar uma área de ao menos 60 hectares. Há na região, notadamente em Santa Cruz do Sul,



<p>Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária e Rio Pardo inúmeras empresas exportadoras e importadoras que demandam maior agilidade nas suas operações de transbordo de carga, desembarço alfandegário e redução de custos de armazenamento das operações de exportação e importação. Além disso, o Porto Seco de Santa Cruz do Sul, pela proximidade, poderia igualmente atender essa demanda das empresas do Vale do Jacuí e do Vale do Taquari. A manutenção e ampliação do Porto Seco serão custeadas pela receita da prestação de serviços de armazenamento junto às empresas contratantes dos serviços.</p>
<p>Beneficiários: Empresas importadoras e exportadoras instaladas na região, Município de Santa Cruz do Sul</p>
<p>Resultados pretendidos: Construir o terminal de armazenamento e a infraestrutura de atividades de apoio ao funcionamento do Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) em Santa Cruz do Sul. Implantar o Porto Seco, contribuindo para ampliar a competitividade das empresas regionais, gerando empregos e renda.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Meta: Construir quatro armazéns de 42.000m² e 25.000m² para armazenamento de cargas secas, frigorificadas ou desumidificadas, e sistema viário de acesso e pátio de manobras para carga e descarga. Custo: R\$ 33.000.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Comitê Setorial Infraestrutura do PEDR, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia de Santa Cruz do Sul, Associação Novos Rumos de Santa Cruz.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: AGDI e Receita Federal</p>
<p>Organizações parceiras: ACIs e SEBRAE</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Parceria Pública Privada</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>



6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 33.000.000,00													
Fontes de recursos: Parceria Público-Privada, captação de recursos de investidores													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Construção de armazéns, sistema viário de acesso e pátio de manobras para carga e descarga.													
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 33.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 9

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Porto Hidroviário em Rio Pardo
Localização: Município de Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Coordenação Comitê Setorial Infraestrutura
Escopo: Construção do Terminal Portuário Privado
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR e parceria público-privada.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos
- Construir o porto hidroviário em Rio Pardo para ampliar e qualificar a capacidade de transporte e escoamento da produção regional, mas também da região norte do RS;



- Contribuir para a implantação do complexo trimodal – rodo, hidro e ferroviário na região central do RS, através da constituição da Plataforma Logística Multimodal no Vale do Rio Pardo (PLM/VRP)

Justificativa: O atual porto de Rio Pardo, localizado no Rio Jacuí, apresenta precariedade de infraestrutura, impossibilidade de ampliação e tem alguma movimentação de materiais de construção como areia e cascalho. Há a necessidade de construção de um porto novo, com maior capacidade de operação e de armazenamento de carga, para atender a crescente demanda de exportação de mercadorias e de escoamento da produção agrícola realizada na região e no norte do estado. O projeto técnico de construção de um novo porto hidroviário no bairro Ramiz Galvão já existe, foi elaborado pela AHSUL (Administração Hidrovias do Sul), ECOPLAN e PETCON. Ele faz parte do projeto estruturante do governo federal de criação da hidrovia Brasil-Uruguai, com recursos orçados do PAC-2. A sua construção e implementação envolverá a constituição de parceria público-privada, através da articulação entre o governo federal, governo estadual e iniciativa privada. A área de 100 hectares para a construção do porto já está disponível e regularizada. Sua localização é estratégica, pois está situada junto à BR-471 e à linha ferroviária que corta Rio Pardo, administrada pela América Latina Logística. Localiza-se, também, próxima à BR-290 e permitirá a constituição de uma Plataforma Logística Multimodal no Vale do Rio Pardo (PLM/VRP) através da integração dos diferentes modais de transporte (rodo, hidro e ferroviário). A instalação de um Porto Hidroviário no município de Rio Pardo, bem como de um Centro Logístico Industrial Aduaneiro-CLIA'S possibilitará o escoamento da produção das regiões central e norte, bem como o desafogamento da malha rodoviária, com a potencial absorção de 80% do transporte de tabaco, grãos e madeira. Considerando a economia regional, outros potenciais usuários serão as empresas dos setores: agro-alimentar, cargas granéis (sal, grãos), combustíveis e derivados de petróleo, fertilizantes e minérios. A PLM/VRP irá servir de integrador para todos os serviços logísticos necessários as empresas instaladas no local, reduzindo assim custos e tempos operacionais.

Beneficiários: Prefeituras municipais e empresas instaladas na região

Resultados pretendidos:

- Ampliar e qualificar a capacidade de transporte e de escoamento da produção das regiões central e norte do RS;
- Integrar os modais hidroviário, ferroviário e rodoviário na região central do RS;
- Reduzir o volume de caminhões que circulam pela malha rodoviária.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO



<p>Produto 1: Elaboração do projeto de Licenciamento Ambiental. Meta: Elaborar projeto e obter o licenciamento ambiental. Custo: R\$ 3.000.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Construção e operação do Porto Hidroviário de Rio Pardo através da captação de investidores. Meta: Construção do novo porto hidroviário de Rio Pardo. Custo: R\$ 890.000.000,00 Prazo: 60 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: AHSUL (Administração Hidrovias do Sul), Prefeitura Municipal de Rio Pardo, secretaria estadual de Portos e Hidrovias (agora extinta) e investidores nacionais</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério dos Transportes, Prefeitura Municipal de Rio Pardo e Secretaria estadual de Portos e Hidrovias (agora extinta)</p>
<p>Organizações parceiras:</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Fundo de investimentos</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Parceria Público-Privada</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, contratação de pessoal técnico e administrativo e material de consumo</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 3.000.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 890.000.000,00</p>



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X								

Projeto n. 10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio e acompanhamento na construção de PCHs no Rio Pardo
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: COREDE/VRP e Comitê da Bacia do Rio Pardo, prefeituras municipais e FEPAM
Escopo: O desenvolvimento do projeto em tela irá requer a realização de reuniões periódicas de atualização e acompanhamento do processo, seja das partes diretamente envolvidas como de outras instâncias de interesse já identificados ou que vierem a demonstrar interesse, articulações das instâncias envolvidas, socialização regional da evolução do processo, coordenação de articulações políticas ou institucionais que se fizerem necessárias na busca do objetivo maior.
Responsável: Coordenação do Comitê Setorial Infraestrutura do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: - Acompanhar e contribuir pelos meios necessários e viáveis para a efetivação dos projetos de PCHs no Rio Pardo em consonância aos conceitos de sustentabilidade, nas diversas etapas do processo.



Justificativa: Fontes de energia são fundamentais para substanciar o desenvolvimento econômico. A possibilidade de exploração do potencial hidrelétrico do Rio Pardo vem ao encontro de contribuir no desenvolvimento da região. Considerando inventário já realizado pela CERTEL e aprovado pela ANEL, identifica-se um potencial para a construção de doze PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Para sua efetiva implantação e geração de energia, embora já feito o inventário, restam várias etapas do processo até sua efetivação. Torna-se importante haver acompanhamento em todas as fases buscando contribuir para que as PCHs se efetivem harmonizadas com os conceitos econômico, social e ambiental entendidos como sustentáveis.

Beneficiários: Todos os entes da economia regional pelo incremento de fontes geradoras de energia local; mais diretamente, serão também beneficiários os municípios de Sinimbu, Vale do Sol, Passa Sete, Lagoão pelo retorno tributário que ocorrerá. Também serão beneficiárias as empresas, comerciais e prestadores de serviço da região, enquanto fornecedores.

Resultados pretendidos: Acompanhar o processo de instalação e geração de energia elétrica em 12 (doze) PCHs com capacidade de reforçar o fornecimento de energia a região do Vale do Rio Pardo.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realização de reuniões trimestrais com as empresas responsáveis pela construção das PCHs, Prefeituras Municipais, organizações empresariais e sociais dos municípios de Sinimbu, Vale do Sol, Passa Sete e Lagoão.

Meta: Acompanhar de modo continuado a construção e geração de energia das PCHs no Rio Pardo.

Custo: 30.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Empresas privadas, Comitê Setorial de Infraestrutura do PEDR, Prefeituras Municipais, COREDE/VRP e Comitê Pardo

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério Minas e Energia, Secretaria Estadual de Minas e Energia, Prefeituras e Câmaras Municipais de Vereadores de Sinimbu, Lagoão, Vale do Sol e Passa Sete

Organizações parceiras: Universidades, Associações Comerciais, Industriais e de Serviços da região especialmente dos municípios diretamente vinculados bem como seus COMUDES, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais e Urbanos

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO



Fonte de Financiamento: COREDE/VRP, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e Prefeituras Municipais envolvidas													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00													
Fontes de recursos: COREDE/VRP, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e Prefeituras Municipais envolvidas													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Nenhum													
Despesas Correntes: Deslocamento e impressão de material.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 30.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 11

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO													
Título: Instalação da rede coletora e estação de tratamento de esgotamento sanitário nos municípios da região													
Localização: COREDE Vale do Rio Pardo													
Valor total estimado do projeto: R\$ 19.476.100,00													
Duração do projeto: 48 meses													



Responsável pela implementação: CORSAN, Companhias Municipais de Saneamento, Secretarias de Obras dos Municípios

Escopo: Instalar a rede de canalização e estação de tratamento de esgotos na área urbana dos seis municípios com pior desempenho quanto ao destino do esgotamento sanitário (- de 35% dos domicílios com fossa séptica ou ligados à rede pluvial, e sem estação de tratamento de esgotos) e com os mais altos índices de mortalidade infantil, em 2010 (+16,20%). Com base nesses critérios de corte, os municípios escolhidos foram: Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Sinimbu e Tunas.

Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Infraestrutural do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Implantar a rede de coleta de esgotos no meio urbano;
- Instalação de estação de tratamento de esgotos nos municípios.

Justificativa: Investir em saneamento básico é crucial na sociedade considerando que muitas doenças podem desenvolver-se quando há um saneamento precário. A fim de melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social é de suma importância oferecer uma rede básica de tratamento de esgotos tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais do VRP. A situação da região em relação à cobertura da rede de esgotos é alarmante, não alcançando em, 2010, 40% de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, e com desempenho atrás dos índices relativos ao Estado do Rio Grande do Sul, da Região Sul e do Brasil. Quanto ao tratamento de esgotos na região, a situação também é muito precária. Enquanto o município de Santa Cruz do Sul trata cerca de 15% do total do esgoto produzido, em vinte outros municípios não há tratamento algum para os esgotos sanitários. Nesse quadro adverso, os municípios de Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Sinimbu e Tunas, segundo o diagnóstico regional do PEDR, são os que apresentam a pior situação, pois não possuem estação de tratamento de esgoto, e menos de 35% dos seus domicílios possuem fossa séptica ou têm os esgotos lançados na rede pluvial. O resultado dessa situação precaríssima é o fato desses municípios apresentarem as maiores taxas de mortalidade infantil da região, acima de 16,20%).

Beneficiários: População urbana dos municípios de Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Sinimbu e Tunas

Resultados pretendidos:

- Melhorar a saúde e a qualidade de vida da população urbana dos municípios do VRP.



Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Implantar trecho inicial da rede de coleta de esgoto sanitário nas áreas urbanas dos municípios da região. Meta: Implantar trecho inicial da rede de coleta de esgoto sanitário nas áreas urbanas de 06 municípios (Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Sinimbu e Tunas). 2 km de canalização x 6 municípios= 12 km x 280,00/m. Custo: R\$ 3.360.000,00 Prazo: 48 meses
Produto 2: Instalar estações de tratamento de esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos municípios da região. Meta: Instalar 06 estações de tratamento de esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos municípios de Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Sinimbu e Tunas. Custo: R\$ 16.116.100,00 Prazo: 36 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Técnicos das Secretarias de Obras Municipais, Companhias Municipais de Abastecimento e Empresas Privadas Especializadas
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério Meio Ambiente, Prefeituras Municipais, CORSAN e Comitês de Bacias
Organizações parceiras: FEPAM e Universidades
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal e Governo estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 19.476.100,00
Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim



Investimentos: Projeto Executivo e Obras de instalação da rede e da estação de tratamento de esgotamento sanitário													
Despesas Correntes:													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 3.360.000,00													
Produto 2: R\$ 16.116.100,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X								
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 12

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO													
Título: Pesquisa e Desenvolvimento de fontes alternativas de energia													
Localização: Municípios da Região do Vale do Rio Pardo													
Valor total estimado do projeto: R\$ 605.717,00													
Duração do projeto: 24 meses													
Responsável pela implementação: Polo de Modernização Tecnológica do VRP													
Escopo: os projetos pretendem otimizar a produção de biocombustíveis através de resíduos agrícolas da região e/ou de culturas alternativas, como o tabaco energético.													
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Econômico do PEDR													
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO													



Objetivos <ul style="list-style-type: none">- Contribuir para otimização da produção de biocombustíveis oriundos de resíduos de origem vegetal e animal, impulsionando a instalação de empresas no Parque Científico e Tecnológico com capacidade de produção de bioprodutos oriundos de resíduos;- Produzir biodiesel a partir de tabaco energético.
Justificativa: Dentro de um contexto de desenvolvimento econômico, a sustentabilidade é um dos desafios da indústria e da agricultura, pois os processos de produção devem ser mais limpos. Idealmente, os produtos devem ser biodegradáveis, oriundos de fontes renováveis, obtidos por processos limpos, e consumirem um baixo custo de energia. O êxito na produção agrícola e na execução de projetos deste âmbito pode dar oportunidade a novos empreendimentos na região, especialmente por se tratar de pesquisa que se propõe aproveitar um dos principais recursos agrícolas da região, que é a produção de tabaco, dando a essa outra maneira de uso e aproveitamento econômico, que não apenas a produção de cigarros.
Beneficiários: Agricultores, empresas, empreendedores e comunidade em geral
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">- Pesquisa e desenvolvimento de alternativas energéticas (curto/médio);- Novos empreendimentos locais;- Diversificação da agricultura regional.
Alinhamento Estratégico: Ampliar e qualificar os equipamentos públicos e as redes técnicas de infraestrutura no meio rural e urbano regional.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Produção de Biodiesel a partir do tabaco. Meta: Produzir biodiesel a partir do tabaco energético. Custo: R\$ 332.476,00 Prazo: 24 meses
Produto 2: Produção de Bioetanol a partir de resíduos agrícolas. Meta: Produzir bioetanol lignocelulósico a partir de resíduos agrícolas da região. Custo: R\$ 273.241,00 Prazo: 24 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Pesquisadores da UNISC, Gestor do Polo de Modernização tecnológica do VPR, agricultores selecionados e empresa parceira
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério de Ciência e Tecnologia, Secretaria Estadual de C e T e Prefeituras Municipais



Organizações parceiras: Universidade, Empresa e agricultores													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Governo Estadual e Iniciativa Privada													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Sim													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 605.717,00													
Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim (renováveis)													
Investimentos: Gastos com aquisição de equipamentos e material permanente													
Despesas Correntes: Gastos com a equipe técnica de pesquisa e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 332.476,00													
Produto 2: R\$ 273.241,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								



7.5 Estratégia Regional 5

Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.

Projetos Estruturantes:

Projeto Estruturante 1
Implantação da Usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos
Projeto Estruturante 2
P.S.A (Pagamento de Serviços Ambientais) Regional, para preservação de nascentes e mananciais
Projeto Estruturante 3
Programa Gestão Sustentável do Solo
Projeto Estruturante 4
Fomento a agroecologia e a produção orgânica
Projeto Estruturante 5
Educação ambiental
Projeto Estruturante 6
Adequação da legislação para a construção de açudes/ reservatórios
Projeto Estruturante 7
Estímulo à produção de energia fotovoltaica, biomassa
Projeto Estruturante 8
Compilar diagnóstico dos déficits hídricos da região
Projeto Estruturante 9
Valorização das fontes de água natural



Projeto n. 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação da Usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos
Localização: Santa Cruz do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.650.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Ambiental, Consórcios Intermunicipais do Vale do Rio Pardo e do Vale do Jacuí, Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP), Associação dos Municípios do Centro-Serra (AMCSERRA) e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul
Escopo: Implementação de uma usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos

- Implantar uma usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos em Santa Cruz do Sul (área prevista no plano diretor);
- Aproveitar a tecnologia disponível para a segregação dos resíduos;
- Gerenciar os resíduos sólidos gerados na região envolvendo cooperativas de catadores.

Justificativa: O constante aumento da produção de resíduos nas áreas rurais e urbanas dos municípios requer um adequado destino e tratamento dos mesmos na região. A integração dos municípios da região para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos visa otimizar os recursos financeiros dos municípios e fomentar a valorização econômica dos resíduos e a geração de emprego e renda. Atualmente, grande parte dos demais municípios da região precisam deslocar seus resíduos urbanos até o aterro sanitário da CEPREL, em Minas do Leão, com alto custo dispendido por ano. Nesse sentido, uma alternativa regional de destinação dos resíduos urbanos articulada com a coleta seletiva nos municípios da região representará importante economia de recursos e valorização da gestão sustentável dos resíduos sólidos na região.

Beneficiários: Municípios e população da região do Vale do Rio Pardo

Resultados pretendidos: Construção e operação da Usina Regional de Reciclagem de Resíduos Sólidos

Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implantação da usina regional.

Meta: 01 unidade

Custo: R\$ 2.500.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Planejamento do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos.

Meta: Construção da logística de gerenciamento dos resíduos.

Custo: R\$ 150.000,00

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Consórcios Intermunicipais, Associações de Municípios e COREDE/VRP

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, FEPAM, Ministério do Meio Ambiente e órgãos Estaduais e Federais

Organizações parceiras: Universidades



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Governo federal e Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.650.000,00													
Fontes de recursos: Ministério do Meio Ambiente, FUNASA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Consulta Popular e Emendas Parlamentares													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.													
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, energia elétrica, recursos humanos e logística.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 2.500.000,00													
Produto 2: R\$ 150.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X								
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: P.S.A. (Pagamento de Serviços Ambientais) Regional para a preservação de nascentes e mananciais.
Localização: COREDE/VRP



Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Ambiental (Comitês de Bacias, Universidades, Prefeituras Municipais e Emater)
Escopo: Preservação e proteção dos mananciais naturais de água
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos <ul style="list-style-type: none">- Identificar o potencial de recursos hídricos;- Fomentar a preservação através de valor agregado;- Proporcionar a sustentabilidade em termos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos;- Incentivar a cultura preservacionista através da educação ambiental.
Justificativa: A degradação e a falta de preservação dos recursos hídricos resultam em problemas na qualidade e quantidade da água. Em função desses problemas tem aumentado o custo para o tratamento da água destinada ao consumo humano.
Beneficiários: População em geral, o produtor rural e o meio ambiente
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">- Preservação dos recursos hídricos;- Garantir o fornecimento de água em termos quantitativos e qualitativos;- Proteção das bacias e sub-bacias de contribuição direta para a captação de água para abastecimento do consumo humano e agricultura.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa Regional de PSA. Meta: Incluir todos os municípios do COREDE/VRP. Custo: R\$ 5.000.000,00 Prazo: 60 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Comitês de Bacias, Universidades, Prefeituras Municipais e Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: FEPAM e Secretarias Municipais de Obras
Organizações parceiras: Universidades
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Estadual, Prefeituras Municipais e Usuários da Água



Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: Investimentos (R\$ 3.000.000,00) + despesas correntes (R\$ 2.000.000,00)													
Fontes de recursos: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Parcerias com iniciativa privada, destinação de percentual de arrecadação com a cobrança dos serviços de saneamento e uso da água.													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos:													
-Serviços: diagnóstico, elaboração de projeto, programas de educação ambiental;													
- Execução de obras: Isolamento das áreas, recuperação de mata ciliar, readequação de estradas e caminhos;													
- Aquisição de equipamentos.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 5.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1				X	X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X									



Projeto n. 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa Gestão Sustentável do Solo
Localização: Municípios do COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Ambiental (EMATER, Secretarias Municipais de Agricultura, SEAPA)
Escopo: Implantar um programa voltado a utilização de práticas/técnicas sustentáveis de utilização do solo através da promoção do conhecimento e da motivação dos agricultores, bem como a partir de um estudo situacional. Prover recursos para melhorias na qualidade ambiental dos solos agrícolas do COREDE/VRP.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo - Promover, difundir e aumentar a utilização de práticas/técnicas conservacionistas e sustentáveis do solo a fim de reduzir os danos ambientais causados e recuperar a qualidade ambiental para aumentar a produtividade dos agricultores da região.
Justificativa: O uso do solo de forma sustentável e responsável é fundamental, pois ele é necessário para a produção de alimentos e energia e sua conservação está diretamente ligada à manutenção da capacidade produtiva da região. No Vale do Rio Pardo, a agricultura é uma das principais atividades, no entanto, a intensificação do uso do solo sem o devido cuidado com sua preservação provoca danos a terra e a água. Os danos ambientais, sociais e econômicos podem ser minimizados com a utilização de práticas/técnicas de manejo que contribuam com a conservação do solo. A recuperação da qualidade e, conseqüentemente, da fertilidade do solo está diretamente ligada à sustentabilidade das famílias de agricultores na produção de alimentos e agregação de valor para a região do COREDE/VRP.
Beneficiários: Produtores rurais dos municípios da região
Resultados pretendidos: Implantar programa de Gestão Sustentável do Solo em 10.000 propriedades agrícolas na região.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO



<p>Produto 1: Levantamento situacional das condições de uso e manejo do solo atual e definição do marco zero do Programa de Gestão Sustentável do Solo. Meta: Elaboração de diagnósticos municipais para compor um relatório situacional e definição de um plano de ação para implantação do programa. Custo: R\$ 5.000.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Implantação do Programa de Gestão Sustentável do Solo através de práticas/técnicas conservacionistas e aplicação de recursos na recuperação da qualidade/fertilidade do solo. Meta: Implantar o Programa de Gestão Sustentável do Solo em 10.000 propriedades agrícolas na região do COREDE/VRP. Custo: R\$ 55.000.000,00 Prazo: 96 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Será contratada equipe de técnicos para realizar o levantamento situacional das condições de uso e manejo do solo e para elaboração do programa de gestão Sustentável do Solo. Essa equipe atuará em conjunto com os técnicos do Escritório da EMATER, na região, sob a supervisão do coordenador do Comitê Setorial Ambiental.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Comitês de Bacias, FETAG, FARSUL e SDR, EMATER e EMBRAPA</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim (serviço de ATER e pesquisa para levantamento situacional e implantação do Programa)</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Orçamento Federal e Estadual</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: R\$ 40.000.000,00 na aquisição de corretivos de solo como (calcário, fertilizantes orgânicos e químicos)</p>



Despesas Correntes: R\$ 20.000.000,00 para custos de serviços de ATER e pesquisas necessárias ao diagnóstico situacional e a implantação do programa													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 5.000.000,00													
Produto 2: R\$ 55.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2023	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2024	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2025	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X								
	Produto 2	X	X	X	X								



Projeto n. 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fomento a agroecologia e a produção orgânica
Localização: Região do COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura e EMATER
Escopo: Ampliação da prática da agroecologia e da produção orgânica.

Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos - Fomentar os sistemas agroecológicos e de produção orgânica e a comercialização, valorizando a agrosociobiodiversidade e estimulando a diversificação da produção agrícola, priorizando mulheres e jovens rurais por meio de financiamento e outras ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (Decreto 51.617/2014); - Apoiar os sistemas de produção agropecuários que visam à transição e/ou à consolidação agroecológica de unidades produtivas, promovendo a geração de trabalho, renda e a inclusão social, estimulando a segurança e a soberania alimentar e nutricional.
Justificativa: A agricultura orgânica, além de produzir alimentos saudáveis, de alto valor nutricional e sem qualquer tipo de contaminantes, também contribui para a criação de ecossistemas mais equilibrados, ajudando a preservar a biodiversidade, os ciclos naturais e as atividades biológicas do solo, além disso a agricultura orgânica é uma grande aliada da agricultura familiar. A aplicação dos princípios agroecológicos na pequena propriedade rural consegue aumentar sua sustentabilidade econômico-financeira, aumentando os benefícios para o agricultor, sua independência no uso de energias não renováveis e a preservação de sua identidade cultural e da sua condição de saúde, uma vez que não faz uso de elementos prejudiciais ao homem.
Beneficiários: Produtores e população consumidora
Resultados pretendidos: Ampliar em 300% a produção orgânica na região
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Ampliação da produção de alimentos orgânicos Meta: Triplicar a produção orgânica Custo: R\$ 10.000.000,00 Prazo: 120 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura, EMATER, Organizações Não Governamentais ligadas à Agroecologia e Cooperativas Agroecológicas
Órgãos Públicos Envolvidos: Departamentos de Meio Ambiente e Secretaria Estadual da Agricultura
Organizações parceiras:



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00													
Fontes de recursos: MAPA, MDA e DAS													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 10.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1				X	X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2023	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2024	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2025	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



2026	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2027	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X									

Projeto n. 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Educação ambiental
Localização: Municípios da região do Vale do Rio Pardo – COREDE/VRP, RF2
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: 6ª CRE, 12ª CRE, 24ª CRE e 25ª CRE e Secretarias Municipais de Educação da Região do Vale do Rio Pardo
Escopo: Desenvolvimento de trabalhos de educação e conscientização ambiental
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos - Conscientizar alunos das escolas públicas municipais e estaduais da região sobre a importância da preservação ambiental; - Atuar em parceria com as instituições de ensino privado da região buscando ampliar a campanha de conscientização.
Justificativa: A preservação do meio ambiente procede às ações das gerações presentes e futuras e de como agirão para amenizar o impacto ambiental dos seus atos. Em vista disso, a educação ambiental é de extrema importância e deve ser abordada nas escolas e demais comunidades, para que toda a sociedade desenvolva uma consciência ambiental e tenham atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.
Beneficiários: População
Resultados pretendidos: Aumentar a consciência ambiental e preservar o meio ambiente.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO



Produto 1: Realizar trabalhos de educação ambiental nas escolas da região.													
Meta: Atingir com parcerias todas as escolas.													
Custo: R\$ 1.000.000,00													
Prazo: 60 meses													
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: Coordenadores das Coordenadorias Regionais da Educação (CREs) e professores rede pública estadual e professores e técnicos das Universidades da região													
Órgãos Públicos Envolvidos: SMEDS, EMATER, Departamentos de Meio Ambiente, Serviços de Abastecimento de Água e Comitês de Bacias													
Organizações parceiras: Rede de Educação Ambiental do Pardo – REDENÇÃO													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Instituições Regionais (públicas e privadas) e Governo Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00													
Fontes de recursos: FUNASA, Fundo Meio Ambiente, Companhias de Abastecimento, TACs e Parcerias Público-Privadas													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: equipamentos, material permanente, etc.													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 1.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto 1	X	X	X	X								
	Produto 1	X	X	X	X								

Projeto n. 6

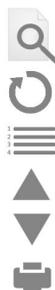
1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Adequação da legislação para a construção de açudes/reservatórios
Localização: Região do COREDE Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: SEMA, Departamentos Municipais de Meio Ambiente e FEPAM
Escopo: Adequação da legislação para construção de reservatórios de água
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo - Analisar e adequar a legislação para possibilitar a construção de açudes e reservatórios de água, visando à reserva de água para consumo, irrigação e a piscicultura.
Justificativa: Ganhar maior autonomia de reserva de água para períodos de estiagem, consorciado a produção de alimentos.
Beneficiários: Produtores rurais
Resultados pretendidos: - Viabilizar a construção de reservatórios de água.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Adequação da legislação para a construção de açudes e reservatórios de água. Meta: Possibilitar a todos interessados a construção de reservatórios. Custo: R\$ 50.000,00 Prazo: 18 meses



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:													
Equipe do Projeto: Departamentos Municipais de Meio Ambiente, SEMA e EMATER													
Órgãos Públicos Envolvidos: Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa Estadual e COREDE/VRP													
Organizações parceiras: Universidade, Sindicatos Rurais, Empresas e Cooperativas													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Não													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Não													
Licitação: Não													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00													
Fontes de recursos: SEMA, Ministério do Meio Ambiente.													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: equipamentos													
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 50.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2018	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

Projeto n. 7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estímulo à produção de energia fotovoltaica, biomassa
Localização: COREDE do Vale do Rio Pardo
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00



Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Obras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, AFUBRA, Cooperfumos e Universidades
Escopo: Incentivo à instalação de módulos de geração de energia alternativa
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental do PEDR
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo - Ampliar o índice de energia gerada por meio de fontes alternativas de energia, ambientalmente corretas.
Justificativa: Justifica-se diante das dificuldades de atender a demanda de abastecimento de energia nos períodos de escassez de chuva nas regiões onde se localizam as hidrelétricas. Também se torna importante para garantir uma maior autonomia das áreas rurais, sobretudo nas propriedades familiares, em relação à geração e consumo de energia.
Beneficiários: População em geral
Resultados pretendidos: - Ampliar em 500% a geração de energia por meio de fontes alternativas.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instalação de sistemas de geração de energia. Meta: Ampliar a geração por fontes alternativas. Custo: R\$ 20.000.000,00 Prazo: 120 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeituras Municipais, Universidades e AFUBRA.
Órgãos Públicos Envolvidos: Cooperativas de Energia, Secretarias Municipais da Agricultura e Meio Ambiente, FEPAM e EMATER.
Organizações parceiras: Geradoras de Energia
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Instituições regionais, Governo Federal e Estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00													
Fontes de recursos: Governo Federal e Estadual e Companhias de Abastecimento													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Construção dos sistemas de geração de energia, transmissão e armazenamento													
Despesas Correntes: manutenção de atividades e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 20.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2023	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2024	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2025	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2026	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2027	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								



Projeto n. 8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Compilar o Diagnóstico dos Déficits Hídricos da Região
Localização: COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 95.000,00
Duração do projeto: 30 meses
Responsável pela implementação: Comitê Setorial Ambiental (Comitês de Bacias Hidrográficas do Vale do Rio Pardo, Universidade, Prefeituras Municipais, Associações Hídricas Comunitárias e CORSAN).
Escopo: Compilar o Diagnósticos dos Déficits Hídricos da Região
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos <ul style="list-style-type: none">- Compilar e divulgar o déficit hídrico existente no conjunto dos municípios da região, em consonância com o Plano de Bacia Hidrográfica;- Levantamento de projetos para reduzir déficits hídricos.
Justificativa: O COREDE do Vale do Rio Pardo tem excelente disponibilidade de recursos hídricos, com uma malha hidrográfica superficial de rios e arroios. No entanto, é importante reconhecer que nem toda água disponível encontra-se em um quadro positivo, apresentando problemas pontuais em determinados períodos com condições climáticas adversas.
Beneficiários: População das áreas atingidas
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">- Identificar as situações pontuais onde existem os déficits quantitativos e qualitativos;- Desenvolver projetos que possam amenizar os efeitos desses déficits.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Levantamento sobre o déficit hídrico existente no conjunto dos municípios. Meta: Diagnosticar as áreas onde existe o déficit hídrico na região. Custo: R\$ 15.000,00 Prazo: 6 meses
Produto 2: Projetos para redução de déficit hídrico. Meta: Elaboração de projetos executivos para a redução de déficit hídrico nos cinco municípios mais afetados. Custo: R\$ 80.000,00



Prazo: 2 anos													
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: Comitê de Bacia Hidrográfica, Secretarias Municipais de Obras e Associações Hídricas.													
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Obras e Secretaria Estadual de Obras e Recursos Hídricos													
Organizações parceiras: Universidade, Empresa, ONG e Cooperativas													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 95.000,00													
Fontes de recursos: Governo Estadual e Governo Federal													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Projeto Executivo e Obras para equalização do déficit hídrico													
Despesas Correntes: Despesas com diagnóstico do déficit hídrico e material de consumo													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 15.000,00													
Produto 2: R\$ 80.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X		
	Produto 2					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 2	X	X	X	X								



Projeto n. 9

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Inventário e mapeamento das fontes de águas naturais regionais
Localização: COREDE/VRP
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretarias e departamentos municipais de meio ambiente, Associações Hídricas e Universidades
Escopo: Realizar o inventário das condições de preservação e mapeamento das fontes naturais de água existentes nos municípios da região do Vale do Rio Pardo.
Responsável: Coordenador do Comitê Setorial Ambiental
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo - Identificar, quantificar e mapear as nascentes de água naturais existentes nos municípios da região, visando à preservação e melhor aproveitamento dos recursos hídricos regionais.
Justificativa: Entre os recursos naturais, a água é o elemento essencial para a vida. Quase todos os aspectos da vida humana giram em torno da água. Dessa forma, o acesso à água de qualidade é visto como uma prioridade e tido como item básico de sobrevivência pela população, especialmente em áreas urbanas. Há na região inúmeras fontes de água naturais que são utilizadas pelas Associações Hídricas Comunitárias existentes nos municípios da região. No entanto, foi identificada durante a análise situacional do diagnóstico ambiental a necessidade de realização de um inventário e mapeamento das fontes naturais existentes, visando obter uma informação mais precisa de quantas são as fontes naturais, onde estão localizadas, quais as condições de preservação dessas nascentes e potencial de aproveitamento que cada uma oferece.
Beneficiários: Meio Ambiente e população em geral
Resultados pretendidos: Realização do inventário e mapeamento das fontes naturais de água e desenvolver ações que visem sua preservação.
Alinhamento Estratégico: Preservar, valorizar e aproveitar de modo sustentável os recursos naturais e energéticos regionais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Inventário e Mapeamento das fontes de água naturais regionais. Meta: Realizar o inventário e mapeamento das fontes de água naturais. Custo: R\$ 1.000.000,00 Prazo: 60 meses



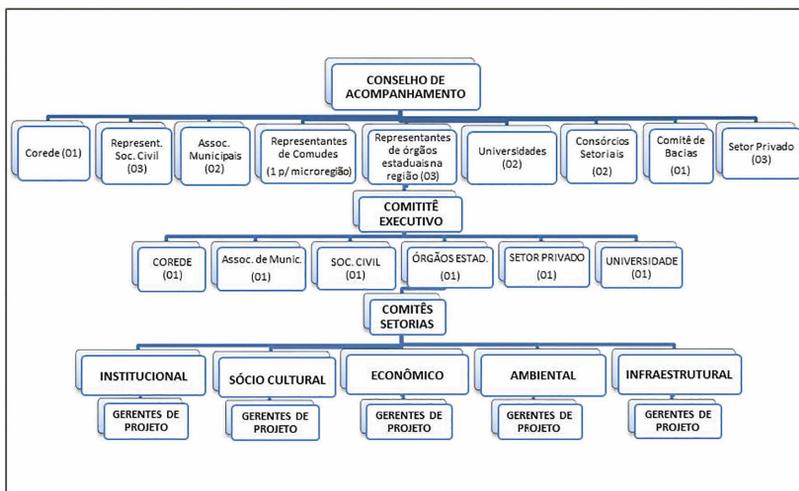
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES													
Equipe do Projeto: Técnicos dos Departamentos Municipais de Meio Ambiente, Coordenadores das Associações Hídricas Comunitárias, Técnicos e pesquisadores da Universidade													
Órgãos Públicos Envolvidos: SEMA, EMATER, Comitês de Bacias e Ministério Público													
Organizações parceiras: Universidades, Empresas e Cooperativas													
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO													
Fonte de Financiamento: Orçamento Federal e Estadual													
Elaboração de Projeto Executivo: Sim													
Desapropriação: Não													
Licença Ambiental: Sim													
Licitação: Sim													
Outros:													
6 - RECURSOS DO PROJETO													
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00													
Fontes de recursos: SEMA, ANA, Governo Federal, Prefeituras, TACs													
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim													
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim													
Investimentos: Nenhum													
Despesas Correntes: Contratação do serviço de inventário e de mapeamento das fontes naturais de água, deslocamentos, impressão de mapas e material de consumo.													
Investimentos e despesas correntes por produto:													
Produto 1: R\$ 1.000.000,00													
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO													
Ano	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	Produto 1					X	X	X	X	X	X	X	X
2018	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2019	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2020	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2021	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2022	Produto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	Produto 1	X	X	X	X								



8 SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (SGP–VRP)

O COREDE/Vale do Rio Pardo realizou, em 06 de dezembro de 2016, um seminário regional para debater e construir o Sistema de Gestão do Plano Regional do Vale do Rio Pardo, tendo como objetivo propor a organização e o funcionamento de uma estrutura de gestão para permitir a adequada coordenação, controle e gestão do processo de planejamento regional, notadamente a execução e concretização dos projetos setoriais regionais prioritários, escolhidos pela comunidade regional.

O Sistema de Gestão do Plano Regional do Vale do Rio Pardo apresenta a seguinte estrutura:



Fonte: Elaboração Equipe Técnica do Projeto de Atualização do PED-VRP.

8.1 Comitê de Acompanhamento

Esta será a instância política da presente estrutura de gestão, composta por 20 (vinte) integrantes representativos da comunidade regional, assim sugeridos:

- Presidente do COREDE/VRP;
- 03 representantes da sociedade civil;

- 02 representantes das associações de municípios, sendo 01 da AMVARP e 01 da AMCSERRA;
- 03 representantes dos COMUDES, sendo por microrregião sul, centro e norte;
- 03 representantes de órgãos estaduais e federais atuantes na região;
- 02 representantes das Universidades que atuam na região, sendo 01 da UNISC e 01 da UERGS;
- 02 representantes dos Consórcios Intersetoriais Intermunicipais da região;
- 01 representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pardo;
- 03 representantes do setor empresarial.

Estes integrantes serão indicados em reunião do Conselho de Representantes do COREDE do Vale do Rio Pardo, pelas suas representações setoriais específicas. A coordenação desta instância deverá ficar com a Presidência do COREDE/VRP. A vice-coordenação do Comitê de Acompanhamento do Plano Regional deverá ser escolhida entre os seus integrantes.

Caberá ao Comitê de Acompanhamento do Plano Regional acompanhar o andamento do plano regional e a implementação geral dos projetos numa perspectiva mais política, através da articulação e integração das diferentes representações da sociedade regional, bem como dessas com os governos municipais, estadual e federal. Este acompanhamento deverá observar o atendimento das diretrizes para o desenvolvimento regional e as estratégias definidas no plano.

Recomenda-se para essa instância a realização de reuniões, ao menos, semestrais e a realização de um evento de caráter regional, aberto ao público, para apresentação do andamento dos projetos setoriais e dos respectivos resultados.

Caberá ainda a essa instância garantir o funcionamento efetivo do Comitê Executivo e dos Comitês Setoriais promovendo as substituições dos seus integrantes através das representações, quando necessário. Também caberá a essa instância a realização da atualização do presente plano, durante o seu período de vigência, bem como ao seu término.

Os integrantes do Comitê de Acompanhamento do Plano deverão ser indicados em reunião do Conselho de Representante do COREDE do Vale do Rio Pardo, a ser realizada no segundo semestre de 2017.



A primeira reunião desse Comitê de Acompanhamento deverá ser convocada pelo presidente do COREDE para ocorrer até o final de 2017.

8.2 Comitê Executivo

Essa instância tem um caráter técnico-administrativo, sendo de sua responsabilidade verificar a implementação dos projetos de cada comitê setorial, bem como viabilizar e monitorar os encontros periódicos de seus integrantes. Recomenda-se que a periodicidade de encontros seja trimestral.

Sua composição será a seguinte:

- 01 representante da diretoria do COREDE/VRP;
- 01 representante das associações de municípios;
- 01 representante da sociedade civil;
- 01 representante dos órgãos públicos estaduais e federais da região;
- 01 representante do setor privado;
- 01 representante das universidades.

A essa instância compete avaliar a transversalidade entre projetos de diferentes comitês setoriais, buscando promover sua compatibilidade e integração. Cabe, também, ao comitê executivo observar e sugerir a atualização e articulação dos projetos às políticas públicas setoriais, bem como programas e planos desenvolvidos pelas instâncias estaduais e nacionais de planejamento regional.

Os integrantes do Comitê Executivo do Plano deverão ser escolhidos dentre seus representantes setoriais ou institucionais, em reunião do Conselho de Representante do COREDE do Vale do Rio Pardo, a ser realizada no segundo semestre de 2017, observando a composição e representatividade aqui definida. Nessa oportunidade também deverá ser escolhida, dentre os integrantes desse Comitê Executivo, a sua coordenação, integrada por um coordenador e um secretário executivo. Recomenda-se que a representação da Universidade integre a secretaria executiva desse Comitê Executivo, de modo a auxiliar na operacionalização da gestão da implementação do Plano Regional.

A primeira reunião desse Comitê Executivo do Plano Regional deverá ser convocada pelo seu coordenador para ocorrer no segundo semestre de 2017.



8.3 Comitês Setoriais

Estes comitês são responsáveis pela realização e atualização dos projetos previstos no plano, considerando as cinco dimensões elencadas, sendo estas: institucional, sociocultural, econômica, ambiental e infraestrutural. Cada comitê terá de cinco a seis integrantes que sejam representativos das instituições públicas e das organizações da sociedade civil que atuem mais diretamente nas atividades vinculadas a cada uma das dimensões setoriais do desenvolvimento regional.

Os integrantes dos Comitês Setoriais deverão ser escolhidos dentre seus representantes setoriais ou institucionais, em reunião do Conselho de Representante do COREDE do Vale do Rio Pardo, a ser realizada no segundo semestre de 2017, observando a composição e representatividade aqui definida.

A coordenação de cada comitê setorial deverá ser escolhida ou eleita entre seus integrantes e a periodicidade de seus encontros é mensal. A primeira reunião das comissões setoriais deverá ocorrer no segundo semestre de 2017.

Cada comitê setorial será responsável pela informação às instâncias superiores dessa estrutura de gestão sobre as reais condições de realização do plano em cada dimensão específica, atualizando o andamento dos projetos. Caberá igualmente a cada comitê setorial realizar as articulações institucionais entre os diferentes segmentos regionais envolvidos, para o provimento das condições necessárias à elaboração, ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos projetos, em conjunto com os gerentes de projetos. Os comitês setoriais deverão igualmente atuar em conjunto com as Comissões Setoriais do COREDE/VRP.

Essa instância deve indicar e acompanhar diretamente os gerentes de projeto, solicitando informações acerca de prestação de contas e progressos no desenvolvimento de cada projeto pertinente a sua pasta, de acordo com cronograma, indicadores e metas estabelecidas nos projetos.

Sugere-se que na composição de cada Comitê Setorial a escolha de seus integrantes seja representativa dos principais segmentos sociais e setores da economia regional, bem como das instituições e organismos públicos que atuem na região. Igualmente, recomenda-se que, nessa escolha, se valorize a presença nos Comitês Setoriais,



daqueles segmentos que participaram efetivamente das etapas anteriores de atualização do plano regional, notadamente da etapa de discussão sobre a análise situacional do planejamento regional (elaboração da Matriz FOFA) e da etapa da definição e construção da carteira de projetos prioritários para a região, de modo a garantir a continuidade e maior efetividade no processo de planejamento regional. Nesse sentido, sugere-se aqui algumas representações institucionais e setoriais a serem consideradas no processo de escolha dos integrantes de cada Comissão Setorial, conforme segue abaixo:

a) C.S. Institucional:

- 01 representante das Associações de Municípios;
- 01 representante dos COMUDEs;
- 01 representante dos consórcios intermunicipais;
- 01 representante das universidades;

b) C.S. Sociocultural:

- 01 representante da ATURVARP;
- 01 representante da Brigada Militar;
- 01 representante da 6ª CRE;
- 01 representante da 13ª CR – Saúde;
- 01 representante do setor vinculado à cultura e ao patrimônio histórico.

c) C.S. Econômico:

- 01 representante da ATURVARP;
- 01 representante da incubadora/parque tecnológico;
- 01 representante do SEBRAE;
- 01 representante do APL da Agroindústria Familiar;
- 01 representante da EMATER – RS;
- 01 representante das ACIs.

d) C.S. Ambiental:

- 01 representante do Comitê de Bacia Hidrográfica;
- 01 representante da CORSAN;
- 01 representante dos Consórcios Intermunicipais;
- 01 representante das ONGs ambientais.

e) C.S. Infraestrutural:

- 01 representante do DAER;



- 01 representante das empresas distribuidoras de energia elétrica (RGE Sul e CEEE);
- 01 representante das empresas de Telefonia Celular;
- 01 representante da CORSAN e/ou das Associações Hídricas;

8.4 Gerente de projetos

São aqueles responsáveis diretos pela realização de cada projeto, sendo estes escolhidos pelos Comitês Setoriais em conjunto com o Comitê Executivo. Os gerentes devem ter conhecimento e experiência de gestão na área específica do projeto, priorizando na sua escolha os técnicos administrativos e servidores de carreira, quando vinculados ao setor público. Os gerentes de projetos deverão fazer a conexão entre as instituições intervenientes previstas nos projetos.

A escolha dos gerentes de projetos deverá ocorrer em uma reunião conjunta do Comitê Executivo e Comitês Setoriais, no segundo semestre de 2017.

8.5 Acompanhamento do Processo de Planejamento Regional

Para o funcionamento adequado do sistema de gestão do plano há a necessidade de se realizar a articulação e integração entre os diferentes níveis dessa estrutura, o que caberá à Diretoria Executiva do COREDE/VRP. Recomenda-se igualmente a realização de um seminário anual de acompanhamento e avaliação do processo de planejamento regional, a ser realizado no segundo semestre de cada ano, integrando as três instâncias desse sistema de gestão, bem como aberto à participação da sociedade regional.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Atlas Brasil: abastecimento urbano de água*. 2010. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acesso em: jul. 2015.

AMCESERRA. Associação dos Municípios do Centro Serra. Disponível em: <http://amcserra.com.br/site/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=45>. Acesso em: 18 abr. 2016.

AMVARP. Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo. Disponível em: <http://www.amvarp.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=34404>. Acesso em: 18 abr. 2016.

AMVARP. *Revista Comemorativa 50 anos AMVARP*. Disponível em: <http://www.amvarp.org.br/sites/8100/8162/revista_amvarp.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ANDREOLI, Cléverson V; POMPEO, Raquel P. Introdução. In: ANDREOLI, Cléverson V. (Org.) *Lodo de fossa séptica: lodo de fossa e tanque séptico: caracterização, tecnologias de tratamento, gerenciamento e destinação final*. Rio de Janeiro: ABES, 2009. (PROSAB 5).

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. v. 35. Brasília: D.N.P.M. – Departamento Nacional de Produção Mineral, 2010.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS 1991 a 2010: volume Brasil/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas em Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012.

BASSAN, Dilani Silveira. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo*. 2002. 106f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/editora/publicacoes/livros/223/desenvolvimento-desigual-na-regiao-do-vale-do-rio-pardo.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Lei Federal n. 6.766, de 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Lei atualizada até 2012. Acesso em: jun. 2016.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Saneamento*. 4ª. ed. revisada. Brasília: FUNASA, 2006.



BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <<http://previdencia.social/endereco-das-agencias/sul-sudeste-e-centro-oeste/agencias-inss-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – 2014*. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Perfil Territorial do Vale do Rio Pardo*. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_235_Vale%20do%20Rio%20Pardo%20-%20RS.pdf> Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira – Municípios*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BRASIL. Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Sul. *Delegacias e postos de polícia*. Disponível em: <<http://www.trers.jus.br/apps/zonashttp://www.policiacivil.rs.gov.br/lista/720/delegacias-e-postos-de-policia/10/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4.^a Região. *Mapa da Jurisdição*. Disponível em: <<http://www2.jfrs.jus.br/mapa-da-jurisdicao/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CASA DA CULTURA DE SOBRADINHO. Disponível em: <<http://casadacultura-sobradinho-rs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: mai. 2016.

CDL. Clube de Diretores Logistas. Disponível em: <<http://www.cdl.org.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

CHRISTOF, M. F. da M.; CAMPOS, H. A. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul:



EDUNISC, 2010. 214 p.

CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Lei n. 11.520/2000. Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO-JACUÍ. Disponível em: <<http://www.coaju.com.br/>>. Acesso em: mar. 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO-JACUÍ. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=6239>. Acesso em: mar. 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CAMAQUÃ. Disponível em: <<http://www.comitecamaqua.com/>>. Acesso em: mar. 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARDO. Disponível em: <<http://www.comitepardo.com.br/>>. Acesso em: mar. 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TAQUARI-ANTAS. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=5868>. Acesso em: mar. 2016.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7–29, out. 2003.

CPRM/SGB. *Mapas de geodiversidade estaduais – áreas de relevante interesse mineral RS*, 2005. Disponível em: <http://geobank.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?id_sessao=20141001121224&usuario=1&file=gdrs_lito.zip>. Acesso em: mai. 2016.

ECOPLAN. *Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://perh-rs.com.br/>>. Acesso em: mar. 2016.

FEDERASUL. Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.federasul.com.br/federasul/acis/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

FEE DADOS. Finanças Públicas. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. *RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial: Cenários RS 2030*. Volume 3. Organização de Álvaro Pontes de Magalhães Júnior... [et al.]. Porto



Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412091_fee-tendencias-regionais_site4.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

_____. *RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial: dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Coordenação de Antonio Paulo Cargnin; Ana Maria de Aveline Bertê, Bruno de Oliveira Lemos, Suzana Beatriz de Oliveira. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412092_fee-dinamicas-territoriais_site1.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

_____. *RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial: tendências regionais: PIB, demografia e PIB per capita*. Volume 2. Coordenação de Adalmir Antonio Marquetti, Cecília Rutkoski Hoff; Bruno Breyer Caldas ... [et al.]. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412091_fee-tendencias-regionais_site4.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

_____. *Indicador de Potencial Poluidor*. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indicadores-ambientais/tabelas-ambientais/>>. Acesso em: jun. 2016.

FEE RS. *Censos demográficos*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. IDESE: Série Histórica. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

_____. PIB Municipal: Série Histórica. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FETAG. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/index.php?id=MTk>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FOCHEZATTO, Adelar; GRANDO, Marinês Zandavali. Efeitos da estiagem de 2008 na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem multissetorial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 137-160, jun. 2011.



GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. *Finanças públicas: teoria e prática*. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 496 p. ISBN 978-85-352-2883-0

GUIA SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO-CERRA. Santa Cruz do Sul: Jornal Gazeta do Sul, 2015.

IBGE. *Censo 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: abr. 2016

IBGE. *Censo Demográfico 2010*: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=25&i=P&c=1378>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

IBGE. *Cidades*: Síntese das informações. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=16&codv=v06&search=rio-grande-do-sul|arroyo-do-tigre|sinthese-das-informacoes->>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

IBGE. *Perfil das cidades*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430690&search=rio-grande-do-sul|encruzilhada-do-sul->>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal. *Banco de dados agregados do IBGE*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=11>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

IBGE. *População Indígena*. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2016.

IPHAÉ. Instituto do Patrimônio Histórico do Estado. *Bens Tombados*. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>>. Acesso em: mai. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CNSA/SGPA. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: mai. 2016.



ITUNISC. Incubadora Tecnológica da UNISC. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/areas/setores/47/incubadora-tecnologica-.html>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Lei n. 10.350/1994. Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

LIMA, Thiers Muniz; NEVES, Carlos Augusto Ramos (Coordenadores). *Sumário Mineral 2014*. Brasília: DNPM, 2014. 141p. Disponível em: <<file:///F:/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20COREDE/Sistema%20Ambiental/Minera%C3%A7%C3%A3o/Sumario%202014.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

MATTOS, Ely José de; BAGOLIN, Izete Pengo (Org.) *Desenvolvimento Econômico no Rio Grande do Sul: já não somos o que éramos?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 219 p.

MILANEZ MAROCCO, Paulo V. *RS 2030: Situação dos transportes de carga no Rio Grande do Sul*. Texto de referência. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – SEPLAG/Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN RS. Setembro, 2013. 13 p. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134118-20150928173641rs-2030-tr-3-situacao-dos-trasportes-de-cargas-no-rs-03-12.pdf>>. Acessado em: abr. 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*. Brasília: 2007

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Biomassas*. Disponível em: <www.mma.gov.br/biomassas>. Acesso em: jun. 2016.

NOAA. National Oceanic Atmospheric Administration. *Climate*. Disponível em: <<http://www.noaa.gov/climate>> Acesso em: mai. 2016.

OBSERVADR. *Banco de dados Vale do Rio Pardo*. Disponível em: <<http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PEREIRA, José A. R. et al. Gestão de lodo de fossa/tanque séptico. In: ANDREOLI, Cléverson V. (Org.) *Lodo de fossa séptica: lodo de fossa e tanque séptico: caracterização, tecnologias de tratamento, gerenciamento e destinação final*. Rio de Janeiro: ABES, 2009. p. 283-326.



PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2015. *Relatório Gerencial*. Brasília: CNT: Serviço Social do Transporte SENAT, 2015.

PILLAR, Valério De Patta et al. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>>. Acesso em: jun. 2016.

PROBIO, 2007. *Relatório Técnico Cobertura Vegetal do bioma Pampa*. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Execução: Instituto de Biociências - Centro de Ecologia UFRGS e Embrapa Clima Temperado Pecuária Sul. Disponível em: <http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/arquivos/Publicacoes/Relatorios/Relatorio_bioma_Pampa.pdf>.

RAIS – MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: <<https://col128.mail.live.com/?fid=fl-GK6QLnxIEmNODFj9EPQ4g2>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RECH, Antônio L. *Água: micromedição e perdas*. 2. ed. ampliada e revisada. São Paulo: Ed. Scortecci, 1999. 189p.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rs.gov.br>>. Acesso em: abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. DAER. Disponível em: <<http://www.daer.rs.gov.br/site/index.php>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Trânsito. DETRAN. Disponível em: <<http://www.detrans.rs.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. IPERGS. Disponível em: <<http://www.ipe.rs.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto Rio Grandense do Arroz. IRGA. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Plano. *Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS – 2014*. Disponível em: <<http://www.pers.rs.gov.br/noticias/arq/ENGB-SEMA-PERS-RS-40-Final-rev01.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.



RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/cre.jsp?ACAO=acao2&CRE=6>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional – SEPLAN. *Perfil Socioeconômico do COREDE do Vale do Rio Pardo*. Porto Alegre, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. *Perfil Socioeconômico do Vale do Rio Pardo*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais/SGPA/IPHAN>>.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Disponível em: <[http://www.saude.rs.gov.br/lista/170/13%C2%AA_CRS_\(Santa_Cruz_do_Sul\)](http://www.saude.rs.gov.br/lista/170/13%C2%AA_CRS_(Santa_Cruz_do_Sul))>. Acesso em: 31 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Transportes. Plano Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul. 2003.

RIO GRANDE DO SUL. SEFAZ RS. IPM – *Índice de participação dos municípios*. Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_dwn_apuracao_ipm_arq_ipm>. Acesso em: 8 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. *Zonas Eleitorais*. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/apps/zonas/index.php?acao=zona&zona=40>> Acesso em: 26 fev. 2016.

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os territórios de identidade. *Revista Geografar*, Curitiba, n. 1, p. 95-109, jun. 2011.

ROSSETO, Adriana M.; LERÍPIO, Alexandre de Á. Gestão de Políticas Públicas de Saneamento Básico. In: PHILIPPI JR, A.; GALVÃO JR., A. C. *Gestão do saneamento básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário*. Barueri/SP: Manole, 2012. 1153p. (Coleção Ambiental)

ROTARY. Desenvolvido pelo Rotary. *Apresenta informações gerais sobre a instituição*. Disponível em: <<https://www.rotary.org/pt>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

RS BIODIVERSIDADE. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br>>. Acesso em: jun. 2016.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Disponível



em: <<http://www.senacrs.com.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

SESI. Serviço Social da Industria. Disponível em: <<http://www.sesirs.org.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

SEUC. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. *Unidades de Conservação*. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_agrupador=12>. Acesso em: mai. 2016.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SISTN. *Declaração*. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: mai. 2016.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/S.O.S>>. MATA ATLÂNTICA E INPE. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2013-2014*. Ano: 2015. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/103045/fundacao-divulga-novos-dados-sobre-situacao-da-mata-atlantica/>>.

S2ID. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Arquivo Digital*. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>>. Acesso em: abr. 2016.

TECNOUNISC. Parque científico e tecnológico regional. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/pesquisa/tecnounisc.html>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

TESOURO NACIONAL. Estados e Municípios – *Transferências constitucionais*. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp>. Acesso em: 29 mar. 2016.

TSUTIYA, Milton T.; ALÉM SOBRINHO, Pedro. *Coleta e transporte de esgoto sanitário*. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2011, 547p.



ANEXOS

Tabelas adicionais do Diagnóstico Regional – Dimensão Sociocultural



Tabela SI. População total, taxas de crescimento da população, densidade demográfica e área territorial e taxa de fecundidade – 2000, 2007, 2010 e 2015

Unidade territorial	População total				Tx Crescimento		Densidade demográfica (km ² /hab)				Área em km ²	Tx Fecundidade	
	2000	2007	2010	2015	2000-2010	2007-2015	2000	2007	2010	2015	2014	2000	2010
Arroio do Tigre	12.216	12.638	12.648	13.316	3.54%	5.36%	38,60	39,93	39,96	42,07	316,50	2,46	2,09
Boqueirão do Leão	7.825	7.825	7.673	7.912	-1.94%	1.11%	29,47	29,47	28,90	29,80	265,52	2,57	2,13
Candelária	29.585	29.444	30.171	31.476	1.98%	6.90%	31,34	31,19	31,96	33,35	943,94	2,30	1,77
Encruzilhada do Sul	23.902	24.152	24.534	25.726	2.64%	6.52%	7,14	7,21	7,33	7,68	3.348,32	2,39	2,11
Estrela Velha	3.691	3.659	3.628	3.743	3.27%	2.30%	13,10	12,99	12,88	13,29	281,67	2,30	1,71
General Câmara	8.737	8.782	8.447	8.673	-3.32%	-1.24%	17,13	17,22	16,56	17,01	510,01	2,35	1,96
Herveiras	2.957	2.825	2.954	3.063	-0.10%	8.42%	25,00	23,88	24,97	25,90	118,28	2,60	1,92
Ibarama	4.454	4.331	4.371	4.518	-1.86%	4.32%	22,85	22,22	22,42	23,18	194,92	2,68	2,26
Lagoa Bonita do Sul	-	2.617	2.662	2.825	-	7.95%	-	24,07	24,48	25,98	108,73	2,70	2,37
Mato Leitão	3.210	3.585	3.865	4.201	20.40%	17.18%	68,41	76,41	82,37	89,54	46,92	2,03	1,60
Pantano Grande	10.979	9.816	9.895	9.932	-9.87%	1.18%	13,05	11,67	11,76	11,81	841,23	2,89	2,01
Passa Sete	4.644	4.996	5.154	5.491	10.98%	9.91%	15,23	16,38	16,90	18,00	305,00	2,33	2,12
Passo do Sobrado	5.566	5.967	6.011	6.372	7.99%	6.79%	21,00	22,51	22,67	24,04	265,11	2,25	1,60
Rio Pardo	37.783	37.704	37.591	38.934	-0.51%	3.26%	18,42	18,39	18,33	18,99	2.050,65	2,18	1,92
Santa Cruz do Sul	107.632	115.857	118.374	126.084	9.98%	8.83%	146,76	157,97	161,40	171,91	733,41	2,17	2,10
Segredo	6.911	7.022	7.158	7.388	3.57%	5.21%	28,12	28,57	29,12	30,06	245,81	2,56	2,03
Sinimbu	10.210	10.315	10.068	10.400	-1.39%	0.82%	20,01	20,22	19,74	20,39	510,12	2,33	1,77
Sobradinho	16.328	14.162	14.283	14.944	-12.52%	5.52%	127,48	110,57	111,52	116,68	128,08	2,30	1,65
Tunas	4.310	4.378	4.395	4.586	1.97%	4.75%	19,76	20,08	20,15	21,03	218,07	3,12	1,80
Vale do Sol	10.558	10.817	11.077	11.650	4.92%	7.70%	32,17	32,96	33,75	35,49	328,23	2,37	1,66
Vale Verde	3.057	3.227	3.253	3.434	6.41%	6.41%	9,27	9,79	9,87	10,41	329,73	2,41	1,47
Venâncio Aires	61.234	64.442	65.946	69.859	7.70%	8.41%	79,30	83,45	85,40	90,46	772,23	2,03	1,51
Vera Cruz	21.300	22.702	23.983	25.700	12.60%	13.21%	68,79	73,32	77,46	83,00	309,62	2,84	1,56
COREDE/VRP	397.089	411.263	418.141	440.227	5.35%	7.04%	30,15	31,22	31,74	33,42	13.172,10	2,44	1,87
Rio Grande do Sul	101.87.798	10.582.840	10.693.929	11.247.972	4.97%	6.29%	36,16	37,56	37,96	39,92	281.731,44	2,16	1,76

Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010; CONTAGEM, 2007; IBGE, 2015; IBGE, 2014; PNUD, 2013. Organizado pelos autores.



Tabela S.2. População urbana e rural, taxas de urbanização e taxas de crescimentos urbano e rural – 2000, 2007 e 2010

Unidade territorial	População urbana						População rural			Tx. Crescimento 2000-2010	
	2000	Tx. Urbana	2007	Tx. Urbana	2010	Tx. Urbana	2000	2007	2010	Urbano	Rural
Arroio do Tigre	5.270	43,14%	5.860	46,37%	5.962	47,14%	6.946	6.778	6.686	13,13%	-3,74%
Boqueirão do Leão	1.523	19,46%	1.634	20,88%	1.672	21,79%	6.302	6.191	6.001	9,78%	-4,78%
Candelária	13.800	46,65%	14.372	48,81%	15.715	52,09%	15.785	15.072	14.456	13,88%	-8,42%
Encruzilhada do Sul	14.841	62,09%	16.181	67,00%	17.119	69,78%	9.061	7.971	7.415	15,35%	-18,17%
Estrela Velha	667	18,07%	1.004	27,44%	1.167	32,17%	3.024	2.655	2.461	74,96%	-18,62%
General Câmara	5.172	59,20%	5.242	59,69%	4.966	58,79%	3.565	3.540	3.481	-3,98%	-2,36%
Herveiras	405	13,70%	356	12,60%	384	13,00%	2.552	2.469	2.570	-5,19%	0,71%
Ibarama	956	21,46%	1.041	24,04%	1.053	24,09%	3.498	3.290	3.318	10,15%	-5,15%
Lagoa Bonita do Sul	-	-	317	12,11%	384	14,43%	-	2.300	2.278	-	-
Mato Leitão	1.271	39,60%	1.525	42,54%	1.621	41,94%	1.939	2.060	2.244	27,54%	15,73%
Pantano Grande	9.276	84,49%	8.221	83,75%	8.314	84,02%	1.703	1.595	1.581	-10,37%	-7,16%
Passa Sete	442	9,52%	501	10,03%	555	10,77%	4.202	4.495	4.599	25,57%	9,45%
Passo do Sobrado	974	17,50%	1.356	22,72%	1.429	23,77%	4.592	4.611	4.582	46,71%	-0,22%
Rio Pardo	26.041	68,92%	25.934	68,78%	25.614	68,14%	11.742	11.770	11.977	-1,64%	2,00%
Santa Cruz do Sul	93.786	87,14%	101.844	87,90%	105.190	88,86%	13.846	14.013	13.184	12,16%	-4,78%
Segredo	1.684	24,37%	1.842	26,23%	1.807	25,24%	5.227	5.180	5.351	7,30%	2,37%
Sinimbu	1.194	11,69%	1.450	14,06%	1.437	14,27%	9.016	8.865	8.631	20,35%	-4,27%
Sobradinho	11.670	71,47%	11.272	79,59%	11.347	79,44%	4.658	2.890	2.936	-2,77%	-36,97%
Tunas	1.310	30,39%	1.319	30,13%	1.375	31,29%	3.000	3.059	3.020	4,96%	0,67%
Vale do Sol	720	6,82%	1.142	10,56%	1.249	11,28%	9.838	9.675	9.828	73,47%	-0,10%
Vale Verde	679	22,21%	845	26,19%	882	27,11%	2.378	2.382	2.371	29,90%	-0,29%
Venâncio Aires	36.193	59,11%	40.441	62,76%	41.400	62,78%	25.041	24.001	24.546	14,39%	-1,98%
Vera Cruz	9.901	46,48%	12.167	53,59%	13.320	55,54%	11.399	10.535	10.663	34,53%	-6,46%
COREDE/VRP	237.775	59,88%	255.866	62,21%	263.962	63,13%	159.314	155.397	154.179	11,01%	-3,22%
Rio Grande do Sul	8.317.984	81,65%	-	-	9.100.291	85,10%	1.869.814	-	1.593.638	9,41%	-14,77%

Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010; CONTAGEM, 2007. Organizado pelos autores.



Tabela S.3. Percentual da população masculina e feminina e Percentual da população jovem, adulta e idosa – 2000 e 2010

Unidade territorial	População Masculina		População Feminina		População Jovem		População Adulta		População Idosa		Tx. crescimento 2000-2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Jovens	Adultos	Idosos
Arroio do Tigre	50,82%	50,47%	49,18%	49,53%	27,78%	21,45%	62,41%	65,67%	9,81%	12,88%	-20,04%	8,95%	35,86%
Boqueirão do Leão	51,39%	51,31%	48,61%	48,69%	30,08%	23,39%	60,75%	64,93%	9,16%	11,68%	-23,75%	4,80%	24,97%
Candelária	49,29%	48,89%	50,71%	51,11%	24,80%	20,94%	61,93%	63,00%	13,27%	16,06%	-13,90%	3,75%	23,40%
Encruzilhada do Sul	50,41%	50,22%	49,59%	49,78%	26,22%	22,57%	60,50%	61,45%	13,28%	15,98%	-11,65%	4,25%	23,53%
Estrela Velha	52,07%	50,88%	47,93%	49,12%	26,90%	20,98%	63,51%	66,29%	9,59%	12,73%	-23,36%	2,60%	30,51%
General Câmara	49,90%	50,11%	50,10%	49,89%	25,16%	21,40%	60,76%	60,68%	14,08%	17,91%	-17,74%	-3,45%	23,01%
Herveiras	52,69%	52,23%	47,31%	47,77%	30,98%	24,10%	59,62%	63,47%	9,40%	12,42%	-22,27%	6,35%	32,01%
Ibarama	51,59%	51,02%	48,41%	48,98%	26,81%	22,95%	63,00%	63,49%	10,19%	13,57%	-16,00%	-1,10%	30,62%
Lagoa Bonita do Sul	-	52,70%	-	47,30%	-	23,44%	-	62,28%	-	14,27%	-	-	-
Mato Leitão	50,12%	50,12%	49,88%	49,88%	22,71%	18,97%	64,58%	65,28%	12,71%	15,76%	0,55%	21,71%	49,26%
Pantano Grande	50,87%	49,61%	49,13%	50,39%	27,26%	23,77%	62,53%	61,72%	10,21%	14,51%	-21,42%	-11,04%	28,10%
Passa Sete	51,79%	51,96%	48,21%	48,04%	29,63%	24,29%	60,90%	63,35%	9,47%	12,36%	-9,01%	15,45%	44,77%
Passo do Sobrado	50,05%	49,84%	49,95%	50,16%	22,73%	18,50%	63,47%	65,88%	13,80%	15,62%	-12,09%	12,09%	22,27%
Rio Pardo	48,89%	48,73%	51,11%	51,27%	26,18%	20,96%	61,19%	63,08%	12,63%	15,95%	-20,33%	2,57%	25,64%
Santa Cruz do Sul	48,41%	48,10%	51,59%	51,90%	24,35%	19,07%	65,31%	67,78%	10,34%	13,14%	-13,84%	14,14%	39,76%
Segredo	51,53%	51,66%	48,47%	48,34%	28,69%	23,26%	61,05%	63,33%	10,26%	13,41%	-16,04%	7,44%	35,40%
Sinimbu	51,88%	51,82%	48,12%	48,18%	24,91%	19,42%	60,47%	63,40%	14,62%	17,18%	-23,12%	3,39%	15,87%
Sobradinho	49,29%	48,95%	50,71%	51,05%	26,94%	20,99%	62,19%	65,01%	10,87%	14,00%	-31,85%	-8,56%	12,68%
Tunas	51,97%	51,83%	48,03%	48,17%	31,16%	23,19%	58,89%	64,48%	9,95%	12,33%	-24,13%	11,66%	26,34%
Vale do Sol	50,60%	50,53%	49,40%	49,47%	24,96%	20,38%	62,37%	64,43%	12,67%	15,19%	-14,35%	8,38%	25,78%
Vale Verde	51,29%	50,78%	50,15%	49,22%	21,82%	19,58%	63,26%	61,88%	14,92%	18,54%	-4,50%	4,08%	32,24%
Venâncio Aires	49,87%	49,50%	50,13%	50,50%	24,62%	19,07%	63,85%	66,67%	11,53%	14,26%	-16,59%	12,45%	33,24%
Vera Cruz	49,61%	48,99%	50,39%	51,01%	25,46%	20,44%	63,41%	65,34%	11,13%	14,22%	-9,64%	16,03%	43,92%
COREDE/VRP	49,64%	49,33%	50,36%	50,67%	25,48%	20,37%	63,03%	65,25%	11,49%	14,38%	-15,81%	9,00%	31,82%
Rio Grande do Sul	49,03%	48,67%	50,97%	51,33%	26,06%	20,83%	63,48%	65,52%	10,46%	13,65%	-16,08%	8,33%	36,99%

Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.4. População por nacionalidade e Emigrantes segundo destino – 2010

Unidade territorial	População por nacionalidade					Emigrantes internacionais segundo destino								
	Bras. nata		Bras. naturalizada		Estrangeira	Total	África	Am. Central	Am. Norte	Am. Sul	Ásia	Europa	Oceania	Sem dec.
Arroio do Tigre	12648	100.00%	-	-	-	15	-	1	6	2	3	2	1	-
Boqueirão do Leão	7662	99.90%	-	-	11 0.10%	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Candelária	30171	100.00%	-	-	-	22	-	3	6	8	1	3	1	-
Encruzilhada do Sul	24523	100.00%	11	0.00%	-	9	-	-	1	2	-	4	2	-
Estrela Velha	3628	100.00%	-	-	-	4	1	-	-	-	-	3	-	-
General Câmara	8447	100.00%	-	-	-	5	-	-	2	1	-	1	1	-
Herveiras	2954	100.00%	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Ibarama	4367	99.90%	4	0.10%	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Lagoa Bonita do Sul	2662	100.00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Leitão	3865	100.00%	-	-	-	12	-	-	3	3	-	6	-	-
Pantano Grande	9889	99.90%	6	0.10%	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Passa Sete	5140	99.70%	7	0.10%	7 0.10%	2	-	1	-	-	-	1	-	-
Passo do Sobrado	6008	100.00%	3	0.00%	-	7	2	-	-	-	-	3	2	-
Rio Pardo	37559	99.90%	10	0.00%	22 0.10%	18	-	1	5	3	1	8	-	-
Santa Cruz do Sul	118095	99.80%	30	0.00%	249 0.20%	303	14	4	90	27	16	128	24	-
Segredo	7158	100.00%	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	-	-
Sinimbu	10068	100.00%	-	-	-	8	-	-	1	1	-	6	-	-
Sobradinho	14259	99.80%	6	0.00%	19 0.10%	14	-	1	2	3	-	7	1	-
Tunas	4395	100.00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale Verde	3250	99.90%	-	-	3 0.10%	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Vale do Sol	11077	100.00%	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	-	-
Venâncio Aires	65886	99.90%	22	0.00%	38 0.10%	61	3	1	18	5	2	26	6	-
Vera Cruz	23972	100.00%	-	-	11 0.00%	32	-	-	13	1	2	10	6	-
COREDE/VRP	417683	99.90%	98	0.00%	360 0.00%	524	20	14	149	57	25	215	44	-
Rio Grande do Sul	10659685	99.70%	10090	0.10%	24154 0.20%	20983	338	264	4699	3260	1432	9055	1913	22

Fonte: CENSO, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.5. Deslocamentos diários por ocupação (trabalho) e educação (estudo) – 2010

Unidade territorial	Deslocamento por ocupação			Deslocamento por educação		
	Município de residência	Outro município	Tx. Percentual	Município de residência	Outro município	Tx. Percentual
Arroio do Tigre	8576	188	2.19%	1.638	261	15.93%
Boqueirão do Leão	4874	105	2.15%	1.016	314	30.91%
Candelária	16324	1171	7.17%	3.651	655	17.94%
Encruzilhada do Sul	11227	470	4.19%	3.930	680	17.30%
Estrela Velha	1997	75	3.76%	496	78	15.73%
General Câmara	3242	435	13.42%	1.247	273	21.89%
Herveiras	1680	17	1.01%	424	57	13.44%
Ibarama	2746	38	1.38%	522	58	11.11%
Lagoa Bonita do Sul	1961	27	1.38%	348	56	16.09%
Mato Leitão	1961	401	20.45%	453	152	33.55%
Pantano Grande	3565	285	7.99%	1.492	201	13.47%
Passa Sete	3143	80	2.55%	756	98	12.96%
Passo do Sobrado	3698	239	6.46%	647	204	31.53%
Rio Pardo	13275	2856	21.51%	5.169	1.056	20.43%
Santa Cruz do Sul	62396	2038	3.27%	22.034	981	4.45%
Segredo	4102	79	1.93%	878	154	17.54%
Sinimbu	5843	456	7.80%	1.131	328	29.00%
Sobradinho	7320	571	7.80%	2.142	343	16.01%
Tunas	2638	48	1.82%	637	100	15.70%
Vale do Sol	6380	336	5.27%	1.289	254	19.71%
Vale Verde	1616	43	2.66%	399	49	12.28%
Venâncio Aires	36827	2179	5.92%	9.241	1.934	20.93%
Vera Cruz	10321	2992	28.99%	3.116	963	30.91%
COREDE/VRP	215712	15129	7.01%	62.656	9249	14.76%
Rio Grande do Sul	4796159	652575	13.61%	1.797.752	267.017	14.85%

Fonte: CENSO, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.6. Número total de matrículas na Educação básica e Taxa de distorção ensino fundamental e ensino médio – 2007 e 2014

Unidade territorial	Nº matrículas		Tx. Distorção (2007)		Tx. Distorção (2014)	
	2007	2014	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Arroio do Tigre	3.127	2.554	17,1	29,3	19,2	16,2
Boqueirão do Leão	1.763	1.612	27,2	27,1	28,5	30,0
Candelária	5.954	5.528	24,2	19,3	26,1	19,4
Encruzilhada do Sul	6.175	5.677	32,4	50,7	30,3	32,8
Estrela Velha	744	670	30,0	45,2	24,3	20,0
General Câmara	2.002	1.749	30,1	47,1	34,8	34,5
Herveiras	771	634	32,0	43,6	30,1	36,2
Ibarama	1.041	943	25,9	33,3	23,1	28,5
Lagoa Bonita do Sul	593	543	21,7	51,9	15,1	12,5
Mato Leitão	782	913	19,8	27,1	22,4	27,4
Pantano Grande	2.562	2.201	22,1	31,9	22,3	21,4
Passa Sete	1.282	1.028	25,6	36,0	29,3	25,0
Passo do Sobrado	1.230	1.106	22,7	25,5	18,9	37,4
Rio Pardo	8.835	7.819	24,0	29,2	24,8	25,9
Santa Cruz do Sul	27.399	27.433	22,4	31,3	19,5	24,7
Segredo	645	1.430	25,8	32,6	22,4	24,2
Sinimbu	1.980	1.580	34,6	23,3	29,2	27,9
Sobradinho	3.767	3.200	23,3	33,0	23,5	31,1
Tunas	1.053	760	19,5	28,4	17,8	16,7
Vale do Sol	2.012	1.805	28,3	23,3	35,9	32,9
Vale Verde	685	674	25,3	37,9	15,7	32,4
Venâncio Aires	14.788	13.199	22,6	25,4	21,6	18,9
Vera Cruz	5.140	5.046	17,9	38,0	18,5	27,3
COREDE/VRP	94.330	88.104	25,0	33,5	24,1	26,2
Rio Grande do Sul	2.602.269	2.361.335	21,9	33,8	21,8	26,6

Fonte: INEP, 2007; INEP, 2014. Organizado pelos autores.



Tabela S.7. Taxas de atendimento escolar e de analfabetismo e população de 25 anos ou mais de idade com curso superior completo – 2000 e 2010

Unidade territorial	Tx. Atendimento escolar 6 a 14 anos		Tx. Atendimento escolar 15 a 17 anos		Tx. Analfabetismo 15 anos ou mais		Pop. 25 anos ou mais com superior completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Tigre	95,24	98,25	66,57	70,93	10,91	7,07	2,47	4,36
Boqueirão do Leão	93,86	98,56	60,91	79,79	13,95	10,77	2,8	4,84
Candelária	93,8	97,88	74,47	73,73	12,63	9,5	2,44	4,56
Encruzilhada do Sul	91,92	96,11	63,5	80,58	14,67	10,8	3,3	4,46
Estrela Velha	88,11	100	48,94	87,53	14,05	8,99	1,92	4,01
General Câmara	95,97	97,3	77,23	85,25	11,97	9,55	2,75	4,82
Herveiras	92,94	93,72	57,13	76,7	13,23	10,17	-	1,92
Ibarama	95,81	97,72	72,89	76,56	12,09	6,69	1,47	2,71
Lagoa Bonita do Sul	91,44	97,78	68,08	82,55	15,97	10,66	-	1,59
Mato Leitão	99,75	100	84,41	81,19	5,4	3,8	2,62	3,98
Pantano Grande	94,21	98,38	77,47	70,33	13,75	10,55	1,88	2,9
Passa Sete	92,04	98,59	50,02	73,16	16,55	13,1	0,23	1,54
Passo do Sobrado	97,94	98,51	70,21	80,38	8,51	5,92	1,68	2,93
Rio Pardo	93,44	96,12	64,95	81,13	11,24	8,23	5,34	6,56
Santa Cruz do Sul	96,28	98,31	85,24	85,32	4,71	3,37	8,27	14,24
Segredo	94,27	98,53	71,67	59,3	14,85	9,81	2,44	3,72
Sinimbu	88,87	97,24	63,56	69,75	10,28	8,01	0,94	2,74
Sobradinho	97,65	97,56	84,91	81,65	10,64	6,63	6,46	8,73
Tunas	88,37	98,32	68,53	76,32	20,22	11,47	0,92	3,25
Vale do Sol	88,85	98,52	46,77	72,69	7,57	6,23	0,68	2,38
Vale Verde	87,36	98,94	62,71	93,28	16,36	10,4	0,68	2,75
Venâncio Aires	95,71	97,26	74,73	79,59	6,36	4,65	3,68	6,76
Vera Cruz	95,44	98,99	77,67	81,97	6,52	4,7	3,19	5,82
COREDE/VRP	93,45	97,94	68,37	78,25	11,84	8,31	2,67	4,42
Rio Grande do Sul	95,16	97,24	76,86	82,76	13,63	9,61	6,77	11,27

Fonte: PNUD, 2013. Organizado pelos autores.



Tabela S.8. Taxas de rendimento escolar de aprovação, reprovação e abandono – 2007 e 2014

Unidade Territorial	Aprovação (2007)		Aprovação (2014)		Reprovação (2007)		Reprovação (2014)		Abandono (2007)		Abandono (2014)	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Arroio do Tigre	84,3	78,4	92,4	91,7	13,6	8,0	6,7	1,5	2,1	13,6	0,9	6,8
Boqueirão do Leão	82,2	83,1	86,8	77,4	16,7	7,6	12,7	16,3	1,1	9,3	0,5	6,3
Candelária	83,8	82,0	87,0	79,6	15,1	15,4	10,8	16,5	1,1	2,6	2,2	3,9
Encruzilhada do Sul	77,2	64,7	83,8	84,0	18,4	17,6	14,6	10,0	4,4	17,7	1,6	6,0
Estrela Velha	79,7	65,7	88,8	92,9	17,2	9,8	9,8	0,9	3,1	24,5	1,4	6,2
General Câmara	78,8	75,1	76,5	68,7	18,3	8,1	21,2	14,0	2,9	16,8	2,3	17,3
Herveiras	83,2	81,7	82,9	77,8	14,4	2,0	15,2	8,6	2,4	16,3	1,9	13,6
Ibarama	83,4	73,4	83,8	77,0	12,4	14,7	15,0	8,6	4,2	11,9	1,2	14,4
Lagoa Bonita do Sul	88,8	80,6	93,7	91,6	9,7	0,0	5,0	2,1	1,5	19,4	1,3	6,3
Mato Leitão	84,8	77,4	93,3	87,0	14,8	12,8	6,0	9,9	0,4	9,8	0,7	3,1
Pantano Grande	89,2	78,1	87,6	78,1	8,9	11,5	10,1	11,8	1,9	10,4	2,3	10,1
Passa Sete	86,3	75,9	93,4	90,6	11,7	6,6	6,3	2,9	2,0	17,5	0,3	6,5
Passo do Sobrado	86,3	74,7	94,3	77,2	13,7	10,1	5,6	3,9	0,0	15,2	0,1	18,9
Rio Pardo	81,8	74,8	85,4	74,4	15,6	15,8	13,3	18,0	2,6	9,4	1,3	7,6
Santa Cruz do Sul	85,2	71,2	88,9	78,0	13,3	17,0	10,2	16,1	1,5	11,8	0,9	5,9
Segredo	78,5	76,5	92,0	84,0	20,1	15,5	7,8	15,1	1,4	8,0	0,2	0,9
Sinimbu	81,4	90,3	90,3	81,7	17,2	5,0	9,1	15,2	1,4	4,7	0,6	3,1
Sobradinho	85,9	71,8	89,0	72,7	13,2	11,4	9,3	15,3	0,9	16,8	1,7	12,0
Tunas	88,6	93,8	90,8	95,2	11,1	0,5	7,9	0,0	0,3	5,7	1,3	4,8
Vale do Sol	76,0	83,1	82,2	73,5	22,7	9,0	16,1	17,7	1,3	7,9	1,7	8,8
Vale Verde	91,7	89,0	92,8	76,6	7,2	5,5	6,7	7,3	1,1	5,5	0,5	16,1
Venâncio Aires	85,5	81,2	89,3	85,2	13,4	10,8	8,9	8,8	1,1	8,0	1,8	6,0
Vera Cruz	92,9	72,7	91,2	73,0	6,1	14,0	8,2	15,4	1,0	13,3	0,6	11,6
COREDE/VRP	84,2	78,1	88,5	81,2	14,1	9,9	10,3	10,3	1,7	12,0	1,2	8,5
Rio Grande do Sul	83,9	68,0	87,7	76,1	14,0	19,0	11,1	16,0	2,1	13,0	1,2	7,9

Fonte: INEP, 2007; INEP, 2014. Organizado pelos autores.



Tabela S.9. Estimativas de cobertura da população por Equipes Saúde da Família (ESF) e Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS) – 2000, 2010 e 2015

Unidade Territorial	Estimativas 2000		Estimativas 2010		Estimativas 2015	
	ESF	PACS	ESF	PACS	ESF	PACS
Arroio do Tigre	0,00%	81,99%	52,24%	91,42%	81,02%	100%
Boqueirão do Leão	0,00%	66,18%	42,61%	100%	45,09%	100%
Candelária	0,00%	33,55%	34,02%	52,92%	34,20%	43,70%
Encruzilhada do Sul	0,00%	71,36%	68,58%	100%	55,94%	100%
Estrela Velha	0,00%	92,07%	91,34%	100%	100%	100%
General Câmara	0,00%	40,60%	0%	6,32%	100%	54,74%
Herveiras	0,00%	100,00%	100%	100%	100%	100%
Ibarama	0,00%	0,00%	100%	100%	100%	100%
Lagoa Bonita do Sul	-	-	0%	0%	100%	100%
Mato Leitão	0,00%	100,00%	90,15%	100%	100%	100%
Pantano Grande	0,00%	0,00%	35,23%	29,35%	70,90%	53,18%
Passa Sete	0,00%	100,00%	100%	100%	100%	100%
Passo do Sobrado	0,00%	74,74%	100%	100%	100%	100%
Rio Pardo	0,00%	60,68%	26,55%	84,06%	36,74%	91,85%
Santa Cruz do Sul	12,93%	40,40%	28,17%	54,94%	48,88%	52,23%
Segredo	0,00%	76,77%	94,51%	100%	97,36%	100%
Sinimbu	0,00%	47,23%	32,22%	48,34%	68,68%	97,29%
Sobradinho	0,00%	55,75%	70,20%	74,10%	72,14%	100%
Tunas	77,93%	100,00%	100%	100%	100%	100%
Vale do Sol	0,00%	0,00%	91,81%	100%	100%	100%
Vale Verde	0,00%	0,00%	100%	100%	100%	100%
Venâncio Aires	0,00%	28,18%	15,29%	32,28%	31,05%	38,82%
Vera Cruz	0,00%	57,55%	28,84%	72,09%	28,29%	51,87%
COREDE/VRP	4,13%	55,78%	60,95%	75,91%	76,97%	86,25%
Rio Grande do Sul	6,77%	22,87%	35,60%	39,30%	56,42%	51,88%

Fonte: DAB, 2016. Organizado pelos autores.



Tabela S.10. Número de médicos segundo principais especialidades, total e habitantes por médico, 2007 e 2015

Unidade territorial	Médico Anestesiologista		Médico Cirurgião Geral		Médico Clínico		Médico Ginecologista/Obstetra		Médico da ESF		Médico Pediatra		Médico cardiologista		Total de Médicos		Habitanes por médico		
	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	
Arroio do Tigre	9,52%	5,56%	9,52%	-	57,14%	50,00%	14,29%	-	-	16,67%	-	11,11%	4,76%	-	21	18	601,81	739,78	
Boqueirão do Leão	-	-	-	-	100,00%	25,00%	-	-	-	50,00%	-	25,00%	-	-	3	4	2608,33	1978,00	
Candelária	6,25%	6,67%	18,75%	-	43,75%	40,00%	6,25%	-	-	10,00%	6,25%	23,33%	6,25%	3,33%	16	30	1840,25	1049,20	
Encruzilhada do Sul	5,00%	4,55%	20,00%	-	35,00%	54,55%	-	-	-	15,00%	22,73%	15,00%	9,09%	-	20	22	1207,60	1169,36	
Estrela Velha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%	-	-	-	1	1	3659,00	3743,00	
General Câmara	-	-	-	-	57,14%	42,86%	14,29%	-	-	42,86%	14,29%	-	14,29%	14,29%	7	7	1254,57	1239,00	
Herveiras	-	-	-	-	-	50,00%	-	-	-	100,00%	50,00%	-	-	-	1	2	2825,00	1531,50	
Ibarama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%	-	-	-	2	1	2165,50	4518,00	
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%	-	-	-	1	1	2617,00	2825,00	
Mato Leitão	-	-	-	-	33,33%	33,33%	33,33%	-	-	16,67%	33,33%	16,67%	33,33%	-	6	3	597,50	1400,33	
Pantano Grande	-	-	-	-	66,67%	40,00%	-	-	-	33,33%	40,00%	-	20,00%	-	3	5	3272,00	1986,40	
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-	-	-	-	-	2	2	4996,00	2745,50
Passo do Sobrado	-	-	50,00%	-	-	-	-	-	-	50,00%	50,00%	-	50,00%	-	2	2	2983,50	3186,00	
Rio Pardo	2,33%	-	6,98%	4,26%	27,91%	63,83%	6,98%	2,13%	11,63%	4,26%	9,30%	8,51%	4,65%	6,38%	43	47	876,84	828,38	
Santa Cruz do Sul	-	3,58%	7,61%	2,75%	23,37%	49,04%	11,96%	3,31%	3,26%	3,86%	7,61%	9,64%	4,89%	4,68%	184	363	629,66	347,34	
Segredo	-	-	33,33%	-	-	-	-	-	-	66,67%	100,00%	-	-	-	3	1	2340,67	7388,00	
Sinimbu	-	-	-	-	66,67%	20,00%	-	-	-	40,00%	-	40,00%	-	-	3	5	3438,33	2080,00	
Sobradinho	-	-	37,50%	-	18,75%	38,89%	6,25%	5,56%	31,25%	11,11%	-	27,78%	6,25%	11,11%	16	18	885,13	830,22	
Tunas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-	-	-	-	-	1	1	4378,00	4586,00
Vale do Sol	-	-	33,33%	12,50%	33,33%	62,50%	-	-	-	16,67%	25,00%	16,67%	-	-	6	8	1802,83	1456,25	
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%	-	-	-	1	2	3227,00	1717,00	
Venâncio Aires	5,66%	3,85%	5,66%	-	32,08%	61,54%	5,66%	3,85%	5,66%	3,85%	9,43%	7,69%	9,43%	3,85%	53	78	1215,89	895,63	
Vera Cruz	36,84%	-	5,26%	-	10,53%	66,67%	15,79%	-	-	10,53%	11,11%	5,26%	-	-	19	9	1194,84	2855,56	
COREDE/VRP	3,65%	3,17%	9,73%	2,06%	28,71%	50,16%	9,49%	2,70%	8,76%	8,89%	7,54%	10,63%	4,87%	4,29%	411	630	1000,64	698,77	
Rio Grande do Sul	4,59%	3,70%	7,44%	1,85%	30,14%	33,00%	7,74%	4,89%	4,43%	6,05%	6,83%	9,19%	5,47%	4,61%	16.554	24.048	639	467,73	

Fonte: CNES, 2007; CNES, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S.11. Esperança de vida ao nascer, Taxa de mortalidade infantil, número de nascidos vivos e óbitos infantis e relação do número de nascidos por óbito infantil – 2000, 2010 e 2013

Unidade territorial	Esperança de vida ao nascer		Tx. Mortalidade Infantil		Nascidos Vivos			Óbitos infantis (até 1ano)				Nascidos por óbito		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2013	2000	2010	2013	2000	2010	2013	
Arroio do Tigre	70,25	75,90	22,20	11,60	202	154	108	2	1	3	101,00	154,00	36,00	
Boqueirão do Leão	73,61	75,59	16,10	12,00	150	106	104	4	3	1	37,50	35,33	104,00	
Candelária	72,62	75,49	17,70	12,10	529	337	339	13	1	8	40,69	337,00	42,38	
Encruzilhada do Sul	72,02	77,50	18,80	9,60	463	278	274	10	1	5	46,30	278,00	54,80	
Estrela Velha	72,14	72,50	18,60	16,40	57	38	32	2	-	-	28,50	38,00	32,00	
General Câmara	72,75	74,92	17,50	12,80	132	79	79	1	-	-	132,00	79,00	79,00	
Herveiras	70,39	72,50	21,90	16,40	54	29	33	1	-	-	54,00	29,00	33,00	
Ibarama	69,59	72,50	23,60	16,40	87	58	48	2	2	-	43,50	29,00	48,00	
Lagoa Bonita do Sul	70,39	73,05	21,90	15,60	-	28	19	-	1	-	-	28,00	19,00	
Mato Leitão	71,20	76,16	20,30	11,20	38	35	47	4	1	2	9,50	35,00	23,50	
Pantano Grande	69,16	73,93	24,50	14,20	187	98	105	3	-	-	62,33	98,00	105,00	
Passa Sete	71,55	71,94	19,70	17,30	91	65	41	2	-	-	45,50	65,00	41,00	
Passo do Sobrado	71,89	76,04	19,00	11,40	36	62	61	-	1	2	36,00	62,00	30,50	
Rio Pardo	72,51	75,75	17,90	11,80	601	353	349	10	7	1	60,10	50,43	349,00	
Santa Cruz do Sul	74,18	76,10	15,10	11,76	1892	1447	1685	30	5	17	63,07	289,40	99,12	
Segredo	68,71	73,63	25,50	14,70	116	118	62	4	-	1	29,00	118,00	62,00	
Sinimbu	69,87	72,50	23,00	16,40	118	71	62	3	-	1	39,33	71,00	62,00	
Sobradinho	71,20	76,66	20,30	10,60	277	157	157	2	2	-	138,50	78,50	157,00	
Tunas	69,90	72,61	22,90	16,20	103	54	47	1	-	-	103,00	54,00	47,00	
Vale do Sol	70,54	73,78	21,60	14,40	163	66	102	7	-	1	23,29	66,00	102,00	
Vale Verde	70,57	73,93	21,60	14,20	20	32	22	-	1	-	20,00	32,00	22,00	
Venâncio Aires	71,36	74,09	20,00	13,77	953	738	707	19	12	8	50,16	61,50	88,38	
Vera Cruz	70,25	75,52	22,20	12,10	315	265	281	3	2	6	105,00	132,50	46,83	
COREDE/VRP	71,16	74,46	20,52	13,61	6584	4668	4764	123	40	56	53,53	116,70	85,07	
Rio Grande do Sul	73,22	75,38	16,71	12,38	176719	133243	141350	2.676	1.492	1.494	66,04	89,30	94,61	

Fonte: PNUD, 2013; SINASC, 2000; SINASC, 2010; SINASC, 2015; SIM, 2000; SIM, 2010; SIM, 2013. Organizado pelos autores.



Tabela S.12. Número de estabelecimentos de saúde – 2005, 2010 e 2015

Unidade territorial	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde			Hospital Geral			Policlínica			Posto De Saúde			Unidade Móvel de Nível Pre-Hosp-Urgência/Emergência		
	2005/Dez	2010/Dez	2015/Dez	2005/Dez	2010/Dez	2015/Dez	2005/Dez	2010/Dez	2015/Dez	2005/Dez	2010/Dez	2015/Dez	2005/Dez	2010/Dez	2015/Dez
Arroio do Tigre	1	3	4	1	1	1	-	-	2	7	3	-	-	-	1
Boqueirão do Leão	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Candelária	3	6	6	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Encruzilhada do Sul	3	5	6	1	1	1	1	1	1	2	1	1	-	-	1
Estrela Velha	-	4	3	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-
General Câmara	1	1	2	-	-	-	-	-	2	-	4	-	-	-	-
Herveiras	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibarama	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
Lagoa Bonita do Sul	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-
Mato Leitão	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pantano Grande	3	3	3	-	-	-	-	-	-	4	3	3	-	-	-
Passa Sete	-	1	2	-	-	-	-	-	-	5	1	-	-	-	-
Passo do Sobrado	1	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Rio Pardo	3	5	5	1	1	1	1	-	-	5	2	6	-	-	2
Santa Cruz do Sul	20	27	39	3	3	3	-	-	-	14	9	4	-	1	4
Segredo	-	2	2	1	1	1	1	-	1	3	3	3	-	-	-
Sinimbu	1	1	3	1	1	1	-	-	-	2	2	1	-	-	1
Sobradinho	3	3	6	2	2	2	1	1	1	2	3	1	-	-	-
Tunas	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-
Vale do Sol	3	3	3	1	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-
Venâncio Aires	11	9	14	1	1	1	-	3	2	7	8	9	-	-	2
Vera Cruz	1	1	2	1	1	1	2	3	3	5	6	7	-	-	1
COREDE/VRP	57	81	110	15	14	15	7	8	15	67	52	37	-	1	13
Rio Grande do Sul	1.454	1.640	1.892	335	325	313	154	196	471	924	887	701	6	47	227

Fonte: CNES, 2005; CNES, 2010; CNES, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S.13. Número de leitos, leitos hospitalares (internações e complementares) por habitantes e número de leitos por mil habitantes – 2005, 2010 e 2015

Unidade territorial	Ambulatório - Leitos Repouso e Observação			Hospitalar - Leitos de internação			Hospitalar - Leitos Complementares			Urgência - Leitos Repouso e Observação			Leitos hospitalares/ habitantes			Total de leitos/ mil habitantes		
	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015	2005	2010	2015
Arroio do Tigre	1	1	1	73	66	76	-	-	-	-	-	-	170,44	191,64	175,21	5,87	5,22	5,71
Boqueirão do Leão	3	3	3	32	39	39	-	1	1	-	-	-	253,66	191,83	197,80	3,94	5,21	5,06
Candelária	5	6	6	105	97	105	-	-	-	-	-	-	293,30	311,04	299,77	3,41	3,22	3,34
Encruzilhada do Sul	-	4	4	50	50	53	-	-	-	-	-	-	502,64	490,68	485,40	1,99	2,04	2,06
Estrela Velha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3669,00	3628,00	3743,00	-	-	-
General Câmara	4	6	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8637,00	8447,00	8673,00	-	-	-
Herveiras	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3006,00	2954,00	3063,00	-	-	-
Ibarama	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4042,00	4371,00	4518,00	-	-	-
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2545,00	2662,00	2825,00	-	-	-
Mato Leitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3523,00	3865,00	4201,00	-	-	-
Pantano Grande	4	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11582,00	9895,00	9932,00	-	-	-
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4569,00	5154,00	5491,00	-	-	-
Passo do Sobrado	1	10	10	13	-	-	-	-	-	-	-	-	438,92	6011,00	6372,00	2,28	-	-
Rio Pardo	2	2	-	127	101	93	-	-	-	2	7	4	298,97	372,19	418,65	3,34	2,69	2,39
Santa Cruz do Sul	1	3	8	261	276	312	29	29	44	25	25	12	406,72	388,11	354,17	2,46	2,58	2,82
Segredo	1	1	1	27	27	34	-	-	-	-	-	-	255,07	265,11	217,29	3,92	3,77	4,60
Sinimbu	-	-	-	45	45	48	2	2	2	-	-	-	206,19	214,21	208,00	4,85	4,67	4,81
Sobradinho	2	2	4	101	105	87	1	1	1	-	-	-	140,97	134,75	169,82	7,09	7,42	5,89
Tunas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4261,00	4395,00	4586,00	-	-	-
Vale do Sol	4	4	4	35	35	39	1	1	1	-	-	-	295,28	307,69	291,25	3,39	3,25	3,43
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3252,00	3253,00	3434,00	-	-	-
Venâncio Aires	9	9	10	128	114	128	4	8	10	-	-	2	503,32	540,54	506,22	1,99	1,85	1,98
Vera Cruz	-	-	-	43	35	35	1	1	1	-	-	-	532,34	666,19	713,89	1,88	1,50	1,40
COREDE/VRP	44	62	72	1040	990	1049	38	43	60	27	32	18	388,35	404,78	396,96	2,57	2,47	2,52
Rio Grande do Sul	1185	1443	1641	30203	30414	31278	2320	2687	3093	363	407	454	333,46	323,07	327,25	3,00	3,10	3,06

Fonte: CNES, 2005; CNES, 2010; CNES, 2015; CENSO, 2010; IBGE, 2005; IBGE, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S.14. Índice de Gini, Índice Ed Theil-L, IDHM e suas dimensões de renda, longevidade e educação – 2000 e 2010

Unidade territorial	Índice de Gini		Índice de Theil - L		IDHM		IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Tigre	0,51	0,47	0,48	0,42	0,568	0,707	0,635	0,708	0,754	0,848	0,382	0,589
Boqueirão do Leão	0,47	0,47	0,42	0,40	0,563	0,700	0,620	0,725	0,810	0,843	0,355	0,562
Candelária	0,55	0,46	0,56	0,40	0,561	0,674	0,627	0,699	0,794	0,842	0,355	0,521
Encruzilhada do Sul	0,58	0,52	0,58	0,50	0,551	0,657	0,641	0,677	0,784	0,875	0,332	0,478
Estrela Velha	0,65	0,49	0,79	0,48	0,535	0,679	0,638	0,707	0,786	0,792	0,306	0,560
General Câmara	0,52	0,49	0,47	0,42	0,619	0,686	0,655	0,704	0,796	0,832	0,454	0,552
Herveiras	0,51	0,41	0,48	0,33	0,441	0,616	0,593	0,670	0,757	0,792	0,191	0,441
Ibarama	0,42	0,43	0,31	0,35	0,528	0,652	0,592	0,686	0,743	0,792	0,335	0,511
Lagoa Bonita do Sul	0,40	0,43	0,27	0,35	0,533	0,670	0,599	0,696	0,757	0,801	0,333	0,539
Mato Leitão	0,38	0,36	0,23	0,26	0,623	0,746	0,638	0,721	0,770	0,853	0,493	0,676
Pantano Grande	0,55	0,47	0,54	0,39	0,589	0,661	0,638	0,676	0,736	0,816	0,436	0,524
Passa Sete	0,45	0,45	0,40	0,39	0,503	0,622	0,529	0,639	0,776	0,782	0,310	0,482
Passo do Sobrado	0,44	0,47	0,35	0,40	0,601	0,698	0,698	0,726	0,782	0,851	0,397	0,551
Rio Pardo	0,54	0,48	0,52	0,44	0,609	0,693	0,656	0,702	0,792	0,846	0,435	0,560
Santa Cruz do Sul	0,53	0,49	0,50	0,42	0,682	0,773	0,732	0,782	0,820	0,852	0,529	0,693
Segredo	0,51	0,48	0,51	0,45	0,530	0,659	0,573	0,673	0,729	0,811	0,357	0,525
Sinimbu	0,51	0,48	0,47	0,43	0,513	0,631	0,624	0,697	0,748	0,792	0,289	0,456
Sobradinho	0,57	0,50	0,60	0,46	0,650	0,743	0,670	0,735	0,770	0,861	0,532	0,647
Tunas	0,46	0,47	0,41	0,42	0,484	0,657	0,526	0,659	0,748	0,794	0,288	0,541
Vale do Sol	0,45	0,45	0,37	0,39	0,496	0,624	0,615	0,681	0,759	0,813	0,261	0,439
Vale Verde	0,56	0,45	0,59	0,33	0,549	0,646	0,638	0,666	0,760	0,816	0,342	0,497
Venâncio Aires	0,48	0,45	0,40	0,36	0,610	0,712	0,669	0,736	0,773	0,818	0,438	0,600
Vera Cruz	0,50	0,47	0,45	0,40	0,582	0,737	0,649	0,738	0,754	0,842	0,403	0,643
COREDE/VRP	0,50	0,46	0,47	0,40	0,562	0,680	0,628	0,700	0,769	0,825	0,372	0,547
Rio Grande do Sul	0,58	0,54	0,62	0,53	0,664	0,746	0,720	0,769	0,804	0,840	0,505	0,642

Fonte: PNUD, 2013. Organizado pelos autores.



Tabela S.15. IFDM e suas dimensões de Emprego & Renda, Educação e Saúde – 2007, 2010 e 2013

Unidade territorial	IFDM			Emprego & Renda			Educação			Saúde		
	2007	2010	2013	2007	2010	2013	2007	2010	2013	2007	2010	2013
Arroio do Tigre	0,609	0,614	0,696	0,447	0,419	0,551	0,655	0,698	0,784	0,726	0,725	0,753
Boqueirão do Leão	0,542	0,645	0,696	0,316	0,408	0,492	0,642	0,691	0,777	0,670	0,837	0,818
Candelária	0,632	0,671	0,699	0,457	0,537	0,523	0,633	0,645	0,669	0,807	0,833	0,905
Encruzilhada do Sul	0,603	0,628	0,648	0,452	0,486	0,530	0,567	0,644	0,689	0,790	0,753	0,725
Estrela Velha	0,557	0,580	0,657	0,407	0,348	0,466	0,583	0,677	0,737	0,682	0,716	0,767
General Câmara	0,605	0,611	0,732	0,407	0,397	0,586	0,555	0,578	0,688	0,853	0,858	0,920
Herveiras	0,571	0,601	0,646	0,344	0,401	0,425	0,534	0,501	0,638	0,836	0,902	0,875
Ibarama	0,536	0,593	0,685	0,387	0,312	0,444	0,597	0,722	0,798	0,624	0,745	0,812
Lagoa Bonita do Sul	0,576	0,541	0,675	0,358	0,185	0,365	0,556	0,602	0,744	0,814	0,836	0,916
Mato Leitão	0,746	0,759	0,831	0,539	0,555	0,653	0,751	0,816	0,967	0,949	0,906	0,873
Pantano Grande	0,590	0,667	0,656	0,479	0,563	0,598	0,613	0,661	0,660	0,676	0,778	0,712
Passa Sete	0,538	0,598	0,633	0,266	0,328	0,378	0,611	0,628	0,634	0,738	0,838	0,888
Passo do Sobrado	0,666	0,689	0,764	0,429	0,515	0,565	0,674	0,698	0,822	0,895	0,854	0,904
Rio Pardo	0,577	0,658	0,668	0,345	0,523	0,512	0,642	0,696	0,732	0,745	0,754	0,760
Santa Cruz do Sul	0,735	0,844	0,848	0,605	0,783	0,774	0,712	0,789	0,826	0,889	0,959	0,944
Segredo	0,543	0,606	0,657	0,288	0,374	0,410	0,646	0,631	0,733	0,694	0,812	0,827
Sinimbu	0,581	0,614	0,662	0,363	0,374	0,376	0,594	0,619	0,734	0,786	0,849	0,877
Sobradinho	0,637	0,673	0,719	0,497	0,502	0,524	0,686	0,733	0,788	0,729	0,785	0,846
Tunas	0,549	0,560	0,617	0,300	0,347	0,325	0,541	0,594	0,656	0,807	0,740	0,871
Vale do Sol	0,625	0,666	0,591	0,375	0,455	0,234	0,612	0,627	0,655	0,889	0,917	0,883
Vale Verde	0,673	0,605	0,692	0,433	0,269	0,402	0,647	0,705	0,796	0,939	0,841	0,878
Venâncio Aires	0,717	0,753	0,768	0,616	0,684	0,689	0,725	0,772	0,789	0,811	0,802	0,827
Vera Cruz	0,655	0,741	0,756	0,386	0,592	0,560	0,718	0,736	0,810	0,860	0,895	0,899
COREDE/VRP	0,612	0,649	0,695	0,413	0,450	0,495	0,630	0,672	0,745	0,792	0,823	0,847
Rio Grande do Sul	0,655	0,687	0,720	0,475	0,505	0,532	0,673	0,723	0,778	0,817	0,831	0,850

Fonte: FIRJAN, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S.16. IDESE e seus blocos de Educação, Renda e Saúde – 2007, 2010 e 2013

Unidade territorial	IDESE			IDESE Educação			IDESE Renda			IDESE Saúde		
	2007	2010	2013	2007	2010	2013	2007	2010	2013	2007	2010	2013
Arroio do Tigre	0,639	0,663	0,726	0,544	0,610	0,715	0,611	0,576	0,668	0,762	0,802	0,795
Boqueirão do Leão	0,639	0,648	0,700	0,558	0,564	0,675	0,595	0,539	0,604	0,765	0,842	0,819
Candelária	0,590	0,599	0,638	0,478	0,484	0,524	0,521	0,536	0,586	0,770	0,779	0,805
Encruzilhada do Sul	0,597	0,621	0,624	0,566	0,634	0,590	0,464	0,456	0,526	0,760	0,773	0,755
Estrela Velha	0,631	0,694	0,748	0,451	0,629	0,701	0,653	0,587	0,712	0,788	0,864	0,829
General Câmara	0,640	0,637	0,699	0,601	0,576	0,679	0,540	0,528	0,606	0,779	0,807	0,813
Herveiras	0,573	0,608	0,654	0,436	0,511	0,559	0,496	0,490	0,548	0,787	0,822	0,854
Ibarama	0,622	0,633	0,677	0,525	0,587	0,634	0,585	0,492	0,581	0,755	0,821	0,817
Lagoa Bonita do Sul	0,609	0,603	0,685	0,459	0,452	0,592	0,625	0,518	0,643	0,744	0,840	0,820
Mato Leitão	0,749	0,756	0,764	0,764	0,776	0,747	0,672	0,668	0,663	0,812	0,824	0,882
Pantano Grande	0,624	0,614	0,643	0,596	0,540	0,561	0,530	0,541	0,611	0,748	0,762	0,758
Passa Sete	0,581	0,609	0,627	0,553	0,572	0,628	0,384	0,425	0,420	0,806	0,830	0,834
Passo do Sobrado	0,663	0,647	0,713	0,592	0,578	0,686	0,607	0,595	0,653	0,792	0,769	0,800
Rio Pardo	0,607	0,635	0,686	0,568	0,606	0,685	0,500	0,522	0,598	0,754	0,776	0,775
Santa Cruz do Sul	0,738	0,778	0,808	0,643	0,689	0,734	0,760	0,795	0,854	0,811	0,850	0,835
Segredo	0,597	0,612	0,664	0,550	0,535	0,633	0,464	0,469	0,541	0,778	0,831	0,817
Sinimbu	0,604	0,598	0,666	0,485	0,481	0,571	0,527	0,510	0,581	0,799	0,803	0,846
Sobradinho	0,660	0,681	0,716	0,669	0,654	0,716	0,544	0,610	0,650	0,766	0,780	0,780
Tunas	0,600	0,589	0,661	0,463	0,509	0,619	0,506	0,445	0,559	0,831	0,812	0,807
Vale do Sol	0,577	0,635	0,610	0,429	0,483	0,530	0,503	0,578	0,470	0,800	0,844	0,830
Vale Verde	0,615	0,602	0,629	0,482	0,502	0,572	0,562	0,468	0,530	0,801	0,834	0,784
Venâncio Aires	0,692	0,723	0,756	0,639	0,642	0,671	0,633	0,694	0,755	0,805	0,835	0,842
Vera Cruz	0,696	0,702	0,741	0,651	0,657	0,734	0,628	0,625	0,664	0,809	0,824	0,826
COREDE/VRP	0,632	0,647	0,688	0,552	0,577	0,642	0,561	0,551	0,610	0,784	0,814	0,814
Rio Grande do Sul	0,700	0,720	0,747	0,627	0,640	0,679	0,682	0,712	0,752	0,792	0,807	0,809

Fonte: FEE, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S.17. Beneficiários do Programa Bolsa Família – 2004, 2010 e 2015

Unidade Territorial	População Total			Famílias beneficiadas BF			Pessoas beneficiadas BF			% em relação à população total		
	2000	2010	2015	2004	2010	2015	2004	2010	2015	2004	2010	2015
Arroio do Tigre	12.216	12.648	13.316	145	582	1.752	580	2.328	7.008	4,75%	18,41%	52,63%
Boqueirão do Leão	7.825	7.673	7.912	255	385	391	1.020	1.540	1.564	13,04%	20,07%	19,77%
Candelária	29.585	30.171	31.476	1.729	1.560	1.582	6.916	6.240	6.328	23,38%	20,68%	20,10%
Encruzilhada do Sul	23.902	24.534	25.726	852	2.074	1.810	3.408	8.296	7.240	14,26%	33,81%	28,14%
Estrela Velha	3.513	3.628	3.743	203	310	158	812	1.240	632	23,11%	34,18%	16,88%
General Câmara	8.737	8.447	8.673	295	536	393	1.180	2.144	1.572	13,51%	25,38%	18,13%
Herveiras	2.957	2.954	3.063	84	137	141	336	548	564	11,36%	18,55%	18,41%
Ibarama	4.454	4.371	4.518	154	398	247	616	1.592	988	13,83%	36,42%	21,87%
Lagoa Bonita do Sul	-	2.662	2.825	41	225	188	164	900	752	-	33,81%	26,62%
Mato Leitão	3.210	3.865	4.201	77	87	27	308	348	108	9,60%	9,00%	2,57%
Pantano Grande	10.979	9.895	9.932	500	593	622	2.000	2.372	2.488	18,22%	23,97%	25,05%
Passa Sete	4.644	5.154	5.491	163	378	332	652	1.512	1.328	14,04%	29,34%	24,19%
Passo do Sobrado	5.566	6.011	6.372	210	258	171	840	1.032	684	15,09%	17,17%	10,73%
Rio Pardo	37.783	37.591	38.934	1.048	3.023	2.601	4.192	12.092	10.404	11,09%	32,17%	26,72%
Santa Cruz do Sul	107.632	118.374	126.084	2.595	3.506	3.340	10.380	14.024	13.360	9,64%	11,85%	10,60%
Segredo	6.911	7.158	7.388	190	543	558	760	2.172	2.232	11,00%	30,34%	30,21%
Sinimbu	10.210	10.068	10.400	329	169	447	1.316	676	1.788	12,89%	6,71%	17,19%
Sobradinho	16.328	14.283	14.944	722	901	694	2.888	3.604	2.776	17,69%	25,23%	18,58%
Tunas	4.310	4.395	4.586	214	543	462	856	2.172	1.848	19,86%	49,42%	40,30%
Vale do Sol	10.558	11.077	11.650	396	551	430	1.584	2.204	1.720	15,00%	19,90%	14,76%
Vale Verde	3.057	3.253	3.434	92	147	154	368	588	616	12,04%	18,08%	17,94%
Venâncio Aires	61.234	65.946	69.859	1.522	2.968	2.785	6.088	11.872	11.140	9,94%	18,00%	15,95%
Vera Cruz	21.300	23.983	25.700	889	1.165	1.132	3.556	4.660	4.528	16,69%	19,43%	17,62%
COREDE/VRP	396.911	418.141	440.227	12.705	21.039	20.417	50.820	84.156	81.668	12,80%	20,13%	18,55%
Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929	11.247.972	290.660	453.761	405.412	1.162.640	1.815.044	1.621.648	11,41%	16,97%	14,42%

Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010; IBGE, 2015; MDS/SAGI, 2015. Organizado pelos autores.



Tabela S. 18. População idosa urbana e rural por sexo, 2010

Unidade Territorial	População Idosa								
	Total	Urbana e masculina		Urbana e feminina		Rural e masculina		Rural e feminina	
Arroio do Tigre	1.629	310	19.03%	462	28.36%	399	24.49%	458	28.12%
Boqueirão do Leão	896	113	12.61%	129	14.40%	317	35.38%	337	37.61%
Candelária	4.846	973	20.08%	1.452	29.96%	1.090	22.49%	1.331	27.47%
Encruzilhada do Sul	3.921	1.006	25.66%	1.374	35.04%	861	21.96%	680	17.34%
Estrela Velha	462	62	13.42%	71	15.37%	162	35.06%	167	36.15%
General Câmara	1.513	375	24.79%	471	31.13%	370	24.45%	297	19.63%
Herveiras	367	20	5.45%	29	7.90%	156	42.51%	162	44.14%
Ibarama	593	75	12.65%	96	16.19%	206	34.74%	216	36.42%
Lagoa Bonita do Sul	380	32	8.42%	44	11.58%	145	38.16%	159	41.84%
Mato Leitão	609	97	15.93%	123	20.20%	176	28.90%	213	34.98%
Pantano Grande	1.436	566	39.42%	616	42.90%	145	10.10%	109	7.59%
Passa Sete	637	38	5.97%	46	7.22%	285	44.74%	268	42.07%
Passo do Sobrado	939	102	10.86%	141	15.02%	324	34.50%	372	39.62%
Rio Pardo	5.997	1.652	27.55%	2.388	39.82%	966	16.11%	991	16.52%
Santa Cruz do Sul	15.559	5.194	33.38%	8.024	51.57%	1.055	6.78%	1.286	8.27%
Segredo	960	107	11.15%	154	16.04%	350	36.46%	349	36.35%
Sinimbu	1.730	120	6.94%	189	10.92%	654	37.80%	767	44.34%
Sobradinho	2.000	635	31.75%	933	46.65%	216	10.80%	216	10.80%
Tunas	542	82	15.13%	89	16.42%	183	33.76%	188	34.69%
Vale do Sol	1.683	95	5.64%	116	6.89%	666	39.57%	806	47.89%
Vale Verde	603	73	12.11%	102	16.92%	212	35.16%	216	35.82%
Venâncio Aires	9.407	2.148	22.83%	3.043	32.35%	1.971	20.95%	2.245	23.87%
Vera Cruz	3.411	716	20.99%	989	28.99%	779	22.84%	927	27.18%
COREDE/VRP	60.120	14.591	24.27%	21.081	35.06%	11.688	19.44%	12.760	21.22%
Rio Grande do Sul	1.459.597	491.658	33.68%	697.237	47.77%	355.812	24.38%	134.890	9.24%

Fonte: Censo, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.19. Existência de Plano municipal de habitação e Fundo municipal de habitação, Número de famílias, balanço habitacional e balanço habitacional domicílios próprios – 2000, 2010 e 2016

Unidade Territorial	Existência 2016		Número de famílias		Balanço habitacional		Balanço habitacional domicílio próprio	
	Plano Municipal de Habitação	Fundo Municipal de Habitação	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Tigre	Não	Sim	3.456	3901	-306	43	-886	-610
Boqueirão do Leão	Não	Não	2.200	2268	-80	199	-919	-675
Candelária	Não	Sim	9.718	9435	-541	991	-2.604	-1.067
Encruzilhada do Sul	Não	Não	7.781	7349	-437	1.123	-2.076	-733
Estrela Velha	Não	Não	1.103	1083	-141	53	-303	-117
General Câmara	Não	Não	2.910	2578	-103	423	-689	-151
Herveiras	Não	Não	800	871	-24	45	-328	-163
Ibarama	Sim	Não	1.337	1354	-128	18	-401	-128
Lagoa Bonita do Sul	Não	Sim	-	800	-	54	-	-85
Mato Leitão	Não	Não	1.031	1215	-70	109	-240	-98
Pantano Grande	Sim	Sim	3.466	2943	-350	434	-1.024	-212
Passa Sete	Não	Não	1.349	1533	-51	83	-304	-133
Passo do Sobrado	Não	Sim	1.828	1939	-93	139	-303	-117
Rio Pardo	Sim	Sim	12.207	11522	-631	1.223	-2.513	-888
Santa Cruz do Sul	Não	Sim	34.807	36228	-1.956	4.312	-8.459	-3.538
Segredo	Sim	Sim	2.048	2168	-207	55	-625	-304
Sinimbu	Não	Sim	3.040	3087	-296	84	-908	-372
Sobradinho	Sim	Sim	5.016	4357	-176	486	-1.315	-596
Tunas	Não	Não	1.220	1285	-61	95	-224	-78
Vale do Sol	Sim	Sim	1.073	1027	1.923	2.506	1.088	1.636
Vale Verde	Sim	Não	3.280	3479	-2.275	-2.315	-2441	-2.455
Venâncio Aires	Sim	Sim	19.747	20851	-934	2.160	-5.236	-2.889
Vera Cruz	Sim	-	6.866	7364	-495	637	-1.575	-629
COREDE/ VRP	9	12	126.283	128637	-7.432	12.957	-32.285	-14.402
Rio Grande do Sul	-	-	3.226.908	3238566	-184.869	361.038	-845.888	-428.926

Fonte: Prefeituras municipais, 2016; CENSO, 2000; CENSO, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.20. Tipo e número de domicílios – 2000 e 2010

Unidade Territorial	Próprio		Próprio já quitado		Próprio ainda pagando		Alugado		Cedido		Outra condição		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Arroio do Tigre	2.570	3.291	2.441	3.167	129	124	214	321	312	313	54	19	3.150	3.944
Boqueirão do Leão	1.281	1.593	1.233	1.503	48	90	159	182	593	557	87	135	2.120	2.467
Candelária	7.114	8.368	6.712	7.784	402	584	749	1.010	1.187	1.019	127	29	9.177	10.426
Encruzilhada do Sul	5.705	6.616	5.390	6.261	315	355	748	917	849	892	42	47	7.344	8.472
Estrela Velha	800	966	784	907	16	59	12	45	141	95	9	30	962	1.136
General Câmara	2.221	2.427	2.138	2.354	83	73	330	334	247	224	9	16	2.807	3.001
Herveiras	472	708	458	667	14	41	52	48	247	158	5	2	776	916
Ibarama	936	1.226	884	1.172	52	54	77	45	187	97	9	4	1.209	1.372
Lagoa Bonita do Sul	-	715	-	702	-	13	-	37	-	85	-	17	-	854
Mato Leitão	791	1.117	720	1.039	71	78	72	136	92	69	6	2	961	1.324
Pantano Grande	2.442	2.731	2.419	2.668	23	63	294	345	373	296	7	5	3.116	3.377
Passa Sete	1.045	1.400	1.034	1.276	11	124	32	54	200	161	21	1	1.298	1.616
Passo do Sobrado	1.525	1.822	1.507	1.721	18	101	62	120	134	128	14	8	1.735	2.078
Rio Pardo	9.694	10.634	9.435	10.293	259	341	931	1.214	864	867	87	30	11.576	12.745
Santa Cruz do Sul	26.348	32.690	23.519	29.721	2.829	2.969	4.538	6.277	1.819	1.423	146	150	32.851	40.540
Segredo	1.423	1.864	1.358	1.761	65	103	87	95	319	252	12	12	1.841	2.223
Sinimbu	2.132	2.715	2.022	2.533	110	182	124	146	464	279	24	31	2.744	3.171
Sobradinho	3.701	3.761	3.131	3.454	570	307	558	685	570	386	11	11	4.840	4.843
Tunas	996	1.207	992	1.171	4	36	41	52	98	116	24	5	1.159	1.380
Vale do Sol	2.161	2.663	2.068	2.440	93	223	102	202	707	652	26	16	2.996	3.533
Vale Verde	839	1.024	824	999	15	25	29	58	128	82	9	-	1.005	1.164
Venâncio Aires	14.511	17.962	13.652	16.280	859	1.682	2.338	3.162	1.870	1.785	94	102	18.813	23.011
Vera Cruz	5.291	6.735	4.932	6.036	359	699	474	753	512	503	94	10	6.371	8.001
COREDE/VRP	93.998	114.235	87.653	105.909	6345	8326	12023	16238	11913	10439	917	682	118.851	141.594
Rio Grande do Sul	2.381.020	2.809.640	2.155.356	2.553.235	225.664	256.405	382.948	524.235	246.498	237.314	31.573	28.415	3.042.039	3.599.604

Fonte: CENSO, 2000; CENSO, 2010. Organizado pelos autores.



Tabela S.21. População carcerária e capacidade dos estabelecimentos penais – 2000 e 2014

Unidade territorial	População Carcerária		Crescimento		Capacidade dos Estabelecimentos		Crescimento	Número de internos por vaga
	2000	2016	2000-2016	2000	2016	2000-2016	2000	2016
Candelária	46	74	60,87%	55	95	72,73%	0,83	0,77
Encruzilhada do Sul	41	126	207,32%	38	44	15,79%	1,07	2,86
Rio Pardo	38	55	44,74%	16	45	181,25%	2,37	1,22
Santa Cruz do Sul	176	363	106,25%	218	250	14,68%	0,80	1,45
Sobradinho	75	134	78,67%	70	120	71,43%	1,07	1,11
Venâncio Aires	137	434	216,79%	172	529	207,56%	0,79	0,82
COREDE/VRP	513	1186	131,19%	569	1083	90,33%	0,90	1,09

Fonte: FEE Dados, 2016. Organizado pelos autores.



Tabela S.22. Efetivo policial – 2010 e 2015

Unidade Territorial	Polícia Civil (efetivo)		Polícia militar (efetivo)		Bombeiros (efetivo)		Bombeiros (veículos)		Bombeiros atendimento
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2015
Arroio do Tigre	7	5	13	12	-	-	-	-	Sobradinho Volunt.
Boqueirão do Leão	1	1	8	6	-	-	-	-	Soledade
Candelária	13	10	41	34	-	48	2	6	Candelária Volunt.
Encruzilhada do Sul	7	8	22	15	4	7	3	4	-
Estrela Velha	-	-	5	5	-	-	-	-	-
General Câmara	3	2	17	15	-	-	-	-	São Jerônimo
Herveiras	-	-	6	5	-	-	-	-	Santa Cruz do Sul
Ibarama	-	-	5	5	-	-	-	-	Sobradinho Volunt.
Lagoa Bonita do Sul	-	-	5	5	-	-	-	-	Sobradinho Volunt.
Mato Leitão	-	-	4	6	-	-	-	-	Venâncio Aires
Pantano Grande	2	3	18	13	-	-	-	-	Rio Pardo
Passa Sete	-	-	6	6	-	-	-	-	Sobradinho Volunt.
Passo do Sobrado	1	1	7	7	16	23	1	3	-
Rio Pardo	14	14	77	68	29	26	5	5	-
Santa Cruz do Sul	76	75	165	135	52	49	19	18	-
Segredo	-	-	7	5	-	-	-	-	Sobradinho Volunt.
Sinimbu	2	2	11	4	-	-	-	-	Santa Cruz do Sul
Sobradinho	11	10	24	19	-	-	-	-	-
Tunas	-	-	6	5	-	-	-	-	-
Vale do Sol	2	1	7	5	-	-	-	-	Vera Cruz
Vale Verde	-	-	6	6	-	-	-	-	Passo do Sobrado Volunt.
Venâncio Aires	21	22	63	45	26	22	6	8	-
Vera Cruz	5	5	22	20	4	15	3	3	-
COREDE/VRP	165	159	545	446	131	190	39	47	-

Fonte: Coordenadorias regionais de segurança, 2016. Organizado pelos autores.



Tabela S.23. Indicadores criminais – 2002 e 2015

Municípios	Homicídio doloso		Delitos relacionados à corrupção		Delitos relacionados a armas e munições		Delitos contra o patrimônio		Posse e tráfico de entorpecentes	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Arroio do Tigre	-	-	-	-	-	16	199	208	2	9
Boqueirão do Leão	1	-	-	-	-	3	-	25	1	1
Candelária	4	7	1	1	-	30	81	599	14	19
Encruzilhada do Sul	1	9	1	1	-	15	76	430	5	13
Estrela Velha	3	-	-	-	-	1	2	20	-	1
General Câmara	1	-	-	1	-	6	17	116	4	6
Herveiras	1	-	-	-	-	1	2	24	-	-
Ibarama	-	-	-	-	-	3	1	69	-	-
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-	-	11	-	1
Mato Leitão	-	-	-	-	-	1	-	38	-	-
Pantano Grande	2	1	-	-	-	8	28	156	3	27
Passa Sete	-	1	-	-	-	5	2	75	-	-
Passo do Sobrado	-	-	-	-	-	3	11	90	-	-
Rio Pardo	3	2	1	-	-	22	83	569	16	91
Santa Cruz do Sul	17	21	4	3	1	99	646	3.095	106	226
Segredo	1	-	-	-	-	1	1	73	-	1
Sinimbu	1	1	1	-	-	5	7	75	1	1
Sobradinho	-	2	-	1	1	11	55	462	11	29
Tunas	1	-	-	-	-	3	2	24	1	-
Vale do Sol	1	1	-	-	-	7	16	133	2	2
Vale Verde	-	-	-	-	-	3	-	36	-	-
Venâncio Aires	5	14	-	-	-	41	303	1.079	20	181
Vera Cruz	4	1	-	-	-	8	51	507	5	11
COREDE/VRP	46	60	8	7	2	292	1.583	7.914	191	619
Rio Grande do Sul	1.580	2.429	144	404	46	7.469	95.545	291.735	8.428	20.100

Fonte: Dados Estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do RS. Organizado pelos autores.

Nota: Os delitos contra o patrimônio tratam dos seguintes crimes: furtos, furtos de veículos, roubos, latrocínio, roubo de veículos, extorsão e estelionato.



Tabela S. 24. Registros de estupros – 2006, 2010 e 2012

Unidade Territorial	Estupros consumados			Tentativas de estupro			Estupros total		
	2006	2010	2012	2006	2010	2012	2006	2010	2012
Arroio do Tigre	7	1	-	-	3	1	7	4	1
Boqueirão do Leão	5	3	5	-	-	4	5	3	9
Candelária	3	5	5	1	3	3	4	8	8
Encruzilhada do Sul	6	4	17	-	2	3	6	6	20
Estrela Velha	-	2	2	-	-	-	-	2	2
General Câmara	1	3	1	-	1	-	1	4	1
Herveiras	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Ibarama	-	2	3	-	-	-	-	-	3
Lagoa Bonita do Sul	1	1	1	1	5	-	2	6	1
Mato Leitão	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Pantano Grande	2	2	3	1	-	1	3	-	4
Passa Sete	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passo do Sobrado	1	1	-	1	-	-	2	1	-
Rio Pardo	1	7	7	1	2	2	2	9	9
Santa Cruz do Sul	14	29	10	7	12	33	21	-	43
Segredo	-	1	2	-	1	1	-	2	3
Sinimbu	1	6	7	-	-	1	1	6	8
Sobradinho	4	5	5	3	2	-	7	7	5
Tunas	-	1	-	-	-	1	-	1	1
Vale do Sol	1	8	9	-	1	1	1	9	10
Vale Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venâncio Aires	7	17	19	8	7	3	15	24	22
Vera Cruz	1	4	11	-	1	-	1	5	11
COREDE/VRP	56	102	107	23	40	55	79	97	162

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS. Organizado pelos autores.



Tabela S.25. Investimento per capita em cultura – 2006

Unidade Territorial	Total da receita arrecadada do município	Total da despesa realizada da Função Cultura	População estimada em 2006	Investimento per capita em Cultura
Arroio do Tigre	9.843.913,99	42.907,63	12.483	3.437,28
Boqueirão do Leão	6.859.099,93	18.000,00	8.169	2.203,45
Candelária	19.608.124,04	249.623,06	31.014	8.048,72
Encruzilhada do Sul	18.147.715,67	84.658,13	25.402	3.332,73
Estrela Velha	6.661.299,30	44.678,20	3.665	12.190,50
General Câmara	6.913.801,83	3.960,00	8.619	0,459
Herveiras	4.142.734,30	21.505,63	3.015	7.132,87
Ibarama	5.431.523,36	31.222,68	3.968	7.868,61
Lagoa Bonita do Sul	4.079.266,26	3.255,00	2.561	1.270,98
Mato Leitão	5.596.644,16	71.232,22	3.580	19.897,26
Pantano Grande	9.692.564,73	18.199,00	11.690	1.556,80
Passa Sete	5.743.446,82	2.861,10	4.555	62,81
Passo do Sobrado	6.595.365,47	15.374,93	5.731	2.682,76
Rio Pardo	21.831.600,75	454.468,54	38.003	11.958,75
Santa Cruz do Sul	125.947.380,56	459.412,32	119.803	3.834,73
Segredo	7.083.931,03	0	6.882	0
Sinimbu	9.117.977,44	12.468,75	9.597	1.299,23
Sobradinho	11.382.376,84	107.412,64	14.471	7.422,61
Tunas	4.740.462,12	0	4.252	0
Vale do Sol	9.138.859,42	35.410,26	10.643	3.327,09
Vale Verde	4.949.844,37	9.646,60	3.287	2.934,77
Venâncio Aires	51.096.672,23	1.180.938,61	67.373	17.528,63
Vera Cruz	20.343.366,02	220.168,88	23.804	9.249,23
COREDE/VRP	374.947.970,64	3.087.404,18	422.567,00	7.306,30

Fonte: IBGE, 2006. Organizado pelos autores.



ANEXOS
Tabelas adicionais do Diagnóstico Regional –
Dimensão Econômica



Tabela E.1– Participação do Produto Interno Bruto dos municípios sobre o PIB total do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013 (%)

Unidade Territorial	2000	2010	2013
Arroio do Tigre	2,21	2,10	2,14
Boqueirão do Leão	1,07	0,89	0,74
Candelária	4,38	4,27	4,12
Eneruzilhada do Sul	2,97	2,50	2,39
Estrela Velha	0,69	0,72	0,86
General Câmara	0,93	1,07	0,93
Herveiras	0,34	0,39	0,38
Ibarama	0,70	0,51	0,50
Lagoa Bonita do Sul	0,00	0,33	0,36
Mato Leitão	0,64	1,06	0,76
Pantano Grande	2,01	1,77	1,74
Passa Sete	0,63	0,56	0,61
Passo do Sobrado	0,97	1,02	1,03
Rio Pardo	5,83	4,90	5,10
Santa Cruz do Sul	47,03	46,62	48,80
Segredo	0,87	0,82	0,78
Sinimbu	1,73	1,22	1,18
Sobradinho	2,09	2,43	2,20
Tunas	0,47	0,46	0,46
Vale do Sol	1,61	2,33	1,43
Vale Verde	0,44	0,45	0,46
Venâncio Aires	18,10	19,24	18,90
Vera Cruz	4,26	4,34	4,14

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Tabela E.2 – Produto Interno Bruto dos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013 (R\$)

Unidade Territorial	2000	2010	2013
Arroio do Tigre	66.164.604	188.546.405	292.337.474
Boqueirão do Leão	31.934.090	79.344.188	101.194.524
Candelária	131.083.158	382.822.145	562.868.581
Encruzilhada do Sul	89.097.520	223.673.815	326.456.556
Estrela Velha	20.781.712	64.167.029	117.150.060
General Câmara	27.905.051	95.701.858	126.781.593
Herveiras	10.160.496	34.642.195	51.710.053
Ibarama	21.119.581	45.532.872	69.022.845
Lagoa Bonita do Sul	0	29.599.202	49.015.476
Mato Leitão	19.232.739	95.428.273	103.520.145
Pantano Grande	60.217.312	158.660.602	237.876.734
Passa Sete	18.955.937	50.232.392	83.874.151
Passo do Sobrado	29.136.976	91.607.363	141.127.801
Rio Pardo	174.784.305	439.069.316	698.067.971
Santa Cruz do Sul	1.408.949.679	4.178.594.881	6.674.791.738
Segredo	26.073.499	73.418.709	106.804.957
Sinimbu	51.948.356	109.788.752	161.215.849
Sobradinho	62.587.391	218.147.620	301.314.161
Tunas	14.168.380	41.272.577	63.310.421
Vale do Sol	48.372.493	209.075.144	194.928.167
Vale Verde	13.272.335	40.257.682	63.342.795
Venâncio Aires	542.380.795	1.724.269.889	2.585.284.989
Vera Cruz	127.754.415	389.006.597	566.192.654
COREDE/VRP	2.996.080.824	8.962.859.506	13.678.189.695
Rio Grande do Sul	81.814.713.665	241.255.555.178	331.095.182.851
% COREDE/RS	3,66	3,72	4,13

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Tabela E.3 – PIB per capita dos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2013 (RS)

Unidade Territorial	2000	2010	2013
Arroio do Tigre	5.406	14.907	22.088
Boqueirão do Leão	4.065	10.341	12.793
Candelária	4.412	12.686	17.964
Encruzilhada do Sul	3.703	9.116	12.771
Estrela Velha	5.633	17.687	31.315
General Câmara	3.198	11.323	14.598
Herveiras	3.430	11.727	16.921
Ibarama	4.787	10.417	15.284
Lagoa Bonita do Sul	-	11.119	17.537
Mato Leitão	5.932	24.665	25.090
Pantano Grande	5.454	16.034	23.719
Passa Sete	4.089	9.737	15.472
Passo do Sobrado	5.222	15.240	22.376
Rio Pardo	4.624	11.677	17.963
Santa Cruz do Sul	12.962	35.326	53.580
Segredo	3.774	10.257	14.545
Sinimbu	5.115	10.906	15.516
Sobradinho	3.819	15.271	20.276
Tunas	3.291	9.391	13.869
Vale do Sol	4.579	18.875	16.858
Vale Verde	4.313	12.376	18.608
Venâncio Aires	8.781	26.140	37.384
Vera Cruz	5.937	16.218	22.346
COREDE/VRP	5.115	14.845	20.821
Rio Grande do Sul	6.091	18.989	26.619
% COREDE/RS	83,98	78,18	78,22

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Tabela E.4 – Participação dos setores no Valor Adicionado Bruto dos Municípios do COREDE/VRP e VAB Total – 2013 (%)

Unidade Territorial	Agropecuária	Indústria	Serviços	VAB TOTAL (R\$ 1.000,00)
Arroio do Tigre	42,96	8,78	48,26	278.288
Boqueirão do Leão	44,65	6,76	48,59	98.362
Candelária	32,23	12,54	55,22	529.912
Encruzilhada do Sul	27,08	6,16	66,76	308.771
Estrela Velha	51,01	3,34	45,66	110.732
General Câmara	39,56	8,81	51,63	122.808
Herveiras	54,23	4,07	41,70	50.643
Ibarama	45,59	6,15	48,26	66.829
Lagoa Bonita do Sul	57,12	4,05	38,83	47.749
Mato Leitão	17,55	39,87	42,58	94.682
Pantano Grande	31,13	19,75	49,13	221.658
Passa Sete	51,81	3,92	44,28	81.424
Passo do Sobrado	42,79	13,02	44,19	130.400
Rio Pardo	34,78	10,24	54,98	659.222
Santa Cruz do Sul	2,85	38,37	58,78	5.105.333
Segredo	52,75	3,69	43,55	104.576
Sinimbu	38,98	3,96	57,07	154.168
Sobradinho	14,43	10,42	75,14	277.023
Tunas	47,77	3,15	49,08	61.231
Vale do Sol	44,84	7,37	47,79	186.287
Vale Verde	54,17	4,38	41,45	61.963
Venâncio Aires	8,70	49,16	42,14	2.327.766
Vera Cruz	15,60	25,58	58,82	519.055
COREDE/VRP	15,10	31,05	53,85	11.598.883
Rio Grande do Sul	10,09	24,34	65,57	285.483.671

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Tabela E.5 – Divisão dos estabelecimentos agropecuários e área ocupada do COREDE/VRP, Rio Grande do Sul e Brasil por agricultura familiar e não familiar – 2006 (%)

Brasil, RS, APL e municípios	Número de estabelecimentos		Áreas dos estabelecimentos	
	% Agricultura familiar	% Não familiar	% Agricultura familiar	% Não familiar
Brasil	84,4	15,6	24,0	76,0
Rio Grande do Sul	85,7	14,3	30,3	69,7
Região Vale do Rio Pardo	90,8	9,2	44,0	56,0
Arroio do Tigre	96,3	3,7	92,0	8,0
Boqueirão do Leão	91,1	8,9	58,4	41,6
Candelária	92,8	7,2	62,9	37,1
Encruzilhada do Sul	77,6	22,4	22,7	77,3
Estrela Velha	88,0	12,0	49,9	50,1
General Câmara	85,6	14,4	31,1	68,9
Herveiras	90,0	10,0	72,0	28,0
Ibarama	96,2	3,8	94,9	5,0
Lagoa Bonita do Sul	95,6	4,4	91,1	8,9
Mato Leitão	93,9	6,1	94,8	5,1
Pantano Grande	42,7	57,3	3,8	96,2
Passa Sete	94,1	5,9	80,8	19,2
Passo do Sobrado	89,0	11,0	48,0	52,0
Rio Pardo	80,8	19,2	17,3	82,7
Santa Cruz do Sul	95,5	4,5	84,9	15,1
Segredo	95,8	4,2	88,9	11,1
Sinimbu	95,2	4,8	66,9	33,1
Sobradinho	95,0	5,0	90,6	9,4
Tunas	93,3	6,7	64,9	35,1
Vale do Sol	94,2	5,8	90,2	9,8
Vale Verde	87,1	12,9	21,5	78,5
Venâncio Aires	93,0	7,0	73,4	26,6
Vera Cruz	95,8	4,2	83,8	16,2

Fonte: Censo Agropecuário 2006, tabela 1109.



Tabela E.6 – Participação do tabaco no Valor da Produção da Lavoura Temporária – 2000, 2010 e 2014 (%)

Unidade Territorial	2000	2010	2012	2013	2014
Arroio do Tigre	59,36	76,58	74,05	73,52	68,73
Boqueirão do Leão	84,73	89,92	91,67	88,73	86,61
Candelária	53,87	61,59	59,76	53,83	45,34
Encruzilhada do Sul	10,11	18,95	15,07	8,60	7,09
Estrela Velha	22,71	36,75	41,27	29,94	32,02
General Camara	46,82	38,44	42,16	28,42	33,38
Herveiras	84,45	91,45	83,68	84,13	86,21
Ibarama	72,84	79,79	80,58	75,23	72,48
Lagoa Bonita do Sul		79,66	85,02	82,83	79,51
Mato Leitão	24,11	46,86	41,53	25,61	32,22
Pantano Grande	0,00	0,32	0,12	0,06	0,05
Passa Sete	72,44	79,67	85,08	80,93	78,74
Passo do Sobrado	75,52	75,70	63,43	54,09	52,83
Rio Pardo	30,08	31,49	28,21	22,16	17,79
Santa Cruz do Sul	59,30	79,50	71,34	63,24	66,19
Segredo	66,11	79,18	77,41	70,91	61,95
Sinimbu	68,23	82,71	62,12	62,38	73,26
Sobradinho	74,63	79,51	80,32	76,03	71,23
Tunas	45,03	58,79	78,02	55,81	50,28
Vale do Sol	30,59	40,91	37,99	34,55	38,02
Vale Verde	67,66	78,31	70,74	79,71	65,68
Venâncio Aires	60,53	74,95	66,43	66,27	66,19
Vera Cruz	71,92	83,81	79,07	67,80	64,13
Rio Grande do Sul	10,44	11,84	14,26	10,70	10,61
VALOR TOTAL LP + LT	403.995	1.389.954	1.569.876	2.241.548	2.313.591
%LT/TOTAL LP+LT	95,14	97,52	97,41	97,92	97,74
FUMO/LT VRP	56,38	65,74	60,75	54,83	50,41

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Produção Agrícola Municipal / IBGE (2016).



Tabela E.7 – Produção de Erva-Mate nos municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão

Unidade Territorial	Erva-mate (folha verde) (Toneladas)						
	2000	2006	2010	2011	2012	2013	2014
Mato Leitão	2.881	1.000	1.000	1.020	1.020	1.680	2.100
Venâncio Aires	20.790	10.000	14.125	14.125	6.728	5.063	5.231

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Produção Agrícola Municipal / IBGE (2016).



Tabela E.8 – Produção de leite nos municípios do COREDE/VRP, em 1.000 l

Unidade Territorial	2000	2005	2010	2014
Arroio do Tigre	4.891	2.415	2.558	8.500
Boqueirão do Leão	2.383	2.305	2.258	2.200
Candelária	137	4.011	3.903	4.013
Encruzilhada do Sul	2.206	1.802	885	400
Estrela Velha	2.570	1.279	1.304	6.584
General Câmara	190	150	745	1.385
Herveiras	530	486	584	650
Ibarama	1.770	1.214	1.216	1.301
Lagoa Bonita do Sul	-	432	419	503
Mato Leitão	2.278	2.160	2.525	7.000
Pantano Grande	619	793	550	2.000
Passa Sete	1.426	1.432	1.468	1.568
Passo do Sobrado	1.160	1.286	1.240	2.500
Rio Pardo	4.079	3.148	2.716	3.800
Santa Cruz do Sul	9.683	8.943	3.201	4.950
Segredo	2.033	1.536	1.614	1.783
Sinimbu	2.499	2.033	2.040	2.550
Sobradinho	2.144	1.107	1.158	2.100
Tunas	965	732	743	1.801
Vale do Sol	600	600	1.752	1.872
Vale Verde	2.440	2.693	2.850	3.500
Venâncio Aires	11.129	10.052	14.860	11.000
Vera Cruz	3.036	2.651	5.507	2.600
COREDE/VRP	58.768	53.260	56.096	74.560
Rio Grande do Sul	2.102.018	2.467.630	3.633.834	4.684.960

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Produção Agrícola Municipal / IBGE (2016).



Tabela E.9 – Evolução do IDESE dos municípios do COREDE/VRP – 2010 a 2013

Unidade Territorial	2010				2011				2012				2013			
	TOTAL	Educação	Renda	Saúde												
Arroio do Tigre	0,670	0,621	0,590	0,798	0,691	0,669	0,609	0,794	0,696	0,669	0,609	0,809	0,726	0,715	0,668	0,795
Boqueirão do Leão	0,662	0,584	0,566	0,837	0,678	0,597	0,604	0,832	0,670	0,602	0,594	0,814	0,700	0,675	0,604	0,819
Candelária	0,604	0,495	0,544	0,773	0,614	0,514	0,550	0,779	0,621	0,513	0,549	0,802	0,638	0,524	0,586	0,805
Encruzilhada do Sul	0,633	0,650	0,480	0,768	0,623	0,640	0,496	0,734	0,634	0,644	0,501	0,756	0,624	0,590	0,526	0,755
Estrela Velha	0,697	0,618	0,612	0,861	0,720	0,677	0,637	0,845	0,711	0,667	0,614	0,851	0,748	0,701	0,712	0,829
General Câmara	0,633	0,562	0,533	0,803	0,640	0,567	0,552	0,801	0,647	0,569	0,559	0,812	0,699	0,679	0,606	0,813
Herveiras	0,608	0,503	0,507	0,815	0,640	0,541	0,514	0,866	0,608	0,489	0,472	0,861	0,654	0,559	0,548	0,854
Ibarama	0,650	0,605	0,530	0,815	0,658	0,607	0,546	0,821	0,649	0,584	0,542	0,821	0,677	0,634	0,581	0,817
Lagoa Bonita do Sul	0,610	0,453	0,542	0,836	0,624	0,451	0,599	0,821	0,644	0,559	0,557	0,815	0,685	0,592	0,643	0,820
Mato Leitão	0,761	0,775	0,687	0,821	0,776	0,785	0,708	0,837	0,769	0,766	0,659	0,883	0,764	0,747	0,663	0,882
Pantano Grande	0,615	0,529	0,559	0,756	0,610	0,506	0,576	0,746	0,641	0,574	0,593	0,755	0,643	0,561	0,611	0,758
Passa Sete	0,620	0,581	0,454	0,826	0,644	0,609	0,486	0,836	0,606	0,608	0,382	0,829	0,627	0,628	0,420	0,834
Passo do Sobrado	0,649	0,577	0,604	0,767	0,675	0,631	0,628	0,766	0,677	0,622	0,615	0,794	0,713	0,686	0,653	0,800
Rio Pardo	0,640	0,594	0,552	0,773	0,647	0,622	0,565	0,754	0,661	0,648	0,572	0,763	0,686	0,685	0,598	0,775
Santa Cruz do Sul	0,792	0,710	0,821	0,845	0,804	0,742	0,832	0,837	0,809	0,754	0,836	0,837	0,808	0,734	0,854	0,835
Segredo	0,620	0,539	0,494	0,827	0,627	0,567	0,492	0,823	0,636	0,597	0,491	0,821	0,664	0,633	0,541	0,817
Sinimbu	0,601	0,478	0,528	0,798	0,616	0,478	0,562	0,809	0,651	0,549	0,572	0,831	0,666	0,571	0,581	0,846
Sobradinho	0,684	0,674	0,603	0,774	0,703	0,717	0,608	0,784	0,711	0,739	0,604	0,789	0,716	0,716	0,650	0,780
Tunas	0,598	0,508	0,479	0,807	0,632	0,562	0,518	0,815	0,634	0,592	0,502	0,807	0,661	0,619	0,559	0,807
Vale do Sol	0,628	0,494	0,550	0,840	0,617	0,487	0,530	0,834	0,609	0,500	0,491	0,837	0,610	0,530	0,470	0,830
Vale Verde	0,626	0,547	0,500	0,830	0,621	0,563	0,487	0,815	0,611	0,547	0,507	0,779	0,629	0,572	0,530	0,784
Venâncio Aires	0,730	0,654	0,706	0,831	0,746	0,679	0,731	0,828	0,747	0,678	0,733	0,830	0,756	0,671	0,755	0,842
Vera Cruz	0,710	0,663	0,647	0,819	0,719	0,684	0,655	0,820	0,731	0,700	0,657	0,835	0,741	0,734	0,664	0,826
COREDE/VRP	0,654	0,583	0,569	0,809	0,666	0,604	0,586	0,809	0,668	0,616	0,574	0,814	0,688	0,642	0,610	0,814
Rio Grande do Sul	0,727	0,654	0,724	0,803	0,736	0,669	0,737	0,802	0,744	0,685	0,745	0,804	0,747	0,679	0,752	0,809

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016).



Tabela E.10 – Pessoas ocupadas, população nos municípios e % de pessoas ocupadas por municípios do COREDE/VRP no CENSO 2010

Unidade Territorial	Nº pessoas ocupadas	População	% Pessoas ocupadas
Arroio do Tigre	2.401	12.648	18,98
Boqueirão do Leão	993	7.673	12,94
Candelária	5.011	30.171	16,61
Encruzilhada do Sul	3.943	24.534	16,07
Estrela Velha	493	3.628	13,59
General Câmara	1.194	8.447	14,14
Herveiras	253	2.954	8,56
Ibarama	385	4.371	8,81
Lagoa Bonita do Sul	226	2.662	8,49
Mato Leitão	1.844	3.865	47,71
Pantano Grande	2.045	9.895	20,67
Passa Sete	300	5.154	5,82
Passo do Sobrado	1.099	6.011	18,28
Rio Pardo	5.200	37.591	13,83
Santa Cruz do Sul	48.967	118.374	41,37
Segredo	540	7.158	7,54
Sinimbu	1.021	10.068	10,14
Sobradinho	3.347	14.283	23,43
Tunas	364	4.395	8,28
Vale do Sol	1.035	11.077	9,34
Vale Verde	397	3.253	12,20
Venâncio Aires	18.871	65.946	28,62
Vera Cruz	5.527	23.983	23,05
TOTAL COREDE/VRP	105.456	418.141	25,22

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE Cidades (2016).



Tabela E.11– Empregos ativos por setor nos municípios do COREDE/VRP no ano de 2014

Unidade Territorial	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	TOTAL
Arroio do Tigre		370	3	24	605	368	476		1.846
Boqueirão do Leão		48	1	49	133	147	246	10	634
Candelária	5	1.230	11	75	1.270	857	631	73	4.152
Encruzilhada do Sul	33	452	42	7	973	688	908	828	3.931
Estrela Velha		3			155	30	239	25	452
General Câmara	5	105	11	35	185	323	319	40	1.023
Herveiras		3		3	43	33	138		220
Ibarama		58		3	74	33	169		337
Lagoa Bonita do Sul		4		2	20	21	117	6	170
Mato Leitão		986	45		275	171	207	8	1.692
Pantano Grande	201	515	15	30	449	282	397	272	2.161
Passa Sete		21			29	23	168	1	242
Passo do Sobrado		291	3	1	142	126	231	44	838
Rio Pardo	46	1.094	19	127	1.493	742	744	313	4.578
Santa Cruz do Sul	27	11.547	112	1.994	9.942	14.664	2.957	690	41.933
Segredo		10		11	81	65	201	1	369
Sinimbu		156	1	11	267	126	275	4	840
Sobradinho	6	514	36	61	978	604	461	24	2.684
Tunas				5	69	18	231		323
Vale do Sol		64		16	245	151	287	9	772
Vale Verde	3	40	3	13	35	17	177	25	313
Venâncio Aires	12	7.078	105	459	3.498	4.404	56	78	15.690
Vera Cruz	34	1.681		177	1.126	965	726	40	4.749
TOTAL CVRP	372	26.270	407	3.103	22.087	24.858	10.361	2.491	89.949

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da RAIS – Ministério do Trabalho (2016).



Tabela E.12 – Índice de retorno de ICMS dos municípios do COREDE/VRP nos anos de 2000, 2010 e 2016

Unidade Territorial	2000	2010	2016
Arroio do Tigre	0,084493	0,091290	0,097142
Boqueirão do Leão	0,065244	0,072363	0,062186
Candelária	0,199489	0,201650	0,202395
Encruzilhada do Sul	0,191537	0,202233	0,227244
Estrela Velha	0,044295	0,055092	0,052215
General Câmara	0,065565	0,056241	0,060449
Herveiras	0,025059	0,030186	0,030051
Ibarama	0,039287	0,044651	0,042684
Lagoa Bonita do Sul	0,000000	0,027999	0,029152
Mato Leitão	0,051228	0,067303	0,062684
Pantano Grande	0,112951	0,105645	0,114346
Passa Sete	0,034575	0,047288	0,047308
Passo do Sobrado	0,059084	0,058553	0,058298
Rio Pardo	0,295637	0,250397	0,252723
Santa Cruz do Sul	1,888123	1,503834	1,517605
Segredo	0,042378	0,052717	0,054883
Sinimbu	0,080370	0,081346	0,073684
Sobradinho	0,079158	0,070401	0,080906
Tunas	0,026024	0,033651	0,038548
Vale do Sol	0,075549	0,092759	0,088138
Vale Verde	0,032064	0,040660	0,039718
Venâncio Aires	0,678857	0,442928	0,559441
Vera Cruz	0,150541	0,145629	0,136703
COREDE/VRP	4,321508	3,774816	3,928503

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da SEFAZ (2016).



Tabela E.13 – Participação dos tributos municipais na receita total do município – 2005, 2012, 2013, 2014 (%)

Unidade Territorial	2005	2012	2013	2014
Arroio do Tigre	5,03	5,05	4,65	4,73
Boqueirão do Leão	3,19	2,72	4,38	3,89
Candelária	7,65	6,64	5,46	4,16
Encruzilhada do Sul	8,96	8,48	7,91	6,59
Estrela Velha	3,36	3,47	-	-
General Câmara	7,36	4,89	5,20	-
Herveiras	4,55	3,09	3,43	2,16
Ibarama	2,95	3,15	2,71	2,70
Lagoa Bonita do Sul	1,26	1,29	1,49	-
Mato Leitão	6,10	6,56	4,83	4,77
Pantano Grande	6,88	7,21	7,48	5,67
Passa Sete	4,56	2,97	2,73	2,23
Passo do Sobrado	6,51	3,92	3,66	3,38
Rio Pardo	11,77	10,82	9,42	6,51
Santa Cruz do Sul	15,99	15,62	15,54	13,19
Segredo	3,32	2,88	2,97	2,63
Sinimbu	5,34	5,42	4,21	3,78
Sobradinho	10,14	9,20	8,91	7,51
Tunas	3,00	2,81	3,12	-
Vale do Sol	5,38	3,81	4,37	2,27
Vale Verde	3,48	4,14	2,97	3,02
Venâncio Aires	10,99	11,10	11,92	12,03
Vera Cruz	9,04	7,81	8,24	7,07

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE Dados (2016), SISTN (2016) e SICONFI (2016).



Tabela E.14 – Repasse de recursos federais aos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2015 (R\$)

Unidade Territorial	2000	2010	2015
Arroio do Tigre	2.366.332	8.285.657	13.669.338
Boqueirão do Leão	1.873.235	5.150.535	7.916.111
Candelária	4.071.428	13.655.745	22.711.617
Encruzilhada do Sul	3.735.702	15.347.289	22.314.266
Estrela Velha	1.425.904	4.541.634	6.991.553
General Câmara	1.758.471	4.667.753	7.765.156
Herveiras	1.308.658	4.418.131	6.918.762
Ibarama	1.555.181	5.324.492	8.035.082
Lagoa Bonita do Sul	0	4.072.398	6.544.381
Mato Leitão	1.224.438	4.577.192	7.653.098
Pantano Grande	2.344.691	6.666.336	10.869.023
Passa Sete	1.493.226	5.597.930	8.127.138
Passo do Sobrado	1.469.402	5.411.371	8.357.921
Rio Pardo	4.503.351	15.587.479	27.173.021
Santa Cruz do Sul	12.543.646	45.272.614	75.322.208
Segredo	1.955.905	5.567.742	8.319.939
Sinimbu	2.548.618	8.527.992	12.412.095
Sobradinho	2.948.573	9.918.495	15.705.490
Tunas	1.439.765	4.980.872	7.168.438
Vale do Sol	1.960.991	7.338.222	11.578.709
Vale Verde	1.194.769	4.315.299	6.986.761
Venâncio Aires	10.334.469	26.002.551	40.445.719
Vera Cruz	3.487.674	14.626.428	23.196.516
TOTAL COREDE/VRP	67.544.431,08	229.854.157,50	366.182.342,90

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Tesouro Nacional (2016).



Tabela E.15 – Balança comercial dos municípios do COREDE/VRP – 2000, 2010 e 2015 (US\$)

Unidade Territorial	2000		2010		2015	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Arroio do Tigre					1.285.288	
Boqueirão do Leão						
Candelária	678.620	79.372	126.867	197.777	2.592.202	120.615
Encruzilhada do Sul	1.466.533	73.914	3.614.333	109.905	1.620.847	263.872
Estrela Velha						
General Câmara						
Herveiras						
Ibarama						
Lagoa Bonita do Sul						
Mato Leitão		1.669.860	521.740	53.340	529.493	
Pantano Grande	127.668	181.390		176.169		
Passa Sete						
Passo do Sobrado			97.146	3.693.929	34	3.284.375
Rio Pardo	2.539.488		0	48.600	26.579	20.340
Santa Cruz do Sul	508.899.232	31.726.594	955.160.397	104.170.645	1.072.739.082	105.378.569
Segredo						
Sinimbu		503.156			60.810	162.218
Sobradinho	54.750		519.653		1.990.128	
Tunas						
Vale do Sol					8.036.559	28.366
Vale Verde						
Venâncio Aires	216.376.749	5.609.513	759.891.883	29.265.535	521.955.939	11.524.863
Vera Cruz	19.570.547	325.653	95.693.133	2.992.193	58.484.728	617.039
COREDE/ VRP	749.713.587	40.169.452	1.815.625.152	140.708.093	1.669.321.689	121.400.257
Rio Grande do Sul	5.783.109.015	4.023.838.523	15.382.445.828	13.275.021.370	17.518.127.443	10.020.684.069

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de MDIC (2016).



Tabela E.16 – Participação das exportações de Tabaco em municípios selecionados do COREDE/VRP sobre as exportações totais – 2000, 2010 e 2015 (%)

Unidade Territorial	2000	2010	2015
Santa Cruz do Sul	97,90	96,55	97,68
Venâncio Aires	94,93	88,31	95,05
Vera Cruz	85,40	99,22	98,81

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de MDIC (2016).



O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE/VRP foi criado em 19 de dezembro de 1991, no município de Rio Pardo, através de um esforço conjunto entre a sociedade e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para alcançarem os três princípios básicos da ação governamental: descentralização política, desconcentração econômica e integração regional. O COREDE/VRP foi o 15º a ser instalado.

A partir da aproximação entre Governo e instituições regionais, como as Universidades Comunitárias, estas continuam a desempenhar um papel importante na sua organização e no funcionamento. No Vale do Rio Pardo, a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC desempenha há mais de 25 anos essa função.

O COREDE/VRP tem como princípio a promoção da participação entre os segmentos da comunidade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a implantação de políticas e diretrizes que possam promover o desenvolvimento integrado e sustentável da região e diminuir os desequilíbrios intrarregionais.

Desde a sua implantação, demonstra preocupação com a formulação e execução de estratégias regionais, consolidando-as em Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional que vêm sendo elaborados desde 1998; depois, em 2003, com a Agenda 21 Regional e o mais recente publicado em 2010.

São 23 os municípios que integram a região geográfica do COREDE/VRP: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado

